

Comunicação, *Media* e Deliberação: O Público e a Crise Iraquiana

Susana Maria Cerqueira Borges

**Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Comunicação e
Ciências Sociais**

Maiο, 2014

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 23 de Maio de 2014

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 23 de Maio de 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, Comunicação e Ciências Sociais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Pissarra Esteves.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

SFRH / BD / 30538 / 2006

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao Professor Doutor João Pissarra Esteves, orientador desta investigação, pela infinita paciência, pela generosa disponibilidade, pelo incentivo constante, pelas críticas enriquecedoras e pelo rigor com que sempre me privilegiou. Não podia desejar melhor mestre.

As palavras de afeto são para os meus Pais, sem cujo apoio não teria sido possível concretizar esta dissertação.

Comunicação, *Media* e Deliberação: O Público e a Crise Iraquiana

Susana Maria Cerqueira Borges

RESUMO

A deliberação pública é um conceito nuclear e uma prática essencial nos processos democráticos de formação da Opinião Pública. As suas raízes remontam à Antiguidade Clássica, nomeadamente aos escritos de Aristóteles, mas, ao longo da modernidade, verificou-se um crescente distanciamento entre a sua consagração normativa nas matrizes constitucionais e as práticas quotidianas de deliberação e de formação de opinião.

Mais recentemente, na transição para o terceiro milénio, assiste-se a uma “viragem deliberativa” na teoria política e nas ciências da comunicação que equaciona as condições necessárias para que a deliberação pública decorra segundo processos inclusivos e paritários que diminuam o défice democrático das sociedades complexas. Os *media*, enquanto mediadores simbólicos da experiência contemporânea, assumem-se como dispositivos fundamentais na gestão dos fluxos discursivos e da comunicação pública.

Esta investigação centra-se na análise da deliberação pública que decorreu nas vésperas da invasão do Iraque, em 2003, tomando, como estudo de caso, a cobertura do jornal “Público” sobre a denominada crise iraquiana. A *legitimidade* da intervenção militar é o enquadramento que subjaz ao debate pré-guerra, em torno do qual se desenvolvem as principais tomadas de posição em relação à “guerra preventiva”. Uma deliberação marcada pelas fortes dissensões que dividiram países, governos e governados. O contributo do jornal para a deliberação pública sobre a crise iraquiana é analisado na perspetiva do fortalecimento do público e da produção de opiniões públicas qualificadas, que definem o leque de possíveis soluções que são consideradas pelos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências da Comunicação; Deliberação; Opinião Pública, Argumentação, Jornalismo.

Communication, Media and Deliberation: The Public and the Iraqi Crisis

Susana Maria Cerqueira Borges

ABSTRACT

Public deliberation is a core concept and an essential practice in democratic processes of Public Opinion formation. Its roots date back to Classical Antiquity, namely to the writings of Aristotle. Nevertheless, throughout Modernity there has been a growing gap between its normative consecration in constitutional foundations and the daily practices of deliberation and opinion production.

More recently, in the transition towards the third millennium, the “deliberative turn” on political theory and on communication sciences has wondered about the necessary conditions that assure that public deliberation takes place accordingly to inclusive and parity processes that decrease democratic deficit in complex societies. As symbolic moderators of the contemporary experience, the media have become key devices in the management of discursive flows and public communication.

This study focus on the analysis of public deliberation on the eve of the invasion of Iraq in 2003 taking as case study the coverage of the so-called Iraqi crisis by “Público” newspaper. The *legitimacy* of the military intervention is the framework underlying the prewar debate, which generated the major opinions about the “preventive war”. This deliberation process was featured by the deep dissensions that divided countries, governments and governed. The newspaper's contribution to public deliberation on the Iraqi crisis is analyzed from the perspective of the strengthening of the public and the production of qualified public opinion, which define the range of possible solutions considered by citizens.

KEYWORDS: Communication Sciences; Deliberation, Public Opinion, Argumentation, Journalism.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Opinião Pública.....	9
1.1. “Opinião” e “Público”	10
1.2. Público e Privado	12
1.3. O Público como Categoria Social	14
1.4. A “Opinião Pública”	16
1.5. A Publicidade	21
1.6. O “Problema do Público”	28
1.6.1. A “Tirania” da Maioria.....	28
1.6.2. Multidão e Público	32
1.6.3. Opinião Pública e Comunicação.....	36
1.6.4. O Público “Fantasma”	40
1.6.5. Públicos e Participação Democrática	44
1.7. A Opinião Pública como “Vontade Social”	46
1.8. Do Público à Massa	50
1.9. A Opinião Pública Sondada	52
1.10. A Opinião Pública Sistémica.....	61
1.11. O Espaço ou Esfera Pública	65
Capítulo II - <i>Media</i> e Deliberação	71
2.1. Poder e Legitimidade	73
2.2. Deliberação Pública	79
2.3. Esfera Pública e Ética do Discurso	83
2.4. “Lutas pelo Reconhecimento”: os Movimentos Sociais	88
2.5. Enquadramento como Ação Estratégica	99

Capítulo III - Estudo de Caso: O jornal Público e a Crise Iraquiana	110
3.1. Metodologia.....	112
3.2. Análise de Resultados	115
3.2.1. Enquadramentos.....	115
3.2.2. Fontes de Informação	119
3.2.3. Temas	124
3.3. Evolução da cobertura noticiosa	134
3.3.1. Enquadramentos.....	134
3.3.2. Fontes de Informação	139
3.4. Síntese Conclusiva	143
3.5. Espaço Opinião	149
3.5.1. Discussão.....	154
3.5.2. Deliberação	163
3.6. Espaço dos Leitores	165
Capítulo IV - Argumentação, Retórica e Razão.....	169
4.1. Renascimento: a Razão Pluralista.....	174
4.2. Argumentação e Dissenso	182
4.3. Retórica Editorial	190
4.4. Defesa da Guerra: o “Mal Menor”	194
4.5. Estratégias de Legitimação	196
4.6. Contra a Guerra: Dissensões na Direção Editorial.....	223
4.7. O “Público” e a Crise Iraquiana.....	241
Conclusão.....	254
Bibliografia.....	276

Introdução

A “viragem deliberativa” (Dryzek, 2000, p. v) dos estudos de comunicação política, verificada na transição para o terceiro milênio, acarretou uma mudança no modo de conceptualização da legitimidade do poder nas democracias. A natureza propriamente comunicacional do processo de legitimação democrática passou a ocupar um lugar central nas investigações sobre a Deliberação Pública, nomeadamente no que respeita aos requisitos comunicacionais de formação da Opinião Pública.

O processo democrático, até então entendido em termos de agregação de interesses individuais, através de mecanismos como as eleições, passou a ser estudado, sobretudo, como um processo deliberativo com uma dimensão epistémica, visando equacionar de que modo o próprio processo de deliberação altera (ou pode alterar) as preferências dos cidadãos com vista à construção de uma Opinião Pública qualificada (Habermas, 2006, p. 418). Nesta perspetiva, o processo democrático respeita à *transformação* em vez da mera *agregação* de preferências individuais (Elster, 1998, p. 1).

Enquanto o ideal democrático agregativo se refere, essencialmente, ao *consentimento* dos cidadãos a um governo, a Democracia Deliberativa faz da *justificação* a essência da legitimidade democrática: uma decisão só é legítima se todos os potenciais afetados tiverem a possibilidade de participarem em deliberações nas quais essa decisão possa ser justificada em termos convincentes. “A *accountability* substitui o consentimento, tornando-se o cerne conceptual da legitimidade” (Chambers, 2003, p. 308).

O contexto no qual emerge este novo modelo de democracia é marcado por uma situação paradoxal. Por um lado, após a queda do Muro de Berlim, a democracia liberal apresenta-se, num número crescente de países, com um estatuto político “praticamente inegociável” (Shapiro, 2003, p. 1) e como “a ideologia política dominante” (Dryzek, 2000, p. 9). Por outro, nos países ocidentais onde há mais tempo se consolidou a democracia liberal, o diagnóstico é de crise: o ceticismo e a descrença

em relação aos políticos e às instituições públicas abundam entre os cidadãos, a abstenção cresce e a participação cívica diminui (Talisso, 2005, pp. 2-3). Em simultâneo, o processo de globalização alarga e intensifica as relações sociais, económicas e políticas através de regiões e de continentes; o crescimento de poderes transnacionais, públicos e privados, aprofunda o “défice democrático”: a Opinião Pública perde a sua eficácia política.

As coordenadas da situação de crise na legitimação democrática definem-se a partir da tensão que atravessa a história da Opinião Pública, desde o dealbar da modernidade: a relação entre quem governa e a comunidade em geral (Wilson, 1954, p. 603), a qual apresenta, na contemporaneidade, uma dinâmica factual frequentemente não coincidente com a dimensão normativa da função política da Opinião Pública, tal como inscrita na matriz constitucional das democracias liberais: a de legitimação do poder político. Na sua dimensão comunicacional, verifica-se a existência de um “défice democrático” sempre que os indivíduos não têm a oportunidade de participar no processo de tomada de decisões que, direta ou indiretamente, os afetam. Nas sociedades complexas, nas quais a *produção* e a *legitimação* das decisões ocorrem em esferas discursivas distintas, diminui a eficácia política da Opinião Pública, fruto, nomeadamente, da colonização da esfera pública por imperativos sistémicos.

O diagnóstico do défice de legitimidade assume contornos bem definidos, numa perspetiva comunicacional, tendo em conta a evolução dos elementos do processo de formação da Opinião Pública ao longo da modernidade: o público, a publicidade e o espaço público. Fruto de uma evolução social caracterizada por uma racionalidade instrumental, pautada pela influência de *media* sistémicos, como o poder e o dinheiro, estas instâncias sofreram uma mudança estrutural que se revela num público diminuído, numa publicidade manipulativa e numa esfera pública colonizada por imperativos sistémicos.

O “problema do público” (Dewey, 2004) assume, na contemporaneidade, novos contornos, que balizam a situação de crise na comunicação pública, caracterizada por profundas desigualdades: “os *media* organizados em função de interesses particulares e um universo de comunicação cada vez menos livre e autónomo, limitado na sua

capacidade de exprimir as dinâmicas sociais” (Esteves, 2005, p. 14). Na atual “constelação pós-nacional”, o público produtor de opinião vê-se, por um lado, remetido à condição de audiência consumidora de mensagens mediáticas e, por outro, confronta-se, com a reconfiguração dos poderes do Estado-Nação, com a incerteza e a ambiguidade relativamente ao destinatário das suas preocupações. A primeira questão prende-se com uma desigualdade estrutural entre os indivíduos produtores de opinião e os consumidores das mensagens mediáticas; os primeiros, um restrito grupo de atores e instituições sociais, com acesso privilegiado aos *media*, enquanto os segundos, os cidadãos em geral, se confrontam com uma situação que, genericamente, é de exclusão. A segunda questão remete para a própria alteração do conceito de público, já não facilmente identificável com os cidadãos de um determinado *demos*, mas antes entendido numa dimensão transnacional, alteração conceptual, com tradução empírica, que responde à complexidade dos processos de decisão que afetam os indivíduos na era da globalização, sem que, no entanto, o público disponha de um referente equivalente ao Estado-Nação a quem endereçar as suas necessidades e as suas reivindicações.

Na atual situação de crise da comunicação pública, um lugar central é ocupado pelos *media* que desempenham um importante papel na articulação dos fluxos discursivos da deliberação pública, nomeadamente através da sua função de agendamento (*agenda-setting*). Na sua orientação predominante, as rotinas produtivas dos jornalistas levam os meios de comunicação a privilegiar os atores com poder, nomeadamente político, as denominadas “fontes oficiais” de informação, concedendo-lhes a primazia na definição dos temas que integram a agenda pública. A influência destes “definidores primários” (*primary definers*) (Hall *et. al.*, 1999) da informação faz-se sentir não só no agendamento da deliberação pública, mas também no próprio enquadramento (*framing*) que é dado aos temas pelos *media*, condicionando a sua interpretação. O enquadramento dos assuntos em debate representa uma ação estratégica na deliberação pública; os atores com menos recursos não só se deparam com maiores dificuldades para apresentarem versões alternativas às dos “definidores primários” como, quando o conseguem, deparam-se

frequentemente com a necessidade de ter de organizar os seus discursos em relação aos enquadramentos avançados pelos agendadores mais poderosos.

Se este modo de atuação predominante dos *media* se traduz numa tendência para o fechamento dos discursos que integram a deliberação pública, facilitando ao sistema político não só a definição dos assuntos em debate, como também o modo como esses temas são apresentados ao assentimento dos cidadãos, há, no entanto, que ter em conta que os meios de comunicação têm uma atuação ambivalente na Esfera Pública, podendo, em condições específicas, agir em sentido inverso. Em situações de controvérsia generalizada, em particular quando se verifica uma dissensão entre as próprias elites, os *media* mostram-se mais recetivos aos contributos da Sociedade Civil, que dispõe, nessas situações, de uma maior capacidade de participar na deliberação, contribuindo para um alargamento da agenda pública. Os fluxos comunicativos reorientam-se e o poder comunicacional do público ganha uma mais efetiva possibilidade de influenciar a ação política.

É exatamente o esclarecimento das condições que permitem um fortalecimento do público que mobiliza os autores deliberativos, que equacionam como podem as decisões políticas ser expressões legítimas da vontade coletiva, orientando as pesquisas para os requisitos comunicativos de formação da Opinião Pública que atendam ao cumprimento da sua função política.

De acordo com a teoria deliberativa, o processo de legitimação democrática resulta da interação entre a “vontade política” (poder) e a “opinião pública” (influência), ambas geradas através de processos discursivos. Só o sistema político pode efetivamente governar, mas a opinião pública pode exercer influência sobre a sua atuação se a *produção de opinião* e a *legitimação* das decisões forem articuladas na Esfera Pública, nomeadamente através dos *media*. Os estudos da Democracia Deliberativa têm vindo a desenvolver-se, numa primeira fase, sobretudo através de investigações de natureza mais propriamente teórica, passando, posteriormente, à aplicação empírica dos modelos deliberativos.

É neste quadro que a nossa investigação se insere. Esta dissertação toma a Democracia Deliberativa, em particular o trabalho de uma das suas mais proeminentes figuras, Jürgen Habermas, como o modelo normativo para o estudo de caso sobre a

deliberação pública que antecedeu a intervenção militar no Iraque em 2003. A primeira “guerra preventiva” no dealbar do séc. XXI inaugura um novo paradigma nas relações internacionais. A invasão do Iraque, em 20 de março de 2003, foi apresentada pelos líderes políticos que a decidiram como um elemento da “Guerra ao Terror” decretada após o 11 de setembro de 2001; o derrube de Saddam Hussein foi justificado com a ameaça que o seu regime *poderia* constituir para os Estados Unidos da América e demais países ocidentais.

A “Guerra ao Terror” é a quinta-essência de um conflito baseado no discurso, já que “implica um adversário que é um conceito, não uma entidade física como um Estado opositor” (Dryzek, 2000, p. 13). A relação entre os Estados, regulada pela Paz de Vestefália, estabelece a soberania de cada país dentro das suas fronteiras e, em consequência, a não-intervenção em outros Estados, mas verifica-se uma alteração conceptual nas últimas décadas, nomeadamente após a dissolução do Pacto de Varsóvia. A intervenção militar da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no Kosovo, sem autorização do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), representa um marco no conceito de “intervenção humanitária”. A legitimidade de intervir em outro país é justificada com a defesa dos Direitos Humanos da população (ou parte da população, em países multiétnicos), embora seja também considerada como uma forma dos Estados dominantes imporem a sua vontade. A “Guerra ao Terror” mina o discurso dos Direitos Humanos, tornando-se ambos discursos em competição (Dryzek, 2000, pp. 16-19).

Ambos os discursos estão presentes na justificação para a invasão do Iraque ao longo dos meses que mediaram entre a tomada de decisão pelo presidente George W. Bush e o início da guerra; em particular a partir de novembro de 2002 e até março de 2003, a diplomacia norte-americana empenhou-se num conjunto de iniciativas – do Congresso à ONU – para justificar a intervenção e conquistar apoio, quer do público americano quer da comunidade mundial. A (possível) existência de armas de destruição em massa, as (eventuais) ligações à Al-Qaeda, o domínio tirânico sobre o seu povo e o seu efeito desestabilizador no Médio Oriente foram as razões invocadas por George W. Bush e seus aliados, nomeadamente o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, durante os meses que antecederam a guerra.

A pertinência deste objeto de estudo radica, em primeiro lugar, no facto de a guerra ter sido antecedida por um intenso debate, à escala global, mas também europeia e nacional, sobre a melhor solução para a denominada crise iraquiana. No centro desse debate esteve a *legitimidade* da solução militar, decidida e, posteriormente, concretizada pelos países atacantes. Um debate que foi também intenso em Portugal, tendo ficado marcado pela dissensão entre o governo, apoiante da solução militar, e o Presidente da República, que recusou a participação de forças armadas portuguesas num conflito sem a autorização da ONU.

Em segundo lugar, assiste-se, ao longo deste processo, a um ressurgimento da sociedade civil, que ganha proporções inauditas há várias décadas, com a multiplicidade de ações de protesto antiguerra que ocorreram um pouco por todo o mundo. Este forte assomo do público que chegou a reunir mais de 10 milhões de pessoas em manifestações antiguerra, a 15 de fevereiro de 2003, levou mesmo o “*The New York Times*” a chamar à Opinião Pública a segunda superpotência mundial. “A deliberação imperfeita que antecedeu a guerra preparou o terreno para deliberações menos imperfeitas que se seguiram” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 2), não apenas sobre a invasão militar, mas também no que respeita a questões adjacentes, como o futuro dos líderes políticos responsáveis pela solução militar.

A nossa investigação toma como objeto de estudo a cobertura da crise iraquiana por parte do jornal “Público”, analisando quer o espaço noticioso, quer os seus espaços de opinião, dedicando uma particular atenção aos editoriais. Este estudo de caso tem a particularidade de se centrar num jornal que é também marcado pelas dissensões que atravessavam a sociedade. Por um lado, o seu diretor posiciona-se na defesa da guerra. Outros membros da Direção Editorial, e da própria redação, por seu turno, manifestam opiniões contra a intervenção militar. No seu conjunto, o jornal apresenta-se como um espaço ideológico complexo que importa investigar, seja na sua dimensão noticiosa, seja na sua dimensão opinativa. Pretende-se perceber qual o contributo do jornal para a deliberação em curso sobre a melhor solução para a crise iraquiana: continuar com os esforços diplomáticos ou avançar para a guerra? Especificamente, equacionamos se o “Público” se constitui como uma esfera pública para a formação de opiniões públicas qualificadas, nomeadamente através da análise

do modo como enquadraram para os seus leitores a fase pré-guerra, da exploração da forma como os seus colunistas se posicionaram em relação ao debate guerra-paz e também da identificação de um eventual posicionamento do próprio jornal perante a guerra que se avizinhava. Abordamos ainda o modo como os próprios leitores, nomeadamente aqueles que intervêm nos espaços do jornal, como o das “Cartas ao Diretor” ou o do “Provedor do Leitor”, se posicionaram quer perante a iminência da guerra quer perante as posições que foram sendo assumidas pelos próprios jornalistas, nomeadamente o seu diretor.

No primeiro capítulo, procedemos a uma exploração teórica do conceito de Opinião Pública, o qual, não obstante a sua longa história filosófica e política, bem como a sua importância na matriz constitucional das democracias liberais, se mantém como um dos mais opacos conceitos das Ciências Sociais. O périplo pela história crítica da Opinião Pública analisa a forma como as suas raízes históricas moldam as suas aceções atuais e explora conceitos afins, como o público, a publicidade, a publicitação e o espaço ou esfera pública, acompanhando as mudanças estruturais que ocorrem desde a modernidade.

No segundo capítulo, apresentamos a revisão da literatura sobre a Democracia Deliberativa, incursão que se detém, num primeiro momento, nos contributos seminais de pioneiros quer do pensamento liberal quer do pensamento republicano para a conceptualização da legitimidade democrática. Esta incursão pelas raízes do conceito serve de base à compreensão das suas ambiguidades, bem como do desvio que se verifica entre as suas dimensões normativa e fáctica. É este desvio que mobiliza os autores deliberativos, sobre cujas principais propostas teóricas, a par com as mais relevantes críticas, nos debruçamos. Neste capítulo, dedicamos ainda uma especial atenção ao conceito de enquadramento e à sua importância para as práticas deliberativas.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos, mais diretamente, ao estudo de caso desta investigação, apresentando os resultados da análise à cobertura noticiosa do jornal “Público” na fase pré-guerra, tendo em conta, nomeadamente, o modelo de agendamento e os enquadramentos identificados. Os enquadramentos são também um dos elementos centrais da análise quer ao espaço opinião, cujo *corpus* é

constituído pelos textos dos colunistas, quer ao espaço dos leitores, que engloba as denominadas “Cartas ao Diretor” sobre a temática em análise e que são apresentados ainda neste capítulo.

No quarto capítulo, um excuro sobre a natureza do discurso argumentativo abre caminho para a análise dos editoriais da autoria da Direção Editorial do jornal “Público”, tendo em conta, nomeadamente, que as posições pró-guerra assumidas pelo então diretor do jornal suscitaram uma intensa polémica com o diretor-fundador. A polémica foi desencadeada pela publicação de uma Nota da Direção na qual se afirmava que o jornal não tomava posição perante a crise iraquiana. As dissensões no seio da Direção Editorial são um dos elementos na consideração do jornal como um espaço ideológico complexo, abordando ainda os contributos de leitores que se dirigiram ao “Provedor do Leitor” acerca desta questão.

A conclusão sistematiza os resultados da nossa investigação, apresentando os resultados finais quanto à corroboração das hipóteses formuladas, bem como a reflexão sobre o contributo do jornal para a deliberação sobre a crise iraquiana, tendo em conta, nomeadamente a sua função ideológica na Esfera Pública e as estratégias de legitimação perante uma guerra anunciada.

Capítulo I - Opinião Pública

Invocada diariamente por cidadãos e por governos, a Opinião Pública assume um valor simbólico nuclear nas democracias de matriz liberal. A vitalidade e a importância política do conceito são ilustradas pelas inúmeras investigações que a Opinião Pública continua a mobilizar, não obstante a assumida incapacidade de se alcançar uma definição clara e incontroversa do conceito.

Psicólogos, sociólogos, historiadores, cientistas políticos e investigadores em comunicação divergem, de modo profundo e aparentemente irreconciliável, sobre o que é e como se forma a Opinião Pública, bem como acerca dos propósitos que esta deve servir nas sociedades contemporâneas. “Muitas tentativas têm sido feitas para definir o significado do termo «opinião pública» de uma forma que seja geralmente aceite. Como resultado, há tantas definições como há estudos no campo” (Childs, 1939, p. 327).

Como conceito político, a Opinião Pública nasce no século XVIII, fruto quer da filosofia iluminista quer das revoluções que marcam o início da era moderna; ambas moldaram de forma decisiva o ideal ético-moral de uma autoridade abstrata que mediará entre governo e governados. Até ao final do século XIX, a reflexão sobre a Opinião Pública continua a ser, sobretudo, de natureza filosófica e política; as profundas mudanças no decorrer da modernidade refletem-se em críticas, problematizações e reelaborações do conceito, mas consolidam também a sua relação seminal com os regimes democráticos. No século XX, o estudo sistemático da Opinião Pública ganha uma dimensão marcadamente pluridisciplinar; paradoxalmente, a ampliação do leque de pesquisas, sobretudo as empíricas conduzidas na área das sondagens, demonstra ser inversamente proporcional à sua clarificação. Em consequência, “falar com precisão da opinião pública, é uma tarefa tão improvável como a de enfrentar o Espírito Santo” (Key *apud* Zaller, 2002: 2). A assunção da opacidade do conceito não implica o seu abandono, como sugerido por cientistas políticos norte-americanos, em 1924, quando confrontados com a incapacidade de uma definição comum, aconselharam ser mais sensato “evitar o uso do termo opinião

pública” (Binkley, 1928, p. 389); pelo contrário, a sua longa história no pensamento político, remontando à Antiguidade Clássica, a sua relação seminal com a modernidade, com os regimes democráticos e a sua relevância política mantêm-na como objeto de estudo assumidamente complexo, mas também extremamente pertinente.

Uma aproximação mais precisa à Opinião Pública passa pela exploração da tensão que atravessa toda a sua história: a relação entre quem governa e a comunidade em geral (Wilson, 1954, p. 603), pela análise da forma como as suas raízes históricas moldam as suas aceções atuais e pela exploração de conceitos afins, como o público, a publicidade, a publicitação e o espaço ou esfera pública.

1.1. “Opinião” e “Público”

A primeira dificuldade no esclarecimento da Opinião Pública reside na ambiguidade inerente à sua natureza composta, resultante da junção de dois termos – “opinião” e “público” – que remetem para domínios antitéticos. O primeiro refere-se ao individual (*idion*), ao subjetivo e ao instável, enquanto o segundo conecta-se ao objetivo, ao universal, ao que é comum (*koinon*). Posiciona-se, em simultâneo, aos níveis individual e coletivo, motivo pelo qual a generalidade dos esforços para definir o conceito tem oscilado “entre visões holísticas, que situam a opinião pública na esfera do coletivo, e definições reducionistas que a remetem para os indivíduos” (Price, 1992, p. 2).

A origem de cada um dos destes termos remonta ao pensamento filosófico e político da Antiguidade Clássica, tendo assumindo diferentes significados ao longo dos tempos, mas conservando, ainda hoje, parte dessa herança. A história intelectual da “opinião” inicia-se com Platão que, ao contrário dos sofistas, para quem a *doxa* (opinião) era tudo o que a mente humana podia conhecer, distingue o efémero do eterno, designando o primeiro como *doxa* e o segundo por *epistêmê* (conhecimento). A *doxa* é remetida a uma condição menor, crença popular, instável e fugaz, acessível a todos, por oposição à *epistêmê* – o verdadeiro conhecimento das “ideias” imutáveis

subjacentes ao mundo visível, só ao alcance dos filósofos. A estes caberia então a condução da política, entendida por Platão como uma técnica (*technê*) só ao alcance de especialistas: “*Doxa* era o material da maioria inculta; *epistêmê* de uma minoria” (Peters, 1995, p. 4). Às decisões tomadas em assembleias políticas, era também aplicado o termo *doxa*, em referência ao consenso alcançado ou a pontos de vista partilhados. Os romanos preservaram esse sentido, traduzindo *doxa* por *opinio* e *epistêmê* por *scientia*: ainda hoje a opinião é associada a um juízo incerto ou não completamente provado.

Para Aristóteles, a política era, antes, uma *praxis* (como a ética) e, como tal, histórica, prática e contingente, sendo através da *phronêsis*, a sabedoria prática que guia a conduta humana em condições de incerteza, que se pautaria a ação política. Como a compreensão e o domínio moral da situação concreta exigem que sejam tidas em conta todas as circunstâncias e que seja ponderado o fim que se persegue, para que a vontade seja direcionada, a dicotomia aristotélica não se reduz à antinomia entre o verdadeiro e o provável; a *phronêsis* é uma outra forma de saber e uma “virtude espiritual” (Gadamer, 1999, p. 64). É na concepção aristotélica da opinião como julgamento informado, aplicável apenas à deliberação política e à tomada de decisão (Peters, 1995, p. 4) que encontramos a origem remota das teorias políticas deliberativas modernas.

Um segundo significado é associado a “opinião” por John Locke, ao identificar três leis que regulam a conduta dos homens: a Lei Divina, a Lei Civil e a Lei da Opinião ou Reputação¹; a terceira é descrita como o mecanismo de juízo moral, sobre os vícios e as virtudes; isto é, como forma de controlo social. Opera através do “consentimento tácito e secreto que se estabelece em diversas sociedades, tribos e clubes de homens em todo o mundo”, de acordo com os julgamentos, máximas ou modas locais: “Nada pode ser mais natural do que incentivar com estima e reputação” o que se aprova e obstaculizar o seu contrário (Locke, 2004, p. 218). A opinião designa, assim, também a reputação, o crédito, a consideração de que cada um goza perante os demais, sendo um mecanismo de controlo social que pode ser mais eficaz que o exercido por

1 Também referida como Lei da Paixão ou da Censura Privada, no “Ensaio sobre a Natureza Humana” (1690).

qualquer autoridade. Pois nenhum homem “pode viver em sociedade sob o desagrado constante e a opinião negativa dos seus familiares e daqueles com quem conversa” (Locke, 2004, p. 219).

É também como sinónimo de tribunal dos costumes, das modas e da moral que Jean-Jacques Rousseau se refere à “opinião” – entende-a como força censória imutável, da “Carta a d’Alembert sobre os Espetáculos”² aos “Diálogos”³ –; algo tão mais curioso por lhe ser imputada a primazia na união de “opinião” e “público”. É já à “*opinion publique*” que se refere no Primeiro Discurso⁴, em 1750, mas não no seu significado moderno. Em “O Contrato Social”, Rousseau eleva a “Lei da Opinião ou Reputação” de John Locke a autoridade soberana (Habermas, 2002, p. 131), pela sua vinculação à ação legislativa: “Quem julga dos costumes, julga da honra, e quem julga sobre a honra vai buscar a sua opinião à lei” (Rousseau, 1989, p. 127).

1.2. Público e Privado

Os dois significados de “opinião” – como um juízo falível e como um julgamento moral –, representam uma dicotomia entre o individual e o coletivo que se traduz em uma ambiguidade interna no conceito de Opinião Pública. Esta dissensão semântica resulta também da união a “público” para o qual Habermas encontra quatro significados (Donsbach & Traugott, 2008, p. 1): um significado jurídico (acesso público); outro político (interesse público); um terceiro representacional (evento público) e um último comunicativo (tornar algo público).

2 “Nem a razão, nem a virtude, nem as leis poderão vencer a opinião pública, não se encontrou ainda a arte de a mudar” (Rousseau, 1889, p. 195).

3 Em particular no terceiro diálogo, “*Rousseau Juge de Jean-Jacques*”, no qual a opinião pública é equiparada à reputação dos homens (Rousseau, 1824, p. 439).

4 No “Discurso Sobre as Ciências e as Artes” à Academia de Dijon: “Mas, esses vão e fúteis declamadores andam por todos os lados, armados com os seus paradoxos fatais, minando os fundamentos da fé e aniquilando a virtude. Sorriem desdenhosamente dos velhos vocábulos de pátria e de religião, e consagram o seu talento e filosofia à destruição e aviltamento de tudo o que há de sagrado entre os homens. Não é que, no fundo, odeiem a virtude ou os dogmas; é à opinião pública que se opõem; e, para reconduzi-los ao pé dos altares, bastaria fazê-los viver entre os ateus. Oh furor de se distinguir! Quanto podeis!” (Rousseau, 1750).

Numa perspectiva etimológica, “público” vem do latim “*publicus*” (do povo) – assim como publicidade, publicitação e publicação – que, por seu turno, resulta da combinação de “*pubes*” com “*poplicus*”; na sua origem encontra-se uma diferença de género, assente numa estrita divisão entre esferas da vida: “*pubes*” refere-se originalmente “apenas à população masculina, em idade de usar armas e de deliberar” (Beaud, 1993, p. 11). Os Romanos herdaram essa aceção dos Gregos, para os quais o público denotava dois fenómenos intimamente relacionados, mas não completamente idênticos: é público o que pode ser visto por todos e assim constituir a realidade; ao ser público, isto é, visível, constitui o próprio mundo enquanto espaço construído pelos homens – os artefactos produzidos por mãos humanas, os negócios realizados entre os que habitam esse mundo comum (Arendt, 2001, pp. 64-77). O “público” define-se pela distinção em relação ao “privado”, representando duas esferas diferentes da vida; as fronteiras entre ambas não são imutáveis nem incontestáveis e as divergências quanto à sua reconfiguração simbólica têm um significado político com consequências fundamentais para o entendimento da Opinião Pública, nomeadamente no que respeita à divisão entre os assuntos privados e particulares (*idion*) e os assuntos públicos e comuns (*koinon*).

No entendimento helénico, o “público” assume o sinónimo de “político” e divide sociabilidades decorrentes da organização político-económica da comunidade: *oikos* é o espaço privado, da vida doméstica e da subsistência económica, do qual só o senhor da casa, que domina mulheres, crianças e escravos, emerge à visibilidade da *polis*, espaço reservado aos cidadãos e no qual são tratados os assuntos da vida pública. “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência” (Arendt, 2001, p. 41). A dominação é um atributo de uma forma de vida pré-política, praticada na obscuridade da esfera privada, e a vida pública um espaço de luz e de visibilidade, marcadamente agonístico, onde os “iguais entre iguais” buscam sobressair num espaço de aparência.

É em relação à esfera pública, espaço de luz e de liberdade, que o “privado” (*privatus*) assume o significado de “privação”: Viver uma vida inteiramente privada significava ser desprovido da realidade que advém de ser visto e de ser ouvido por outros; ser destituído de se ligar aos outros através de um mundo comum de coisas e

ser privado da possibilidade de realizar algo que perdure para além da sua vida (Arendt, 2001, pp. 73-74).

Na Idade Média, as categorias do “público” e do “privado” são ainda as codificadas pelo Direito Romano, embora a diferença entre ambas se vá esbatendo. O conceito de público passa a ter um carácter mais restrito – público é apenas o que recai sob o domínio do senhor feudal – e pública é apenas a sua pessoa. Aparecer em público assume uma característica de estatuto – a representação do domínio senhorial, na qual assenta o seu poder de administrar justiça – e, nessa medida, público e privado de certo modo se confundem (Habermas, 2002, pp. 46-47). Como refere Karl Marx, a propósito dos camponeses que “não podem representar-se, têm de ser representados” (Marx, 1842, p. 5), estes não possuem, em consequência, influência política; esta está reservada para quem tem “de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado” (Marx, 1842, p. 5).

As aceções modernas de “público” e “privado” emergem com a consolidação das monarquias absolutas. No século XV, a palavra “privado” alude a quem está excluído do aparelho de Estado, designando quem não possui um cargo público ou posição oficial, quem não faz parte do poder público (Habermas, 2002, p. 50). Público é o Rei, o que está sob o seu domínio e quem o serve, sejam pessoas (funcionários públicos), as questões sobre as quais debruça a sua atenção (assuntos públicos) ou as propriedades que albergam os serviços administrativos do Estado (edifícios públicos).

É a união de “opinião” e “público”, no século XVIII, que desempenha um papel fundamental no derrube do Antigo Regime, pondo um fim ao absolutismo e legitimando a expansão do parlamentarismo: doravante o “público” será a nova autoridade à qual o poder terá de prestar contas.

1.3. O Público como Categoria Social

A emergência do público como nova categoria social é fruto de um lento processo, iniciado nos finais do feudalismo, com profundas alterações em dois

importantes domínios: o político – a unificação territorial sob o domínio dos monarcas absolutos e a consequente edificação dos aparelhos administrativos do Estado –, e o económico – o desenvolvimento do capitalismo, a criação de cidades junto às principais rotas comerciais e a expansão de novos meios de comunicação, como os correios e, mais tarde, a imprensa, que asseguram a informação necessária aos mercados. A partir do século XV, a prensa de Gutenberg, o movimento da Reforma e o paulatino aumento da literacia (Speier, 1950) suscitam mudanças profundas também na esfera cultural, com consequências decisivas no que respeita ao surgimento de um público de leitores que se reúnem – em cafés, salões, sociedades literárias e comensais das novas cidades de França, da Inglaterra e da Alemanha – para se informarem sobre os principais acontecimentos e ideias: dos costumes às artes, da religião à ciência, dos negócios à política, tudo está sujeito ao seu julgamento crítico. A publicidade literária é a antecâmara da publicidade política que constituirá o espaço público iluminista do século XVIII.

As regras de sociabilidade desses espaços assentam na ideia de paridade entre os “meramente homens”; para que o melhor argumento possa vencer nas discussões sobre os assuntos de interesse geral, quer a hierarquia social, quer a posição económica são ignoradas. Os debates são públicos, quer por serem, em princípio, abertos a “todos” (homens e proprietários), quer porque buscam alcançar uma vontade comum (consenso) sobre assuntos de interesse comum. O “público esclarecido”, do qual a Opinião Pública nascente será a voz, suporta-se na sua posição de domínio na esfera privada: *“Les hommes, private gentlemen, die Privatleute, as pessoas privadas constituem o público”* (Habermas, 2002, p. 74).

Quer a natureza crítico-racional do debate no espaço público burguês, a “esfera em que as pessoas privadas se reúnem na qualidade de público” (Habermas, 2002, p. 65), quer a publicidade política, possuem em conjunto um potencial normativo e emancipatório que sustentará a autoridade que a Opinião Pública virá a assumir.

1.4. A “Opinião Pública”

Desde o século XVII que, em Inglaterra, se usam as expressões “*the sense of the people*”, “*the common voice*”, “*the general cry of the people*” e, finalmente, “*the public spirit*”. Habermas identifica nesta sucessão semântica a evolução de “*opinion*” no sentido antigo para a “*public opinion*” que será registada pelo *Oxford Dictionary*, pela primeira vez, em 1781. O “*public spirit*” incorpora já elementos ilustrados característicos do que não se tardará a chamar “*public opinion*”; mas retém também algo da “*opinion*” de John Locke: “O povo, com o seu fidedigno «*common sense*», é, em certa medida, infalível” (Habermas, 2002, p. 128). Edmund Burke, na carta “*On The Affairs of América*”, sustenta que “nenhuma parte do direito legislativo pode ser exercida sem atender à opinião geral daqueles que vão ser governados. A opinião geral é o veículo e o órgão da onipotência legislativa” (Burke, 2009, p. 239); essa “opinião geral” significa já “*public opinion*”.

A conceção unitária da Opinião Pública é definitivamente fixada em França, pelos fisiocratas, nas vésperas da Revolução; tal como em Inglaterra, as referências à “*opinion publique*” antecedem a sua conceptualização como a nova autoridade que legitimará a ascensão da burguesia ao poder.

Entre 1750, data da primeira referência de Jean-Jacques Rousseau à “*opinion publique*”, e 1798, ano em que o “*Dictionnaire de l' Academie française*” apresenta a sua primeira definição, os dicionários vão antecipando a junção de “*opinion*” e “*public*”, bem como a sua significação. Por um lado, a noção de opinião continha a ideia (mesmo quando pejorativamente conotada) de que as opiniões constituíam uma inexorável corrente de força irresistível. Por outro, a perspetiva do poder da opinião que ecoava era a do poder do público, transmitindo a firme convicção de que, mais cedo ou mais tarde, o julgamento do público triunfaria, acoplando “o substantivo e o adjetivo sub-repticiamente” (Ozouf, 1988, p. S2). Em paralelo, a cristalização pelos dicionários de termos adjacentes, como “publicar” (*publier*), “publicidade” (*publicité*) ou “publicação” (*publication*) deram visibilidade à opinião pública e, sobretudo, à vontade de acabar com a política do segredo que caracterizava o Absolutismo.

À medida que se agravam os conflitos nos anos finais do Antigo Regime, várias aceções do conceito estiveram em confronto. A contestação política tornou-se uma característica cada vez mais marcante da vida pública francesa; primeiro, irrompendo em querelas religiosas e, depois, alargando-se de tal modo que abala os alicerces da monarquia. É neste contexto que a Opinião Pública será concebida pelos fisiocratas a partir de distinções, quer em relação à conceção voluntarista republicana expressa por Jean-Jacques Rousseau, quer demarcando-se das paixões que criam alimentar a instabilidade da vida pública inglesa.

Em “O Contrato Social”, Rousseau defende uma ordem social mais igualitária, em que cada indivíduo aliena os seus direitos, liberdade e propriedades à comunidade: “Cada um de nós põe em comum a sua pessoa e todo o seu poder sobre a suprema direção da vontade geral [*volonté générale*]; e recebemos coletivamente cada membro como parte indivisível do todo” (Rousseau, 1989, p. 24). Cada um é, em simultâneo, “cidadão”, como participante da autoridade soberana, e “súbdito”, porque submetido às leis do Estado; a mais importante das quais, a constituinte, “não é gravada nem no mármore, nem no bronze, mas no coração dos cidadãos”: a lei “dos usos, dos costumes e, sobretudo, da opinião” (Rousseau, 1989, p. 60). É, portanto, na opinião comum que assenta a “vontade geral” (*volonté générale*) – que “não olha a outra coisa que não seja o bem comum” – e não na “vontade de todos” (*volonté de tous*) que “olha ao interesse privado e não é mais do que uma soma de vontades particulares” (Rousseau, 1989, p. 35).

A opinião assim entendida tem uma dupla função: legislativa e de controlo social: “Do mesmo modo que a declaração da vontade geral se faz pela lei, a declaração do juízo público faz-se pela censura” (Rousseau, 1989, p. 126). Se a vontade geral (*volonté générale*) é o fundamento legislativo, “a opinião pública é a espécie de lei de que o censor é o ministro” (Rousseau, 1989, p. 126). Esta única referência à “*opinion publique*” na obra em causa, surge na secção “Da censura”, da qual resulta explícita a sua função de controlo: “Longe de ser o árbitro da opinião pública, o tribunal censorial é apenas o seu porta-voz e, logo que dela se afasta, as suas decisões são vãs e sem efeito” (Rousseau, 1989, p. 126). A opinião pública é a autoridade máxima, o tribunal de apelo, necessário porque como o legislador não pode usar a

força sem o raciocínio, “tem de recorrer a uma autoridade de outra ordem, que possa arrastar sem violência e persuadir sem convencer” (Rousseau, 1989, p. 48).

Esta conceção de uma vontade geral unitária representa a antítese da “*opinion publique*” racionalista, resultante da discussão pública e da crítica, tal como entendida pelos fisiocratas; ambas pertencem a discursos políticos completamente diferentes, são reelaborações iluministas das linguagens do republicanismo clássico e da jurisprudência naturalista.

“A vontade geral de Rousseau e o domínio da razão fisiocrático já ofereciam, com efeito, a escolha radical entre «a liberdade dos antigos» e a «liberdade dos modernos» que Benjamin Constant identificou como tão fatídica para a Revolução Francesa” (Baker, 1992, p. 193).

A partir de 1770, a “*opinion publique*” assume conotações iluministas e adquire uma mais explícita ressonância política. A ideia da emergência de uma opinião pública esclarecida como uma força política foi sucintamente expressa por Louis-Sébastien Mercier (1782):

“Hoje a Opinião Pública tem uma força preponderante na Europa a que não se pode resistir. Assim, ao avaliarmos os progressos do iluminismo e a mudança que deve trazer, podemos esperar trazer o maior bem ao mundo e que os tiranos de todos os tipos tremam perante este grito universal que continuamente ressoa para preencher e acordar a Europa” (Mercier *apud* Baker, 1987, p. 233).

Tal como na generalidade das evocações contemporâneas da “*opinion publique*”, também em Mercier a palavra-chave é “tribunal”; enquanto conceito, a Opinião Pública emerge como uma invenção política, uma figura retórica central numa cultura política em mudança, à qual apelavam quer a monarquia quer os seus opositores, reivindicando “o julgamento daquele tribunal em seu próprio interesse” (Baker, 1987, p. 213). Nada o ilustra melhor que a decisão do ministro de Luís XVI, Jacques Necker, de publicar, em 1781, um relatório sobre o estado das finanças do reino (“*Compte Rendu*”); mais importante que os seus escritos sobre o poder da

“*opinion publique*”⁵, será este ato de publicitação a representar o seu maior contributo para a história do conceito (Speier, 1950, p. 380), do qual está ainda ausente a perspectiva de que a vontade do público pudesse vir a substituir o poder.

A dimensão crítico-racional da Opinião Pública seria fixada pelos fisiocratas – “que a viam como a única contra força imaginável” (Ozouf, 1988, p. S11) – quando, ao imputarem-na ao “*public éclairé*” [público esclarecido], dotam a “*opinion publique*” “do estreito significado de uma opinião que, por meio da discussão crítica e da publicidade, acaba por destilar a opinião verdadeira” (Habermas, 2002, p. 129). A doutrina fisiocrática do “uso público da razão” tinha como pressuposto que “o público tinha de ser instruído nessas verdades antes de o seu julgamento poder constituir apropriadamente uma opinião pública esclarecida” (Baker, 1992, p. 195). Só nessas condições, o seu julgamento poderia limitar o abuso do poder e responder às medidas de administração racional através das quais o seu exercício seria transformado no domínio da razão.

Enquanto “voz do público”, a Opinião Pública assume-se como um novo sistema de autoridade que tem no indivíduo a sua pedra angular; expressa o potencial emancipatório de uma humanidade que recusa imposições coercitivas, sejam estas da ordem divina (Igreja) ou hereditária (monarquia) para regular a vida comum. Na perspectiva fisiocrata, o compromisso – entre o individual e o coletivo – foi a solução encontrada para conciliar uma opinião pública que não poderia existir sem a opinião individual, mas que a restringe a reconhecê-la como força superior (Ozouf, 1988, p. S14). O referente sociológico do termo – o público – restringia-se aos homens de letras e aos parlamentares, não significando, na própria auto compreensão da época, a população em termos gerais.

O “*public éclairé*” ou o público burguês, assente na identidade fictícia de pessoas privadas reunidas em público, na sua dupla condição de homem e de proprietário, não pode, portanto, equiparar-se “ao público, mas em todo o caso, reclama ser reconhecido como seu porta-voz, quiçá mesmo como seu educador, quer atuar em seu nome, representá-lo” (Habermas, 2002, p. 75); imagina a possibilidade de um consenso alcançável, em princípio, dado que os interesses das diversas fações

5 Em 1784, ano em que publica “*De l’administration des finances*” de la France.

burguesas são, em última instância, comuns. Em simultâneo, o público burguês compete com outros públicos – nomeadamente mulheres, trabalhadores assalariados, camponeses, artesãos e nacionalistas – “bloqueando e conscientemente reprimindo possibilidades de uma maior participação política e de fontes alternativas de impulso emancipatório” (Eley, 1992, p. 306). A exclusão das classes não-proprietárias, como os trabalhadores assalariados e os camponeses, ajudou a burguesia a institucionalizar-se eficazmente “no sistema político do Estado legal burguês” (Splichal, 2002, p. 65); enquanto a exclusão das mulheres teve um significado estrutural: “A política moderna foi também constituída *como* uma relação de género” (Eley, 1992, p. 310), que se consumou, nomeadamente, através do discurso filosófico iluminista sobre a universalidade da razão, a lei e a natureza, ao qual subjaz um sistema ideologicamente construído de diferenças entre géneros.

“A ideologia republicana manteve que o sexo feminino corporizava aquelas paixões humanas irrefreadas que inevitavelmente subvertiam o autocontrolo e a racionalidade requeridas aos cidadãos” (Ryan, 1992, p. 266); a retórica oitocentista opunha a razão à feminilidade, associando esta última ao prazer, ao erotismo, ao artifício, ao estilo, às paixões, ao desejo e à sexualidade, permitindo que a “masculinidade” fosse construída em termos sociais e políticos.

“A nova categoria do «homem público» e da sua «virtude» foi construída através de uma série de oposições à «feminilidade», que mobilizou antigos conceitos sobre a domesticidade e o lugar das mulheres e os racionalizou numa pretensão formal acerca da «natureza» das mulheres” (Eley, 1992, p. 309).

As mulheres foram remetidas à esfera privada e não-política da casa e da economia doméstica, e ao apoio aos seus maridos, numa configuração das esferas privada e pública que foi assumida também por artesãos, camponeses e operários (Eley, 1992, p. 314): “Como um símbolo ou como uma deusa, como a consorte da elite em dias comemorativos ou como a pária sexual em casas públicas, as mulheres suportaram a marca ou de ornamento ou de pária na vida pública” (Ryan, 1992, p. 266).

Não só, portanto, “o interesse de classe é a base da Opinião Pública” (Habermas, 2002, p. 122), sustentando a dominação da burguesia sobre a aristocracia e mantendo em posição de subordinação as classes populares; serve também outras formas de dominação, sejam estas de género, de cor de pele ou de orientação sexual. O reconhecimento de que, desde o início, a esfera pública burguesa foi sempre constituída pelo conflito (Eley, 1992, p. 306) leva-nos à irónica constatação que o discurso acerca da acessibilidade, da racionalidade e da suspensão dos estatutos hierárquicos é implantado como uma estratégia de distinção (Fraser, 1992, p. 115).

A Opinião Pública nasce, na sua aceção moderna, como um meio entre o despotismo e a liberdade absoluta, representando a sociabilidade política de uma nação em convulsão, a França pré-revolucionária, que não é nem escravizada, nem verdadeiramente livre. Representa “a aceitação de uma política aberta e pública. Mas, ao mesmo tempo, sugere uma política sem paixões, uma política sem fações, uma política sem conflitos, uma política sem medo. Quase se pode dizer que representa uma política sem política” (Baker, 1987, p. 256).

1.5. A Publicidade

A Opinião Pública unitária e racionalista comporta uma específica dimensão ético-moral, expressando ideais iluministas nucleares da filosofia política kantiana: “Encarna o espírito da razão (atributo supremo da condição humana), integra os princípios republicano, anti absolutista e pacifista, e assume-se como a expressão da *vontade coletiva*” (Esteves, 1998, p. 199). Princípio central da teoria de Kant é o da publicidade, entendido como um “conceito transcendental no direito público”, baseado na dignidade fundamental dos cidadãos e na soberania moral: “São injustas todas as ações que se referem ao direito de outros homens, cujas máximas não se harmonizem com a publicidade” (Kant, 1995a, p. 164). A publicidade é um princípio moral e jurídico, através do qual se assegura quer a liberdade individual de raciocínio (pensamento) quer a ordem legal na esfera pública.

Como método de esclarecimento do público, a publicidade assegura duas liberdades fundamentais: a de pensamento e a de expressão. Ao definir o Iluminismo como a “saída do homem da sua menoridade” e esta como “a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (Kant, 1995b, p. 11); Kant defende que, desde que lhe seja dada liberdade para “fazer um uso público da razão”, “é quase inevitável” que o público a si mesmo se esclareça (Kant, 1995b, pp. 12-13). A posição deste público é ambígua, como refere Habermas: “Por um lado, menor de idade e necessitado ainda de Ilustração; por outro, em mudança, constitui-se um público a quem é exigida uma maioria de idade da qual só os ilustrados são capazes” (Habermas, 2002, pp. 138-139). A condição de alargamento do público reside na capacidade de cada um ultrapassar os limites da esfera privada; como veremos, esta revela-se uma articulação teoricamente paradoxal, com implicações políticas decisivas para o desenvolvimento da Opinião Pública.

Retomemos a expressão “uso público da razão”, que Kant concebe como aquele que “qualquer um, enquanto *erudito*, dela faz uso perante o grande público do *mundo letrado*” (Kant, 1995b, p. 13); enquanto o uso privado se prende com o desempenho de determinado cargo ou função. O segundo pode ser coartado, mas o “uso *público* da própria razão deve ser sempre livre e só ele pode levar a cabo a ilustração entre os homens” (Kant, 1995b, p. 13).

O vínculo entre a moral e a política é estabelecido através do princípio da publicidade, observadas as condições de liberdade, de igualdade e de independência. “A *liberdade* de cada membro da sociedade como *homem*; a *igualdade* deste com todos os outros, como *súbdito* e a *independência* de cada membro de uma comunidade, como *cidadão*” (Kant, 1995c, p. 75). A *liberdade* assegura a cada um o direito de buscar a sua própria felicidade, a *igualdade* é jurídica, submetendo todos ao cumprimento da lei (são abolidos os “direitos de nascimento”) e a *independência* resulta da coautoria legislativa: uma lei pública é vinculada à vontade de “todo o povo”, “já que todos decidem sobre todos e, por conseguinte, cada um sobre si mesmo” (Kant, 1995c, p. 80). As leis são *justas* e *legítimas* se forem formuladas de tal modo que *possam* emanar da vontade coletiva de um povo inteiro e se os indivíduos forem pela *razão*, e só pela *razão*, coagidos a cumpri-las: “O que um povo não pode

decidir a seu respeito também o não pode decidir o legislador em relação ao povo” (Kant, 1995c, p. 91).

A imposição coercitiva (do governo para os governados) pode ser assim transformada em relação de coação recíproca (governo e governados influenciam-se mutuamente); dá-se uma inversão do princípio absolutista de Thomas Hobbes (“*auctoritas non veritas facit legem*”⁶) e um novo fundamento para o ordenamento da vida política: qualquer regulação será contra o interesse e a liberdade do público se não respeitar o princípio da publicidade e não permitir que os cidadãos façam um livre uso da sua razão.

A autonomia privada é assegurada quer pela propriedade quer pela liberdade de cada um ser feliz à sua maneira; ao princípio da liberdade na esfera privada, acrescem os princípios de igualdade e independência na esfera pública, o público dos homens constitui-se no dos cidadãos: “A única qualidade que para tal se exige, além, da qualidade *natural* (de não ser nem criança nem mulher), é *ser o seu próprio senhor (sui iuris)*, por conseguinte, é possuir alguma *propriedade*⁷ (...) que lhe faculte o sustento” (Kant, 1995c, p. 80). A restrição do público de cidadãos a homens proprietários introduz uma contradição interna no sistema filosófico de Kant, pela inobservância do seu próprio princípio da publicidade; esta resulta da crença da justeza do livre comércio, expressa na “relação específica entre a esfera privada e a publicidade, da qual surge o inteligível desdobramento entre o egoísta *bourgeois* e o altruísta *homme*” (Habermas, 2002, p. 144). Em consequência da sua restrição a uma minoria, a publicidade deve ser também entendida como mediadora entre a política e a moral num outro sentido já que assegurar que a ação política se conduza pela vontade geral, com o objetivo de assegurar a felicidade de todos, implica que o ator político tenha a capacidade de influenciar a vontade dos demais. Essa influência deve respeitar a moral, pelo que “serve para oferecer uma orientação para os fins gerais do

6 “A autoridade, não a verdade, faz a lei”.

7 “A que pode juntar-se também toda a habilidade, ofício, ou talento artístico, ou ciência)” (Kant, 1995c: 81). A condição para ser “o seu próprio senhor” é por Kant limitada aos “meios de viver” que resultem exclusivamente da “alienação do que é seu”. Embora confesse ser “difícil determinar os requisitos para se poder ter a pretensão ao estado de um homem que é o seu próprio senhor” (Kant, 1995c: 81), a delimitação separa proprietários (alargando o conceito a um artista que produza uma obra) e não-proprietários (aqueles que cedem as suas forças), exclui assim todo os que prestam trabalho assalariado da qualidade de cidadãos.

público, uma orientação – mais precisamente –, para a necessidade de bem-estar da sociedade burguesa como um todo” (Habermas, 2002, p. 145).

A publicidade não se limita a expressar a vontade comum, tem também de a orientar; a dimensão de ilustração do princípio da publicidade encerra o intento de guiar o público: não se limitará a mediar entre a política e a moral, transformar-se-á em Opinião Pública. Ao unificar as dimensões legislativa e de ilustração, o princípio da publicidade kantiano corporiza os “projetos ontológico e ideológico” (Esteves, 1998, p. 206) da Opinião Pública burguesa que permitiu “a mudança de um modo repressivo de dominação para um hegemónico; que substituiu o governo baseado na aquiescência a uma força superior, por um baseado, sobretudo, no consenso e em algumas medidas repressivas” (Fraser, 1992, p. 117).

O princípio da publicidade assumirá, no pensamento de Jeremy Bentham, uma outra função – a de vigilância do poder – atuando como um mecanismo de controlo social da minoria (governantes) pela maioria (público), através da atividade publicista de uma imprensa livre. O princípio kantiano de “uso público da razão”, concebido como um direito individual de expressão, dará lugar à defesa da liberdade de imprensa como “quarto poder”: “A ideia de jornais independentes do controlo governamental e político-partidário, representando a opinião pública e tendo o poder de controlar os outros estados” (Splichal, 2002, p. 1).

Para Jeremy Bentham, o princípio da publicidade é a base da soberania popular, expressa através do supremo “tribunal da opinião pública”, constituído pelo “público esclarecido”. Para que o seu poder seja reforçado são necessárias duas condições: a liberdade de imprensa e a publicidade de todos os atos que interessam à nação; dos tribunais, das contas públicas e dos debates sobre os assuntos do Estado. “Pela publicidade dos assuntos, esse tribunal está em condições de recolher as provas e de julgar – pela liberdade de imprensa, de pronunciar e executar o seu julgamento” (Bentham, 1843a, p. 1019).

Bentham é um dos primeiros defensores de um sistema de democracia representativa e da ideia da soberania popular como o único mecanismo de controlo do “mau-uso” do poder pelo governo, que será objeto de vigilância permanente através da publicidade: “Sem publicidade, todos os outros controlos [“checks”] são

insuficientes: em comparação com a publicidade, todos os outros controlos são de pequena monta” (Bentham, 1843a, p. 581).

Jürgen Habermas sublinha o contributo seminal de Jeremy Bentham na conexão da opinião pública com o princípio da publicidade, interpretando-a à luz do ideal de debate crítico-racional do público que subjaz à conceção racionalista da Opinião Pública. A publicidade dos debates parlamentares assegura a supervisão do público; este forma uma opinião que até pode ser errada, “mas que é incorruptível; que tenderá a ser continuamente mais esclarecida; que une toda a sabedoria e toda a justiça da nação; que decide sempre o destino dos homens públicos e que pronuncia punições que são inevitáveis” (Bentham, 1843b, p. 578). Por outro lado, o público precisa também da publicidade para que se possa informar sobre os debates parlamentares:

“Num povo que está há muito habituado a assembleias públicas, o sentimento geral será elevado, as opiniões sãs serão mais comuns, e os prejuízos serão publicamente combatidos, não por retóricos, mas por homens de Estado” (Bentham, 1843b, p. 578): “A razão e a discussão penetrarão todas as classes da sociedade” (Bentham, 1843b, p. 579).

Não que Jeremy Bentham tenha uma firme convicção acerca da capacidade intelectual dos membros do público – dos quais diz, aliás, “nem um em cem” será capaz “de formar um julgamento esclarecido acerca das questões em discussão numa assembleia política” (Bentham, 1843b, p. 581) –, mas antes que encara a publicidade como o único meio de elevar o julgamento entre aqueles que formam opinião. Divide, assim, o público em três classes. A primeira é composta pela maior parte, aqueles que se ocupam muito pouco com os assuntos públicos e que nem têm tempo para ler, nem disponibilidade para raciocinar. A segunda refere-se aos que têm um julgamento emprestado, não tendo o trabalho, nem sendo capazes, de formar uma opinião própria. Por fim, os que pensam por si próprios, de acordo com a informação, mais ou menos exata, que são capazes de procurar. Serão então os membros dos segundo e terceiro grupos a beneficiar da publicidade; uns porque julgarão melhor quando tiverem documentos verdadeiros, os outros porque assim obterão opiniões mais

corretas. Só uma classe, na verdade, julga: sozinha dirige a opinião (Bentham, 1843b, p. 582).

O princípio da publicidade beneficia, sobretudo, o “público esclarecido”, a elite que forma e orienta a opinião pública; só indiretamente as suas vantagens se estendem à restante população. Embora a publicidade retenha uma dimensão crítica, tal como concebida no princípio kantiano do “uso público da razão”, esta é secundária, a sua principal função é de vigilância do poder. O princípio da publicidade “universal e absoluta” (Bentham, 1843a, p. 587) em todas as questões que afetam o público é interpretado como uma forma de regular os legisladores bastante similar “à tecnologia disciplinar elaborada no Panóptico para regular o corpo de prisioneiros” (Gaonkar & MacCarthy *apud* Splichal, 2002, p. 47).

Na perspetiva “panótica” de Bentham, a publicidade deve constranger os membros da assembleia a cumprir o seu dever; assegurar a confiança do povo e o seu assentimento às medidas da legislatura; permitir aos governantes conhecer os desejos dos governados; permitir aos eleitores agirem com conhecimento; dar à assembleia os meios para beneficiar da informação do público e ainda gerar o divertimento que aumenta a felicidade da nação (Bentham, 1843b, pp. 577-580). A publicidade garante o controlo do poder parlamentar; sendo este “absoluto e ilimitado” – não defende a separação de poderes proposta por Montesquieu –, só poderá ser corrigida a sua má-atuação através da única força que não tem poder: a opinião pública. “Nestes casos, a força da sanção moral – a força da opinião pública – avança e suplementa até um certo grau (embora incompleto) o lugar daquela força que, pela incapacidade dos seus comandantes, se tornou imprestável” (Bentham, 1843b, p. 534).

Os meios para assegurar a publicidade são também enumerados: a autêntica publicação das transações da assembleia; a preservação, através de minutas, de todos os discursos, perguntas e respostas; a toleração de publicações não-autênticas (jornais não-oficiais) e a admissão de estranhos aos debates (à exceção de mulheres) (Bentham, 1843a, p. 586); sendo ainda publicados os votos de cada lado de uma votação, bem como a indicação dos nomes dos votantes. Sob a permanente luz da publicidade, a atividade parlamentar pode, em todas as suas dimensões, ser vigiada; quem falta às votações, quem é contra ou a favor de determinada proposta legislativa,

a força relativa de governo e de oposição. Aos eleitores, cabe o julgamento final sobre a defesa do interesse público. As suas propostas para a reforma parlamentar incluem a constituição de parlamentos anuais, sufrágio (quase) universal, igualitário e secreto. O segredo do sufrágio, tal como a publicidade, visa promover o interesse público contra interesses privados, isto é, proteger os eleitores de pressões dos candidatos; também a publicidade das ações dos agentes públicos serve o mesmo propósito (Splichal, 2002, p. 49).

Pese embora a similitude dos métodos de vigilância pensados por Jeremy Bentham para as duas diferentes esferas – instituições políticas e disciplinares –, estes diferem quer em termos de fonte quer em termos do sentido do controlo. Na esfera política, a vigilância é usada para permitir o controlo da maioria da população sobre uma minoria de eleitos; na esfera disciplinar, visa o controlo de largos números de pessoas numa instituição por um número limitado de guardas. Mas Bentham “não considerou a publicidade apenas como um meio de controlo, nem reduziu o papel da opinião pública à função de vigilância” (Splichal, 2002, p. 48); esta comporta também funções de recolha de provas, de julgamento (moral) e de melhoria legislativa. A opinião pública não tem apenas a função de vigilância, mas também de *inovação* (Splichal, 2002, p. 48).

A publicidade “panóptica” visa, sobretudo, a vigilância e o controlo social de um poder que tem de assegurar a “felicidade” comum, de acordo com o princípio utilitarista; ausente está o ideal emancipatório do público, bem como a defesa de direitos ou de liberdades pessoais que são a grande conquista do pensamento liberal. Bentham “reduz as relações de poder aos atores (instituições) diretamente envolvidos no processo legislativo, mas negligencia outros aspetos do poder na sociedade e, em particular, o povo” (Splichal, 2002, p. 59). Não só a dimensão de debate racional assume uma importância secundária, como o carácter crítico da publicidade (no sentido de oposição ao governo) está praticamente ausente. Quanto à “ideia racionalista da liberdade humana, falta completamente” (Splichal, 2002, p. 59).

1.6. O “Problema do Público”

1.6.1. A “Tirania” da Maioria

O pensamento de Jeremy Bentham sobre a Opinião Pública representa um momento de transição na sua conceptualização, quer pela função de vigilância que lhe confere, quer, sobretudo, pela sua irredutibilidade na defesa do poder da maioria em julgar uma minoria (governantes). Aos argumentos da “incompetência do povo”⁸ para decidir sobre os assuntos políticos, fruto da sua ignorância e da sua atuação motivada por paixões, contrapõe serem estes resultantes de insuficiente publicidade, pelo que a solução não é impedi-lo de julgar, mas antes dar-lhe os meios (informação) para que possa julgar melhor:

“Se esta classe julga mal, é porque é ignorante dos factos – porque não possui os meios necessários para formar um bom julgamento. Este é o raciocínio dos partidários do mistério: «És incapaz de julgar porque és ignorante; e permanecerás ignorante, para que sejas incapaz de julgar»” (Bentham, 1843b, p. 587).

Contra esta perspetiva se posicionam os pensadores liberais da geração seguinte, ao denunciarem a “tirania da maioria”, entre os quais um dos seus mais próximos discípulos, John Stuart Mill:

“Não podemos pensar que Bentham fez o mais útil emprego que podia ter feito dos seus grandes poderes quando, não contente com entronizar a maioria, através de sufrágio universal sem rei nem casa de lordes, esgotou todos os seu engenhosos recursos em encontrar meios para levar o jugo da opinião pública cada vez mais perto dos pescoços dos funcionários” (Mill, 1838, p. 188).

⁸ Como vimos, Bentham divide o público em três classes. Usa o termo “público” (“*public*”) quando se refere ao público em geral ou ao público esclarecido. Designa por “povo” (“*people*”) a maioria da população.

A Opinião Pública já não é entendida como fonte de influência sobre o poder; antes, é, em si, também poder, conseqüentemente tem de ser limitada para que não domine sobre os demais. Mill considera que a soberania da maioria representa a situação menos injusta, do ponto de vista governativo, mas defende que esta tenha um contrapeso:

“É necessário que as instituições da sociedade tomem medidas para manterem, de uma forma ou outra, como um corretivo a pontos de vista parciais e um abrigo para a liberdade de pensamento e a individualidade de carácter, uma permanente e perpétua Oposição à vontade da maioria” (Mill, 1838, p. 187).

As “teorizações irrealistas” iluministas que se tornaram matéria “de fé” (Albig, 2007, p. 23) acerca da capacidade dos homens decidirem racionalmente são questionadas pelos liberais novecentistas confrontados com o alargamento do “público esclarecido” a novos grupos sociais – mulheres, operários, camponeses, não-brancos⁹ –; em resultado quer da extensão da literacia e da imprensa quer dos movimentos sociais destes “contra públicos subalternos” (Fraser, 1992) que tematizam as suas preocupações e reivindicam iguais direitos políticos: “A publicidade, encarregada agora de mediar essas reivindicações, converter-se-á em campo de confronto de interesses, um conflito que adquire os rudes rasgos de uma disputa violenta” (Habermas, 2002, p. 163).

A conceção racionalista da Opinião Pública cede aos diagnósticos críticos quanto ao seu poder opressivo; John Stuart Mill chama-lhe “uma censura hostil e temível” (Mill, 2003, p. 130), que seria mais apropriadamente designada como poder das massas, e receia a supremacia da mediocridade:

“Quando as opiniões das massas de homens apenas medianos são, ou estão a tornar-se, em todo o lado, o poder dominante, o contrapeso e o corretivo dessa tendência será a cada vez maior pronunciada

⁹ O voto dos negros é uma das questões que divide a sociedade norte-americana e sobre a qual intelectuais europeus, como John Stuart Mill, se pronunciam. Mill defende o alargamento do direito de voto a mulheres, operários e negros e preconiza que o sufrágio universal é inevitável. Trata-se de uma posição alicerçada no princípio da igualdade; não obstante, expressa as maiores dúvidas quanto à “qualidade” do pensamento maioritário.

individualidade daqueles que têm um pensamento mais elevado” (Mill, 2003, p. 131).

John Stuart Mill inspira-se em Alexis de Tocqueville, a quem chama o Montesquieu do seu tempo, que vê na “omnipotência da maioria” o crescente poder da Opinião Pública nos Estados Unidos, imputando a sua origem ao princípio da igualdade, no qual vê duas tendências: “Uma leva a mente de cada homem a pensamentos não-experimentados, a outra inclina-se a proibi-lo de sequer pensar” (Tocqueville, 1997, p. 11). Por um lado, a maioria dispensa os indivíduos de terem de pensar por si próprios ao disponibilizar-lhes um conjunto de opiniões “feitas” com as quais se devem identificar. Por outro, quanto mais têm condições iguais, menos força têm, enquanto seres singulares, sendo mais facilmente levados a seguir a multidão e mais difícil nessas circunstâncias aderirem “a uma opinião que seja rejeitada pela multidão” (Tocqueville, 1997, p. 68).

Essa coerção leva-o mesmo a afirmar que “não existe liberdade de opinião na América” (Tocqueville, 1997, p. 192); embora sem restrições legais, a coação social que impele os indivíduos a conformarem-se com a maioria também os silencia: “Não que seja exposto a um auto-de-fé, mas é atormentado pelas ridicularias e perseguições das humilhações diárias” (Tocqueville, 1997, p. 191). A dimensão de controlo social da Opinião Pública, que observámos em John Locke e Jean-Jacques Rousseau – em Jeremy Bentham assume, como vimos, uma conotação diferente –, é retomada, embora com um novo significado negativo que se prende com a defesa liberal dos direitos individuais. Do mesmo modo, argumenta Alexis de Tocqueville, o debate público só persiste enquanto a maioria está ainda indecisa; assim que a sua decisão seja pronunciada, “observa-se um silêncio submisso” e “a discussão cessa”: “A maioria possui um poder que é, ao mesmo tempo, físico e moral; age sobre a vontade, bem como sobre as ações dos homens, e reprime não só toda a competição como toda a controvérsia” (Tocqueville, 1997, p. 190). A Opinião Pública é uma forma de coerção, exercida por uma maioria “mais envolvida nos negócios que no estudo”, sem capacidade intelectual para um raciocínio crítico; por isso, “não persuade com as suas opiniões, mas impõem-nas e fá-las penetrar nos espíritos através de uma espécie de imensa pressão exercida sobre a razão de cada um” (Tocqueville, 1997, p. 11).

O diagnóstico de divórcio entre a crítica e a opinião (Esteves, 1998, p. 223) de Alexis de Tocqueville é retomado por John Stuart Mill, para quem a limitação intelectual da maioria é uma das origens de uma opinião pública “peculiarmente calculada para tornar intolerante qualquer demonstração marcada de individualidade”: “A humanidade em geral não é só moderada no intelecto, é também moderada nas inclinações, não tem gostos ou desejos suficientemente fortes para a levar a fazer algo que não seja habitual” (Mill, 2003, p. 133). Não só não entende quem seja e/ou aja de modo diferente, como será de esperar que se organize na defesa dos seus valores morais; nas palavras de Mill: o “despotismo dos costumes” que obstaculiza o progresso humano. A Opinião Pública é assim entendida como um poderoso mecanismo de nivelamento pela mediocridade da opinião da massa, inversamente proporcional ao suporte social à não-conformidade; a única contra força possível é assegurar a “diversidade de opiniões, a qual, no atual estado do intelecto humano, representa a única hipótese de *fair play* (“jogo limpo”) para todos os lados da verdade” (Mill, 2003, p. 114). A defesa dos direitos individuais leva John Stuart Mill a uma analogia com a liberdade religiosa, invocando “tolerância” para as opiniões minoritárias: “Porque há de a tolerância, no que respeita ao sentimento público, estender-se apenas aos gostos e aos modos de vida que extorquem aquiescência pela multidão daqueles que aderem?” (Mill, 2003, p. 132).

A Opinião Pública que se erigira em autoridade capaz de controlar o poder cede perante uma Opinião Pública que há que controlar; o sistema representativo surge como a melhor forma de assegurar a proteção da minoria contra a maioria: “A democracia representativa exclui «o povo» da influência direta no poder nacional. Ao mesmo tempo, assegura que os cidadãos deem o seu consentimento, lealdade e obediência” (Splichal, 1999, p. 135). O “governo de opinião” substitui, afinal, uma forma de dominação por outra – a coerção pela persuasão; nesse sentido, Max Weber classifica os parlamentos modernos como, antes de tudo, “órgãos representativos dos indivíduos governados por meios burocráticos”: “Afinal de contas, um mínimo de consentimento da parte dos governados, pelo menos das camadas socialmente importantes, é a condição prévia da durabilidade de toda a dominação, inclusive da mais bem organizada” (Weber, 1997, p. 55).

1.6.2. Multidão e Público

A “tirania da maioria” é um dos cinco problemas relacionados com o público moderno que marcam a história e a investigação sobre a Opinião Pública: a sua potencial superficialidade (falta de competência e falta de recursos) e a sua potencial suscetibilidade (a tirania da maioria, a propaganda ou a persuasão da massa) e a sua dominação subtil pelas elites minoritárias (Price, 1992, pp. 16-17). A primeira reflexão sistemática sobre a “psicologia da multidão” cabe a Gustave LeBon, que teme o crescente poder de multidões irracionais que levariam o mundo à anarquia: “A opinião das multidões tende, cada vez mais, a tornar-se o princípio supremo de orientação na política” (LeBon, 2002, p. 96).

Trata-se de uma perspetiva claramente reativa e conservadora perante “a destruição das crenças religiosas, políticas e sociais nas quais todos os elementos da nossa civilização se baseiam” (LeBon, 2002, p. X); assume contornos não inteiramente coincidentes com a crítica liberal de John Stuart Mill e de Alexis de Tocqueville. Embora denunciem a “tirania da maioria”, ambos são defensores dos direitos individuais, do sufrágio universal e de um sistema representativo em que os “controles e contrapesos” (“*checks and balances*”) da divisão de poderes assegurem uma relação governo / governados mais equilibrada; em LeBon a “psicologia da multidão” é brandida em tom apocalíptico por quem assiste a uma mudança de um sistema de privilégios cujo fim lamenta: “O destino das nações é elaborado atualmente no coração das massas e já não nos concílios dos príncipes” (LeBon, 2002, p. X).

É Gabriel Tarde quem faz o primeiro estudo do público como categoria sociológica, considerando-o, e não à multidão, como o grupo social do futuro: “Pela metamorfose de todos os grupos sociais em público, então, o mundo intelectualiza-se progressivamente” (Tarde, 1991, pp. 38-39).

Identifica no público uma original e moderna forma de sociabilidade; trata-se de uma “coletividade puramente espiritual, uma dispersão de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é apenas mental” (Tarde, 1991, p. 11). A união de indivíduos dispersos geograficamente é possível devido ao surgimento da imprensa, no século

XVI, a qual permite “o transporte do pensamento à distância” (Tarde, 1991, p. 15), e que, graças ao caminho-de-ferro e ao telégrafo, alarga consideravelmente o seu campo de influência. Um momento decisivo foi o da Revolução Francesa, com a qual ocorre o “verdadeiro” nascimento do jornalismo e, em consequência, do público “de que foi a febre e o fermento” (Tarde, 1991, p. 17).

A nova sociabilidade representada pelos públicos reside na mediação entre o público e o privado, ao permitir “aos caracteres individuais marcantes as maiores facilidades de se imporem e às opiniões individuais originais maior possibilidade para se difundirem” (Tarde, 1991, p. 26). Com esta relação específica entre os dois domínios, concebidos como esferas antitéticas nos modelos sociais greco-romanos, mas cuja diferenciação moderna pressupõe a sua articulação (Esteves, 1998, p. 190), estabelece o público o primeiro nível de mediação simbólica. A reunião dos seus elementos já não obriga à sua coexistência física, como na *ágora* grega ou no *forum* romano, sendo antes uma união de interesses e de vontades partilhadas que cada indivíduo identifica na “carta pública diária” que é o jornal. A partir daí, cada qual enceta uma conversação com os demais, processo simultaneamente subjetivo e intersubjetivo, em que a expressão das opiniões individuais originais, através da conversação pública, uma opinião comum – um acordo parcial – em torno de alguns temas importantes. “A opinião está para o público, nos nossos dias, tal como a alma está para o corpo” (Tarde, 1991, p. 58).

A opinião significa a Opinião Pública, por representar um “agrupamento momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos”, que respondem a “problemas atualmente colocados” e que são partilhados por “pessoas do mesmo país, da mesma época e da mesma sociedade. Todas essas condições são essenciais” (Tarde, 1991, p. 61). Outra coisa é, por um lado, a Tradição, que condensa opiniões e preconceitos passados, e, por outro, a Razão: os julgamentos pessoais, relativamente racionais, da elite “que se isola e pensa, saindo da corrente popular para a encurralar e a dirigir” (Tarde, 1991, p. 59).

Os públicos são concebidos como mais estáveis e tolerantes que outros grupos sociais, quer pela partilha de interesses comuns, quer pela “consciência que cada um possui de que uma ideia ou uma vontade é partilhada no mesmo momento por um

grande número de outros homens” (Tarde, 1991, p. 12). A sua formação pressupõe uma evolução mental e social elaborada, resultante da intensa interação social vivenciada nas cidades; impulsionada por um desejo crescente de sociabilidade, satisfeito pela comunicação regular entre os indivíduos. O público emerge, então, como “indefinidamente extensível e, à medida que se alarga, a sua vida particular torna-se mais extensa. Torna-se inegável que ele irá ser o grupo social do futuro” (Tarde, 1991, p. 19).

Robert Park, por seu turno, propõe novas interpretações para as sociabilidades do público e da multidão; identifica traços comuns entre ambos os grupos sociais, relacionando-os com a adaptação, a mudança e a inovação sociais: “A distinção fundamental entre a multidão e o público não é medida nem por números nem por meios de comunicação, mas pela forma e pelos efeitos da interação” (Park, 1921a, p. 869). Enquanto no público a interação toma a forma de uma discussão, na qual “os indivíduos tendem a agir uns em relação aos outros criticamente, os assuntos são levantados e os partidos são tomados. As opiniões colidem e assim modificam-se e moderam-se umas às outras”; a multidão não discute e, portanto, não reflete. “Simplesmente «mói». No processo de moagem, forma-se um impulso coletivo que domina todos os membros da multidão” (Park, 1921a, p. 869). Esta tanto pode ser criminosa como heroica, dependendo do sentido do impulso coletivo: “A multidão pode, portanto, ser conduzida, de acordo com o conteúdo das ideias que lhe foi proposto, quer por sublimes e nobres ações quer pelas expressões dos mais baixos e bárbaros instintos” (Park, 1921a, p. 417).

O público ganha existência em grupos secundários¹⁰, como os parlamentos, os tribunais e os sindicatos, em que os contactos pessoais são reduzidos, os indivíduos contactam uns com os outros em apenas alguns aspetos das suas vidas e as relações são relativamente impessoais, formais e convencionais. As interações sociais são coordenadas pelas discussões e pelos debates: “É nessa região da vida social que os

10 As formas de sociabilidade são distintas entre grupos primários e secundários. Nos primeiros, como a família, a igreja ou as associações comunitárias, a interação social é presencial, não-reflexiva, instintiva e emocional; ocorre sobretudo sob a forma de imitação, favorecendo a adaptação social. As interações primárias são regidas pelas tradições e pelos costumes, assumindo um papel crucial na formação dos ideais e da natureza social dos indivíduos (Park, 1921a, p. 285), mas também um restritivo controlo social, porque as normas de conduta são indiscutíveis e o estatuto dos indivíduos imutável.

indivíduos ganham, ao mesmo tempo, a liberdade pessoal e a oportunidade para a distinção que lhes é negada no grupo primário” (Park, 1921a, p. 56); é possível uma ação coordenada que impulse a mudança social.

Ao organizar-se em torno de um universo de discurso partilhado, no quadro do qual “a língua, as declarações de factos, as notícias terão, para todos os efeitos práticos, o mesmo significado” (Park, 1921a, p. 791); o público move-se num mundo objetivo e inteligível. Dentro dos limites desse universo simbólico, emerge da discussão de posições divergentes; é o conflito que lhe confere um carácter racional: este nunca assume a configuração de um ser unitário. As condições necessárias para integrar um público são mais exigentes do que as de ingresso na multidão; não só as capacidades de sentir e desenvolver empatia, mas também as de pensar e argumentar com os outros: “Se a crítica desaparece, o público deixa de existir” (Splichal, 1999, p. 10). A Opinião Pública é, conseqüentemente, entendida como o resultado desta interação crítica, não como “a opinião de todos, nem mesmo da maioria das pessoas que compõem o público”, mas como uma “opinião composta, que representa uma tendência geral do público como um todo” (Park, 1921b, p. 16).

A originalidade e a relevância do pensamento de Robert Park radicam nas similitudes que reconhece entre o público e a multidão, nomeadamente em termos de sociabilidade e de capacidade de inovação social. “Um público, como a multidão, não pode ser concebido como uma organização formal, como um parlamento ou mesmo uma reunião pública” (Park, 1921a, p. 791), sendo ambos entendidos como formas sociais transitórias assumidas pelos grupos para se “transformarem” em novas organizações (Price, 1992, p. 26). O processo inicia-se com uma “agitação individual” em relação a algo, esta transforma-se no “impulso” que desencadeia um processo de “contágio social”, a partir do qual emerge a “multidão”, posteriormente os “movimentos de massa” e que se conclui com a eventual “cristalização nas instituições” sociais das mudanças reivindicadas. A multidão é aqui entendida como “a primeira fase do grupo social que é a fonte de todos os outros” (Park, 1921a, p. 201) e portanto equiparada ao público em termos de capacidade de mudança social. Ambos pressupõem um impulso comum, mas que “não assumiu ainda o estatuto de uma

norma social clara” (Price, 1992, p. 226) e ambos podem suscitar novos modos de organização social.

A Opinião Pública é entendida como um processo social, não redutível à “opinião do dia”; os sociólogos da “Escola de Chicago”, que estudam as relações das novas sociedades industriais, enfatizam a sua dimensão comunicativa e a sua importância enquanto mecanismo de coordenação social.

1.6.3. Opinião Pública e Comunicação

Charles Cooley tem uma visão organicista da Opinião Pública, integrando-a nos processos comunicativos do quotidiano.

“A perspectiva de que não temos opinião pública senão quando as pessoas estão de acordo, é um remanescente da obsoleta filosofia social que encarava os indivíduos como normalmente isolados e a vida social como devida à sua emergência parcial deste isolamento e reunindo-se de certas maneiras específicas” (Cooley, 2008, pp. 378-379).

A vida social é entendida como um resultado da interação humana, através da comunicação; os indivíduos são seres sociais, que têm de articular entre si, através de estratégias de cooperação ou de competição, os seus diversos interesses. A Opinião Pública “não é um mero agregado de julgamentos individuais separados, mas uma organização, um produto cooperativo da comunicação e da influência recíproca” (Cooley, 2003, p. 121) entre os membros de um grupo.

Charles Cooley distingue entre uma “impressão popular” e uma “opinião verdadeira e madura”: a primeira é fácil, superficial, transitória, inconstante e imbecil, comparável aos pensamentos irrefletidos que um indivíduo possa expressar; a segunda requer atenção séria e discussão por um período considerável, é estável quando alcançada, mesmo se enganada. A opinião verdadeira e madura é que subjaz à formação da Opinião Pública; esta implica uma base partilhada de conhecimentos, “uma certa mentalidade”, para que seja possível a comunicação entre os membros do grupo. O processo inicia-se (seja a nível individual, seja a nível grupal) quando se

disponibiliza tempo e atenção a um assunto, se recolhe informação e se perscrutam os sentimentos, até amadurecer a opinião:

“Cada um que tenha um facto, um pensamento, ou sentimento, que pense ser desconhecido ou insuficientemente considerado, tenta transmiti-lo; e assim não apenas uma mente, mas todas as mentes são pesquisadas em busca de material pertinente que é lançado à corrente geral de pensamento para cada um usar como quiser” (Cooley, 2003, p. 122).

Os membros do grupo transformam-se num “todo orgânico”, mas isso não significa que todos tenham de estar de acordo em relação à opinião final. A unidade grupal não é conferida pela identidade, mas pela ação, pela cristalização de ideias diversas, mas relacionadas entre si. “Pode haver tantas diferenças de opinião como havia anteriormente, mas as diferenças agora existentes são comparativamente mais inteligentes e duradouras” (Cooley, 2003, p. 122).

Do processo de formação da Opinião Pública resulta uma aprendizagem, um esclarecimento, uma reorganização do pensamento, para a qual cada indivíduo ou grupo contribuiu à sua maneira específica. Os receios liberais quanto à “tirania da maioria” são reenquadrados na visão organicista da Opinião Pública pela ênfase da importância do seu processo de formação, em detrimento do resultado final – tese que será desenvolvida pelo pragmático John Dewey. A diferença entre esta perspectiva e a dos liberais novecentistas não reside em uma qualquer confiança irrealista na ação da maioria; bem pelo contrário, é defendida a importância do conflito e das perspectivas minoritárias – o que distingue os sociólogos da “Escola de Chicago” e os liberais é uma conceção diferente dos indivíduos, como vimos atrás, e a dimensão comunicativa da Opinião Pública. Esta não é vista numa perspectiva utilitarista, de acordo com uma racionalidade “meios-fins”, mas antes como um processo discursivo regido por uma racionalidade comunicativa.

Por isso, o acordo – o “final” – é uma mera parte do processo e nem sempre a mais importante, já que poderá acarretar uma “subserviência” que impeça democracias vigorosas. “Não há nada mais democrático que o inconformismo inteligente e devotado porque significa que o indivíduo está a colocar a sua liberdade e

coragem ao serviço do todo” (Cooley, 2008, p. 381). São as minorias, que têm o potencial de inovação social; é nos “pequenos partidos que devemos sempre olhar para as tendências que, provavelmente, irão ser dominantes no futuro” (Cooley, 2008, p. 330). Na diferença entre “a originalidade, a fé e a vontade de tornar as coisas melhores” encontramos o público; na maioria “de elementos inertes e dependentes”, vislumbramos a massa.

A transformação do público em massa decorre do alargamento do espaço público aos “contra públicos subalternos”, processo que acompanha as mudanças económicas, tecnológicas, sociais e políticas dos finais do século XIX e início do século XX.

As profundas crises que marcam a transição da era mercantil para o capitalismo industrial, a constituição de monopólios e a emergência do mercado de capitais demonstram os limites do modelo liberal e agudizam as desigualdades sociais; para além dos conflitos entre as classes proprietárias e as não-proprietárias, a própria burguesia é atravessada por relações verticais: “As intervenções públicas do final do século XIX são uma tradução política dos conflitos de interesse que já não podem ser dirimidos na esfera privada” (Habermas, 2002, p. 173).

O protecionismo estatal, que visa assegurar o funcionamento do mercado (caso das leis anti monopólio), estende-se a novas funções que eram, até então, atributo da esfera privada e que darão origem ao chamado Estado Social (*Welfare State*); as relações sociais sofrem uma profunda reorganização, impulsionadas pelos movimentos operários e sindicais que reivindicam melhores condições de trabalho e de remuneração para a massa de população deslocada para as cidades industriais, desprovida da rede de apoio familiar da comunidade de origem; pela consolidação dos grandes partidos e associações que representam interesses particulares junto do Estado; pelo alargamento do direito de voto e pela instauração de regimes democráticos. As novas leis, medidas e serviços prestados pelo Estado são um instrumento de pacificação social; os conflitos económicos que, graças à paulatina institucionalização do sufrágio universal, podem ser convertidos em conflitos políticos são neutralizados pela intervenção estatal que desenvolve sistemas de segurança social, de educação e de saúde, e aprova legislação de trabalho, de arrendamento e de

consumo. Estas são importantes conquistas das classes não-proprietárias, bem como almofadas que evitam o colapso do capitalismo (Habermas, 2002, pp. 173-179), atravessado por crises cíclicas que potenciam explosivos conflitos sociais.

A interpenetração entre a sociedade civil e o Estado desconjunta a articulação distintiva entre os domínios privado e público; a falência do modelo liberal de pequenos proprietários e a consolidação do capitalismo industrial e das grandes corporações empresariais internacionais transforma a maioria da população em assalariada. Os seus tempos de trabalho e de lazer são organizados à semelhança do modelo industrial, de acordo com uma racionalidade orientada para a máxima rendibilização: na esfera profissional, a massa produz; nos tempos livres, consome.

As tarefas de proteção familiar, até então atributo da esfera privada, passam a ser da responsabilidade estatal; o público passa a ser sinónimo de Estado. A imprensa de opinião, substrato da publicidade política, cede à imprensa de massa (comercial) – para não desagradar aos anunciantes, despolitiza-se; para se tornar acessível à generalidade dos leitores, transforma-se em fornecedora de factos avulso. A publicidade, por seu turno, converte-se “numa porta de entrada para as incursões furtivas de forças sociais que, a reboque da publicidade consumidora de cultura, própria dos *media* de massa, penetram no espaço de intimidade da família nuclear” (Habermas, 2002, p. 191). A publicidade crítica desagrega-se em publicidade manipuladora, revela a sua ambivalência: serve tanto para a manipulação *do* público como para a legitimação *perante* ele” (Habermas, 2002, p. 205).

A maior democratização da Opinião Pública é acompanhada por um declínio da sua força política; em simultâneo, a sua autoridade é consagrada constitucionalmente – tal como expressa a célebre definição da democracia de Abraham Lincoln: “O governo do povo [com o seu consentimento], pelo povo [através dos seus representantes] e para o povo [para o seu bem comum e permanente]” (Lincoln *apud* Splichal, 1999, p. 17). O paradoxo de um público soberano, mas (quase) sem poder é o “problema do público” que está no centro do debate nas primeiras décadas do século XX.

1.6.4. O Público “Fantasma”

O conceito de soberania popular é contestado por Walter Lippmann, pouco após o final da Primeira Grande Guerra, época caracterizada pela preocupação (e estudo) da manipulação propagandística da massa; chama-lhe “fabrico do consentimento”: “É uma velha arte que se supunha ter morrido com a democracia. Mas não morreu” (Lippmann, 1997, p. 158).

As suas críticas são direcionadas ao conceito de Opinião Pública, considerando-o uma ficção em sociedades com um considerável grau de especialização funcional e que, portanto, apresentam complexos problemas de governação, inalcançáveis pelo indivíduo comum. “O mundo com o qual temos de lidar politicamente está fora de alcance, fora da vista, fora da mente. Tem de ser explorado, reportado e imaginado” (Lippmann, 1997, p. 18). São, assim, as “imagens mentais” veiculadas pela imprensa, que subjazem à ação individual: “Assumimos que o que cada homem faz é baseado não num conhecimento direto e certo, mas em imagens feitas por si próprio ou que lhe são dadas” (Lippmann, 1997, p. 16). O público não só não é omnicompetente para decidir sobre os assuntos públicos como é vulnerável à manipulação pelo governo, através dos *media*.

Walter Lippmann distingue entre as opiniões específicas de cada indivíduo, que respeitam a um conhecimento direto, como são as opções a tomar na sua vida profissional, e as opiniões gerais, relativas à conduta geral da sociedade, que não passam de noções vagas e confusas, que têm de ser “processadas, canalizadas, comprimidas e uniformizadas” (Lippmann, 2007, p. 37). Este processo não é racional, decorrendo antes da manipulação das emoções da massa, intensificando os seus sentimentos e degradando o significado dos eventos, de forma a levá-la a apoiar ou a rejeitar determinada opção: “Antes que a massa das opiniões gerais possa resultar em ação executiva, a escolha é limitada a poucas alternativas. A alternativa vitoriosa é executada não pela massa, mas por indivíduos que controlam a sua energia” (Lippmann, 2007, p. 38).

O público nem é entendido como um grupo social específico, nem como um ator político de pleno direito; é classificado como um “fantasma” e reduzido a mero espectador do sistema político: “O público não é, como eu o vejo, um corpo fixo de indivíduos. São apenas aquelas pessoas que estão interessadas num assunto e que podem afetá-lo apenas através do seu apoio ou da sua oposição aos atores envolvidos” (Lippmann, 2007, p. 77). Lippmann não preconiza metodologias para dotar o público com as capacidades ou com os meios para que este possa formar a sua opinião, nem se posiciona na linha do ideal emancipatório da Opinião Pública; pelo contrário, a sua confiança na evolução científica e técnica e o seu pensamento político liberal, que privilegia a eficácia em detrimento da legitimidade, direcionam-no para a defesa de um governo de especialistas:

“O que o público faz não é expressar as suas opiniões, mas alinhar-se a favor ou contra uma proposta. Devemos abandonar a noção de que o governo democrático pode ser uma expressão direta da opinião do povo. Devemos abandonar a noção de que o povo governa” (Lippmann, 2007, p. 51).

Walter Lippmann posiciona o público como observador (externo) do sistema político e distingue entre os especialistas, que posiciona no interior de cada sistema social (economia, política, etc.); só os primeiros estão habilitados com os conhecimentos necessários à resolução dos diversos problemas: “O observador é necessariamente ignorante, usualmente irrelevante e frequentemente intrometido, porque tenta navegar o barco em terra seca” (Lippmann, 2007, p. 140).

A ação executiva compete aos especialistas habilitados com o conhecimento e com as competências necessárias para decidir os assuntos governativos. “A ação executiva não é para o público” (Lippmann, 2007, p. 135), sendo este incapaz de, perante uma determinada questão controversa, avaliar os seus méritos intrínsecos, analisá-la e solucioná-la: “O que é deixado para o público é o julgamento sobre se os atores na controvérsia seguiram um conjunto estabelecido de regras de comportamento ou os seus próprios desejos arbitrários” (Lippmann, 2007, p. 135).

No “público fantasma” de Walter Lippmann e na sua defesa de um governo de especialistas perpassam antigas controvérsias acerca do valor e da função da opinião

pública no processo democrático e que continuam a mobilizar os estudiosos da área, nomeadamente no que respeita às potenciais superficialidade e suscetibilidade do público. Controvérsias que alimentam o debate com John Dewey: “Todo o governo de especialistas em que as massas não tenham oportunidade de o informar acerca das suas necessidades não pode ser outra coisa senão uma oligarquia gerada em interesse de uma minoria” (Dewey, 2004, p. 168). Dewey opõe uma diferente conceptualização do público e defende uma maior participação democrática, através da publicidade, da crítica, da deliberação e da decisão sobre os assuntos comuns. O seu entendimento distingue-se pela ênfase dada à comunicação e por uma abordagem que reformula as codificações clássicas do pensamento liberal, nomeadamente no que respeita à articulação entre os domínios público e privado e entre o indivíduo e a sociedade; torna-se, a partir aí, possível conceptualizar o público de um modo que mantém (e reforça) o seu carácter normativo e que operacionaliza as configurações mais díspares que este assume nas sociedades complexas.

Para John Dewey, na esfera do privado recaem as transações interpessoais que os envolvidos conseguem controlar; na esfera pública as restantes. O público é, então, uma comunidade de indivíduos unidos pela existência de consequências indiretas, extensas e duradouras que os afetam, e que estes buscam controlar (Dewey, 2004, p. 125). Ao considerar que muitos atos privados são sociais por produzirem efeitos na comunidade e ao recusar a conexão entre o que é público e socialmente útil, o público é concebido em estreita relação com a organização política: “O Estado é, pois, um público articulado que opera através dos funcionários representativos; não há Estado sem governo, mas também não existe nenhum sem o público” (Dewey, 2004, p. 92).

Ao ganhar existência pela necessidade de controlar os efeitos indiretos de transações que o afetem, o público está na génese da comunidade organizada politicamente: os funcionários e agentes são, nesta perspetiva, aqueles que integram as instituições estatais a quem compete representar e acautelar os interesses do público. Colocando a relação público / Estado no núcleo da sua conceptualização do público como grupo social específico, John Dewey confere-lhe, decisivamente, uma natureza normativa, já não idealizada nos termos restritos do pensamento iluminista, mas com critérios que permitem ancorá-lo às realidades das sociedades dos séculos XX

e XXI. Face à crescente complexificação social, identifica vários públicos dispersos, resultantes do desproporcionado número de ações conjuntas com consequências indiretas, graves e duradouras; cada público entrecruza-se com os demais, “gerando o seu próprio grupo de pessoas particularmente afetadas e resta pouco para que se possa unir estes diferentes públicos num todo integrado” (Dewey, 2004, p. 131).

O “problema do público” não é, então, que este seja necessariamente incompetente ou “fantasma”, mas antes que

“[há] demasiado público, ou seja, um público difuso e disseminado, e demasiado intrincado na sua composição. Se há públicos excessivos, é porque o número de ações conjuntas que têm consequências indiretas, graves e duradouras é desproporcionado, cada um deles entrecruza-se com os demais, gerando o seu próprio grupo de pessoas particularmente afetadas e resta pouco para que se possa unir estes diferentes públicos num todo integrado” (Dewey, 2004, p. 131).

Assim, a grande questão é descobrir os meios pelos quais um público fragmentado, disperso, móvel e múltiplo possa reconhecer-se a si mesmo ao ponto de definir e de expressar os seus interesses: “Esse descobrimento é necessariamente prévio a qualquer mudança fundamental dos mecanismos políticos” (Dewey, 2004, p. 137).

John Dewey não alimenta ilusões quanto à real competência dos indivíduos para decidirem assuntos políticos complexos; pelo contrário, considera que o conhecimento necessário à organização democrática do público não existe. Perspetiva, contudo, no conhecimento científico, nomeadamente nas Ciências Sociais, a solução para a sua educação e o seu esclarecimento; aos especialistas compete a produção de conhecimento para esse fim:

“Enquanto a investigação e a publicidade não substituírem o segredo, o preconceito, a parcialidade, a tergiversação e a propaganda, assim como a pura ignorância, não haverá forma de expressar a capacidade que a inteligência atual das massas poderá ter para ajuizar as políticas sociais” (Dewey, 2004, p. 169).

Para Lippmann, contudo, a educação cívica deve antes dotar o público com a capacidade de distinguir entre as opções apresentadas pelos especialistas: “A educação para a cidadania, para os membros do público, deve, então, ser distinta da educação para cargos públicos” (Lippmann, 2007, p. 141).

Enquanto John Dewey defende a publicidade como fundamental para a informação do público, Walter Lippmann considera-a apenas útil para os especialistas, não para a maioria dos indivíduos que tem uma reduzida capacidade de processar informação: “Não compreenderemos essa necessidade se imaginarmos que o propósito da publicação pode ser a informação de cada votante” (Lippmann, 2007, p. 33). Também não vê na regra da maioria – que John Dewey considera não como um fim em si, mas como parte de um processo de informação, de deliberação e de tomada de decisão através do qual o público se esclarece – qualquer “superioridade ética”: A justificação da regra da maioria “será encontrada na necessidade transparente de encontrar um sítio na sociedade civilizada para a força que reside no peso dos números” (Lippmann, 2007, p. 48).

1.6.5. Públicos e Participação Democrática

Não é a irracionalidade ou a manipulação que preocupam John Dewey, mas antes a dispersão do público e a sua falta de recursos; a sua teoria da Opinião Pública deve, assim, ser entendida sobretudo como uma reflexão sobre a participação democrática, e não tanto acerca da racionalidade das decisões, isto é, dos resultados do processo de opinião.

Essa preocupação leva o liberal Walter Lippmann a privilegiar a eficácia de um governo de uma elite de especialistas, mas para o pragmático John Dewey, como para os investigadores da “Escola de Chicago”, isso representa não só o abandono da democracia como também uma intolerável limitação da emancipação do ser humano. A importância da participação na vida coletiva como um fator determinante na identidade individual, sintetizada na máxima marxista de que “o que não posso ser para os outros, não sou e não posso ser para mim” (Marx, 1842, p. 10), é entendida

numa perspetiva mais alargada de que a liberdade de expressão ou o direito de voto: “Através da participação, o indivíduo passa da privacidade para a publicidade” (Splichal, 1999, p. 138). Só através da participação coletiva é que o indivíduo pode ascender a uma maior liberdade:

“A liberdade é a firme libertação e o cumprimento daquelas potencialidades pessoais que só têm lugar numa associação rica e múltipla com os demais: a faculdade de ser um «eu» individualizado que traz um contributo distintivo e que desfruta, à sua maneira, dos frutos da associação” (Dewey, 2004, p. 139).

Tal como Charles Cooley e Robert Park, entende a sociedade como um produto da comunicação; à semelhança de Immanuel Kant vê na publicidade e na educação os meios indispensáveis à emancipação humana:

“Não pode existir público sem completa publicidade no que respeita a todas as consequências que o envolvem. Tudo o que obstrua ou restrinja a publicidade limita e distorce a opinião pública e trava e distorce o pensamento sobre os assuntos sociais” (Dewey, 2004, p. 147).

Só assim poderão os indivíduos envolver-se em conversações públicas e alcançar uma opinião comum; mais importante que os resultados são os processos através dos quais os públicos fazem ouvir a sua voz – eles encerram em si uma componente educativa que só existe nas democracias: “Nenhum homem, nem mente alguma jamais se emanciparão só pelo facto de serem deixados sós” (Dewey, 2004, p. 148).

A dimensão comunicacional da Opinião Pública será retomada por Wright Mills que caracterizará o público em função do seu grau de envolvimento na comunicação pública. No público, praticamente o mesmo número de pessoas expressa e recebe opiniões; a comunicação pública é organizada de tal modo que há a possibilidade imediata e efetiva de responder a qualquer opinião expressa. A opinião formada por essa discussão prontamente encontra uma saída na ação efetiva, mesmo contra – se necessário – o sistema de autoridade predominante e, por fim, as instituições de

autoridade não penetram no público, que é mais ou menos autónomo nas suas operações (Mills, 1981, p. 356).

O modelo de comunicação predominante entre os públicos é a discussão e os *media* apenas a ampliam e animam, funcionando como elo de ligação: “A discussão é o fio e ao mesmo tempo a lançadeira que liga os círculos de debate” (Mills, 1981, pp. 351-352): a verdade e a justiça surgirão da sociedade como o resultado da livre discussão.

A crítica da Opinião Pública de Ferdinand Tönnies representa uma espécie de “fim de época” na história do conceito. As pesquisas empíricas na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos, direcionam-se, entretanto, para a quantificação da Opinião Pública, através das sondagens, abandonando “completamente a ideia de que a opinião pública seria formada e expressa por um grupo específico de referência ou uma coletividade e que seria racional e moral pela sua própria natureza” (Splichal, 1999, p. 102).

1.7. A Opinião Pública como “Vontade Social”

Ferdinand Tönnies tem como objetivo proceder a uma clarificação conceptual da Opinião Pública, não só através da reavaliação crítica de teorias anteriores para a construção de um “tipo ideal” que se integre na sua sociologia geral, mas também analisar manifestações da opinião pública em mudança em determinadas sociedades e estudar a relação da opinião pública com estruturas sociais específicas (Gollin & Gollin, 1973, pp. 183-184); em consequência, faz importantes precisões no que respeita à distinção de diferentes referentes para (incorretas) designações correntes de “opinião pública” e também da sua relação com os partidos políticos e a imprensa, bem como dos seus processos de formação (e manipulação).

Distingue, assim, o que é genericamente designado por Opinião Pública em três conceitos – a “opinião do público” (*die Öffentliche Meinung*), a “opinião pública” (*eine öffentliche Meinung*) e a “opinião publicada” (*öffentliche Meinung*). A “opinião publicada” representa a opinião expressa publicamente por um indivíduo, que não se

destina a ninguém em particular mas a todos em geral, ao contrário da sua opinião interna (privada) e da sua opinião íntima (confidencial e dirigida a um grupo restrito e selecionado de pessoas). A “opinião pública” emerge quando a “opinião publicada” se torna a opinião de muitos, de uma maioria, em particular se expressa apoio ou oposição a algo; é “uma entidade externa de opiniões múltiplas e contraditórias, que são vozes públicas”, “expressa explicitamente para a esfera pública, para uma audiência ou para o público em geral” (Tönnies, 2000, p. 133).

A “opinião do público” depende do “estado” de concordância (consenso) do “público em geral”, algo que oscila diariamente. Como Robert Park, também Tönnies vê o público como uma formação social transitória; como Gabriel Tarde concebe-o como espiritualmente unido ao nível das ideias. O público é constituído por um conjunto de indivíduos que, embora diferentes de muitas formas, agem em união, de acordo com o seu interesse específico e comum num determinado evento. O “público em geral” (*grosses Publikum*) é definido como um conjunto de indivíduos que pensam e julgam da mesma forma, mas que não se reúnem num determinado sítio, embora possam ser ouvidos (Hardt, 2001, p. 117).

É, portanto, o grau de coesão do público que determina o estado agregado da opinião. O público capaz de produzir uma opinião mais coesa é restrito a uma minoria esclarecida, em tudo semelhante ao público iluminista; um conjunto de pequenos círculos de público educado e que tem hábitos de leitura e de reflexão: “Quanto mais pequeno é o círculo, mais se revela como um tipo científico que representa sectores da «república académica» e representa a mais alta autoridade da Opinião Pública num país e no «mundo»” (Tönnies, 2000, p. 154). A “opinião do público” é unitária, “com um poder uniforme e efetivo”, resultante de uma “conversa acerca de opiniões e acerca da propriedade comum da política pública”; “para a opinião do público, o sujeito é um público politicamente unido e essencial, em particular, aqueles que concordaram em opinar e julgar de uma forma particular e, conseqüentemente, pertencem naturalmente ao público e à vida pública” (Tönnies, 2000, p. 133). A diferença entre a “opinião pública” e a “opinião do público” remete, em simultâneo, para os significados antigo e moderno de “opinião”; no primeiro caso, manifesta-se

como expressão de um ponto de vista, no segundo, assume uma dimensão cognitiva crítico-racional que implica a capacidade de julgar.

A “opinião do público” é entendida como um conceito dinâmico, que assume diferentes configurações ou estados (por analogia aos estados físicos da matéria); estes são intercambiáveis entre si e resultam do grau de acordo dos membros do público (consenso); a cada um correspondem também diferentes níveis de “poder”. A opinião “sólida”, consistente, é restrita ao público da “humanidade civilizada” (o “público esclarecido” iluminista); consiste em “uma convicção geral e inabalável”, normalmente sobre questões políticas, por exemplo: “Que o absolutismo ou a autocracia são formas demoníacas de governo ou que, na lei, a tortura como meio de prova ou a sentença de morte devem ser condenadas como «bárbaras»” (Tönnies, 2000, p. 137). Trata-se da “opinião do público” com maior poder.

Uma opinião fluida remete para um estado de menor certeza em relação a outras convicções, como a emergência de um estado de autocracia: “A convicção ganha através da paixão, mas perde consistência e totalidade; a visão de que é um pseudo constitucionalismo e uma injusta perseguição de revolucionários pode ser questionada, mas ganha em intensidade através da oposição” (Tönnies, 2000, p. 137). A “solidez” da opinião relaciona-se com o que são normas sociais e ideias partilhadas em larga escala; em termos gerais, os indivíduos têm já uma forte convicção, isto é, uma opinião formada e sustentada, acerca de conceitos como “tirania”, “despotismo” e “barbarismo”, entre outros.

Quando, no entanto, o “público em geral” é confrontado com situações novas ou com outras que não sejam claramente tipificadas pelos padrões sociais, as opiniões assumem o estado “gasoso”, o estado mais instável e menos racional (mais apaixonado): “Constitui aquilo que é comumente conhecido como a opinião do público porque aparece na sua forma mais óbvia, violenta e apaixonada”; mas torna-se praticamente indetetável perceber se não se transformou já na “opinião pública”. Esta “considera-se a única e verdadeira opinião pública e é normalmente reconhecida como tal. Uma pessoa vive-a, respira-a e sente-a na sua própria pele como o frio ou o calor” (Tönnies, 2000, p. 154). A opinião “gasosa” do dia reúne elementos quer da “sólida” quer da “fluida” e é a mais visível, ao ser expressa nos jornais; mas, como refere Slavko

Splichal, esta associação levanta problemas ao nível empírico, já que “implica que é praticamente impossível determinar se o princípio da publicidade é materializado numa situação histórica concreta, em opinião pública ou meramente em opinião publicada” (Splichal, 1999, p. 126).

Ao contrário de Gabriel Tarde, que via na conversação pública possibilitada pela imprensa o veículo de transformação de todos os grupos sociais em públicos, Tönnies tem uma visão dos jornais – e, em consequência, da publicidade – menos eufórica; confere-lhe a primazia em “pôr o público em marcha”, mas, sobretudo, considera que o transforma em espectador na “luta pela opinião pública”. À publicidade – concebida por Immanuel Kant como a “saída da menoridade” e por Jeremy Bentham mandatada para “vigiar o poder” – atribui Tönnies a tarefa de “influenciar”. Os jornais são entendidos como o espaço onde se luta pela influência, isto é, pela capacidade de orientar a “opinião do público” “gasosa”; uma disputa simbólica travada, sobretudo, nas áreas política e económica – entre partidos políticos, entre governo e oposição, entre os diversos interesses económicos que ganham corpo através dos anunciantes. O “público em geral” é, então, não o ator que delibera para chegar a uma opinião comum – Ferdinand Tönnies apenas concebe, como vimos, uma pequena elite com a educação e as competências necessárias à formação de uma “sólida” opinião –, mas como “audiência” e “espectador” das “lutas pela opinião”, das quais, como se estivesse no teatro, apenas vê uma parte.

Por isso, se a imprensa merece ser designada como “o” órgão da opinião pública, “é um grande erro” descrevê-la como “o órgão da opinião do público ou como idêntica à opinião do público e então sugerir que “faz” a opinião do público” (Tönnies, 2000, p. 137). Para não desagradarem a leitores, a assinantes e a anunciantes, os jornais fazem “uma representação parcial” da luta pela opinião travada pelos partidos políticos; são, sobretudo, órgãos dos partidos políticos, que buscam influenciar a formação da “opinião pública”. A opinião crítico-racional, formada através do consumo da cultura (a publicidade literária) – peças de teatro, discursos públicos, livros e filmes –, cede perante a opinião veiculada pelos jornais, cuja crescente influência sobre os leitores resulta de alimentarem as suas opiniões ou de procurarem convertê-los: “As

opiniões ganham uma extensa distribuição e um mercado mais alargado. São públicas e circulam entre o público” (Tönnies, 2000, p. 132).

A sua descrição da forma como governos e grupos de interesse, entre outros, utilizam a imprensa; dos seus modos de operação; bem como o enfoque nas suas práticas de negócio não só prefigura as práticas dos *media* de massa durante o restante século XX, mas também reconhece o seu potencial de influência mundial (Hardt, 2001, p. 121). Não se trata, contudo, de uma perspectiva inteiramente “negativa” da função da imprensa, mas antes algo que, para o próprio autor, exige o estudo da comunicação mediática pela sociologia. Na análise de Ferdinand Tönnies, podemos vislumbrar aquilo a que Jürgen Habermas chama a ambivalência dos *media* na comunicação pública, dado que o impulso publicístico que origina a opinião “gasosa” diariamente pode converter-se em “opinião do público” no seu estado mais consistente (sólido); tal acontece quando uma determinada opinião é amplamente difundida pelos diversos jornais, formando uma corrente de opinião, seja porque se trate de matéria em que estes tenham um interesse próprio, seja uma determinada posição política que recolha um amplo acordo. Quanto mais “sólida” for a opinião, maior poder terá; a inter-relação entre os diversos estados de opinião, e o movimento em ambos os sentidos (sólida-fluida-gasosa e vice versa), são indicadores de mudança social e acompanham alterações sociais e/ou políticas nas sociedades (Gollin & Gollin, 1973, p. 200): representam “o espírito do tempo” (*Zeitgeist*).

1.8. Do Público à Massa

O “espírito do tempo” acompanha a crescente centralização político-económica, o distanciamento entre indivíduos e poderosas instituições sociais e o seu afastamento da vida pública; o desenvolvimento de novos *media*, como a rádio e, posteriormente, a televisão, impulsionam a anomia e a passividade da massa.

Esta nem se reduz a um grande número de grupos com baixo estatuto social, nem deve ser confundida com a multidão porque não constitui um todo compacto, nem age movida pela excitação coletiva. “Antes, a massa consiste em todos os que

tomam parte numa determinada área de ação” (Blumer, 2000, p. 344); caracteriza-se pela inexistência de qualquer tipo de interação ou de inter estimulação e a sua ação reduz-se à escolha entre as várias alternativas disponíveis.

O mundo das ações da massa, a sociedade de massa, está em constante movimento e modificação e rege-se por uma série de modelos competitivos – produtos, temas, etc. – que reclamam a sua atenção. “É perpetuamente sujeito à introdução de novos modelos e a flutuações em interesses e gostos que, em conjunto, moldam o campo de escolha” (Blumer, 2000, p. 344); trata-se de uma relação dialética, na qual a massa é, por um lado, “acossada” pelas ofertas em termos de consumo e, por outro, com as suas escolhas vai orientando as instituições de si dependentes para sobreviverem.

A sociabilidade da massa caracteriza-se pelos ténues vínculos sociais, pelo atomismo, pela dispersão e pela passividade: “A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a falta de relações sociais normais” (Arendt, 1998, p. 367). Em consequência, a união em torno de interesses comuns, que caracteriza o público, dá origem à criação de padrões condicionados “por influências e convicções gerais que são tácita e silenciosamente compartilhadas por todas as classes da sociedade” (Arendt, 1998, p. 364): “As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classe que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (Arendt, 1998, p. 361).

O “eclipse do público” e a sua transformação em massa é imputado por Wright Mills ao declínio das associações voluntárias que operam, por um lado, entre a família e o indivíduo, e, por outro, entre o Estado e a economia; bem como ao alargamento de um público político, de proporções limitadas pela propriedade, pela educação, pelo sexo e pela idade – o público burguês – até se transformar numa massa “que tem apenas as qualificações de cidadania e de idade” (Mills, 1981, p. 4).

É o modelo comunicativo que caracteriza a sociabilidade da massa – a comunicação mediática predomina e os indivíduos tornam-se “simples mercados” (Mills, 1981, p. 357) à mercê dos publicistas. Os *media* dizem ao “homem-massa” quem é (dão-lhe identidade); o que deseja ser (dão-lhe aspirações) e como chegar lá

(dão-lhe a técnica): trata-se de uma fórmula que “não está destinada ao desenvolvimento do ser humano; é a fórmula de um pseudo mundo, inventado e mantido por esses meios” (Mills, 1981, p. 368). Na massa, são muito menos os que expressam opiniões do que os que as recebem, sendo esta composta por uma coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões através dos *media*; as comunicações predominantes são tão organizadas que é difícil ou impossível ao indivíduo responder de imediato ou com eficiência; a colocação da opinião em prática é controlada pelas autoridades e a massa não tem autonomia em relação às instituições (Mills, 1981, p. 356).

A crítica de Wright Mills expressa a potencial suscetibilidade do público a ser dominado pelas elites minoritárias: “A manipulação originária de pontos de controlo centralizados constitui uma expropriação da antiga multidão de pequenos «produtores» e «consumidores» de opiniões, operando num mercado livre e equilibrado” (Mills, 1981, p. 358). A influência política da massa é reduzida, e a parca influência que ainda possa ter é orientada, manipulada – às vezes, transforma-se em multidão; quando esta dispersa, volta a ser uma massa atomizada e submissa.

A Opinião Pública perde força e a “elite do poder” assegura o seu domínio escoltada na aparência do (manipulado) consentimento popular: “A ideia da comunidade de públicos não é uma descrição da realidade, mas de um ideal, que serve para legitimar uma farsa – considerando-a realidade” (Mills, 1981, p. 352).

1.9. A Opinião Pública Sondada

A emergência dos institutos de sondagem nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a propaganda que caracterizou o período entre as duas guerras mundiais e a crescente orientação sociopsicológica dos estudos direcionou as pesquisas para um paradigma empirista que abandonou conceitos normativos fundamentais do pensamento filosófico-político sobre a Opinião Pública.

A inovação mais significativa foi a aplicação de novos instrumentos à pesquisa de mercado, centrando-se nas necessidades de consumo e nas motivações em relação

a modelos específicos de consumo dos indivíduos da massa; em simultâneo, as sondagens centraram-se, desde o seu início, também nas suas atitudes políticas. “A queda do público provocou uma transformação na opinião pública da genuína opinião do público para uma ficção – uma máscara sob a qual a publicidade manipulativa das opiniões privilegiadas podia ser escondida” (Splichal, 1999, p. 234).

A previsão e a medição da Opinião Pública, visando a sua manipulação, que as sondagens elevaram a níveis de eficácia sem precedentes, são (quase) tão antigas como o seu objeto de estudo; entre outros exemplos, refira-se que a “História da Guerra entre os Peloponeses e os Atenienses” de Thucydides inclui a primeira descrição conhecida de uma sondagem de opinião (Beaud, 1993, p. 127) e que, quando a “*opinion publique*” germinava, o *contrôleur général* Orry ordenou aos seus intendententes que espalhassem rumores sobre o aumento de taxas e impostos e reportassem a reação do povo francês (Ozouf, 1988, p. 58).

O século XIX representa um momento de transição na história das sondagens norte-americanas; trata-se de uma época em que a política assume uma importância central na vida da jovem república, caracterizada por um alto grau de envolvimento popular e de militância partidária. Os partidos políticos desempenhavam um conjunto de funções sociais: Mobilizavam o público, serviam como canais para a opinião popular, educavam o público acerca de diversos assuntos e organizavam os correspondentes debates, entre outras. A política representava ainda uma importante fonte de entretenimento, nomeadamente entre os homens que militavam nos partidos, participando em comícios, organizando eventos, distribuindo material durante as campanhas e desfilando em paradas. O vínculo entre os partidos e a opinião pública, naquele período, era estreito; os partidos, indissociáveis da natureza do debate político de então, eram parte integral da infraestrutura da opinião pública: do seu significado, das suas formas de expressão e da sua medição: “Na verdade, a atividade partidária *definia* a opinião pública no séc. XIX” (Herbst, 1995, p. 96).

As sondagens de “palha”¹¹ são o instrumento de medição da Opinião Pública da época; eram conduzidas ou oralmente ou com papel e caneta, por norma antes da eleição, não seguindo o método científico. Distinguiam-se três tipos de sondagens: as dos jornalistas, as dos militantes partidários e as que eram enviadas para os jornais pelos próprios eleitores. Como os jornais eram muito partidarizados, “os editores usavam as sondagens de «palha» constantemente antes das eleições, para melhorar a imagem do seu candidato favorito” (Herbst, 1995, p. 97); os resultados eram usados como armas retóricas na guerra ideológica que antecedia as eleições. Este método de medição da opinião pública representa um momento de viragem na história da opinião pública; enquanto os pensadores novecentistas como Alexis de Tocqueville e James Bryce identificavam o grupo como o elemento nuclear da política norte-americana, as sondagens procediam à recolha de opinião de indivíduos isolados, ou seja, pressupunham a opinião pública como um “agregado de opiniões individuais” (Herbst, 1995, p. 99).

A centralização das atividades em grandes partidos nacionais, no século XX, reduz a ação política local, os partidos profissionalizam-se e ritualizam-se, os grupos de interesse substituem a militância de base, os *media* dominam a comunicação pública, as relações públicas restringem a publicidade a pouco mais do que anúncios a bens de consumo – o público recolhe à sua vida privada e as sondagens de opinião científicam-se e consolidam-se:

“O foco de interesse e de investigação desloca-se para a questão da função e dos poderes da opinião pública na sociedade, os meios pelos quais pode ser modificada ou controlada, e a importância relativa dos fatores emocionais e intelectuais na sua formulação” (Binkley, 1928, p. 323).

A nova orientação foi lançada por Floyd Allport, no primeiro número da “*Public Opinion Quarterly*”, ao denunciar as “oito falácias” da “literatura” e do “uso popular” do termo que obstaculizam a investigação científica do conceito e ao lançar um novo programa de pesquisa. Todas as falácias enunciadas por Allport se relacionam com o

11 Não é claro o motivo pelo qual estas sondagens eram designadas como “palha”; contudo parece implícito que se pretendia significar que eram “falsos votos da mesma maneira que um «homem de palha» é um argumento artificial” (Herbst, 1995: 96-97).

público; não só este é definido em termos circulares – “o público, em outras palavras, seria definido como o número de pessoas que possuem uma certa opinião, e as pessoas que possuem essa opinião seriam identificados como aqueles que pertencem a esse público” (Allport, 1937, p. 9) –, como é classificado como uma metáfora: “Uma vez que «o público» não é uma realidade aqui explicitamente denotável, mas uma metáfora, qualquer tipo de opinião pode ser-lhe atribuído, sem a possibilidade de verificar a afirmação” (Allport, 1937, p. 8). O “público” é descartado como supérfluo, ambíguo e ininteligível para efeitos de investigação; o que deve ser investigado são opiniões individuais. A Opinião Pública é, então, definida como

“uma situação multi-individual, na qual os indivíduos se expressam, ou podem ser chamados a expressar-se, seja para favorecer ou para apoiar (ou então para desfavorecer ou para opor-se) a alguma condição definitiva, pessoa ou proposta de importância generalizada, numa proporção de número, intensidade e constância, que possa dar lugar à probabilidade de afetar a ação, direta ou indiretamente, em relação ao objeto em questão” (Allport, 1937, p. 23).

O ambicioso plano de trabalhos que esboça direciona as pesquisas para instâncias comportamentais que envolvam verbalização, opiniões, atos, atitudes, estímulos, aprovação, desaprovação, situação ou objeto, comportamentos e conflitos; a linguagem expressa a matriz behaviorista subjacente a esta linha de estudos que se propõe estudar de modo “científico” a Opinião Pública, eliminando, desde logo, o “público” da equação. Essa opção será predominante nas pesquisas empíricas, que destacam a natureza “individual” da opinião: “A opinião pública refere-se sempre à coleção de opiniões individuais, não a uma entidade mística que flutua na atmosfera acima das nossas cabeças” (Childs, 1939, p. 330).

Restringindo o processo de formação de opinião a um agregado de “opiniões individuais”, torna-se possível estudar as atitudes dos indivíduos perante o universo de escolhas que lhe é oferecido pelo mercado da sociedade de massa – de candidatos políticos a sabonetes, de filmes a vestuário – e antecipar padrões comportamentais. O interesse das instâncias de poder, políticas ou económicas, nesses dados é rapidamente despertado, ao fornecer-lhes a informação que lhes permite desenvolver

mecanismos de manipulação da massa visando obter o seu consentimento às suas decisões e aos seus objetivos políticos. “A Opinião Pública tornou-se um objeto da investigação empírica depois de se tornar um objeto de domínio (manipulação)” (Splichal, 1999, p. 234).

Desde a sua emergência, as sondagens foram alvo de críticas no que respeita à sua adequação ao estudo da Opinião Pública; as primeiras incidiam sobre problemas de natureza metodológica, como a seleção das amostras, a adequação dos questionários ou a validade dos resultados. Seguiram-se, de imediato, as de natureza conceptual, acerca do seu objeto – a opinião do público ou a opinião pública – e as questões estruturais, quanto ao seu impacto no sistema político. Não só, desde que surgiram, nos anos 1930, têm estado intimamente relacionadas com o estudo da política democrática popular, como as principais figuras da primeira geração tinham “fortes princípios democráticos e agradava-lhes fornecer os meios para que a voz do povo pudesse ser mais claramente ouvida” (Converse, 1987, p. S15) em relação à de elites minoritárias.

A Opinião Pública não podia, neste contexto, ser equacionada nem com a conceção liberal de uma opinião pública “esclarecida”, nem contestada como a expressão das “paixões” da massa irracional. Tinha de seguir a regra “uma pessoa, um voto”, só assim era possível predizer e padronizar os comportamentos individuais. “O ponto importante, para mim, não é o que constitui a opinião pública, mas se a opinião pública, e refiro-me à opinião da maioria, acrescenta algo ao que já se sabe” (Gallup, 1938, p. 14). É irrelevante se os indivíduos inquiridos têm a mesma educação ou inteligência, se são estúpidos ou preconceituosos – as suas opiniões são igualmente válidas. O importante, do ponto de vista democrático, é que o julgamento da maioria, embora nem sempre o mais acertado, errará menos vezes do que a pequena elite que a governa (Gallup, 1938).

Os pioneiros das pesquisas empíricas acreditavam que as sondagens de opinião serviam de contrapeso democrático à crescente independência dos representantes políticos, compensando as limitações do sistema representativo. Lindsay Rogers foi o primeiro a criticar a “via populista” (Converse, 1987) de George Gallup, considerando

que as sondagens impedem qualquer discussão e acordo acerca de questões realmente importantes para a governação:

“A *vox populi* não pode ajudar governos democráticos a decidir o que devem fazer. Os líderes intelectuais e políticos devem propor políticas alternativas. Devem educar o eleitorado e se a sua liderança e educação for efetiva, então a vontade do povo demonstrará a sua «sabedoria essencial»” (Rogers *apud* Splichal, 1999, p. 238).

A crítica de Herbert Blumer é frequentemente citada por partidários e opositores das sondagens de opinião; permanece, ainda hoje, como um marco incontornável na história da Opinião Pública. A questão nuclear levantada prende-se com saber se a “alegada forma de investigação científica” que são “as sondagens à opinião pública realmente lidam com a opinião pública” (Blumer, 1948, p. 542); em causa está a redução do processo de formação da opinião a um mero “agregado de opiniões individuais”.

As cinco objeções que elenca partem de uma conceção organicista da Opinião Pública: esta é formada através da interação de grupos, um processo no qual as opiniões conflituais colidem. Como as relações entre os indivíduos dentro dos grupos, e dos grupos entre si, são assimétricas e até hierárquicas em termos de prestígio, de posição e de influência, nem todos contribuem do mesmo modo para a formação da opinião (Blumer, 1948, pp. 544-545). Ao equipararem todas as opiniões, as sondagens não “refletem a composição funcional e a organização da sociedade” o processo de formação espelhado pela Opinião Pública. A deficiência inerente às sondagens está nos seus procedimentos de amostragem que pressupõem uma distribuição equitativa das opiniões individuais: “Não sabemos se os indivíduos na amostra representam aquela porção da sociedade estruturada que está a participar na formação da opinião pública sobre um determinado assunto” (Blumer, 1948, p. 546).

A ausência de informação significativa sobre os indivíduos inquiridos resulta também das variáveis demográficas recolhidas – idade, sexo, profissão, estatuto económico, habilitações literárias ou estatuto de classe –, informações que raramente são marcas de uma posição funcional significativa para a formação da opinião: “Em resumo, não sabemos nada sobre o indivíduo na amostra com referência à sua

significância ou à da sua opinião para a opinião pública em formação ou expressa” (Blumer, 1948, p. 546).

Em terceiro lugar, os dados agregados “não asseguram que a opinião pública sobre determinado assunto seja retratada porque ignoram o enquadramento e a operação funcional da opinião pública” (Blumer, 1948, p. 547), dado que os indivíduos têm de a avaliar, quando esta lhes chega à atenção, em termos da organização funcional da sociedade; diferentes indivíduos e grupos irão considerar um determinado assunto mais relevante que outro. Ou seja, por um lado, as sondagens à opinião pública devem ignorar questões concretas e específicas, que sejam relevantes apenas para ambientes específicos, uma vez que se direcionam para o nível agregado da sociedade; por outro, muitas questões continuarão sem resposta pelos inquiridos porque não têm relevância para grupos ou ambientes específicos (Splichal, 1999, pp. 241-242).

A quarta crítica prende-se com a questão da validade das sondagens, que é imputável ao seu sucesso em prever os resultados eleitorais; trata-se, contudo, de contextos sociais diferentes. Quando votam, os indivíduos desempenham uma ação individual, em que o voto de cada um vale tanto como o dos demais. É uma situação semelhante às sondagens, pelo que apenas valida o sucesso desses instrumentos nos atos eleitorais; essa validade não pode ser extrapolada para outras situações, como o processo de formação da opinião pública (Blumer, 1948, p. 547).

A quinta objeção prende-se com a incapacidade de “isolarem a «opinião pública» como um conceito abstrato ou genérico que se tornasse o ponto focal para a formação de um sistema de proposições”. Herbert Blumer sustenta-a numa tripla crítica: a aparente “ausência de esforço para tentar identificar ou isolar a opinião pública como um objeto”; a inexistência de “estudos específicos para testar uma proposição geral acerca da opinião pública” e a “escassez, senão a completa ausência, de generalizações acerca da opinião pública, apesar da volumosa quantidade de estudos de sondagem” (Blumer, 1948, p. 542).

Inadequadas para o estudo da opinião pública, as sondagens são, contudo, instrumentos apropriados para medir situações em que os indivíduos agem isoladamente, como ler um jornal, ir ao cinema ou comprar pasta de dentes. Herbert

Blumer fala já não de membros do público, mas dos indivíduos isolados na massa, os consumidores que agem de acordo com as alternativas que lhe são apresentadas pela sociedade de massa. A conclusão é clara:

“De facto, é a existência dessas ações de massa dos indivíduos que explica, em meu entender, o uso bem-sucedido na investigação sobre os consumidores de amostragens tal como as que são aplicadas nas sondagens à opinião pública” (Blumer, 1948, p. 549).

A crítica de Herbert Blumer desencadeia a polémica entre as concepções normativas e as pesquisas empíricas behavioristas da Opinião Pública, exemplificando como o seu estudo tem sido orientado em função de interesses políticos determinados. No século XVIII, esta emerge como o “tribunal de apelo” que legitima a contestação da burguesia ao poder absolutista; no século XIX, contribui para o estabelecimento do sistema representativo; já no século XX, a sua cientifização é indissociável dos imperativos político-económicos da democracia de massa e da crescente despolitização de um espaço público mediatizado. O refinamento científico das sondagens ultrapassou as críticas metodológicas iniciais, mas a fé na ciência é equiparável à fé racionalista dos iluministas do século XVIII: “A verdade científica está submetida às mesmas leis de difusão que a ideologia. Uma proposição científica é como uma bula do papa sobre o controlo da natalidade, é uma pregação que só atinge os convertidos” (Bourdieu, 2003, p. 241).

Pierre Bourdieu retoma aspetos levantados por Herbert Blumer, nomeadamente no que respeita às relações hierárquicas de poder que caracterizam o processo de formação de opinião. Considera que a objetividade num inquérito científico, associada à neutralidade das perguntas, é operacionalizada de modo errado, ao visar que o inquirido possa optar entre todas as possibilidades de resposta. Trata-se de uma situação fictícia; na realidade, as posições assumidas pelos indivíduos são condicionadas pela sua posição relativa na vida social. O mesmo se aplica ao contexto de recolha de opinião, numa situação semelhante à “da cabina de voto, onde o indivíduo furtivamente exprime em estado de isolamento uma opinião isolada. Nas situações reais, as opiniões são forças e as relações de opiniões são conflitos de força entre grupos” (Bourdieu, 2003, p. 242).

A ideia de que “a opinião pública é o que as sondagens medem” merece uma provocativa resposta de Bourdieu – essa opinião pública “não existe”. Na sua análise “ao funcionamento e às funções” das sondagens de opinião, contesta os postulados que estas comportam: “que toda a gente pode ter uma opinião”, “que todas as opiniões valem o mesmo” e “que há um consenso sobre os problemas”, isto é, “que há um acordo sobre as questões que merecem ser postas” (Bourdieu, 2003, p. 233).

Como as sondagens são impulsionadas, elaboradas e conduzidas em função dos interesses políticos de quem as encomenda, o que condiciona os resultados obtidos, são, conseqüentemente, um instrumento de ação política:

“A sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como reunião puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe qualquer coisa que seria como a média das opiniões ou a opinião média” (Bourdieu, 2003, p. 235).

Ironicamente, a cientifização dos estudos da opinião pública acabou por induzir esta área de estudos numa das falácias que Floyd Allport denunciara – ao transformar um coletivo em sujeito de uma ação em que parte pode não se incluir –, como acontece com conclusões percentuais de apoio ou rejeição a uma determinada medida.

As sondagens servem objetivos de dominação política ou, numa terminologia gramsciana, como instrumentos de hegemonia ideológica; a opinião expressa pelas sondagens “é um *artefacto* puro e simples cuja função é dissimular que o estado de opinião num momento dado do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião que uma percentagem” (Bourdieu, 2003, p. 235). As sondagens permitem legitimar políticas específicas, através da falácia de uma opinião pública unânime, ao mesmo tempo que reforçam as relações de força que a fundam ou a tornam possível.

Verifica-se, em última instância, uma “inversão da própria relação moral entre opinião e política: não é a opinião pública que dá forma à política, mas esta (sob a condução dos interesses organizados) que produz a primeira” (Esteves, 1998, p. 220).

1.10. A Opinião Pública Sistémica

A neutralização moral da Opinião Pública proposta pelo funcionalismo sistémico de Niklas Luhmann representa a radicalização da tendência de subordinação da opinião à política; bem como da dissolução do público enquanto última instância de legitimação do exercício do poder.

A negação do conceito liberal de Opinião Pública é o ponto de partida para a sua reconceptualização como “mecanismo orientador do sistema político” (Luhmann, 2009, p. 175). Concebida como estrutura temática da comunicação pública, a Opinião Pública manifesta-se como o resultado da seleção dos temas a que o público pode dar atenção – de entre um número potencialmente ilimitado veiculado pelos *media* –, orientando, em consequência, o sistema político para as questões que esse poderá ter de resolver.

Em sociedades complexas, isto é, funcionalmente diferenciadas e especializadas em sistemas periciais (economia, política, ciência, etc.) que são autorreprodutivos face a um meio mutável crescentemente complexo, torna-se “impossível aos grupos que se subtraem a esta diferenciação afirmarem serem eles a sociedade” (Luhmann, 2009, p. 166). Cada sistema gera as suas próprias expectativas, criando-se uma pressão seletiva que leva à institucionalização de processos organizados de tomada de decisão para os quais são desenvolvidas as respetivas estruturas; estas servem apenas o sistema correspondente e não podem, portanto, representar o interesse geral. “A diferenciação funcional da sociedade desenvolveu-se a tal ponto que se tornou altamente improvável uma integração da sociedade no seu todo mediante opiniões públicas sem qualquer ligação particular a um subsistema” (Luhmann, 2009, p. 177). A articulação das opiniões ou, mais propriamente, dos temas de cada sistema é feita através dos *media*; estes constituem também um sistema funcional, a categoria mais evoluída na teoria sistémica e a sua função é a de atualizar a auto descrição da sociedade: “O que sabemos sobre a sociedade, e ainda o que sabemos sobre o mundo, sabemos-lo através dos meios de comunicação para as massas” (Luhmann, 2007, p. 1). O trabalho de tematização realizado pelos *media* articula os assuntos dos diversos sistemas sociais, constrói a realidade da sociedade e

estimula-a para a inovação: esta “produz problemas que exigem soluções; as quais, por sua vez, produzem problemas que exigem soluções. A sociedade reproduz, assim, os temas que os *media* de massa selecionaram para transformá-los em informação” (Luhmann, 2007, p. 114).

Essa seleção temática rege-se pelo código do sistema mediático, informativo / não-informativo¹²; no primeiro caso (valor positivo), o tema integra a comunicação pública; no segundo (valor negativo), será rejeitado. Quando a informação se torna acontecimento, desatualiza-se e transforma-se em não-informação; o sistema tem de procurar informação nova para continuar a operar; esta pressão aceleradora mantém a sociedade em vigília, desperta. A “crono-lógica” (Santos, 2005, p. 67) mediática adequa-se à dinâmica acelerada própria de outros sistemas funcionais, como a economia, a ciência e a política, que confrontam permanentemente a sociedade com novos problemas.

Este *modus operandi* não se compadece com consensos, estes significam o bloqueio do funcionamento do sistema mediático; por isso, a opinião pública sistémica é concebida como instável e variável – algo que Ferdinand Tönnies abordara na sua analogia aos estados físicos da matéria. “A realidade construída pelos *media* caracteriza-se, antes, pela diversidade de opiniões em geral” (Luhmann, 2007, p. 101). Os *media* trabalham persistentemente na sua própria desacreditação; comentam-se, corrigem-se a si mesmos. Não que mintam propositadamente ou que ofereçam descrições erradas da sociedade – “com verdades é que a profissão [jornalismo] serve a sociedade” (Luhmann, 2007, p. 42) –, mas antes que a permanente desatualização da informação conduz a uma opacidade da realidade, resultante da profusão de opiniões que alimentam este modo de comunicação. “O definitivo são os temas, não as opiniões” (Luhmann, 2007, p. 101); perante determinado assunto “é tanto o que se comenta que, no final, sabe-se que não se sabe nada: não se sabem quais as causas, só se sabe, ao menos, que há distintas opiniões sobre o assunto” (Luhmann, 2007, p. 101).

O ideal liberal de uma opinião pública que expresse uma vontade (alcançada em) comum é rejeitado em prol de um conceito adequado ao modo de operação

12 Para Niklas Luhmann, o código verdade / não-verdade é específico do sistema da ciência.

específico do sistema político, permitindo-lhe uma maior eficácia na redução da contingência: “Aquilo que se designa por opinião pública parece residir no domínio desses *temas da comunicação* que, enquanto pressupostos, limitam a discricionariedade do que é politicamente possível” (Luhmann, 2009, p. 167). A distinção entre as opiniões e os temas é um dos elementos que permite a Luhmann esvaziar o seu conceito de opinião pública de qualquer dimensão moral e, em simultâneo, defini-lo em função de estratégias de eficácia do sistema político. Questões como a generalidade, a racionalidade, a capacidade de consenso ou a representatividade pública – os requisitos de legitimidade da opinião pública liberal – são, para Niklas Luhmann, irrelevantes na análise da sua eficácia sistémica:

“O problema não consiste na generalização do conteúdo das opiniões individuais sob a forma de fórmulas gerais, aceitáveis por todos os seres racionais, mas na adaptação da estrutura dos temas do processo de comunicação política à necessidade de tomada de decisões por parte da sociedade e do seu sistema político” (Luhmann, 2009, pp. 169-170).

Como operador de redução da contingência¹³, a opinião pública permite ao sistema político observar os outros sistemas sociais e auto observar-se; a seleção temática reduz a complexidade e assegura-lhe uma maior eficácia dando-lhe indicações quanto aos assuntos que possam vir a exigir capacidade de resposta: “Para a política, a opinião pública é um dos mais importantes sensores cuja observação substitui a observação direta do meio ambiente” (Luhmann, 2006, p. 85); não representa um mecanismo de articulação social (como a opinião pública liberal), servindo apenas a “clausura auto referencial do sistema político, o círculo fechado da política” (Luhmann, 2006, p. 87).

A opinião pública guia-se por regras de atenção (a novidade dos acontecimentos ou de crises, entre outras), que derivam da, e se ajustam à, estrutura do sistema político, nem são arbitrariamente estabelecidas, nem podem ser alteradas de qualquer modo; sendo a sua pluralidade determinante para a permanente abertura da opinião pública: “Desta forma, a estrutura do sistema político regula a opinião pública, sem que a determine de uma maneira estável” (Luhmann, 2009, p. 172). Do

13 Entendida como “também-ser-possível-de-modo-diferente” (Luhmann, 2009: 167).

ponto de vista da eficácia do sistema político, interessa que essa estrutura comunicativa seja dinâmica, o que significa, por um lado, que os temas políticos devem ser abertos às diversas opiniões e decisões e, por outro, que possam ser alterados de acordo com as suas necessidades. Cada tema percorre um determinado percurso e só alguns emergirão nos *media*, tornam-se então parte integrante da opinião pública e já não podem ser rejeitados, “apenas as opiniões e decisões” que lhes são relativas (Luhmann, 2009, p. 174). Como o sistema político não pode tratar demasiados assuntos em simultâneo, procede a uma renovação temática: abandona uns para dar lugar a outros (novos); um processo que é tão rápido que nenhum tema é tratado adequadamente. A opinião pública não é estável, mas antes variável, não determina nem o exercício do domínio, nem a formação das opiniões, mas “estabelece, no entanto, as fronteiras daquilo que é, em dado momento, possível” (Luhmann, 2009, p. 175). Em aberto fica saber “quais opiniões sobre o tema serão sustentadas, quais as acertadas, quais as que serão capazes de se impor” (Luhmann, 2009, pp. 170-171).

Embora esvazie o conceito da sua dimensão ético-moral, bem como do ideal emancipatório que comporta desde o iluminismo, Niklas Luhmann descreve uma importante dimensão da Opinião Pública na contemporaneidade; a sua análise tem uma especial pertinência pela sua estreita ligação quer à política quer a uma comunicação pública dominada pelos *media* de massa. A ilustrá-lo está a sua redução do público a mero observador do sistema político, uma perspetiva anteriormente sustentada por Walter Lippmann. A opinião pública visa tão só a sua representação através dos *media*, com o objetivo de assegurar um processo contínuo de transparência e de intransparência, isto é, “conhecimentos temáticos sob a forma de objetos concretos e a incerteza de como e quem reagirá perante eles” (Luhmann, 2007, p. 151). Por outras palavras, a opacidade que resulta da contínua produção de opiniões serve a eficácia do sistema político; a tematização direciona as atenções e dá uma aparência de transparência, a dissensão das opiniões traduz-se numa intransparência adequada à gestão estratégica do sistema político: “Os temas da opinião pública, as notícias e os comentários na imprensa e no audiovisual têm uma óbvia importância para a política e ao mesmo tempo escondem com a sua evidência o que é realmente importante” (Luhmann, 2006, p. 85). A Opinião Pública assim

entendida tem um caráter meramente instrumental, é percebida como um mero mecanismo de seleção, através do processo de tematização, mas que se articula com outros mecanismos de funcionalidade dos sistemas sociais (variação e decisão), contribuindo para a eficácia dos processos de decisão. A sua funcionalidade resulta, em primeiro lugar, da sua função de orientação do sistema político, ao indicar-lhe as matérias acerca das quais é preciso tomar decisões e, em segundo lugar, ao criar as condições de eficácia dessas decisões, isto é, a sua aceitação pelos destinatários, fruto das expectativas criadas pela própria Opinião Pública.

Ao sublinharmos a relevância da proposta de Niklas Luhmann pretendemos salientar a sua compreensão política de sociedades “dominadas pela dinâmica da massa, mergulhadas numa crise profunda do velho sistema de partidos e espectadoras da emergência de novas formas de conflito” (Esteves, 2006, p. 18); restringimos, contudo, a adequação da sua análise a uma das configurações fácticas da Opinião Pública na contemporaneidade.

Pese embora o conceito sistémico captar a orientação predominante da Opinião Pública, que associaremos à sua dimensão de controlo social, esta é, desde os seus primórdios, caracterizada pela ambivalência, fáctica e conceptual, que não autoriza a sua redução a meros imperativos sistémicos.

1.11. O Espaço ou Esfera Pública

Os limites da validade da teoria dos sistemas, nomeadamente no que respeita à Opinião Pública, tornam-se visíveis perante a abordagem holística da sua proposta; nem a complexidade dos processos comunicativos é redutível à tecnicidade de um conjunto de códigos binários, nem a atividade simbólica humana pode, em toda a sua riqueza e diversidade, ser planeada e controlada de modo global.

A natureza dual de uma sociedade que se articula entre os “sistemas” e o “mundo da vida” proposta por Jürgen Habermas oferece uma explicação mais cabal para a dinâmica comunicativa das sociedades complexas, nomeadamente no que respeita à formação da Opinião Pública. A tematização operada pelos *media* de massa

corresponde, nesta perspetiva, a uma dimensão do seu funcionamento, operando um “fechamento” dos discursos públicos; em simultâneo, a ação publicística dos *media* cria novos espaços comunicativos que abrem possibilidades de integração de perspetivas alternativas. Habermas distingue entre os meios de controlo sistémico, como o poder ou o dinheiro, que articulam as interações entre sistemas, e as formas generalizadas de comunicação, como os *media* de massa; estes condensam a linguagem, mas não a substituem, permanecendo ligados ao “mundo da vida”. Os *media* libertam os processos comunicativos de restrições espaço-temporais, originando espaços públicos que “hierarquizam o horizonte de comunicações possíveis, ao mesmo tempo que removem as suas barreiras; o primeiro aspeto não pode separar-se do segundo e é aí que radica a ambivalência do seu potencial” (Habermas, 1992, p. 552).

A atuação ambivalente dos *media* no espaço público tem vindo a ser acentuada pelo autor; também o próprio conceito tem sofrido importantes precisões ao longo das últimas cinco décadas. Na sua obra seminal sobre a matéria, Jürgen Habermas define o espaço ou esfera pública burguesa como

“a esfera em que as pessoas privadas se reúnem na qualidade de público. Desde logo, reclamaram que esta fosse regulada como se estivesse acima do próprio poder público, para incluí-lo no debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho, basicamente privada. (...). Carece de paradigma (...) o meio de que se valeu essa concertação: o raciocínio” (Habermas, 2002, p. 65).

Na conceptualização do “espaço público burguês”, a imprensa de opinião do século XVIII é o substrato da publicidade crítica iluminista; enquanto os *media* de massa estão na origem da publicidade manipulativa do século XX e da “refeudalização do espaço público”. Desde então, o conceito de espaço público – inicialmente concebido como um domínio da vida social, que medeia entre, por um lado, o Estado e a sociedade e, por outro, entre as esferas pública e privada; que é aberto, em princípio, a todos os cidadãos; no qual estes atuam como um público ao deliberarem acerca de temas de interesse geral, resultando a Opinião Pública desse debate crítico-racional (Habermas, 2002) – tem vindo a ser conceptualizado de modo

crescentemente abstrato, ao mesmo tempo que os *media* são encarados de forma menos determinística.

Em formulações mais recentes, a Esfera Pública designa o espaço comunicativo que se constitui com os processos de *interação discursiva pública* de formação da Opinião Pública; é entendida como “uma rede para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*, na qual os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, condensando-se em opiniões *públicas* sobre temas específicos” (Habermas, 1997, p. 92). Em sociedades complexas, a Esfera Pública faz a mediação entre, por um lado, os sistemas funcionais, nomeadamente o sistema político, e, por outro, o mundo da vida.

“Representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas (...) que se sobrepõem (...), apesar das diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum, são porosas, permitindo uma ligação entre elas” (Habermas, 1997, p. 107).

A Esfera Pública funciona como um sistema de alarme que, não só detecta os problemas sociais, mas deve, além disso

“tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos *próprios* problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controlo ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político” (Habermas, 1997, p. 91).

A Esfera Pública é o *locus* de lutas pela influência, travadas pelos diversos atores políticos e sociais, sobre os processos de formação da Opinião Pública, a qual resulta de uma controvérsia mais ou menos ampla, na qual propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de modo mais ou menos racional. Igualdade, publicidade, crítica e debate são os princípios fundamentais que estruturam as relações entre governantes e governados, através do potencial de influência política da Opinião Pública.

“A *influência* publicitária, apoiada em convicções públicas, só se transforma em *poder* político, ou seja, num potencial capaz de levar a decisões impositivas, quando se deposita nas convicções de membros *autorizados* do sistema político, passando a determinar o comportamento de eleitores, parlamentares, funcionários, etc.” (Habermas, 1997, p. 95).

Os elementos da análise habermasiana mantêm-se constantes, não obstante as articulações e/ou precisões que o autor fez ao longo dos anos¹⁴, sendo pensados, nas suas principais obras, a uma escala nacional: o público, a sociedade civil, o Estado-Nação, a economia nacional, os *media* e a linguagem (Fraser, 2007, pp. 9-11); em ensaios mais recentes¹⁵, contudo, o autor abre perspectivas a formulações de natureza transnacional, em particular no que se refere à constituição de um espaço público europeu. No dealbar do século XXI, quer a legitimidade quer a eficácia política da Opinião Pública são desafiadas pelo processo de globalização; a intensificação das relações económicas, sociais e políticas, suportadas em redes digitais de informação e de comunicação, leva a uma profunda mudança nas estruturas do espaço público. Em termos gerais, assiste-se à reconfiguração das competências do Estado-Nação, à consolidação de instâncias decisórias supranacionais, à desnacionalização da economia e a novas redes comunicacionais globais; emergindo um novo público transnacional afetado por questões comuns, mas sem partilhar a mesma língua, a mesma cultura, o mesmo território ou os mesmos direitos de cidadania política. Nesta “constelação pós-nacional” (Habermas, 2001), quer a legitimidade quer a eficácia política da Opinião Pública obrigam a repensar os elementos do espaço público a uma dimensão que necessariamente ultrapassa os limites das fronteiras nacionais.

O “problema do público” que acompanhou este périplo pela história da Opinião Pública emerge de novo de modo paradoxal. Por um lado, verifica-se um forte assomo do público (Esteves, 2005, p. 22) no dealbar do novo milénio, como aconteceu com as manifestações globais antiguerra que, em 2003, perante a iminência da invasão do

14 Referimo-nos às obras em que conceptualizou o espaço público especificamente: “*Strukturwandel der Öffentlichkeit*” (História e Crítica da Opinião Pública), “*Theorie des Kommunikativen Handelns*” (Teoria da Ação Comunicativa) e “*Faktizität und Geltung*” (Entre Factos e Normas).

15 Em “*Die postnationale Konstellation*” (A Constelação Pós-Nacional) e “*Die Einbeziehung des Anderen*” (A Inclusão do Outro), entre outros textos dispersos.

Iraque, reuniram, no fim de semana de 15 de fevereiro, mais de 10 milhões de pessoas em cidades um pouco por todo o mundo (Dryzek, 2006, p. 113); por outro, o público, enquanto sujeito produtor de opinião em espaços nacionais, defronta-se com o crescente poder de instâncias supranacionais que decidem várias dimensões de uma vida coletiva já não confinada aos limites do *demos*. Indissociável de um poder soberano, o conceito de espaço público perde a sua força crítica e o seu alcance político (Fraser, 2007, p. 8) quando o público não coincide com a instância política decisora. Por um lado, é difícil associar uma opinião pública legítima a arenas comunicativas nas quais os interlocutores não são membros de uma mesma comunidade política. Por outro, também não é fácil associar a noção de um poder comunicativo eficaz a espaços discursivos que não se correlacionam com Estados soberanos (Fraser, 2007, p. 8). Repensar quer a dimensão da legitimidade quer a da eficácia política da Opinião Pública numa perspetiva pós-Vestefaliana surge como uma tarefa crucial para manter a função crítica da publicidade em esferas públicas transnacionais.

Para que seja considerada legítima, a Opinião Pública tem de respeitar os critérios de inclusão e de paridade, o que significa, no primeiro caso, que a deliberação deve ser aberta a todos os potenciais afetados e, no segundo, que todos os participantes devem ter iguais possibilidades de apresentar a sua posição. No modelo nacional, isto significava que os potenciais participantes na deliberação eram os cidadãos de uma determinada comunidade política; em condições pós-nacionais, o universo alarga-se a todos os potenciais afetados por uma determinada decisão, independentemente da sua nacionalidade. O público transnacional forma-se já não a partir de critérios de pertença a um determinado *demos*, mas na linha da conceptualização de John Dewey, pelo conjunto de pessoas que se defronta com a necessidade de controlar os efeitos de transações que o afetem (Dewey, 2004, p. 131). Quando esses elementos partilhados ultrapassam as fronteiras dos Estados, as esferas públicas correspondentes devem ser transnacionais. “Em consequência, a opinião pública é legítima se, e apenas se, resultar de um processo comunicativo no qual todos os potencialmente afetados possam participar como pares, *independentemente da cidadania política*” (Fraser, 2007, p. 22). Se, na perspetiva crítica da esfera pública, a

dimensão da legitimidade é passível de atualização à constelação pós-nacional, a correspondente dimensão de eficácia representa um desafio bastante mais complexo. No modelo nacional, a eficácia está relacionada com a capacidade da Opinião Pública ser mobilizada como uma força política capaz de influenciar o poder político e torná-lo responsável perante a sociedade civil: o seu destinatário é o Estado-Nação. Nas atuais condições transnacionais, torna-se necessário construir novos destinatários para a Opinião Pública, isto é, novos poderes públicos transnacionais com a capacidade administrativa de resolver problemas à escala transnacional. “O desafio é duplo: por um lado, criar novos poderes transnacionais; por outro, torná-los responsáveis perante novas esferas públicas transnacionais” (Fraser, 2007, p. 23).

O modelo deliberativo de Jürgen Habermas procura dar resposta aos desafios da constelação pós-nacional, concebendo um processo democrático que retira a sua força legitimadora não apenas da participação e da expressão da vontade, “mas antes do acesso universal a um processo deliberativo cuja natureza fundamenta a expectativa de resultados racionalmente aceitáveis” (Habermas, 2001, p. 140). Tal compreensão da democracia com base na teoria do discurso modifica as exigências teóricas das condições de legitimação da política democrática, atenuando a associação conceptual da legitimação democrática com as formas de organização política estatal. “Os pesos deslocam-se da personificação concreta da vontade soberana nas pessoas e nas eleições, nas corporações e votos, para as exigências de procedimento dos processos comunicativos e decisórios” (Habermas, 2001, p. 140).

Capítulo II - *Media* e Deliberação

Na primeira década do século XXI, a deliberação pública consagra-se como uma das mais importantes áreas de pesquisa no campo de estudos da comunicação política. A deliberação tem, desde Aristóteles, uma longa história no pensamento político democrático; o seu ressurgimento contemporâneo, nomeadamente em autores afiliados à Teoria Crítica, distingue-se pela ênfase dada à dimensão comunicacional do processo de legitimação democrática.

Antes da “viragem deliberativa” (Dryzek, 2000, p. v) da teoria política, o processo democrático era entendido em termos da agregação de interesses individuais pré-definidos, através de mecanismos como as eleições. Para os teóricos deliberativos, pelo contrário, o importante é a forma como a deliberação pode alterar essas preferências para que se alcance uma decisão que possa ser aceite por todos. Embora já nos anos 80 do século XX autores como Joseph M. Bessette, Bernard Manin e Joshua Cohen trabalhassem o conceito de Democracia Deliberativa, foi na década seguinte que a expressão passou a designar um novo modelo normativo de democracia (Held, 2006, p. 231) segundo o qual o processo democrático respeita à *transformação* em vez da mera *agregação* de preferências individuais (Elster, 1998, p. 1).

Enquanto o ideal democrático agregativo se refere, essencialmente, ao *consentimento* dos cidadãos a um governo, expresso periodicamente através de eleições, a Democracia Deliberativa faz da *justificação* a essência da legitimidade democrática: uma decisão coletiva só é legítima se todos os indivíduos afetados tiverem a oportunidade de participar em deliberação acerca dessa decisão e apenas a devem aceitar se essa puder ser justificada em termos convincentes (Dryzek, 2000, p. v). Nem o consentimento, nem a votação desaparecem, mas ganham uma interpretação mais complexa e mais rica já que a produção de decisões e a sua justificação política apresentam uma presumível qualidade superior se forem sujeitas a um amplo leque de opiniões alternativas (Bohman, 1998, p. 35). A dimensão epistémica da deliberação encontra-se na possibilidade de os participantes alterarem os seus pontos de vista, como resultado da interação discursiva, se forem persuadidos

através de argumentos convincentes. “Assim, uma esfera pública de deliberação sobre problemas de interesse mútuo é essencial para a legitimidade das instituições democráticas” (Benhabib, 1996, p. 68).

O ponto de partida para o intenso debate entre os teóricos deliberativos foi o “paradoxo da democracia” (Giddens, 2000, pp. 89-90) que, após a queda do Muro de Berlim, se tornou mais evidente nos países ocidentais (Europa e Estados Unidos da América) em que a democracia liberal há muito se consolidara. Por um lado, o ideal democrático assume, em um crescente número de países de diversos continentes (África, Ásia, América) um estatuto político “praticamente inegociável” (Shapiro, 2003, p. 1) e a democracia liberal apresenta-se como “a ideologia política dominante no mundo” (Dryzek, 2000, p. 9). Por outro, nos regimes mais antigos, o diagnóstico é de crise: o ceticismo e a descrença em relação aos políticos e às instituições públicas abundam entre os cidadãos, a abstenção cresce e a participação cívica diminui (Talisso, 2005, pp. 2-3). Em simultâneo, os movimentos neofascistas assumem uma dimensão sem precedentes desde o fim da II Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas multiplicam-se, bem como guerras civis e genocídios étnicos (da Bósnia-Herzegovina ao Ruanda) e o fundamentalismo islâmico ganha novo fôlego (Benhabib, 1996, p. 2). O processo de globalização alarga e intensifica as relações sociais, económicas e políticas através de regiões e de continentes; os massivos fluxos migratórios transformam as cidades europeias em sociedades multiculturais: a dialética entre as várias expressões da “diferença” e as “políticas de identidade” torna-se um dos principais problemas políticos democráticos.

O “défice democrático” mobiliza os autores deliberativos que equacionam como podem as decisões políticas ser expressões legítimas da vontade coletiva; a teoria política aprofunda as relações com as Ciências da Comunicação, orientando as pesquisas para os requisitos comunicativos de formação da Opinião Pública que atendam ao cumprimento da sua função política. A *legitimidade democrática* deixa de ser reduzida ao consentimento dos governados, tal como expresso em eleições, para ser equacionada em termos de *justificação*: uma decisão só é legítima se todos os potenciais afetados tiverem a possibilidade de participarem em deliberações nas quais essa decisão possa ser justificada em termos convincentes. “A *accountability* substitui

o consentimento, tornando-se o cerne conceptual da legitimidade” (Chambers, 2003, p. 308).

2.1. Poder e Legitimidade

As concepções acerca da legitimidade do poder político estão em conflito desde o dealbar da modernidade. No debate entre teóricos deliberativos, cruzam-se, por um lado, as perspectivas de constitucionalistas liberais, influenciados por John Locke, que sublinham a pluralidade de interesses entre os cidadãos e o potencial para a contenda cívica e, por outro, os republicanos cívicos, inspirados por Jean-Jacques Rousseau, que enfatizam a sua harmonização através da partilha de interesses, valores ou tradições (Bohman & Rehg, 1997, p. 10). O eixo do debate é o seguinte: será possível que cidadãos com uma pluralidade de interesses diferentes cheguem a acordo acerca do bem comum?

O conceito de consentimento de John Locke é um dos mais importantes contributos do liberalismo para a teoria democrática. Justifica a obediência a uma dada ordem política por relação aos interesses dos indivíduos e não à autoridade estatal. Obedecer é um direito dos governados que antecede o direito dos governantes em serem obedecidos, isto é, a legitimidade política resulta da vontade popular (Barber, 1989, p. 57).

John Locke caracteriza o estado de natureza como um modo de vida não associado, em que a ausência de leis, a insegurança e a vulnerabilidade dos indivíduos é, ainda assim, preferível à submissão a um poder absoluto e arbitrário que não preserve as suas vidas, liberdades e fortunas (Locke, 2010, p. 153). A solução para os perigos do estado de natureza é um acordo para criar, primeiro, uma sociedade independente e, depois, um governo; com esta distinção, é estabelecida a base da doutrina do governo representativo. A autoridade do Estado sobre os cidadãos reside no consentimento (tácito ou explícito) que os membros da comunidade política lhe conferem. Dado que todos os homens são, por natureza, livres, iguais e independentes, “ninguém pode ser posto fora deste estado, para ser submetido ao

poder político de outro, sem o seu consentimento” (Locke, 2010, p. 136) O poder político é moralmente legítimo, estando aqueles que lhe estão sujeitos obrigados a obedecer, apenas quando os indivíduos livremente consentiram o exercício desse poder e apenas quando esse continua a ser exercido nos termos consentidos: o da proteção das “vidas, liberdades e propriedades” (Locke, 2010, p. 148). Em última instância, reside na soberania popular o poder de alterar ou remover uma ordem política que não assegure a preservação da propriedade que lhe foi outorgada.

Locke defende um poder público constitucional e a divisão de poderes, bem como um poder legitimado pelo consentimento popular; pese embora esse conceito não ser muito claro, uma vez que o consentimento ativo parece ter sido apenas pensado para a fundação da ordem política (Held, 2006, p. 64). Nos momentos seguintes, o consentimento implícito decorre das decisões da maioria de representantes. Enquanto o governo cumprir os objetivos para os quais foi mandatado, as leis devem ser obedecidas.

A atividade política tem, no pensamento lockeano, um carácter essencialmente instrumental - visa assegurar as condições de liberdade para que os interesses privados dos indivíduos possam ser alcançados na sociedade. O momento de associação (saída do estado de natureza) ocorre quando os proprietários se confrontam com um modo de produção determinado pelo mercado, o qual requer que a propriedade privada seja assegurada para além dos bens produzidos pessoalmente e para seu próprio consumo; algo que a capacidade física individual já não é capaz de assegurar.

“Este governo deve garantir uma ordem legal que, em substância, foi sempre baseada na propriedade privada, mesmo antes do Estado, mas que agora, perante as crescentes colisões que surgem da expansão da propriedade à detenção do capital, tem de ser explicitamente sancionada” (Habermas, 1974, p. 93).

O governo tem o direito de regular o comércio entre os proprietários, mas o seu poder é limitado: nunca poderá intervir contra os direitos de propriedade de uma única pessoa sem o seu acordo “pois isso não seria propriedade nenhuma” (Locke, 2010, p. 154).

A sustentação de uma sociedade de proprietários à luz do Direito Natural posiciona fora do alcance do contrato social que funda a ordem política as noções relativas à liberdade, à igualdade e à racionalidade dos cidadãos. “Os interesses racionais das diferentes classes refletem as suas posições no sistema de propriedade e a igual liberdade dos membros da ordem social uma divisão entre o sistema de propriedade e a ordem política” (Cohen, 1986a, p. 323). Uma perspectiva contratualista alternativa é a avançada por Jean-Jacques Rousseau que, em vez de fazer do sistema de propriedade o *enquadramento* para o contrato social, o trata antes como um *objeto* desse contrato; desta forma, a propriedade é abordada como um recurso social sujeito a debate público e não como algo natural.

A transição do estado de natureza para o estado associado ocorre, segundo Rousseau, pelo risco de perecimento dos homens isolados se não mudassem a sua forma de ser; não tendo a capacidade de engendrar novas forças, o único meio ao seu dispor é unir e dirigir as que existem. “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e, pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, contudo, senão a si mesmo e permaneça tão livre como antes” (Rousseau, 1989, p. 23) é a razão do contrato social – cujas cláusulas, embora sem terem sido formalmente enunciadas, são em toda a parte as mesmas e tacitamente admitidas e reconhecidas (*idem*). As cláusulas resumem-se a uma só: “Cada um de nós põe em comum a sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos coletivamente cada membro como parte indivisível do todo” (Rousseau, 1989, p. 24). No estado de natureza, cada indivíduo tem liberdade natural e direito ilimitado a tudo o que o tenta e que pode alcançar; ao transformar-se em cidadão ganha liberdade civil, a propriedade de tudo o que possui e a liberdade moral, já que “a obediência à lei que o próprio prescreveu é liberdade” (Rousseau, 1989, p. 28).

Todos os recursos da ordem social estão sujeitos ao debate público entre iguais sobre as exigências do bem comum.

“Sem estabelecer como premissa a distinção entre o sistema de propriedade e a ordem política, a igual liberdade entre os cidadãos não pode ser interpretada simplesmente em termos de uma exigência de

consentimento à autoridade *política*. Deve ser antes entendida em termos de capacidade de entrar em deliberação pública” (Cohen, 1986a, p. 324).

A ordem política concebida por Rousseau exige uma participação ativa dos cidadãos, os quais, em conjunto, debatem e aprovam as leis que regem a sua vida comum; o sistema social baseia-se na “igualdade moral e legítima” dos indivíduos, que substitui a igualdade natural (como preconizara Locke) – “o que a natureza tinha produzido como desigualdade física entre os homens” é tornado igual “por convenção e por direito” (Rousseau, 1989, p. 31). A liberdade individual - a qual, na perspectiva lockeana, é um direito natural (de propriedade) -, assume em Rousseau uma dimensão coletiva: a liberdade de cada cidadão depende da sua participação no processo coletivo de tomada de decisão. A soberania popular é inalienável e a legitimidade do poder político resulta da observância do resultado do processo deliberativo dos cidadãos que expressa a “vontade geral” (*volonté générale*) e é esta que faz a lei; a soberania popular confere a todos direitos iguais e ao obedecerem à lei, todos obedecem à sua própria vontade.

Os filósofos políticos que abordámos formularam as suas concepções da legitimidade da ordem política em relação quer ao 1) consentimento dos governados quer ao 2) poder legislativo. Ao sociólogo Max Weber cabe uma das mais citadas e controversas abordagens ao conceito, esvaziando-o dessa sua dupla dimensão normativa e reduzindo-o a uma questão de natureza atitudinal: o poder é legítimo se quem lhe obedece assim o considerar.

“Quem obedece pode conduzir-se pelos mais diversos motivos, do simples hábito até ao puro cálculo racional para obter determinada vantagem, mas a *crença na legitimidade* é um requisito obrigatório para uma dominação estável” (Weber, 1978, p. 213).

Para Max Weber, o Estado moderno consiste numa relação de *dominação* do homem sobre o homem, sendo caracterizado pela sua *reivindicação do monopólio do uso legítimo da coerção física* (Weber, 1978, p. 54). “O Estado só pode existir, portanto, sob condição que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (Weber, 2004, p. 57). Estabelece uma

trilogia de “tipos ideais” de poder à qual correspondem diferentes fontes de legitimidade, entendidas também como motivos para a obediência. O poder *tradicional* é aceite porque existe desde tempos imemoriais e porque as tradições e os costumes nos quais se fundamenta a ordem social são considerados válidos. O poder *carismático* é concebido como revolucionário (opõe-se a uma ordem estabelecida) e instável, sendo exercido graças à convicção do carácter excepcional do líder; converte-se em um dos dois outros tipos em um curto prazo de tempo. O poder *legal*, correspondente ao do Estado moderno, assenta na *crença na legalidade* das regras estabelecidas e no direito dos eleitos sob essas regras emitirem comandos. A obediência é devida à ordem legal impessoal, ou seja, não à pessoa em termos gerais, mas à autoridade que lhe é conferida pelo cargo dentro da sua esfera de competências (Weber, 1978, pp. 215-216).

A questão sobre a qual Max Weber se debruça é a das condições necessárias à estabilidade de uma determinada ordem política em sociedades pós-tradicionais, em que os indivíduos se confrontam com o “desencantamento do mundo”, fruto da técnica e da racionalidade económica, imersos em “ordens de vida conflituantes” (Weber, 2005, p. 13); a racionalização comporta, neste entendimento, a diferenciação ética das esferas de vida, o concomitante pluralismo de valores e uma ordem política pautada pela lógica da conquista do poder. A dominação política é assegurada quer pela ameaça do uso do poder coercitivo, quer pelo consentimento dos dominados; para ser estável, “não se limitará voluntariamente ao recurso a motivos materiais, afetivos ou de ideais como base para a sua continuidade. Além disso, cada sistema tenta estabelecer e *cultivar a crença* na sua legitimidade” (Weber, 1978, p. 213). Ao Estado moderno corresponde a dominação do “tipo” legal-racional, em que a legitimidade do poder reside na crença na sua legalidade; essa, por seu turno, é assegurada através da observância dos procedimentos adequados de promulgação, de aplicação e de administração da lei. Uma ordem legal pode ser considerada legítima se “resultar de um acordo voluntário das partes interessadas e/ou se for imposta por uma autoridade que é considerada legítima e, portanto, encontra-se em conformidade” (Weber, 1978, p. 36). Ou seja, “é a própria racionalidade inerente à

forma jurídica que proporciona legitimidade àquele poder político, exercido de forma legal” (Habermas, 1999, p. 13).

Esta definição circular conferiu ao conceito de Weber um estatuto paradoxal (Grafstein, 1981). Por um lado, tornou-se o modelo dominante para a pesquisa empírica, mas, em simultâneo, tem sido objeto de críticas pela generalidade dos filósofos políticos que o analisam. A crítica mais frequente refere-se à ausência de elementos normativos que permitam aferir da legitimidade de um dado sistema de governo, uma vez que essa não é vinculada à natureza ou à atuação do regime: a correção dos seus procedimentos, a justificação das suas decisões ou a justeza com que trata os seus cidadãos (Grafstein, 1981, p. 456). A legitimidade é explicada como um fenómeno psicológico empírico, que depende da *crença* dos cidadãos de que o sistema é legítimo; mas “a crença na legalidade pode produzir legitimidade apenas se já pressupõe a legitimidade da ordem jurídica que estabelece que é legal. Não há nenhuma maneira de sair deste círculo” (Habermas, 1984, p. 265).

Jürgen Habermas interpreta a formulação de Max Weber à luz da sua análise do processo de racionalização da modernidade e da adoção de um conceito positivista do direito, que opera uma cisão entre o direito e a moral. O método weberiano segue uma neutralidade axiológica que não distingue entre a preferência de *valores que se recomendam* (no âmbito de determinadas tradições e culturas) da validade deontológica de *normas que obrigam*. Restringe o conceito de direito legal de tal forma que negligencia o aspeto prático-moral de racionalização (princípio da justificação) e considera apenas o aspeto cognitivo-instrumental (o princípio da promulgação) (Habermas, 1984, p. 268).

O principal impulsionador da Democracia Deliberativa (Gutmann & Thompson, 2004, p. 9) defende a vinculação do direito à razão prática, como meio de assegurar a legitimidade. Para Habermas, o grau de democraticidade de um sistema político caracteriza-se não apenas pelos instrumentos de dominação, mas sobretudo pelos mecanismos de emancipação: como pode a força normativa das razões geradas pela deliberação pública dos cidadãos ter um efeito sobre governos que respondem apenas ao poder? A sua solução reside na relação interna entre o exercício do poder político e o Estado de Direito; em regimes constitucionais, os governantes são, pelo menos,

constrangidos pelos argumentos e pelas razões defendidas na esfera pública. A soberania popular reside na ampla e dispersa rede de “comunicações sem sujeito” (Habermas, 1997) capazes de influenciar os órgãos de decisão; estes, por seu turno, têm de justificar racionalmente a sua atuação. A legitimidade do poder depende, então, da qualidade racional das justificações públicas.

2.2. Deliberação Pública

Na sua dimensão comunicacional, o “défice democrático” resulta de uma diminuição da eficácia política da Opinião Pública nas sociedades complexas, nas quais a *produção* e a *legitimação* das decisões ocorrem em esferas discursivas distintas. “Existe sempre um déficit de democracia quando o círculo daqueles envolvidos em decisões democráticas não se estende para cobrir o círculo de todos os que são afetados por essas decisões” (Habermas, 2003, p. 90). O modelo “a duas vias” de Jürgen Habermas (1997) oferece uma via intermédia de legitimação, mais exigente que o mero consentimento (liberal) e menos envolvente que a participação (republicana) no processo de tomada de decisão que visa transformar o poder comunicativo do Público em influência política, integrando elementos das duas tradições no “procedimento ideal de deliberação e de tomada de decisão” (Habermas, 1997, p. 19). O processo de legitimação democrática resulta da interação entre a “vontade política” (poder) e a “opinião pública” (influência), ambas geradas através de processos discursivos. Só o sistema político pode efetivamente governar, mas a opinião pública pode exercer influência sobre a sua atuação; as funções de *produção de decisões* e de *legitimação dessas decisões* são articuladas na Esfera Pública.

A proposta de Habermas parte dos diferentes entendimentos das duas principais teorias políticas, o liberalismo e o republicanismo, sobre o processo democrático, recolhendo elementos de ambos. Na perspetiva liberal, esse tem a função de transmitir ao aparelho político os interesses de uma sociedade civil autónoma; a tarefa política é a coordenação de interesses divergentes entre pessoas privadas. Na ótica republicana, a política é entendida como a articulação do “bem

comum”, de uma visão substantiva da vida ética da comunidade; a política visa, sobretudo, a criação de solidariedade entre os cidadãos. Em ambas as perspectivas, a participação política dos cidadãos é entendida num sentido essencialmente voluntarioso. Todos devem ter a mesma oportunidade de fazer valer as suas preferências ou de expressar a sua vontade política,

“seja no intuito de seguir os seus interesses privados (Locke) ou para atingir o usufruto da autonomia política (J.S.Mill). Se, no entanto, atribuímos à formação da vontade também uma função epistemológica, o seguir os interesses próprios e a efetivação da liberdade política ganham ainda a dimensão do uso público da razão (Kant)” (Habermas, 2001, p. 140).

Como o modelo republicano, a teoria deliberativa enfatiza o processo de formação da opinião e vontade política, mas não considera a ação conjunta dos cidadãos como condição para a realização da política deliberativa. Tal como o modelo liberal, respeita a demarcação entre Estado e sociedade, mas não a equipara a um mercado em que a pluralidade dos interesses privados é agregada pelo processo político. A sociedade civil é uma base para públicos autónomos e, nesse sentido, difere tanto do sistema económico como da administração pública. À semelhança do republicanismo, a solidariedade tem um papel central como força social integradora, que deve desenvolver-se através de públicos autónomos e procedimentos constitucionais de formação de opinião democrática. O processo informal de formação de opinião flui através da esfera pública para as esferas parlamentares e legais de tomada de decisão, transformando o poder gerado comunicativamente em poder administrativo.

A teoria deliberativa habermasiana concebe uma sociedade descentrada, na qual o sistema político não ocupa o lugar cimeiro, caracterizada pela pluralidade de valores conflituantes, os quais é preciso articular para obter um acordo em relação ao “bem comum”. A legitimidade dos resultados deliberativos é concebida em termos procedimentais, não dependendo da justeza do seu conteúdo, mas da observância de uma ética discursiva que assegura a sua qualidade racional: “Tudo gira em torno das condições de comunicação e dos procedimentos que outorgam à formação

institucionalizada da opinião e da vontade políticas a sua força legitimadora” (Habermas, 1997).

A “vontade política” é entendida como a tomada de decisões vinculativas pelo sistema político, sendo formada em esferas deliberativas internas (governo, parlamento); o sistema político é limitado quer por outros sistemas funcionais (económico), quer pela Esfera Pública enraizada na Sociedade Civil, da qual emergem as “opiniões públicas” que lutam por conquistar influência política. A comunicação política mediatizada opera em dois sentidos: do centro (sistema político) para a periferia (Sociedade Civil) e vice-versa; por um lado, o sistema político não pode prescindir do assentimento da massa, por outro, os movimentos da Sociedade Civil lutam pelo reconhecimento das suas reivindicações, visando influenciar as decisões políticas. A interação entre estes fluxos comunicativos é articulada pelos *media*; estes podem constituir uma Esfera Pública se assegurarem que a comunicação opera nos dois sentidos e se contribuírem para a formação “de uma pluralidade de opiniões públicas qualificadas” (Habermas, 2006, p. 418), as quais fixam o leque do que o *público* de cidadãos aceitaria como *decisões legítimas* em determinada situação.

Um dos pioneiros da teoria deliberativa, Joshua Cohen, advoga a importância de um “procedimento deliberativo ideal” (Cohen, 1997, p. 67) para uma interpretação epistémica dos resultados deliberativos, uma vez que existe um padrão relevante, independente do processo em si, pelo qual avaliar a sua correção. Uma interpretação epistémica de uma votação implica a consideração de três elementos: 1) um *padrão independente* de avaliação das decisões corretas – uma medida da justiça ou do bem comum que seja independente do consenso atual e dos resultados das votações; 2) uma perspectiva *cognitiva* da votação – a visão de que a votação expressa crenças acerca de quais são as políticas corretas em relação a esse padrão independente e 3) a consideração da *tomada de decisão* como um processo de ajustamento das crenças, ajustamento que ocorre, em parte, pelo reconhecimento que a resposta correta é a que se apresenta sustentada pelas convicções de outros. A conceção epistémica trata o processo de tomada de decisão como um processo potencialmente racional de formação de julgamentos comuns (Cohen, 1986b, p. 34). O padrão independente é um procedimento ideal, que especifica as condições contrafactuais para o debate público

e para a argumentação prática que irão permitir a melhor discussão possível acerca dos méritos de um assunto político; em consequência, um acordo alcançado sob essas condições define a melhor solução possível em relação aos argumentos e às informações disponíveis. O procedimento deliberativo ideal envolve quatro requisitos: *é livre; é argumentativo; é igualitário* e visa um *consenso racionalmente motivado*: “Os resultados são democraticamente legítimos se, e somente se, puderem ser objeto de um acordo livre e razoável entre iguais” (Cohen, 1997, p. 92). Para que possam ser consideradas legítimas, as instituições democráticas devem, de acordo com este modelo, observar o procedimento deliberativo ideal nos seus processos de tomada de decisão, ou seja, devem, antes de mais, assegurar o enquadramento necessário, como o cumprimento das condições de liberdade e de igualdade, entre outras.

“A noção de democracia deliberativa está enraizada no ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justificação dos termos e das condições de associação são o resultado da argumentação pública e da troca de razões entre cidadãos iguais. Os cidadãos de tal ordem partilham um compromisso para a resolução dos problemas de escolha coletiva através da argumentação pública, e consideram as suas instituições básicas legítimas na medida em que essas estabelecem o enquadramento para a deliberação pública e livre” (Cohen, 1997, p. 72).

Jürgen Habermas critica o insuficiente distanciamento de Joshua Cohen em relação a uma “sociedade dirigida deliberativamente *no seu todo* e, nesta medida, constituída politicamente” (Habermas, 1997, p. 28), mas subscreve os seus requisitos deliberativos, aos quais acrescenta ainda as seguintes condições, “tendo em conta o *carácter político* da deliberação”: 1) As deliberações em geral visam um acordo motivado racionalmente e podem, em princípio, ser desenvolvidas sem restrições ou ser retomadas a qualquer momento; mas têm de ser concluídas com base na decisão da maioria; 2) As deliberações políticas abrangem todos os temas passíveis de regulação (assuntos públicos); 3) As deliberações políticas incluem também interpretações de necessidades e transformações de preferências pré-políticas (as conceções relevantes acerca do bem comum não se restringem às existentes antes da deliberação) (Habermas, 1997, p. 30). Estas deliberações respeitam à “formação de

vontade”, isto é, ao processo de tomada de decisão política institucional; enquanto nas esferas públicas decorre a “formação de opinião” não regulada por processos. A neutralidade do processo deliberativo significa que o justo tem primado sobre o bom, que “as questões relativas à vida boa cedem o lugar às questões de justiça” (Habermas, 1997, p. 34), mas não a exclusão de questões éticas dos discursos políticos, o que implicaria uma restrição de assuntos da agenda deliberativa. A tarefa de tematização está, no seu modelo a “duas vias”, acometida à Esfera Pública, a quem compete alargar a agenda da deliberação pública às preocupações dos cidadãos.

2.3. Esfera Pública e Ética do Discurso

A Esfera Pública designa o espaço comunicativo que se constitui com os processos de *interação discursiva pública* de formação da Opinião Pública:

“Constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado para o entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação quotidiana” (Habermas, 1997, p. 92).

No quotidiano, o entendimento entre indivíduos que “agem comunicativamente” é medido por pretensões de validade que permitem uma tomada de posição em termos de sim/não, abrindo portas ao dissenso, mas também a um acordo discursivo; os participantes justificam as suas pretensões de validade com argumentos perante um auditório ideal sem fronteiras. “Um entendimento discursivo garante o tratamento racional de temas, de argumentos e de informações; todavia depende dos contextos de uma cultura e de pessoas capazes de aprender” (Habermas, 1997, p. 53).

O espaço comunicativo é entendido como um conjunto de esferas públicas parciais intercomunicantes, que constituem uma rede de fluxos comunicativos, os quais, ao integrarem a esfera pública mediática, são *filtrados, sintetizados e condensados* em *opiniões públicas* sobre temas específicos. A esfera pública atua quer como um “sensor” que deteta problemas sociais quer como uma “caixa-de-

ressonância” que os tematiza para serem tratados pelo sistema político (Habermas, 1997, p. 91). A deliberação pública permanece aberta a novos temas através da Esfera Pública, uma vez que esta mantém aberta a comunicação às esferas discursivas dos cidadãos e das associações da Sociedade Civil, assegurando que a definição do que são assuntos privados e/ou públicos nunca se encerra. Como a comunicação na esfera pública obedece a procedimentos que não a limitam (comunicacionalmente), serve de veículo às “lutas pela interpretação de necessidades” que visam introduzir temas até então considerados privados na deliberação pública, através do seu reconhecimento como assuntos politicamente relevantes. “É através da rede interligada destas múltiplas formas de associações, de redes e de organizações que uma «conversa pública» anónima resulta” (Benhabib, 1996, pp. 73-74).

Para que possa assegurar a captação e tematização dos problemas da sociedade como um todo, a esfera pública política tem de se *formar* a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas: “O assentimento a temas e a contribuições só se *forma* como resultado de uma controvérsia mais ou menos exaustiva na qual as propostas, as informações e as razões possam elaborar-se de forma mais ou menos racional” (Habermas, 1997, p. 96). A *opinião pública qualificada* distingue-se pela observância dos procedimentos discursivos na sua formação e, do ponto de vista normativo, fundamenta a legitimidade da influência exercida por opiniões públicas sobre o poder político. “Uma esfera pública vital é essencial para a saúde continuada da democracia (Dryzek, 2000, p. 171).

É na Filosofia Analítica, nomeadamente nos trabalhos de Charles Peirce, John Austin e John Searle, que Jürgen Habermas baseou a sua “ética de discurso” e desenvolveu o modelo de uma “situação de fala ideal”, com o qual visa avaliar a validade da comunicação orientada para o entendimento.

“Apenas a *antecipação de uma situação de fala ideal* dá a garantia de podermos ligar a um consenso faticamente alcançado a pretensão de um consenso racional; ao mesmo tempo, é uma bitola crítica com recurso à qual qualquer consenso faticamente alcançado pode efetivamente ser posto em causa e verificado quanto a ser ou não um indicador suficiente de um consenso fundamentado” (Habermas, 2010, p. 230).

A “situação de fala ideal” designa um modelo normativo, que exclui distorções sistemáticas da comunicação; de acordo com este modelo, as comunicações não são obstruídas, nem por intervenções contingentes exteriores, nem por constrangimentos que derivam da própria estrutura da comunicação: Para que tal ocorra é necessário que a todos os participantes do discurso seja “dada uma distribuição simétrica das oportunidades de escolherem e levarem a cabo atos de fala” (Habermas, 2010, p. 227). Têm, então, de ser cumpridas as seguintes condições: 1) Todos os potenciais participantes de um discurso têm de ter a mesma oportunidade de recorrerem a atos de fala para que possam, em qualquer altura, iniciar discursos e proferir réplicas que dêem continuidade ao discurso; 2) Todos os participantes do discurso têm de ter a mesma oportunidade de aventarem interpretações, afirmações, recomendações, explicações e justificações, e de problematizarem, fundamentarem ou rebaterem as respetivas pretensões de validade de forma a que “nenhuma opinião previamente formada se subtraia duradouramente à tematização e à crítica” (Habermas, 2010, p. 227).

Quatro pretensões de validade – compreensibilidade, verdade, sinceridade e correção – devem ser observadas pelos participantes que agem comunicativamente, isto é, com o objetivo de alcançar um entendimento; em conjunto, convergem na *racionalidade* (Habermas, 1996, pp. 12-13). O paradigma de todas as pretensões de validade é a *verdade* de proposições, entendida não com uma propriedade interna de determinada asserção, mas como algo racionalmente fundamentado (argumentativamente justificado) e intersubjetivo (potencialmente aceite por todos os outros). Para que uma afirmação possa ser considerada verdadeira, tem de ser passível de “revalidação discursiva”, isto é, tem de resistir a eventuais argumentos em contrário e ser capaz de contar com a aprovação de todos os potenciais participantes de um discurso. A revalidação discursiva assegura a possibilidade de se alcançar um *consenso racional*, baseado no reconhecimento recíproco dos oradores em relação às pretensões de validade dos seus atos de fala: Reivindica-se a *compreensibilidade* da locução, a *verdade* da sua parte proposicional, a *correção* da sua parte performativa e a *sinceridade* da intenção expressa pelo locutor.

“Chegar a entendimento é o processo de dar origem a uma concordância segundo a base pressuposta de pretensões de validade que sejam mutuamente reconhecidas. (...) Assim que o pressuposto de que as pretensões de validade se encontram satisfeitas (ou podem ser identificadas) se veja suspenso em pelo menos uma destas quatro pretensões, a ação comunicativa não poderá ser continuada” (Habermas, 1996, p. 13).

Esse consenso racional pressupõe uma “situação de fala ideal”, na qual não existem quaisquer coerções a não ser “a força do melhor argumento”. A “ética de discurso” obedece a dois princípios: 1) O Princípio D – Só podem pretender ser válidas as normas que podem contar com o assentimento de todos os afetados como participantes num discurso prático e 2) Princípio U (universalização) – regra de argumentação adotada pelos discursos práticos: no caso de normas válidas, os resultados e as consequências laterais que, para satisfazerem os interesses de cada um, previsivelmente sigam a observância geral da norma, têm de poder ser aceites sem coação alguma por todos. As argumentações regem-se pelo “procedimento de discurso prático (D)”: Os participantes têm de partir do princípio que todos os afetados participam como iguais e livres na busca cooperativa da verdade na qual não pode admitir-se outra coerção que não a resultante dos melhores argumentos (Habermas, 2000, pp. 25-26).

A ação comunicativa que ocorre nas esferas privadas, na família, entre amigos, vizinhos e colegas de trabalho, entrelaça-se com os canais de comunicação das esferas públicas ramificadas; as regras da ação que visa o entendimento abrangem, também, a comunicação entre estranhos: “O limiar entre esfera privada e esfera pública não é definido através de temas ou de relações fixas, mas através de *condições de comunicação modificadas*” (Habermas, 1997, p. 98).

As desigualdades de acesso à Esfera Pública são um dos mais importantes constrangimentos à deliberação pública, refletindo assimetrias inevitáveis no que respeita à possibilidade de intervenção na produção, na validação e na apresentação de mensagens; há ainda que considerar as diferenças das capacidades individuais no que respeita à participação na comunicação política.

“Devido à sua estrutura anárquica, a esfera pública geral está muito mais exposta aos efeitos de expressão e de reclusão do poder social – distribuído desigualmente – da violência estrutural e da comunicação sistematicamente distorcida do que as esferas públicas organizadas do complexo parlamentar, que são reguladas por processos” (Habermas, 1997, p. 33).

Para corrigir essas distorções, é necessário que sejam assegurados quer os direitos fundamentais (expressão, reunião, associação, voto, etc.) e outras disposições legais (liberdade de imprensa), quer salvaguardar as estruturas comunicacionais da esfera pública, através da ação de atores que a mantêm e a reconstituem. É o caso dos movimentos sociais que têm uma dupla orientação política: 1) *ofensiva* em relação ao sistema político (avançam novos problemas para debate, apresentam propostas, mobilizam argumentos) e 2) *defensiva* em relação à esfera pública e à sociedade civil (preservam estruturas associativas, lançam contra esferas públicas, consolidam identidades).

Há ainda que considerar a atuação ambivalente dos *media* na comunicação pública. Por um lado, contribuem para a extensão potencialmente generalizada da *visibilidade* dos temas, mas, por outro, restringem a *inclusividade* dos participantes no debate, ao favorecerem a diferenciação entre atores e espectadores. O acesso ao “palco virtual de uma *esfera pública constituída*” (Habermas, 1997, p. 96) reflete desigualdades de poder social, privilegiando políticos e jornalistas, que são os principais autores das *opiniões publicadas* nos *media*; entre essas opiniões distingue-se a *opinião sondada*, que quantifica atitudes a favor ou contra assuntos políticos controversos à medida que estes vão sendo incorporados pelos públicos fracos (Fraser, 1992) da Sociedade Civil. Na sua orientação predominante, os *media* privilegiam os fluxos comunicativos do sistema político para a esfera pública, que visam “extrair a lealdade da massa” para preservar o seu poder político.

Não há outra forma, para além do ato de votação, através da qual a “opinião pública” possa influenciar a “vontade política”? A resposta de Habermas é a de que há, não permanentemente, mas em momentos de crise e quando novos atores, como os movimentos sociais, conseguem mobilizar-se para a promoção de um determinado

problema. Quando uma situação problemática é adequadamente tematizada, e passa o limiar da visibilidade mediática, as relações de forças na esfera pública modificam-se, o fluxo comunicativo habitual é invertido e passa a processar-se no sentido da periferia (Sociedade Civil) para o centro (sistema político): “A autoridade do público fortalece-se no decorrer das controvérsias públicas” (Habermas, 1997, p. 116).

2.4. “Lutas pelo Reconhecimento”: os Movimentos Sociais

Os “novos movimentos sociais”, designação para os movimentos pacifistas, feministas, dos direitos civis e ambientalistas que proliferam no Ocidente desde meados dos anos 70 do século XX, são o principal elemento democratizador destacado por Jürgen Habermas. Partindo das pesquisas dos teóricos da Sociedade Civil, nomeadamente Jean L. Cohen e Andrew Arato, encontra na estratégia política dualista (ofensiva e defensiva) desses movimentos a tradução sociológica para o seu modelo comunicativo a “duas vias”. A esses movimentos se deve o alargamento da agenda pública nas últimas décadas, que passou a incluir debates sobre a violência doméstica, acerca da preservação dos recursos naturais ou de experiências genéticas, fruto da sua capacidade de suscitar a atenção dos *media* e torná-los problemas políticos. Essa tematização implica uma mudança de fronteiras entre as esferas privada e pública e a vida social, envolvendo lutas contra velhas e novas formas de dominação. Em simultâneo, esses movimentos desenvolvem estratégias mobilizadoras em termos identitários, quer pela reforma de instituições da sociedade civil nas quais existem situações de discriminação e de desigualdade quer pela preservação dos novos modelos que se lhes sucedem.

Há pouco acordo entre os teóricos em relação à aplicabilidade do termo “novos” aos movimentos sociais referidos, seja no que respeita às características que os diferenciam em relação a outros movimentos, seja quanto ao significado de um movimento social em relação a um partido político ou um grupo de interesse; adotamos, nesta dissertação, como critério distintivo a relação entre a ação coletiva contemporânea e a sociedade civil (Cohen & Arato, 1994, p. 493). Enquanto “velhos”

movimentos, como o proletário ou o nacionalista, visam a alteração do regime político por via revolucionária, os “novos” movimentos sociais advogam uma reforma radical que não é, nem necessária nem primordialmente, orientada para o Estado. A política ofensiva dos movimentos envolve não só lutas por dinheiro e por reconhecimento político, mas também políticas de influência visando atores políticos e projetos auto limitativos de reforma institucional.

“Por outras palavras, aqueles elementos dos novos movimentos sociais que visam a sociedade política articulam um projeto de reforma institucional, auto limitativo e democrático, com o objetivo de alargar e democratizar as estruturas de discurso e compromisso que já existem nesses domínios” (Cohen & Arato, 1994, p. 532).

As “lutas pelo reconhecimento” caracterizam-se, sobretudo, pela sua natureza emancipatória e pelo universalismo dos seus objetivos; são mobilizadas por uma maior justiça social, combatendo o “desrespeito” à integridade física, aos direitos individuais ou ao estilo de vida de grupos marginalizados e/ou minoritários (Honneth, 1992, pp. 191-192) que, em conjunto, podem levar à “morte social”. Dada a importância da sociedade civil para a articulação da diferença com as políticas de identidade, o aspeto “defensivo” destes movimentos envolve a preservação e o desenvolvimento da infraestrutura comunicativa da esfera pública: o mundo da vida.

“É a condição *sine qua non* para esforços bem-sucedidos na redefinição de identidades, para a reinterpretação de normas e para o desenvolvimento de formas associativas igualitárias e democráticas. Envolve esforços para assegurar mudanças institucionais no seio da sociedade civil que correspondam a novos significados, identidades e normas que são criadas” (Cohen & Arato, 1994, p. 531).

Quando a problematização desencadeada pelos novos movimentos sociais é bem-sucedida, a esfera pública mobiliza-se e as relações com o sistema político alteram-se; os fluxos comunicativos que habitualmente se orientam do centro para a periferia são alterados pelos *media* e o público fortalece-se.

“A comunicação pública informal movimenta-se, *nessas condições*, em trilhos que, por um lado, impedem a concentração de massas doutrinadas, seduzíveis populisticamente e, por outro, reconduzem os potenciais críticos dispersos do público (...) e auxiliam-no a exercer uma influência político-publicística sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade” (Habermas, 1997, p. 116).

O primeiro obstáculo a transpor é a barreira mediática que, no seu modo de funcionamento quotidiano, privilegia os temas que têm a sua origem nas denominadas fontes oficiais de informação, ou seja, quem ocupa posições destacadas nas diversas áreas da vida social: política, económica, cultural, científica, desportiva. Esse acesso desigual aos *media* traduz a influência que esses atores conquistaram em esferas públicas especializadas ou a já adquirida na esfera pública política. Esses “atores aproveitadores” distinguem-se dos “atores nativos” - os primeiros (partidos, grupos de interesse), ocupam uma esfera pública constituída “para se aproveitarem dela”, os segundos (movimentos sociais) ajudam à sua reprodução (Habermas, 1997, p. 96). Os atores da sociedade civil têm de construir a sua própria identificação e depois a sua auto legitimação, para projetarem as suas opiniões e lutarem por influência política. O terceiro grupo de atores é constituído pelos jornalistas que definem a agenda noticiosa e que, em esferas públicas mobilizadas, podem direcionar os fluxos comunicativos, alargando a agenda pública.

De acordo com o modelo de *agenda-building* de Cobb, Ross e Ross (1976, p. 126), o processo de inclusão de um tema na *agenda pública*, constituída por assuntos que alcançaram um elevado grau de visibilidade e de interesse público, é condição prévia à sua aceitação na *agenda formal* dos decisores políticos – a qual integra os assuntos que esses aceitaram formalmente considerar. O processo de agendamento ocorre em quatro etapas: *iniciação*, *especificação*, *expansão* e *entrada* (Cobb, Ross, & Ross, 1976, p. 127) e pode ser categorizado em três tipologias: 1) *inside access model* (modelo de acesso interno), 2) *mobilization model* (modelo de mobilização) e 3) *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa); nos dois primeiros, a iniciativa parte do sistema político, enquanto no terceiro, é de uma entidade ou grupo exterior que visa tematizar uma reivindicação (Cobb, Ross, & Ross, 1976, pp. 127-128).

Adaptando os modelos iniciais, de acordo com a perspectiva deliberativa, podemos representar simplificadamente a influência que circula entre a esfera pública e o sistema político (Habermas, 1997, p. 113).

No modelo de acesso interno, a iniciativa é dos dirigentes políticos e, antes de ser discutido formalmente, o tema segue o seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência da esfera pública política. No modelo de mobilização, a iniciativa também é do sistema político; mas os seus agentes são obrigados a mobilizar a esfera pública, uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para conseguir a implementação de um programa já votado. No modelo de iniciativa externa, são grupos exteriores ao sistema político, que impõem o tratamento formal, utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão da opinião pública (Habermas, 1997, pp. 113-114).

“O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) Articula uma reivindicação, 2) Tenta estender a outros grupos da população o interesse nessa questão, para conquistar espaço na agenda pública, o que permite 3) Uma pressão suficiente junto dos detentores do poder de decisão, obrigando-os a inscrever o assunto na agenda formal, para que seja tratado seriamente. Esse modelo de formação de uma agenda pode predominar em sociedades mais igualitárias” (Cobb, Ross, & Ross, 1976, p. 132).

A fase de iniciação corresponde à articulação da queixa ou da reivindicação ainda em termos gerais; segue-se a especificação, na qual essa queixa ou reivindicação é traduzida em exigências concretas. Na fase de expansão, é despertado o interesse de outros grupos da população e articulada a questão com outras problemáticas pré-existentes; corresponde à sua inserção na agenda pública. Por fim, a fase de entrada corresponde à transição da agenda pública para a agenda formal, para que possa ser analisada pelos decisores políticos; não significa necessariamente que as decisões correspondam ao que o grupo reivindicara. Quer a rejeição da sua posição ou a sua modificação são não só possíveis, como ocorrem com frequência (Cobb, Ross, & Ross, 1976, p. 132).

Este conjunto de propostas teóricas analisadas – o modelo “a duas vias” de formação de opinião e vontade, o conceito de esfera pública, os princípios da ética de discurso e a situação de fala ideal – formam a estrutura do modelo deliberativo ideal de Jürgen Habermas, cuja importância para o desenvolvimento do corpo teórico da primeira geração da Democracia Deliberativa é crucial. As principais críticas que lhe são feitas residem na excessiva preocupação com a complexidade social (Bohman, 1998), na cedência ao liberalismo (Dryzek, 2000), na ênfase nos procedimentos (Estlund, 1997), na pressuposição de consensos (Shapiro, 2003) e na desatenção às desigualdades sociais (Young, 2001). Em suma: onde está a robustez da Democracia? Como se torna o Público mais poderoso?

Sistematizamos essas críticas, integrando-as no debate em curso que, nas últimas duas décadas, tem mobilizado os investigadores que, quer no campo teórico, quer numa perspectiva de aplicação empírica, têm vindo a construir a Democracia Deliberativa. Para James Bohman, uma das limitações do modelo habermasiano prende-se com um entendimento demasiado fraco da legitimidade democrática, resultante de uma excessiva preocupação com a complexidade social que o leva a “esvaziar o ideal democrático radical de soberania popular de qualquer significado substantivo” (Bohman, 1998, p. 172). A estrita separação entre a formação da opinião pública e a tomada de decisão deixa apenas ao Público a capacidade de criticar as decisões governativas, mas com uma reduzida margem de efetivamente influenciar o processo de tomada de decisão.

O objetivo de alcançar um consenso racional deve também ser revisto; interpretando a regra da maioria numa perspectiva deliberativa, o autor sugere que o consenso deliberativo seja definido em termos da participação continuada no processo legislativo público em curso, apesar do desacordo com qualquer decisão particular alcançada por meios deliberativos (Bohman, 1998, pp. 183-184). Se a soberania popular for entendida como um processo participativo que é aberto e justo a todos os cidadãos, incluindo todas as razões publicamente acessíveis, os cidadãos continuarão a cooperar no processo deliberativo, mesmo que reconheçam a existência de um desacordo razoável entre si. Uma esfera pública dinâmica será capaz não só de alterar as preferências individuais através da deliberação, mas também de alterar o

enquadramento do próprio processo deliberativo; são necessários novos públicos que componham uma dinâmica alternativa na relação com as instituições democráticas. “As instituições que não permanecem responsivas a novos públicos perdem a sua legitimidade” (Bohman, 1998, p. 202).

James Bohman argumenta ainda que modelos procedimentais oferecem uma visão muito restrita da deliberação pública, dado serem insuficientes para definir padrões de justiça ou de racionalidade. Os procedimentos são, à semelhança da “situação de fala ideal”, condições necessárias, mas não suficientes, uma vez que não têm em conta que as próprias regras e condições devem surgir da deliberação. O critério de sucesso de uma deliberação pública será o reconhecimento por parte dos participantes na atividade conjunta de que deram o seu contributo e influenciaram os seus resultados, mesmo quando não concordam com eles (Bohman, 1998, pp. 40-42).

David Estlund distingue entre os modelos que adotam o “procedimentalismo deliberativo justo” dos que sustentam um “procedimento deliberativo racional”. No primeiro caso, enquadra-se a perspetiva de Bernard Manin, que se caracteriza pelo princípio da paridade no acesso (todos os cidadãos devem ter a mesma oportunidade de apresentar as suas razões na deliberação). O procedimento é insuficiente para assegurar a legitimidade moral e incapaz de permitir que as razões avançadas por alguns cidadãos possam ser favorecidas em relação a outras. A presumível melhoria epistémica dos resultados deliberativos é presumida, mas não é passível de ser assegurada se o seu valor epistémico não for avaliado à luz de padrões independentes. No segundo, encontram-se as propostas neo kantianas de Jürgen Habermas e de Seyla Benhabib que argumenta tratar-se de “uma resposta racional a conflitos de valor persistentes a nível substantivo” (Benhabib, 1996, p. 118). “Os resultados são racionais apenas no sentido procedimental, não quanto ao seu valor substantivo” (Estlund, 1997, p. 177).

A ênfase dada ao consenso é uma das críticas aos teóricos deliberativos, acusados de subestimarem os conflitos irreconciliáveis (Shapiro, 2003). Se a deliberação pode facilitar a convergência de posições entre os cidadãos, a verdade é que também pode revelar diferenças que estavam ocultas e ter o efeito contrário: “Tudo depende de quais sejam os interesses subjacentes, os valores ou as preferências

em jogo” (Shapiro, 2003, p. 27). Joshua Cohen argumenta que, mesmo em condições ideais, não há nenhuma certeza de alcançar o consenso; no entanto, após a deliberação, os resultados da votação serão diferentes dos obtidos sem discussão (Cohen, 1997, p. 75). A mudança de preferências poderá não ocorrer, no entanto, por força do melhor argumento, uma vez que dificilmente alguém será convencido por argumentos baseados em premissas em que não acredita: “Os argumentos que levam à nova crença devem começar por apelar às suas convicções iniciais” (Christiano, 1997, p. 260). A mudança de preferências não ocorre, necessariamente, apenas através da argumentação racional; como sublinha Bernard Manin: “A força de uma argumentação é sempre relativa” (Manin, 1987, p. 353). A legitimidade das decisões, em consequência, não assenta na possibilidade de essas expressarem a vontade de todos, mas antes na conjugação dos princípios deliberativo e da maioria: “A vontade da maioria é legítima porque resulta do encerramento de um processo deliberativo no qual todos os cidadãos (ou pelo menos aqueles que desejavam fazê-lo) participaram” (Manin, 1987, p. 360). Esta formulação pressupõe que as minorias não concordarão com a decisão, mas que as suas opiniões foram tomadas em consideração durante o processo deliberativo. James Bohman advoga o “consenso deliberativo” e sustenta que a razão pública seja considerada pluralista. Uma razão pública é singular se representa uma norma singular da deliberação, segundo a qual os participantes concordam com uma decisão pelas *mesmas* razões públicas acessíveis. Se uma única norma de razoabilidade não é pressuposta, a razão pública é plural: os participantes concordam por *diferentes* razões públicas acessíveis (Bohman, 1998, p. 83). A deliberação pode continuar, não obstante as divergências entre os participantes. Amy Gutmann e Dennis Thompson, por seu turno, consideram que a prática do respeito mútuo, de acordo com o princípio da reciprocidade – “os participantes devem tentar apresentar razões que minimizem as suas diferenças perante os seus oponentes” – é exatamente o “coração da Democracia Deliberativa” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 7). Os autores defendem que a deliberação pública é a melhor forma de lidar com os desacordos morais, quer porque ajuda a alcançar consenso quando esse é possível, quer porque permite lidar melhor com as perspetivas discordantes uma vez que cada participante na deliberação tem de justificar as suas posições de modo aceitável para os outros.

Embora os teóricos deliberativos defendam que uma das suas vantagens é a promoção de uma maior justiça social, os “democratas da diferença” – designação que não representa uma escola de pensamento homogénea, mas cujos autores partilham a defesa de uma política democrática que se preocupe, em primeiro lugar, com o reconhecimento da legitimidade e da validade das perspetivas particulares dos segmentos historicamente oprimidos da população (Dryzek, 2000, p. 57) – consideram que a deliberação não é neutra e exclui uma variedade de grupos da participação política.

Para Iris Marion Young, num mundo caracterizado por desigualdades estruturais subjacentes a injustiças significativas, só se a deliberação for complementada com um ativismo crítico que se oponha às instituições existentes será possível mais justiça social. A Democracia Deliberativa “deve entender-se como uma teoria crítica, que expõe as exclusões e as limitações dos supostamente justos processos reais de tomada de decisão, que fazem com que a legitimidade das suas conclusões seja suspeita” (Young, 2001, p. 687). Os mecanismos de comunicação entre os públicos fracos e o sistema político devem incluir manifestações discursivas alternativas, como os protestos, as obras musicais ou os desenhos animados; este entendimento mais amplo do processo de formação e de influência da opinião pública permite aos participantes articularem apelos razoáveis à justiça e exporem as fontes e as consequências das desigualdades estruturais na lei, dos termos hegemónicos do discurso e do ambiente da prática quotidiana.

“Os indivíduos e as organizações que buscam minar a injustiça e promover a justiça precisam quer de iniciar uma discussão com outros para convencê-los que existem injustiças que devem ser sanadas quer de protestar e de se envolverem em ação direta” (Young, 2001, p. 688).

Por seu turno, Lynn Sanders argumenta que a deliberação não assegura uma maior democratização, uma vez que os padrões discursivos de racionalidade e o objetivo de chegar a um acordo privilegiam os grupos sociais dominantes e excluem os que já são habitualmente sub-representados politicamente: mulheres, minorias étnicas e pobres. A autora advoga, antes, o testemunho como um modelo que permite a expressão de diferentes perspetivas, em vez de buscar o que é comum. O

fundamental “é contar a própria história”, não há qualquer expectativa de um debate orientado para a resolução de um problema da comunidade. “Ao contrário de deliberação, a norma do depoimento não exclui posições se essas são veiculadas de forma imoderada ou emocionalmente carregada (Sanders, 1997, p. 372). A crítica dos “democratas da diferença” é que a deliberação é pressuposta como culturalmente neutra e universal, mas as suas normas são culturalmente específicas e frequentemente operam como formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de grupos dominados. O modelo de “democracia comunicativa” (Young, 1996) propõe novos instrumentos de comunicação, para além da argumentação, para que públicos constituídos por diferentes grupos – em termos culturais, de perspetiva social e de valores -, possam estabelecer diálogo para além das suas diferenças, na ausência de entendimentos partilhados significativos: a saudação, a retórica e o testemunho. Iris Marion Young argumenta que se a comunicação visar o que diferentes grupos têm em comum – seja como condição prévia seja como resultado – não haverá transformação de preferências: “Acabamos por apenas nos ver refletidos nos outros” (Young, 1996, p. 127). Se a interação comunicativa for antes entendida como um meio de encontrar as diferenças de significado, de posição social ou de necessidades que não são partilhadas, nem com as quais todos se identificam, será possível descrever melhor o modo como a interação muda as preferências individuais.

“Há então algo a aprender a partir das perspetivas dos outros, à medida que eles comunicam os seus significados e perspetivas, precisamente porque as perspetivas estão para além de cada um e não são redutíveis a um bem comum” (Young, 1996, p. 127).

John Dryzek sustenta que a retórica, a saudação e o testemunho podem coexistir com a troca racional de argumentos; mas alerta que *per si* não significam uma menor dominação, dado que podem também servir objetivos demagógicos ou manipulativos. A sua aceitação no desenho deliberativo depende de se verificar a observância de dois critérios: 1) a comunicação não é coerciva e 2) a comunicação liga o particular ao geral (Dryzek, 2000, p. 68).

James Bohman identifica três tipos de “desigualdades deliberativas”: 1) assimetrias de poder (que afetam o *acesso* à esfera pública), 2) desigualdades

comunicativas (que afetam a capacidade de *participar* na esfera pública) e 3) “pobreza política” ou a falta de capacidades públicas desenvolvidas (que tornam *menos provável* que os cidadãos politicamente empobrecidos possam sequer participar na esfera pública) (Bohman, 1998, p. 110). Como a Democracia Deliberativa não é compatível com desigualdades sociais persistentes, a equidade política pode servir como padrão crítico da legitimidade democrática. O patamar básico de equidade política proposto é o seguinte: “Os cidadãos ou grupos de cidadãos são ou não capazes de iniciar deliberação pública acerca das suas preocupações?” (Bohman, 1998, p. 113). Só acima deste limiar se pode falar de legitimidade democrática das decisões, mesmo que subsistam discordâncias entre os participantes; como vimos atrás, o requisito é o “consenso deliberativo” de continuarem a cooperar na deliberação.

O principal problema da deliberação pública reside no “consentimento tácito”, este ocorrerá quando se verificarem desigualdades de poder quer na definição do assunto sobre o qual deliberar, quer na forma como o problema for enquadrado; em consequência, a participação bem-sucedida dos grupos mais poderosos é assegurada. “Para ser democrático e publicamente convincente, o próprio *agenda-setting* deve ser deliberativo” (Bohman, 1998, p. 120).

John Dryzek considera que Jürgen Habermas se mantém como “teórico crítico em princípio”, mas que a sua aceitação de um leque de factos imutáveis do mundo moderno (como a complexidade pluralística da sociedade e a sua estrutura político-económica), tornam mais difícil discernir a sua distância em relação aos teóricos deliberativos liberais (Dryzek, 2000, p. 24). Quer a conceção do processo legislativo como o mecanismo de transformação da opinião pública em decisão política, quer a importância dada às eleições como o principal canal de influência da esfera pública para o Estado são considerados “antiquados”, mas não necessariamente errados. O problema é o modelo ignorar os agentes extra constitucionais de influência e de distorção democráticas que permitam equacionar como podem as instituições e as práticas políticas dominantes ser mudadas para melhor.

“O que devemos fazer dos múltiplos canais de influência que, para o melhor ou para o pior, não envolvem eleições – como protestos, manifestações, boicotes, campanhas informativas, eventos mediáticos,

grupos de pressão, incentivos financeiros, ameaças económicas e assim por diante?” (Dryzek, 2000, p. 26).

Dryzek defende uma teoria deliberativa *crítica* perante o poder estabelecido e *insurgente* em relação às suas instituições; o seu contributo para uma maior democratização passa por aprofundar o controlo dos cidadãos, através da sua participação efetiva nos processos deliberativos de construção da opinião pública formada por meio da contestação de discursos e da sua transmissão ao Estado através de meios comunicativos, incluindo retórica e demais modelos que cumpram os requisitos acima referidos. A deliberação pode restringir a dominação “porque induz reflexão sobre as preferências e, ao requerer que estas sejam defendidas publicamente, elimina as preferências que não podem ser defendidas” (Dryzek, 2000, p. 43).

Este conjunto de críticas à primeira geração da Democracia Deliberativa, nesta dissertação representada pelo modelo de Jürgen Habermas, contribuiu quer para a sua reformulação teórica quer para a definição de desenhos deliberativos a serem aplicados empiricamente; em simultâneo, consolidaram-na como uma das mais influentes correntes da teoria política contemporânea. Os pioneiros deliberativos lançaram as bases normativas e conceberam a troca argumentativa como a única forma de comunicação através da qual as preferências podem ser alteradas. A segunda geração da democracia deliberativa adapta essas normas, oferecendo novas interpretações em questões nucleares do desenho deliberativo como a apresentação de razões, a mudança de preferências, o consenso e o compromisso, bem como quanto aos modelos de comunicação aplicáveis. Tornaram “a teoria da democracia deliberativa mais plausível e possível na prática, permitindo um foco mais acentuado na institucionalização” (Elstub, 2010). O teste empírico coube, sobretudo, à terceira geração¹⁶, que concebeu a natureza das instituições necessárias à prática deliberativa em sociedades complexas. Dentro dessa terceira geração da democracia deliberativa, há uma distinção prevaiente, formulada por Carolyn Hendriks (2006), entre micro e

16 O autor que seguimos na classificação dos democratas deliberativos em três gerações, Stephen Elstub, refere-se, em concreto, às obras de John Parkinson (*Deliberating in the Real World: Problems of Legitimacy in Deliberative Democracy*), Walter F. Baber e Robert V. Bartlett (*Deliberative Environmental Politics: Democracy and Ecological Rationality*) e Ian O’Flynn (*Deliberative Democracy and Divided Societies*).

macro perspectivas da democracia deliberativa, com entendimentos diversos acerca da Sociedade Civil e do seu relacionamento com o Estado. A *micro democracia deliberativa* (Cohen, 1997, Elster, 1997) foca procedimentos deliberativos ideais, em pequenas arenas estruturadas dentro do Estado, orientadas para a tomada de decisão, nas quais participantes imparciais deliberam em conjunto, ao mesmo tempo, e num mesmo espaço. Este género de deliberação tende a ser elitista, excluindo muitos participantes. A *macro democracia deliberativa* (Benhabib, 1996, Dryzec, 2000, Habermas, 1997) ocorre na sociedade civil, ao longo do espaço e do tempo, e favorece uma comunicação discursiva informal, não estruturada e espontânea, entre participantes partidários, visando a formação de opinião. Neste segundo tipo, a comunicação pode ser facilmente distorcida pela desigualdade, pelo autointeresse e pela incapacidade de dotar suficientemente os cidadãos com “poder deliberativo” e de tornar a sua participação efetiva.

2.5. Enquadramento como Ação Estratégica

O processo deliberativo envolve não só o agendamento dos temas prioritários em dado momento, mas também o modo como esses assuntos são apresentados, moldados e tornados significativos para o debate público. A deliberação pública não é um processo harmonioso, mas uma competição ideológica e uma luta política. “Os atores da arena pública lutam sobre o direito de definir e de moldar assuntos, bem como o discurso que os rodeia. Às vezes, lutam para manter assuntos fora da agenda” (Pan & Kosicki, 2001, p. 36). O enquadramento refere-se ao modo como é dado um significado às experiências sociais, respeitando quer a processos individuais quer a processos coletivos e, em simultâneo, interligando ambos os níveis de análise. Enquadrar um assunto é conferir-lhe um significado, é interpretá-lo à luz de experiências anteriores e de um fundo cultural que permite aos participantes de um processo comunicacional tornar compreensíveis para si próprios, e para os outros, experiências sociais. A aplicação de um quadro de sentido ou esquema de interpretação primário “permite ao seu utilizador localizar, perceber, identificar e

rotular um aparentemente infinito número de ocorrências concretas definidas nesses termos” (Goffman, 1986, p. 21).

A abordagem cultural aos enquadramentos concebe-os como estruturas culturais com ideias centrais (abstratas e de natureza geral, abrangendo vários fenómenos) e conceitos mais periféricos (que podem ser ou não concretos e específicos), com relações variáveis entre si, estabelecendo a distinção entre macro e micro enquadramentos. Os enquadramentos são uma estrutura profunda da cultura social, formando o conjunto de conhecimentos não expresso, mas partilhado pela generalidade dos membros e que formam a sua bagagem cultural; são construídos ao longo do tempo, são estáveis e transmitidos aos neófitos através da socialização. Os conceitos centrais abrangem mitos, narrativas e metáforas com forte ressonância cultural devido ao seu elevado poder simbólico que ativa reações afetivas junto dos membros de dada cultura; quer pelo seu reconhecimento generalizado, que permite a comunicação resultante da partilha de significado, quer pelo seu “significado excessivo”, isto é, a menção do conceito pode ativar a matriz de ideias relacionadas, a história social, escolhas políticas, heróis e vilões (Hertog & McLeod, 2001, pp. 142-3). Embora alguns enquadramentos se encaixem melhor do que outros na ideologia dominante em cada sociedade, a relação entre ambos é estreita. A ideologia é um conceito mais abrangente e pode incorporar vários enquadramentos; em simultâneo, grupos com ideologias diversas podem partilhar um enquadramento para analisar um determinado assunto. Os enquadramentos são, por seu turno, mais amplos que os assuntos ou problemas (*issues*), são a estrutura que fornece um conjunto de pressupostos subjacentes à interpretação de uma dada questão.

“Os enquadramentos fornecem o contexto para entender fenómenos novos. Quando um tema é «enquadrado», o seu contexto é determinado; os seus dogmas principais prescritos; aos indivíduos, grupos e organizações são atribuídos os papéis de protagonista, antagonista ou espectador, e a legitimidade das diversas estratégias de ação é definida” (Hertog & McLeod, 2001, p. 148).

Os próprios enquadramentos são atualizados, quando o seu significado se ajusta à adição de um novo conceito e à reordenação dos elementos existentes. “Isso

dá aos enquadramentos a sua qualidade dinâmica, à medida que operam ao longo do tempo para assimilar e reconstituir os factos e os conceitos novos” (Reese, 2010, pp. 22-23).

A pesquisa maioritária sobre o enquadramento integra-se na investigação sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa, concebendo-o como um processo coletivo através do qual as elites políticas, os governantes e os jornalistas exercem influência política entre si e sobre o público (Entman, 2003, p. 417). A análise ao nível dos micro enquadramentos associa o ato de enquadrar com a seleção e a saliência de alguns aspetos de um tema, de um acontecimento ou de um ator, bem como com o estabelecimento de relações que propiciem uma determinada interpretação, avaliação ou solução. Nesta ótica, o enquadramento apresenta quatro funções:

“Os quadros de sentido definem os problemas - determinam o que um agente causal está a fazer, com que custos e com que benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticam as causas - identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais – avaliam os agentes causais e os seus efeitos; e propõem soluções - oferecem e justificam soluções para os problemas e preveem os seus efeitos prováveis” (Entman, 1993, p. 52).

Os estudos de *framing* têm-se desenvolvido através de abordagens teóricas e metodológicas de natureza diversa, levando mesmo à sua classificação como um “paradigma fraturado” (Entman, 1993): incluindo o enquadramento como um segundo nível do processo de agendamento (McCombs & Ghanem, 2001); explorando a sua relação com as rotinas produtivas dos jornalistas e a hegemonia ideológica das elites (Gitlin, 1980; Hallin, 1984; Gamson & Modigliani, 1989; Carragee & Roefs, 2004); esclarecendo as condições em que os *media* são permeáveis a enquadramentos que competem com os das suas fontes oficiais de informação (Bennett, 1990; Entman, 1993; Entman, 2003) e aprofundando-o como uma ação estratégica na deliberação pública (Ryan, 1991; Gamson & Wolfsfeld, 1993; Pan & Kosicki, 2001).

“Enquadrar uma questão é participar da deliberação pública, estrategicamente, tanto para a produção de sentido para si próprio como

para contestar os enquadramentos dos outros. Assim, limitarmo-nos ao paradigma dos efeitos impede-nos de analisar as competições estratégicas nos processos de enquadramento” (Pan & Kosicki, 2001, p. 39).

A análise do enquadramento permite articular a teoria normativa da Democracia Deliberativa com as condições empíricas dos processos coletivos de tomada de decisão na definição das fronteiras do discurso relativo a um assunto e na categorização dos atores relevantes: “Desta forma, o enquadramento pode ser visto como um meio para a construção da comunidade, embora a natureza da comunidade daí resultante seja dificilmente tradicional” (Pan & Kosicki, 2001, p. 41). A “comunidade discursiva” envolvida no processo deliberativo abrange governantes, outros políticos, especialistas, grupos de interesse, *media*, movimentos sociais e o público em geral; cada um destes grupos ou atores políticos dispõe de recursos desiguais (materiais, institucionais, culturais ou sócio estruturais) para influenciar a linguagem, o contexto e a atmosfera da deliberação pública sobre um problema. Os recursos materiais são uma das três fontes do “potencial de enquadramento” dos atores que participam na deliberação pública, a par com as alianças estratégicas e a reserva de conhecimentos e de competências no patrocínio de enquadramentos: ao combinarem esses recursos, “os atores políticos tecem «redes de subsídios» para privilegiarem a disseminação e o empacotamento da informação que lhes seja vantajosa” (Pan & Kosicki, 2001, p. 44). O enquadramento estratégico envolve tecer e mobilizar essas redes de subsídios junto dos *media*, de decisores políticos e do público. Para influenciar o discurso da elite, os atores podem quer reduzir os custos dos decisores políticos na reunião e no processamento de informações, quer reduzir os riscos políticos (percebidos) para os políticos se estes tomarem a posição pública que se patrocina acerca de um determinado problema.

Os estudos mostram que os enquadramentos dominantes não são estáticos, evoluindo em função do contexto e ao longo do tempo; também a sua aceitação depende de um complexo processo que envolve as características pessoais dos membros do público e a natureza do assunto em questão. Os efeitos do enquadramento

“resultam da ativação ou da modificação de esquemas e podem ser encontrados na forma como a informação é processada e tornada significativa, como as pessoas falam sobre um assunto e como se formam as avaliações políticas” (Pan & Kosicki, 2001, pp. 38-39).

Os indivíduos constroem os seus entendimentos acerca dos assuntos ao mobilizarem os recursos simbólicos que estão disponíveis no quotidiano, sejam diretamente experienciados, transmitidos pela sabedoria popular ou acedidos através do discurso mediático. “Combinam esses recursos simbólicos de formas diferentes em situações variadas” (Pan & Kosicki, 2001, p. 39). Para atuar junto do público, os promotores de um enquadramento podem criar *slogans*, carregados ideológica e emocionalmente, etiquetas (por exemplo, pró-paz *versus* pró-guerra) ou modelos e estabelecer uma ligação entre a posição defendida e um ícone político, figura ou grupo.

“A natureza subdeterminada do discurso mediático permite aos contestatários, como os movimentos sociais, oferecerem construções alternativas da realidade, para as quais podem encontrar apoio junto de leitores cuja vida diária lhes permita construir significados para além das imagens dos *media*” (Gamson, Croteau, Hoynes, & Sasson, 1992, p. 373).

A atuação junto dos *media* visa influenciar o discurso noticioso, levando os jornalistas a adotarem os enquadramentos promovidos e pode ser concretizada quer através da redução dos custos de recolha de informações quer através da promoção da ressonância cultural do enquadramento com os valores noticiosos dos jornalistas.

“Os enquadramentos que empregam termos culturalmente mais ressonantes têm o maior potencial de influência. Usam palavras e imagens bastante salientes na cultura, o que quer dizer visíveis, compreensíveis, memoráveis e emocionalmente carregadas” (Entman, 2003, p. 417).

A eficácia do enquadramento depende ainda da magnitude, relativa à proeminência e à repetição de uma informação. O enquadramento opera quer pela seleção quer pela exclusão; ao salientar determinados aspetos do assunto, remete

outros para a obscuridade. Os atores que atuam estrategicamente junto dos *media* recorrem a três táticas fundamentais:

“Atacar enquadramentos rivais onde as suas ressonâncias culturais são fracas; evitar quadros de sentido rivais, sublinhando as ressonâncias culturais que reforçam o próprio enquadramento e absorver enquadramentos rivais, à boleia da ressonância cultural que usam” (Ryan, 1991, p. 84).

O enquadramento de um determinado ator, assunto ou evento durante um período de tempo definido pode ser disposto ao longo de um *continuum* de domínio total por um enquadramento para um impasse entre os enquadramentos concorrentes. A paridade de enquadramentos descreve as condições ideais da teoria liberal da imprensa e da norma da objetividade que regula o exercício do jornalismo: enquadramentos em competição não só têm a mesma oportunidade de serem incorporados nos textos noticiosos, mas também de serem apresentados com as mesmas magnitude e ressonância cultural. No entanto, “a paridade de enquadramentos é a exceção, não a regra” (Entman, 2003, p. 418).

As ações estratégicas junto dos *media* baseiam-se no conhecimento das rotinas produtivas dos jornalistas, que tendem a privilegiar as elites políticas e outras fontes oficiais de informação, sobretudo em assuntos que integram a denominada “esfera do consenso” por não serem considerados controversos pelos jornalistas nem por vastos setores da sociedade. “Dentro desta região, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos e, de facto, muitas vezes sentem-se responsáveis por agirem como defensores ou protetores cerimoniais de valores de consenso” (Hallin, 1984, p. 21). Questões relativas à política externa são um exemplo de assuntos que integram, no quotidiano, esta esfera; a invocação de valores de patriotismo, por exemplo, com forte ressonância cultural, é uma das ações estratégicas que permite às elites políticas serem bem-sucedidas no enquadramento de assuntos dessa natureza. Os *media* desempenham, nessas situações, um papel conservador e de legitimação, operando num modelo gramsciano de criação e de manutenção da hegemonia dominante. O conceito de hegemonia de Antonio Gramsci refere-se ao modo como as elites dominantes asseguram o consentimento dos grupos dominados à ordem política

estabelecida através da produção e da difusão de significados e de valores. Trata-se de um processo dinâmico, entendido como uma luta ideológica entre perspectivas dominantes e focos de resistência, que se desenvolve ao longo do tempo. Neste contexto, os enquadramentos mediáticos são relacionados com a construção social de significados e de valores largamente consistentes com os interesses das elites. “Os grandes conflitos sociais são transportados para o sistema cultural, onde o processo hegemónico os enquadra, em termos de forma e de conteúdo, tornando-os compatíveis com os sistemas dominantes de significado” (Gitlin, 1979, p. 264). Na perspectiva crítica, a ideologia não é encarada como uma variável dependente, nem numa perspectiva determinista, mas antes como o resultado de “um equilíbrio de forças em uma conjuntura histórica particular: sobre as «políticas de significação»” (Hall, 2005, p. 66). A “luta pelo sentido” trava-se na “comunidade discursiva” que participa da deliberação pública: quando se desenvolve na “esfera do consenso” os atores com maiores recursos materiais e simbólicos dispõem de uma vantagem prévia para fazerem passar os seus enquadramentos.

Os padrões de trabalho dos jornalistas alteram-se quando os assuntos integram a denominada “esfera da controvérsia legítima”, na qual os desacordos “normais” em democracia, como as eleições, favorecem os padrões do jornalismo objetivo: “Aqui a neutralidade e o equilíbrio são as principais virtudes jornalísticas” (Hallin, 1984, p. 21). De acordo com o “modelo de indexação”,

“os profissionais dos *media*, da sala de direção ao terreno, tendem a «indexar» o alcance de vozes e de pontos de vista quer nas notícias quer nos editoriais de acordo com o leque de perspectivas expressas no debate governamental dominante acerca de um dado assunto” (Bennett, 1990, p. 106).

O dissenso entre elites é a condição *sine quo non* para que os contra-argumentos de fontes alternativas, nomeadamente as não-eleitas, sejam incorporados pelos *media* noticiosos ao permitir aos jornalistas interpretarem a contestação como legítima porque “essas vozes expressam opiniões que já emergiram em círculos oficiais” (Bennett, 1990, p. 106). A cobertura noticiosa de processos eleitorais ilustra os “rituais estratégicos” da objetividade jornalística (Tuchman, 1999), como a aplicação

dos princípios do contraditório e da equidade na apresentação das perspectivas em conflito, que caracterizam a “esfera da controvérsia legítima”. Quanto maior o dissenso, mais crítica e diversificada nos pontos de vista que representa se torna a cobertura jornalística (Hallin, 1984, pp. 22-23). Ainda que mais permeáveis a acolher enquadramentos em competição, as rotinas jornalísticas contribuem, ainda assim, para que os eleitos que desempenham funções governativas sejam privilegiados, uma vez que a dimensão representativa lhes confere maior legitimidade para estabelecerem o enquadramento. Quem teve de lutar para aceder ao discurso público, por contraste, teve de se “manter no quadro dos termos estabelecidos para a problemática em jogo” (Hall, 2005, p. 77). Já a “orientação para acontecimentos” da cobertura jornalística “modifica a forma assumida pela indexação”, não porque os governantes sejam mais vezes citados ou porque haja mais apoio às suas posições, mas porque apresentam vantagem em termos de visibilidade: “Os *media*, ao procurarem «cabides noticiosos» nos quais pendurar a informação, privilegiam os atores [quem age] aos que reagem” (Althaus, Edy, Entman, & Phalen, 1996, p. 418). As fontes de informação são segmentadas e

“os valores dos jornalistas estão ancorados em rotinas que são, ao mesmo tempo, estáveis o suficiente para sustentar princípios hegemónicos e flexíveis o suficiente para absorver muitos factos novos; essas rotinas são limitadas por perceções acerca do senso comum da audiência e são, em última instância, responsáveis perante as visões do mundo dos gestores de topo e dos proprietários” (Gitlin, 1980, pp. 272-273).

Uma característica essencial da hegemonia como modo de dominação é a capacidade de absorver a oposição, domesticando-a; embora haja temas e atores que são excluídos do debate público quando são categorizados, nomeadamente pelos *media*, como politicamente ilegítimos. Um exemplo é o modo como os movimentos antiguerra do Vietname foram, nos primeiros anos, posicionados pelos jornalistas na “esfera do desvio” (Hallin, 1984, p. 21), só passando a ter um tratamento noticioso mais favorável quando as suas críticas ecoaram no seio das próprias elites, como preconiza o “modelo de indexação”. “Declarações discrepantes sobre a realidade são

reconhecidas – mas, ao mesmo tempo, são abafadas, suavizadas, turvadas, fragmentadas, domesticadas” (Gitlin, 1980, p. 270). O conflito radica no núcleo da hegemonia liberal, que se atualiza, incorporando, e de certo modo neutralizando, a oposição sob formas que sejam compatíveis com a sua estrutura ideológica: “A hegemonia ideológica muda para continuar a ser hegemónica; esta é a natureza peculiar da ideologia dominante no capitalismo liberal” (Gitlin, 1979, p. 263).

A eficácia do trabalho simbólico dos *media* na construção e na manutenção da hegemonia reside, de modo algo paradoxal, na sua relativa independência. “Tais instituições asseguram poderosamente o consentimento precisamente porque a sua pretensão de serem independentes do jogo direto de interesses políticos ou económicos, ou do Estado, não é totalmente fictícia” (Hall, 2005, p. 82). A dominação hegemónica opera (também) através dos *media* porque se torna possível às elites dominantes equipararem os seus interesses aos interesses da maioria da população, num processo de naturalização que permite torná-los consensuais.

“Os *media* tornam-se parte integrante do mesmo processo dialético de «produção do consentimento» - moldam o consenso, enquanto o refletem – o que os orienta dentro do campo de forças dos interesses sociais dominantes representados no interior do Estado” (Hall, 2005, p. 83).

A hegemonia é assegurada através da liderança cultural e não da coação ideológica. No paradigma crítico, “a ideologia é uma função do discurso e da lógica dos processos sociais, em vez de uma intenção do agente” (Hall, 2005, p. 84). O discurso político, em sentido lato, respeita às

“interações dos indivíduos, grupos de interesse, movimentos sociais e instituições através das quais as situações problemáticas são convertidas em problemas políticos, as agendas são definidas, as decisões são tomadas, e as ações são concretizadas” (Rein & Schön, 2002, p. 145).

Ao conceber o enquadramento como uma ação estratégica dos atores políticos envolvidos na deliberação pública, Pan & Kosicki (2001) enumeram um conjunto de pressuposições que permitem ligar a teoria normativa com a análise empírica, na linha

do paradigma crítico. Desde logo, todos os participantes podem, em qualquer etapa do processo, tomar a iniciativa de enquadrar a deliberação; são os seus objetivos políticos que determinam os seus objetivos comunicacionais (“fazer passar a mensagem” e “vencer o argumento”) e o seu potencial de enquadramento reside na combinação entre a “rede de subsídios” ao seu dispor e o “alinhamento do enquadramento” (relativo à ressonância cultural): “A interação entre o alinhamento do enquadramento e a rede de subsídios vincula os interesses numa «comunidade discursiva», tornando a ação coletiva possível” (Pan & Kosicki, 2001, p. 48). Como vimos atrás, os atores envolvidos na deliberação podem atuar junto dos *media*, dos decisores políticos e do público para promoverem os seus enquadramentos; quanto mais alargada for a “comunidade discursiva” e quanto mais clara for a sua identidade, maior será a sua influência. O enquadramento de um processo político envolve, nesta perspetiva, muito mais do que “simplesmente” influenciar a cobertura noticiosa ou, por seu intermédio, a opinião pública; trata-se de um meio discursivo para alcançar potencial político que influencie a deliberação pública, sendo parte do processo de construção de alinhamentos políticos. O enquadramento apresenta-se, assim, no cerne da deliberação pública, já que é uma forma de organização discursiva do processo deliberativo que permite aos atores políticos quer a apresentação dos seus argumentos quer a compreensão e a avaliação desses argumentos.

“Para funcionar bem, a deliberação pública precisa que os participantes partilhem não só os valores e as avaliações para os julgamentos políticos, mas também os princípios, as convenções e as normas para a articulação desses valores” (Pan & Kosicki, 2001, p. 61).

Quando a deliberação decorre em torno de problemas políticos controversos e duráveis, os enquadramentos concorrentes produzem realidades múltiplas, que integram factos, valores, teorias e interesses divergentes; em consequência “os participantes não só discordam uns dos outros como também sobre a natureza de suas divergências” (Rein & Schön, 2002, p. 145). O que caracteriza os conflitos discursivos duráveis é, desde logo, a divergência em termos de macro enquadramentos – por exemplo, na própria nomeação do conflito –, que acarretam consequentes discordâncias nos micro enquadramentos dos problemas (*issues*) e das alternativas

propostas para a sua resolução. Os enquadramentos não são auto interpretativos e o processo de nomeação, como é o caso da “Guerra ao Terror”, reúne os diversos elementos em um todo (esforços diplomáticos, manobras militares, direitos humanos, terrorismo) e complementa o enquadramento, na construção social da situação, na definição do que é problemático e na sugestão dos cursos de ação apropriados: “Fornece coerência conceptual, uma direção para a ação, uma base para a persuasão e um enquadramento para a recolha e a análise de dados - ordem, ação, retórica e análise” (Rein & Schön, 2002, p. 153).

A análise dos macro enquadramentos explicita os processos ideológicos das interações discursivas dado que organizam e estruturam os termos da própria interação por tenderem “a ser mais gerais e abrangentes do que temas de notícias, assuntos e questões” (Reese, 2010, pp. 17-18), ou seja, do que os tópicos que são habitualmente identificados através da metodologia de análise de conteúdo. Estes integram o nível micro da análise, que procura perceber “como” um determinado enquadramento estratégico (prosseguir esforços diplomáticos ou avançar para a guerra) é promovido pelos atores envolvidos na deliberação. Colocar «o quê» antes do «como» fornece uma base para a seleção de enquadramentos mais específicos uma vez que torna compreensível a sua importância social, o modo como os atores sociais participam na construção do ambiente discursivo, na criação de certos enquadramentos e os interesses que são servidos no processo (Reese, 2010, p. 21).

Capítulo III - Estudo de Caso: O jornal Público e a Crise Iraquiana

A primeira “guerra preventiva” no dealbar do séc. XXI inaugura um novo paradigma nas relações internacionais. A invasão do Iraque, em 20 de março de 2003, foi apresentada pelos líderes políticos que a decidiram como um elemento da “Guerra ao Terror” decretada após o 11 de setembro de 2001; o derrube de Saddam Hussein foi justificado com a ameaça que o seu regime *poderia* constituir para os Estados Unidos da América e demais países ocidentais. A “Guerra ao Terror” é a quinta-essência de um conflito baseado no discurso. “Toda a ideia de uma guerra ao *terror* implica um adversário que é um conceito, não uma entidade física como um Estado opositor ou o seu exército que pode ser confrontado no terreno e derrotado em termos tangíveis” (Dryzek, 2000, p. 13).

A relação entre os Estados, regulada pela Paz de Vestefália, estabelece a soberania de cada país dentro das suas fronteiras e, em consequência, a não-intervenção em outros Estados. O conceito de soberania foi sofrendo alterações após a dissolução do Pacto de Varsóvia; a intervenção militar da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no Kosovo, sem autorização do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), representa um marco no conceito de “intervenção humanitária”. A legitimidade de intervir em outro país é justificada com a defesa dos Direitos Humanos da população (ou parte da população, em países multiétnicos), embora seja também considerada como uma forma dos Estados dominantes imporem a sua vontade. A “Guerra ao Terror” mina o discurso dos Direitos Humanos, tornando-se ambos discursos em competição (Dryzek, 2000, pp. 16-19).

Ambos os discursos estão presentes na justificação para a invasão do Iraque ao longo dos meses que mediaram entre a tomada de decisão pelo presidente George W. Bush e o início da guerra; em particular a partir de novembro de 2002 e até março de 2003, a diplomacia norte-americana empenhou-se num conjunto de iniciativas – do Congresso à ONU – para justificar a intervenção e conquistar apoio, quer do público americano quer da comunidade mundial. A (possível) existência de armas de destruição em massa, as (eventuais) ligações à Al-Qaeda, o domínio tirânico sobre o

seu povo e o seu efeito desestabilizador no Médio Oriente foram as razões invocadas por George W. Bush e seus aliados, nomeadamente o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, durante os meses que antecederam a guerra. Os argumentos foram amplamente contestados, a comunidade internacional dividiu-se e os protestos transnacionais antiguerra assumiram proporções inauditas. O debate “não representou o tipo de discussão que os democratas deliberativos esperam” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 2), mas nem os governos desistiram de tentar justificar a sua decisão, nem os oponentes abandonaram as críticas à “guerra preventiva”. Embora as posições não mudassem, a discussão esteve longe de ser inútil, já que balizou os termos do debate: “A deliberação imperfeita que antecedeu a guerra preparou o terreno para deliberações menos imperfeitas que se seguiram” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 2), não apenas sobre a invasão militar, mas também no que respeita a questões adjacentes, como o futuro dos líderes políticos responsáveis pela solução militar.

Em Portugal, o debate acerca da denominada crise iraquiana caracterizou-se pela divisão das elites políticas, com a oposição parlamentar a contestar a posição assumida pelo governo português de então, liderado pelo primeiro-ministro Durão Barroso, de alinhamento com a administração norte-americana e a sua anunciada intenção de integrar a “Coligação de Voluntariosos” (*Colligation of the Willing*), através do envio de tropas portuguesas. A concretização da intenção foi comprometida pela recusa do então Presidente da República, Jorge Sampaio, em autorizar o envolvimento das Forças Armadas portuguesas num conflito que não foi autorizado pela ONU, pelo que o apoio do governo português se consubstanciou de outro modo. Na fase que antecedeu o conflito, o executivo de Durão Barroso empenhou-se nos esforços diplomáticos de legitimação do conflito, conduzidos pelo presidente norte-americano, George W. Bush, e pelos seus dois principais aliados, os primeiros-ministros britânico, Tony Blair, e espanhol, José Maria Aznar, nomeadamente através da subscrição da denominada “Carta dos Oito”, na qual igual número de países pertencentes ou em vias de integrar a União Europeia expressaram o seu apoio à política norte-americana e no acolhimento da “Cimeira da Lajes”, que ocorreu pouco antes do início do conflito. Por outro lado, o governo português decidiu enviar militares da GNR (Guarda Nacional Republicana), sob a alçada governamental, para o Iraque, contornando, assim, a

necessidade de aprovação por parte do Presidente da República (PR). O debate da crise iraquiana em Portugal foi marcado não só pela dissensão entre governo e PR, mas também pelo antagonismo da oposição parlamentar à política externa do governo e pela contestação que atravessou a sociedade civil. As discussões nacionais foram também influenciadas pela divergência a nível europeu, resultante da cisão entre os “falcões” e as “pombas” – denominação dada pela administração norte-americana aos apoiantes e aos opositores à intervenção militar -, e pela divisão internacional, expressa, nomeadamente, no Conselho de Segurança da ONU e que se traduziu na impossibilidade da diplomacia norte-americana obter uma resolução que legitimasse a invasão do Iraque.

Nesta dissertação, refletimos sobre a possibilidade de os *media* constituírem uma Esfera Pública, visando equacionar de que forma a comunicação política mediatizada pode contribuir para o processo deliberativo de legitimação. Interessamo-nos, em particular, explorar o seu potencial contributo no fortalecimento do Público, nomeadamente em situações de ampla controvérsia sobre as decisões do poder político.

Pressupomos que os *media* têm uma atuação ambivalente em relação aos fluxos comunicativos do Esfera Pública, privilegiando, no quotidiano, uma comunicação orientada do centro (sistema político) para a periferia (Sociedade Civil); contudo, em alturas em que as decisões políticas são objeto de contestação, essa predominância pode ser contrabalançada por contributos comunicativos que se deslocam no sentido inverso.

A nossa hipótese é que os *media* podem constituir uma Esfera Pública, em momentos de controvérsia pública generalizada, ao contribuírem para a formação de “opiniões públicas qualificadas” que visam influenciar a vontade política.

3.1. Metodologia

A hipótese foi testada através de um estudo de caso, no âmbito do qual analisámos os espaços discursivos do jornal “Público” referentes à fase final das

negociações diplomáticas que antecederam a II Guerra do Golfo. Pretendemos investigar como é que a cobertura noticiosa e os espaços de opinião deste jornal de referência tematizaram, enquadraram e avaliaram as posições conflituais expressas pelos diversos atores intervenientes no complexo processo que se desenvolveu a nível nacional, mas também aos níveis europeu e transnacional.

O modelo deliberativo de Jürgen Habermas foi o instrumento contrafactual que, em termos metodológicos, nos permitiu analisar empiricamente se o jornal se constitui como Esfera Pública Deliberativa: 1) situa-se como mandatário de um público esclarecido, capaz de aprender e de criticar?; 2) preserva a sua independência face a atores políticos e sociais?; 3) aceita imparcialmente as preocupações e as sugestões do público?; 4) obriga o processo político a legitimar-se à luz desses temas? e 5) contribui para a formação de “opiniões públicas qualificadas”?.

As dissensões verificadas, quer no plano internacional quer no plano europeu, relativamente à melhor solução para a crise iraquiana tenderão, de acordo com o “modelo de indexação”, a ser refletidas pelos *media*, hipótese que avaliámos através da metodologia de análise de conteúdo aplicada ao *corpus* noticioso do jornal “Público” relativo à crise iraquiana. A opção pela metodologia quantitativa justifica-se com o objetivo de identificar padrões de enquadramento num extenso *corpus*, que reúne as 794 peças informativas – notícias, entrevistas, reportagens – publicadas entre 1 de fevereiro de 2003 e 20 de março de 2003. A escolha deste período temporal prendeu-se com o nosso foco no debate público que se intensificou na fase final das negociações diplomáticas do mês que antecedeu a invasão do Iraque, a 20 de março de 2003. Nesta análise, o objetivo é identificar “como um problema ou evento é retratado nas notícias” (Tankard, Jr., 2001, p. 101); numa segunda fase, de natureza qualitativa, abordamos “o quê” do enquadramento do conflito nos editoriais do jornal (Capt. IV).

A análise de conteúdo foi operacionalizada através de uma das principais metodologias aplicadas nesta área de pesquisa: a “lista de enquadramentos” (Tankard, Jr., 2001, p. 104). Organizámos uma lista de indicadores que representam variáveis tradicionais da “lista de enquadramentos” como as fontes de informação, o destaque (chamada à primeira página) e a categoria temática. Em conjunto, estas variáveis

permitem-nos localizar os enquadramentos no contexto das rotinas produtivas dos jornalistas, considerando-os como o resultado de um processo de construção (*frame-building*) que envolve fatores internos e externos aos jornalistas (de Vreese, 2005, p. 52). Optámos, no entanto, por uma análise textual mais abrangente do que a habitual identificação da inclusão ou exclusão de determinados termos-chave, através da leitura da totalidade dos textos, tendo em conta que a macroestrutura de um discurso noticioso, constituído por várias macroproposições (tópicos), apresenta uma organização hierárquica definida pelas regras semânticas (macro regras) que ligam os níveis inferior (proposições) e superior (macro proposições) do discurso e que definem a informação mais importante (tópico) de um texto. “O significado da totalidade de partes de textos ou de textos inteiros é derivado do significado local das palavras e das frases, que é um princípio fundamental em semântica. Esta derivação decorre através de macro regras” (van Dijk, 1988, p. 27).

Esta opção visou minorar as dificuldades de identificar enquadramentos com base numa abordagem meramente quantitativa, optando-se por um menor número de enquadramentos para aumentar a confiabilidade da codificação e construindo a lista de enquadramentos com base na revisão da literatura para uma maior coerência e validade (Tankard, Jr., 2001, p. 104). As investigações acerca do enquadramento da crise iraquiana e da guerra em jornais internacionais, designadamente os trabalhos de Groshek (2008), Dimitrova & Strömbäck (2005) e Dimitrova (2006), serviram de base para uma abordagem dedutiva (de Vreese, 2005, p. 52), que define os enquadramentos *a priori*: Diagnóstico, Prognóstico, Conflito Militar e Protestos Antiguerra. Ao longo da análise de conteúdo, procedemos à sua reclassificação, fixando a seguintes lista: Legitimação; Divisão entre Elites; Consequências da Guerra; Intervenção Militar; Protestos Antiguerra, Iraquianos e Outros. Posteriormente, os dados foram analisados com o *software* SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* para, então, identificar os referidos padrões de enquadramento e relacioná-los com outras variáveis envolvidas no processo de *frame-building*.

A mesma metodologia foi também aplicada à análise quer do espaço opinião quer do espaço dos leitores, tal como detalharemos mais à frente. A metodologia seguida na análise dos editoriais foi de natureza qualitativa, com base na ética

discursiva habermasiana, como explicamos no Capt. IV, onde apresentamos os correspondentes resultados.

3.2. Análise de Resultados

3.2.1. Enquadramentos

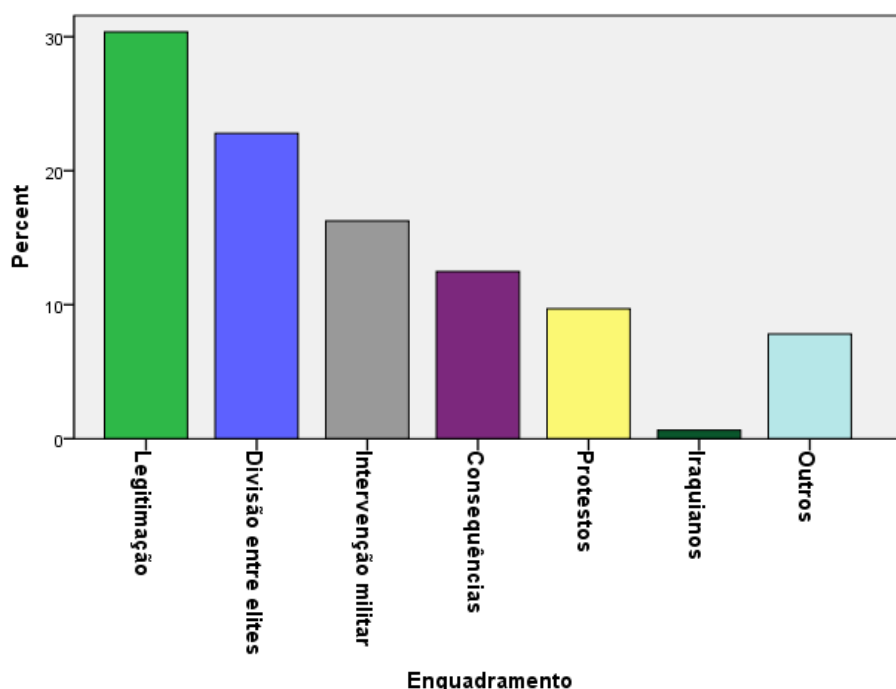


Gráfico 1 – Enquadramentos da crise iraquiana, no jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Tal como preconizado pelo “modelo de indexação”, as dissensões que marcaram os debates nacional, europeu e internacional acerca da melhor solução para a crise iraquiana foram amplamente noticiadas pelos jornalistas que reportaram a fase final de negociações diplomáticas, no mês e meio que antecedeu a invasão.

O enquadramento “Legitimação” foi identificado em 30,4 por cento dos 794 textos informativos publicados; nesta categoria foram codificadas as peças relativas a diversos problemas, atores e acontecimentos – a existência de armas de destruição em massa no Iraque, a sua associação à Al-Qaeda, o combate ao terrorismo, as

movimentações diplomáticas do presidente norte-americano e seus aliados, as posições dos diversos países -, mas que têm em comum a discussão da legitimidade de uma “guerra preventiva”, independentemente das posições a favor ou contra que são expressas. Este enquadramento permitiu aos jornalistas organizarem um amplo leque de informações sobre o processo diplomático em curso, abrangendo a política nacional, europeia e internacional, em torno da ideia central de *conflito acerca da legitimidade da solução militar* avançada pela administração norte-americana e seus aliados.

O enquadramento “Divisão entre Elites”, identificado em 22,8 por cento das peças, acentua a abordagem centrada no valor noticioso do *conflito no seio das elites políticas* nacionais, europeias e internacionais. Trata-se do segundo enquadramento, em termos quantitativos, mais vezes identificado e integra os textos que exprimem as diversas posições conflituais, mas sem que a questão da legitimidade da intervenção esteja em primeiro plano. Nesta categoria foram considerados os trabalhos que interpretavam o complexo processo negocial em curso à luz das cisões entre as elites políticas e das suas consequências em instituições internacionais, como a ONU, a União Europeia ou a NATO, bem como, no plano nacional, à luz das divergências entre governo e oposição parlamentar ou em relação ao Presidente da República. À semelhança do enquadramento “Legitimação”, também “Divisão entre Elites” atravessa os acontecimentos e os atores da política nacional, europeia e internacional; em conjunto, confirmam anteriores estudos acerca do *modus operandi* dos jornalistas na “esfera da controvérsia legítima” (Hallin, 1984), mostrando-se mais permeáveis a enquadramentos em competição, indexados à divergência entre elites políticas. Embora a cobertura noticiosa, nesta fase pré-guerra, se caracterize pela existência de vários enquadramentos em competição, os dois referidos apresentam também uma dimensão de complementaridade, na medida em que assentam no mesmo conceito nuclear – o *conflito* -, competindo no que respeita a diferentes conceitos periféricos, um mais centrado no plano do ordenamento jurídico internacional e o outro nas consequências para os atores políticos envolvidos, sejam dirigentes políticos ou instituições internacionais.

A relevância noticiosa atribuída ao conflito é característica do jornalismo nas democracias liberais. Na perspectiva de um modelo de jornalismo fundamentado na “objetividade” dos seus relatos, a apresentação das perspectivas conflituais é uma prática (ideologicamente) naturalizada que contribui, entre outros aspetos, para o que é designado como a domesticação da cobertura noticiosa de assuntos internacionais. Para que sejam considerados notícia, esses eventos são ancorados em estruturas narrativas com as quais os jornalistas estão familiarizados e que podem ser reconhecidas pelo público. “Os eventos são, então, narrados de modo a invocarem esses enquadramentos familiares e estáveis, contribuindo assim para a estabilidade dessa cultura” (Gurevitch, Levy, & Roeh, 1993, p. 207). A ênfase dada, por exemplo, às consequências da divisão entre os diversos países da União Europeia no que respeita à eventual futura definição de uma política externa comum ou da dependência europeia, em termos militares, em relação aos Estados Unidos são exemplos dessa domesticação da crise iraquiana, que se traduz numa ocidentalização do conflito. Este aspeto é também um elemento que contribui para o que designamos como a dimensão de complementaridade de enquadramentos em competição, já que promove a construção de uma narrativa dominada por atores ocidentais.

Além da “ação conjunta” dos enquadramentos atrás referidos, identificados em metade (53,2 por cento) dos textos, é de referir que o terceiro enquadramento mais frequente foi o da “Intervenção Militar” (16,2 por cento) – englobando peças sobre os preparativos militares, o armamento, a deslocação de tropas e as ações no campo de batalha – e o quarto o das “Consequências da Guerra” (12,5 por cento). Este enquadramento inclui as perspectivas acerca da relação “custos / benefícios” de uma invasão militar – quer sejam políticos, como a democratização do Iraque e uma maior estabilidade regional; económicos, como os custos da guerra ou o controlo petrolífero; ou ainda humanitários, nomeadamente no que respeita ao povo iraquiano. Enquanto os dois primeiros enquadramentos se caracterizam pela saliência conferida às dimensões de conflito e à proeminência dos atores políticos, os dois últimos não só reforçam a ocidentalização da crise iraquiana, mas também contribuem, ainda que de modo menos explícito, para outras ideias que vão enformar o debate: *a inevitabilidade*

da guerra decorrente do estatuto dos *Estados Unidos como única superpotência* na era pós-Guerra Fria.

O que é remetido para a obscuridade também contribui para este processo de ocidentalização, neste caso, a ausência do “Outro”, o povo iraquiano, em nome do qual são esgrimidos discursos de defesa ou de rejeição da solução militar, mas cuja voz raramente se faz ouvir: o enquadramento “Iraquanos” foi identificado em apenas 0,6 por cento da cobertura noticiosa. O que está em causa não é a apresentação negativa dos iraquianos, mas antes uma espécie de “espiral de silêncio” em relação às suas opiniões e às suas opções, nomeadamente no que respeita à sua autodeterminação, que resulta na sua menorização. Como se não pudessem representar-se a si próprios, são representados por *fontes ocidentais*, a essência do discurso Orientalista e um elemento fundamental na relação de complexa hegemonia entre Ocidente e Oriente (Said, 2004, p. 6). Ao tratarem a crise iraquiana como uma questão eminentemente ocidental, os jornalistas não só veicularam o *orientalismo* como um macro enquadramento naturalizado, mas também contribuíram para a sua perpetuação na forma de o jornalismo ocidental *representar* o Médio Oriente. “O valor, a eficácia, a força, a aparente veracidade de uma afirmação escrita sobre o Oriente dependem pois pouco, e não podem depender instrumentalmente, do Oriente enquanto tal” (Said, 2004, p. 24).

Uma outra dimensão do debate acerca da legitimidade da guerra foi a intensa movimentação mundial que se traduziu em protestos antiguerra à escala global, quer em países apoiantes quer em países opositores à intervenção militar: o enquadramento “Protestos Antigüerra” foi identificado em 9,7 por cento das peças. Este enquadramento foi aplicado a textos que abrangiam tomadas de posição, eventos e manifestações que partiram da sociedade civil, mas também nos casos em que o protesto reuniu atores com notoriedade política, social ou cultural em ações conjuntas com associações e movimentos da sociedade civil. Trata-se de um enquadramento episódico uma vez que, em geral, tratou os assuntos em termos de instâncias concretas ou eventos específicos (Iyengar & Simon, 1993, p. 369). Este enquadramento permite-nos reforçar a conclusão de que o jornal operou, do ponto de vista da cobertura informativa, no quadro da “esfera da controvérsia legítima”, como

preconizado pelo “modelo de indexação”: 1) os jornalistas revelaram a sua abertura a pontos de vista dissonantes, em linha com as dissensões entre as próprias elites políticas e 2) a agenda noticiosa foi definida de acordo com uma “orientação para acontecimentos” que, na maioria dos casos, privilegiou os atores institucionais, mas que, quando serviu de base à ação estratégica dos movimentos sociais, permitiu que estes acessem ao espaço mediático. A eficácia desse acesso no que respeita à sua capacidade de influenciar a deliberação pública é objeto de uma análise posterior, dado depender de outras variáveis.

3.2.2. Fontes de Informação

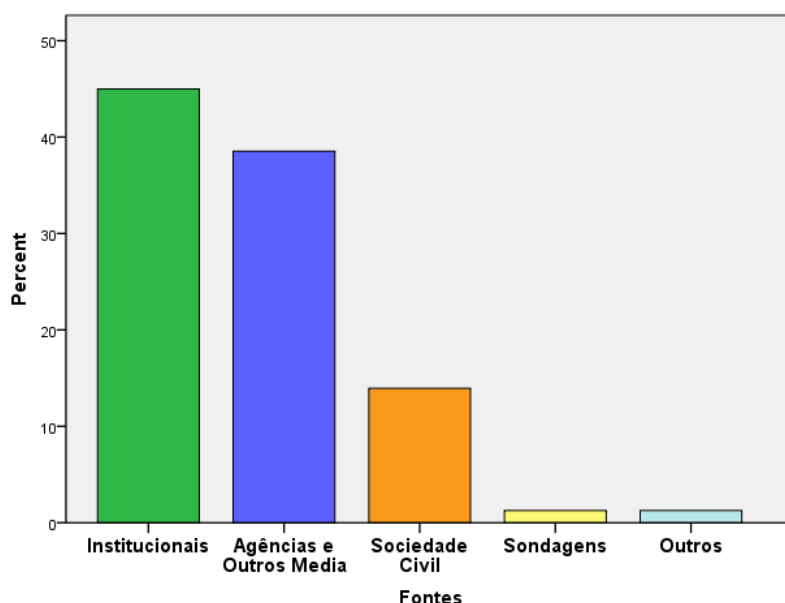


Gráfico 2 - Fontes de Informação da cobertura noticiosa da crise iraquiana no jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Um elemento basilar do “modelo de indexação” é o tipo de fontes de informação a que os jornalistas recorrem. Como referido atrás, este modelo assume a preponderância de fontes de informação oficiais ou institucionais, isto é, pertencentes, nomeadamente, à elite política, como “definidoras primárias” (*primary definers*) (Hall, Criticher, Jefferson, Clarke, & Brain, 1999) do enquadramento noticioso, bem como indexa o grau de competição entre enquadramentos alternativos ao nível da dissensão

entre as elites. Em termos metodológicos, identificámos o tipo de fonte predominante em cada texto, tendo em conta, nomeadamente, a sua localização (início da peça), contributo informativo para o título e o *lead* e a relevância no que respeita ao enquadramento do texto. A análise das fontes de informação privilegiadas pelos jornalistas na cobertura da crise iraquiana confirma essa predominância, revelando que as fontes de informação “Institucionais” são as mais presentes (45 por cento) nos textos noticiosos da fase “pré-guerra”, seguidas pelas “Agências de Informação / Outros *Media*” (38,5 por cento). Este segundo dado é coerente com a importância das agências de informação no fluxo internacional de notícias, bem como com o fenómeno de agendamento *intermedia*. Refira-se, por seu turno, que as fontes institucionais são, em geral, aquelas a quem, quer as agências de informação, quer os *media*, mais recorrem, pelo que as fontes institucionais apresentam-se como que duplamente representadas – direta e indiretamente. Seguem-se as fontes da “Sociedade Civil” (13,9 por cento) e as “Sondagens” e “Outras” (1,3 por cento, em cada uma das categorias).

Estes dados são explicáveis pelo contexto de produção da informação, nomeadamente no que respeita à distribuição de recursos da redação. Quanto mais próximo, em termos geográficos, é o acontecimento / tema, maior número de fontes de informação estão acessíveis aos jornalistas. É na “rede noticiosa” criada pelos *media*, através da colocação dos jornalistas em lugares estratégicos, que lhes asseguram um fluxo regular de informações acerca de assuntos e acontecimentos que reputam como relevantes, de acordo com a sua hierarquia de valores noticiosos, que reside, em nosso entender, a explicação para o elevado número de fontes institucionais.

Considere-se que, no caso do jornal “Público”, o qual dispõe de correspondentes nas principais capitais e cidades norte-americanas e europeias (Washington, Nova Iorque, Londres, Madrid, Paris, Berlim, etc.), a sua “rede noticiosa” assegura-lhe a capacidade de cobrir os acontecimentos e as tomadas de posição dos principais intervenientes ocidentais na crise iraquiana. Por outras palavras, quanto mais próximas, mais as fontes dispõem de uma “rede de subsídios” que lhes permite facilitar o trabalho dos jornalistas, nomeadamente no que se refere à redução dos

custos de recolha de informação. No outro extremo, encontram-se as “Agências de Informação / Outros *Media*”, que se revelam como o meio menos dispendioso dos jornalistas acederem a informações acerca de acontecimentos que estão fora da sua “rede noticiosa”.

Em termos globais, a predominância das fontes de informação institucionais aponta para que estas tenham dado um contributo decisivo para o enquadramento da crise iraquiana. Importa esclarecer, em concreto, quais as fontes presentes em cada um dos enquadramentos para verificar se esta hipótese se confirma.

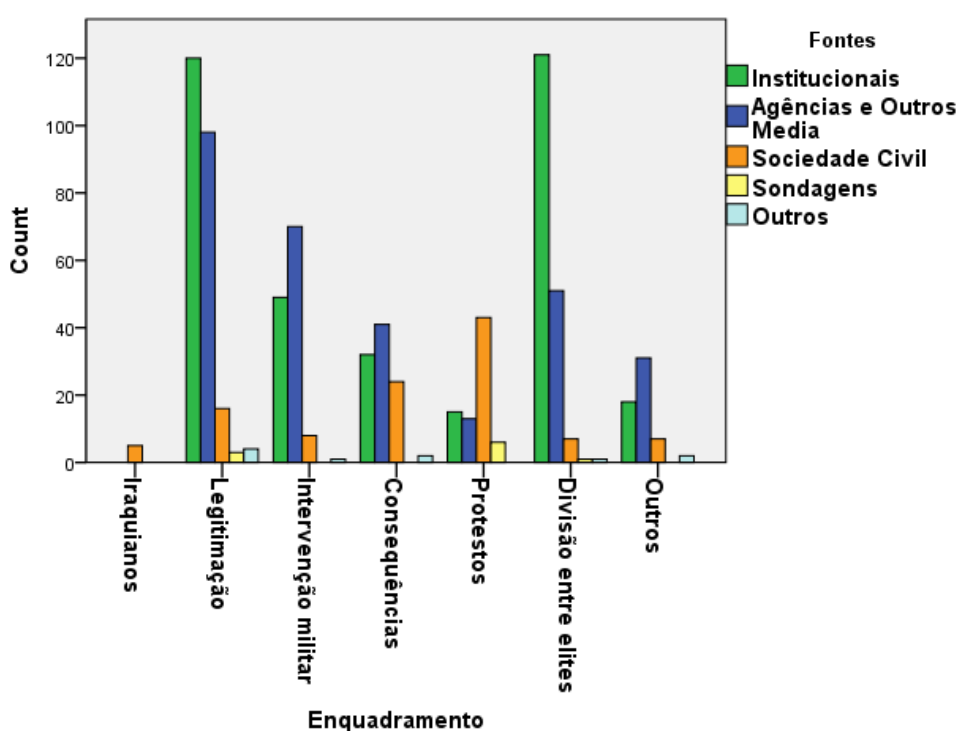


Gráfico 3 – Fontes de Informação por enquadramento, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

O cruzamento das variáveis “Enquadramento” e “Fontes de Informação” indicamos a correlação entre as diversas categorias dessas variáveis. Os dados revelam que em quase todos os enquadramentos, à exceção dos “Protestos Antiguerra”, as fontes predominantes são as “Institucionais” e as “Agências de Informação / Outros *Media*”. Verifica-se, ainda, que essa preponderância assume valores que rondam os 80 por cento nos principais enquadramentos - “Legitimação”, “Divisão entre Elites” e

“Intervenção Militar” -, enquanto nos restantes há um aumento da presença de outras fontes, como as oriundas da “Sociedade Civil”.

As “Fontes Institucionais” (49,8 por cento) representam quase metade do enquadramento “Legitimação”, logo seguidas pelas “Agências / Outros *Media*” (40,7 por cento). Em terceiro lugar, surgem as da “Sociedade Civil” (6,6 por cento) e, por fim, as “Sondagens” (1,2 por cento).

No que respeita ao enquadramento “Divisão entre Elites”, verifica-se uma considerável clivagem entre as “Fontes Institucionais” (66,9 por cento) e as “Agências de Informação / Outros *Media*” (28,2 por cento). Surgem, ainda mais distanciadas, as fontes da “Sociedade Civil” (3,9 por cento) e, finalmente, as “Sondagens” (0,6 por cento).

Já no terceiro enquadramento mais referido, “Intervenção Militar”, a primazia é das “Agências de Informação / Outros *Media*” (54,7 por cento), seguindo-se as “Fontes Institucionais” (38,3 por cento) e as da “Sociedade Civil” (6,3 por cento).

No enquadramento “Consequências da Guerra” identificam-se, por ordem decrescente, as “Agências de Informação / Outros *Media*” (41,4 por cento) e as “Fontes Institucionais” (32,3 por cento). Embora as duas primeiras categorias se mantenham predominantes, regista-se uma significativa presença das fontes da “Sociedade Civil” (24,2 por cento). Este é o enquadramento em que se verifica uma distribuição mais equilibrada das diversas fontes de informação.

Analisando o enquadramento “Protestos Antiguerra”, verifica-se que as fontes da “Sociedade Civil” (55,8 por cento) estão representadas em mais de metade das peças, registando-se um decréscimo significativo das “Agências / Outros *Media*” (16,9 por cento) e das “Fontes Institucionais” (19,5 por cento). Outras fontes que ascendem a um valor significativo são as “Sondagens” (7,8 por cento).

Estes dados permitem estabelecer uma ligação causal entre as fontes de informação e os enquadramentos predominantes na cobertura noticiosa da fase que antecedeu a intervenção militar no Iraque, dada a quase absoluta dominância das fontes institucionais e das agências de informação e outros *media* nos principais enquadramentos identificados, com destaque para a “Legitimação” e a “Divisão entre

Elites”, nos quais atingem valores superiores aos 80 por cento. Estes dois enquadramentos estão presentes, recorde-se, em mais de metade (53,2 por cento) dos textos o que, tendo em conta os dados relativos às fontes predominantes, esclarece a eficácia que as fontes oficiais têm no enquadramento da cobertura noticiosa sobre a crise iraquiana.

É ainda de salientar, pela sua relevância nesta investigação, que as fontes de informação da “Sociedade Civil” só ultrapassam o patamar dos 10 por cento quando o enquadramento em causa é o das “Consequências da Guerra” (24,2 por cento) ou o dos “Protestos Antiguerra” (55,8 por cento). Refira-se, também, que enquanto as fontes identificadas como predominantes (institucionais ou agências e outros *media*) são-no em termos quase absolutos, com uma escassa presença de fontes alternativas na generalidade dos enquadramentos, o mesmo não se verifica no caso das fontes da “Sociedade Civil”. Com efeito, mesmo no enquadramento “Protestos Antiguerra”, no qual assumem o valor mais elevado, essas fontes partilham o espaço noticioso com uma percentagem significativa dos dois tipos de fontes predominantes que, em conjunto, ascendem a cerca de 30 por cento, bem como com as “Sondagens” (7,8 por cento). Como referido atrás, a presença desigual das diversas fontes em cada enquadramento só não se verifica no caso das “Consequências da Guerra”, no qual o peso dos diversos tipos de fontes se apresenta mais bem distribuído.

Estes dados indicam, por um lado, uma compartimentação entre a generalidade da cobertura informativa, enquadrada predominantemente por fontes oficiais ou institucionais, e a abertura ocasional a fontes alternativas da sociedade civil, que se cinge, em grande medida, a temas e/ou acontecimentos específicos, como as diversas ações de protesto que foram ocorrendo ao longo deste período que antecede a guerra, o debate acerca das consequências da intervenção militar ou a opinião das (então) presumíveis vítimas da intervenção militar: os iraquianos.

Em síntese, as fontes da sociedade civil revelam uma capacidade reduzida de influenciar a deliberação pública através da ação estratégica do enquadramento pelo desigual acesso aos *media* e, mesmo quando lhes é dado o acesso ao espaço público mediático, verifica-se que tal acontece de modo restrito a acontecimentos específicos. Por fim, nessas situações em que dispõem de “potencial de enquadramento”,

constata-se que a probabilidade de influenciarem o enquadramento da deliberação sobre a crise iraquiana é mais reduzida, dado confrontarem-se com outras perspetivas, o que, como vimos, não ocorre de igual modo para as fontes oficiais ou institucionais, claramente predominantes nos enquadramentos dominantes.

3.2.3. Temas

Centrámo-nos, até aqui, nos enquadramentos que subjazeram à cobertura informativa do debate pré-guerra; interessa, no entanto, ter em conta que esta macro perspetiva pode ser complementada com uma análise a um nível mais específico, que nos permitirá identificar como é que o jornal representou as dissensões que atravessavam os debates a nível nacional, europeu e internacional.

Definimos, em consequência, as categorias temáticas em que cada texto se inseria, o que nos permite fazer um cruzamento dessa variável com a do enquadramento. Em termos metodológicos, distinguimos as categorias em função da temática principal de cada texto, operacionalizando as diversas opções do seguinte modo: “Guerra” (posições a favor) ou “Diplomacia” (posições a favor), quando está em causa a solução a dar à crise iraquiana, independentemente de estarmos perante atores nacionais ou internacionais; “Política Internacional”, “Política Europeia” e “Política Nacional” (quando o texto aborda a crise na perspetiva do debate político em curso em cada um destes níveis); “Assistência Humanitária”, “Armas de Destruição em Massa/Terrorismo”, “Invasão” e “Opinião Pública”.

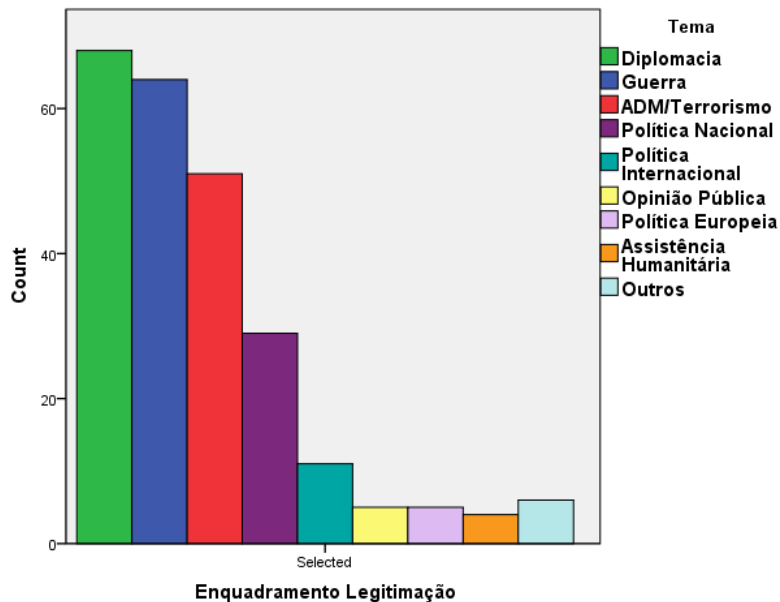


Gráfico 4 – Temas do enquadramento “Legitimação”, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

As categorias temáticas “Guerra” (26,6 por cento) e “Diplomacia” (28,2 por cento) surgem exclusivamente no enquadramento “Legitimação”, registando-se uma quase paridade na representação das posições pró ou anti guerra, o que, genericamente, indicia uma cobertura noticiosa equilibrada por parte do jornal.

Seguem-se os textos que abordam o tema das “Armas de Destruição em Massa / Terrorismo” (21,2 por cento), isto é, relativos às provas (nunca encontradas) nas quais os países pró-intervenção militar baseavam os seus argumentos contra o regime iraquiano.

Com menor relevância, neste enquadramento, são identificados textos sobre “Política Nacional” (11,6 por cento); “Política Internacional” (4,6 por cento), nomeadamente os relativos à ONU; “Política Europeia” (2,1 por cento); “Opinião Pública” (1,7 por cento) e “Assistência Humanitária” (1,7 por cento).

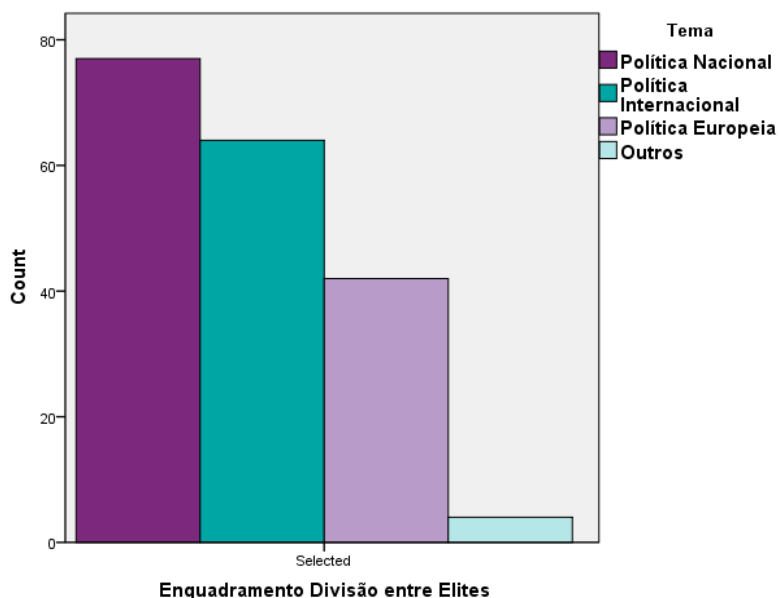


Gráfico 5 – Temas do enquadramento “Divisão entre Elites” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

O enquadramento “Divisão entre Elites” foi identificado em textos relativos a temas de “Política Nacional” (39,2 por cento), “Política Internacional” (35,4 por cento) e “Política Europeia” (23,2 por cento). Verifica-se que as dissensões de opinião que se registaram entre os dirigentes políticos portugueses são enquadradas pelo jornal como um elemento de conflitualidade da luta político-partidária, mais do que como a expressão de argumentos assentes em valores ético-morais divergentes (ideologia), – os quais levariam ao tratamento dos assuntos na perspetiva da “Legitimação”, o qual regista um valor muito menor (11,6 por cento) de textos sobre “Política Nacional”. Quando referimos atrás a “luta político-partidária” reportávamo-nos, mais em concreto, às diferentes tomadas de posição do Governo português (pró-guerra) e a oposição parlamentar (pró-diplomacia).

No que respeita às divergências do governo em relação ao Presidente da República, tendo em conta a natureza dos poderes presidenciais (Comandante Supremo das Forças Armadas), para além dos argumentos por si invocados (recusa de participação das forças armadas portuguesas em conflito não autorizado pela ONU), parece-nos possível concluir que os textos que abordam essa questão são os que identificámos no enquadramento “Legitimação”. Estes dados corroboram quer a

domesticção do conflito por parte do jornal, que privilegia o debate político nacional na cobertura da crise iraquiana, quer a sua indexação ao dissenso entre as elites. Além do valor noticioso “conflito”, o critério da “proximidade” é aqui visível; ambos são valores-notícia fundamentais do jornalismo ocidental.

Idêntica constatação, relativa ao privilégio dado ao conflito entre elites em detrimento do aprofundamento dos valores ético-morais subjacentes às diferentes posições, nos parece ser aplicada às categorias “Política Internacional” (35,4 por cento) e “Política Europeia” (23,2 por cento), também através da comparação com o peso desses temas no enquadramento “Legitimação”: “Política Internacional” (4,6 por cento) e “Política Europeia” (2,1 por cento). A integração dos (acesos) debates que decorreram na ONU acerca da legitimidade da solução militar, bem como as profundas divergências entre países da União Europeia em torno da legitimidade da solução militar no enquadramento “Divisão entre Elites” contribuem para a nossa ilação relativa ao privilégio dado ao conflito em detrimento do debate ideológico.

Tomar agora por universo já não os enquadramentos, mas as próprias categorias temáticas, permitir-nos-á aprofundar o que temos vindo a discutir.

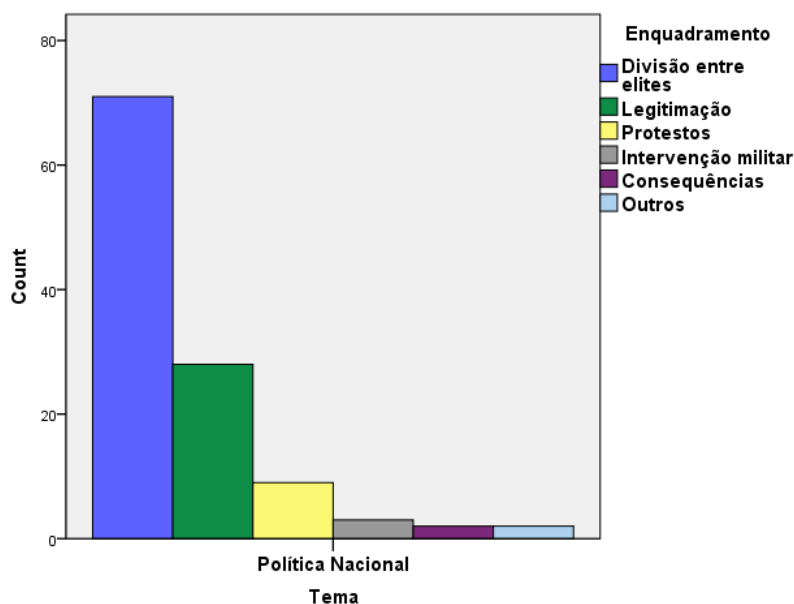


Gráfico 6 – Enquadramentos do tema “Política Nacional” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Os textos abrangidos pelo tema “Política Nacional” estão, como vimos anteriormente, maioritariamente enquadrados como uma questão de “Divisão entre Elites” (61,7 por cento), seguindo-se o enquadramento “Legitimação” (24,3 por cento) e os “Protestos Antiguerra” (7,8 por cento). Os restantes enquadramentos, nomeadamente o da “Intervenção Militar” (2,6 por cento) e o das “Consequências da Guerra” (1,7 por cento), têm um valor pouco significativo.

Estes dados são coincidentes com os que encontrámos quando analisámos os dois enquadramentos principais: “Legitimação” e “Divisão entre Elites”. Como vemos, no que respeita à “Política Nacional”, o principal enquadramento identificado na fase pré-guerra, o da “Legitimação” (30,4 por cento do total do *corpus*), passa para segundo lugar, enquanto o segundo mais identificado, “Divisão entre Elites” (22,8 por cento do total do *corpus*) ascende ao primeiro lugar, no que respeita aos temas da “Política Nacional”.

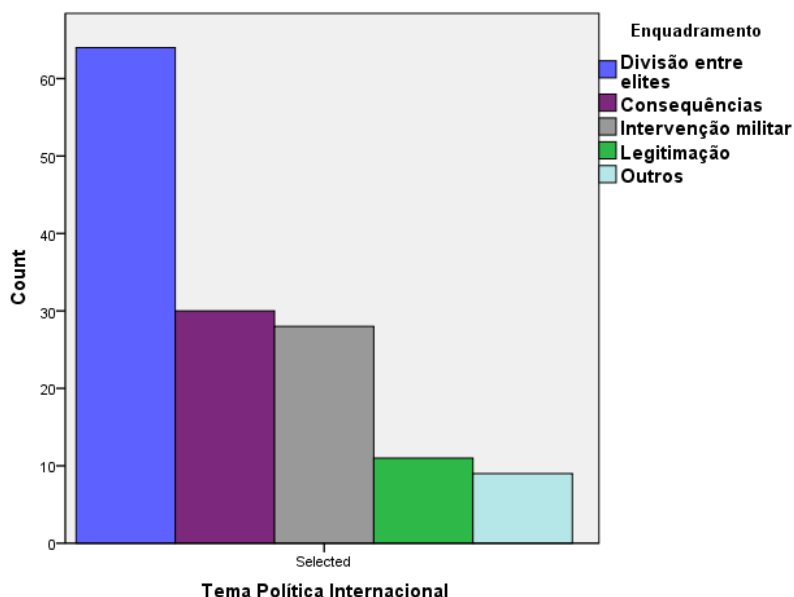


Gráfico 7 – Enquadramentos do tema “Política Internacional” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

No que respeita ao tema “Política Internacional”, os valores divergem ainda mais dos identificados no total do *corpus*. O enquadramento “Divisão entre Elites” é maioritário (45,1 por cento), enquanto o da “Legitimação” (7,7 por cento) não ascende

à barreira dos 10 por cento. O segundo enquadramento mais frequente é o das “Consequências da Guerra” (21,1 por cento) e o terceiro é o da “Intervenção Militar” (19,7 por cento). Estes dados são coerentes com os que foram expostos anteriormente, relativos ao enquadramento da crise iraquiana como uma questão fraturante entre as elites, explicando-se também pela inclusão dos textos sobre a divisão no seio da NATO, nomeadamente pela utilização ou não das bases norte-americanas na Turquia.

No que concerne à “Política Europeia”, os valores dos principais enquadramentos são semelhantes aos do tema “Política Internacional”. O enquadramento maioritário é também o da “Divisão entre Elites” (72,4 por cento), seguindo-se o das “Consequências da Guerra” (17,2 por cento) e o da “Legitimação” (8,6 por cento). Esta predominância da “Divisão entre Elites” é explicada pela fratura entre os países europeus que se revelaram os maiores apoiantes dos Estados Unidos (Reino Unido e Espanha) e os que se lhe opuseram (Alemanha, França), bem como as respetivas consequências nas relações entre os diversos membros da União Europeia, nomeadamente após a subscrição da denominada “Carta dos Oito”.

É ainda de ter em conta que, no que respeita a todo o *corpus* da fase pré-guerra, a “Política Internacional” (17,9 por cento) se destaca, em termos quantitativos, da “Política Europeia” (7,3 por cento) não porque se verifique aqui uma menor presença do valor-notícia “proximidade”, mas porque foram codificadas na segunda categoria as peças que enfatizavam as divergências entre países europeus e as suas consequências na coesão da União Europeia, enquanto as questões relativas às relações transatlânticas (nomeadamente no que respeita à NATO) foram codificadas na “Política Internacional”.

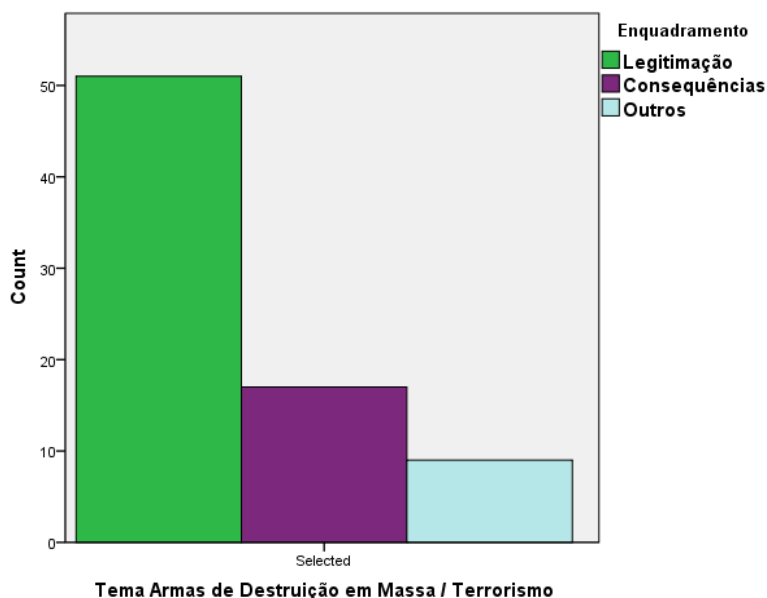


Gráfico 8 – Enquadramentos do tema “Armas de Destruição em Massa / Terrorismo” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Quanto às provas relativas à detenção de armas de destruição em massa ou da ligação do regime iraquiano a atos terroristas, nomeadamente aos praticados pela Al-Qaeda, sublinhe-se que este tema motivou 9,7 por cento do total dos textos do *corpus* da fase pré-guerra. Analisando os enquadramentos dos textos abrangidos por esta categoria, verificamos que o dominante é o da “Legitimação” (66,2 por cento), o que se mostra consentâneo com o facto de serem os principais argumentos avançados pelos países pró-guerra e também os mais contestados pelos defensores de uma solução diplomática, dado não terem sido até hoje encontradas provas de que o Iraque dispunha dessas armas ou da sua ligação à Al-Qaeda.

O segundo enquadramento mais vezes referido é o das “Consequências da Guerra” (22,1 por cento), o que indicia que os argumentos foram, pelo menos parcialmente, objeto de reenquadramento. Uma possível explicação reside na impossibilidade dos países pró-guerra apresentarem quer provas convincentes da ligação do regime iraquiano à Al-Qaeda, quer no que respeita às (nunca descobertas) armas de destruição em massa. Neste contexto, as estratégias discursivas dos opositores terão sido eficazes ao transformarem estes argumentos pró-guerra em eventuais consequências (e já não causas) da mesma intervenção militar.

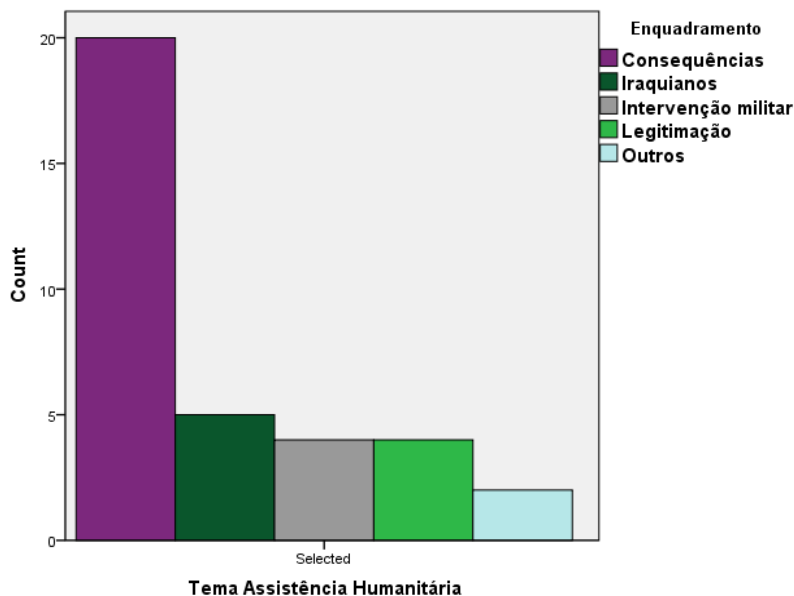


Gráfico 9 – Enquadramentos do tema “Assistência Humanitária” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

O enquadramento “Consequências da Guerra” (57,1 por cento) é maioritário no tema “Assistência Humanitária” o que é consentâneo com a discussão do impacto da guerra na vida do povo iraquiano, bem como com o enquadramento “Intervenção Militar” (11,4 por cento).

Refira-se que a “libertação do povo oprimido” e a “democratização do Iraque” foram outros argumentos avançados pelos países pró-guerra para justificar a solução militar, o que explica que o segundo enquadramento mais identificado seja o relativo aos “Iraquianos” (14,3 por cento) e que a “Legitimação” (11,4 por cento) alcance valor idêntico ao da “Intervenção Militar”.

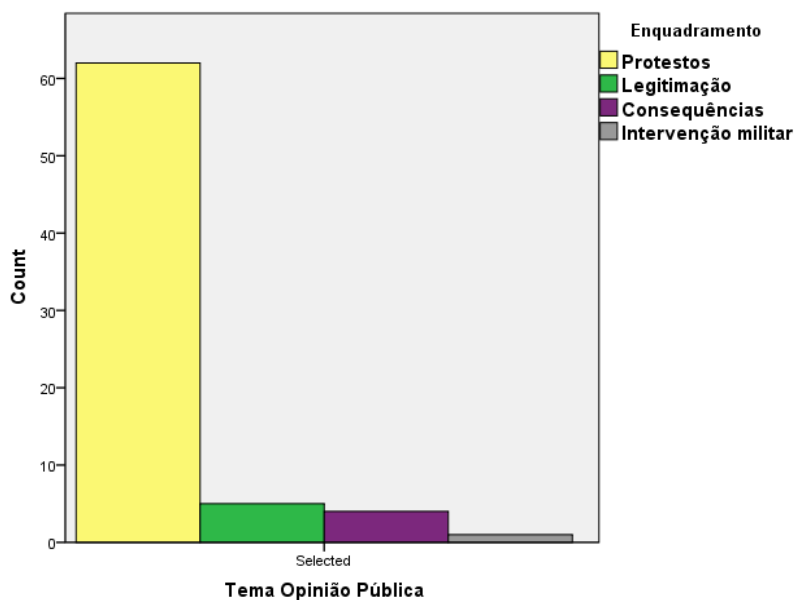


Gráfico 10 – Enquadramentos do tema “Opinião Pública” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Como já avançáramos aquando da análise cruzada dos enquadramentos (“Protestos”) e das fontes de informação (“Sociedade Civil”), as expressões de “Opinião Pública” são enquadradas de modo episódico, quase formando uma narrativa à margem do debate público sobre a crise iraquiana. Como vimos atrás, a inclusão de fontes alternativas apresenta-se indexada à dissensão entre as próprias elites políticas. Neste contexto, as ações organizadas para atrair a atenção mediática (*media events*), como manifestações, vigílias e as mais diversas formas de expressão de opinião, são agendadas e cobertas pelos *media* que as percecionam como legítimas por exprimirem argumentos que, genericamente, são semelhantes aos que integram a luta político-partidária.

O enquadramento “Protestos Antiguerra” (88,9 por cento) é, em consequência, claramente predominante no que se refere à “Opinião Pública”. Mas, como referimos atrás, a narrativa construída pelo conjunto de vozes da Sociedade Civil apenas tem visibilidade pública quando são organizados esses *media events*. Os valores do enquadramento “Legitimação” (5,6 por cento) e os do enquadramento “Consequências da Guerra” (4,2 por cento) são reveladores de como a “Opinião Pública” tem uma presença pouco significativa na deliberação pública em curso, já que

os seus argumentos, quando noticiados, são enquadrados como “protestos” e não como argumentos ideológicos com legitimidade deliberativa paritária.

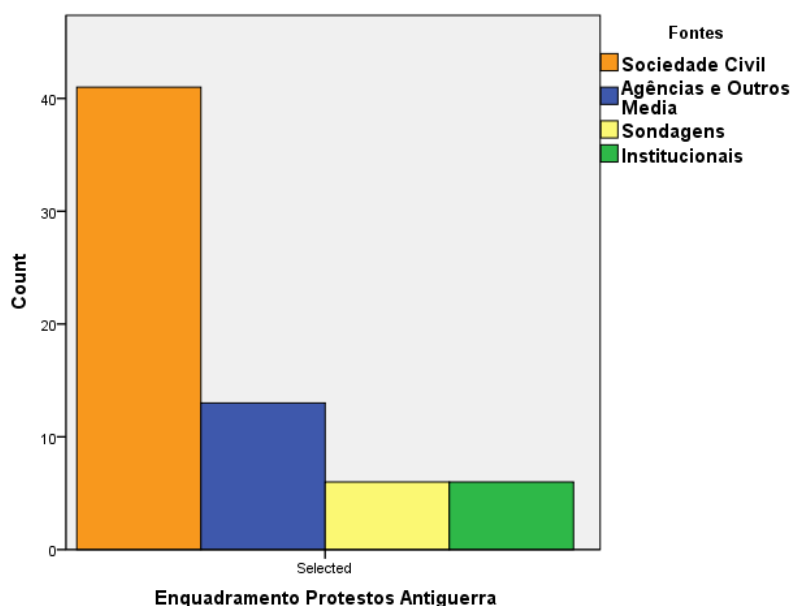


Gráfico 11 – Fontes de informação do enquadramento “Protestos Antiguerra” entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Ao analisarmos também as fontes de informação do enquadramento “Protestos Antiguerra” verificamos que as conclusões que extraímos relativamente ao tema “Opinião Pública” são corroboradas.

As fontes de informação identificadas no enquadramento “Protestos” são, por ordem decrescente, as seguintes: “Sociedade Civil” (55,8 por cento); “Agências / Outros *Media*” (16,9 por cento); “Fontes Institucionais” (19,5 por cento) e “Sondagens” (7,8 por cento). Ora, não só estes valores apresentam uma distribuição semelhante, em termos relativos, aos dos temas do enquadramento anterior, como também as fontes predominantes (“Institucionais”; “Agências/Outros *Media*”) representam cerca de 30 por cento dos “Protestos Antiguerra” – enquanto no enquadramento “Legitimação” as fontes da “Sociedade Civil” (6,6 por cento) nem sequer alcançam a fasquia dos 10 por cento.

3.3. Evolução da cobertura noticiosa

3.3.1. Enquadramentos

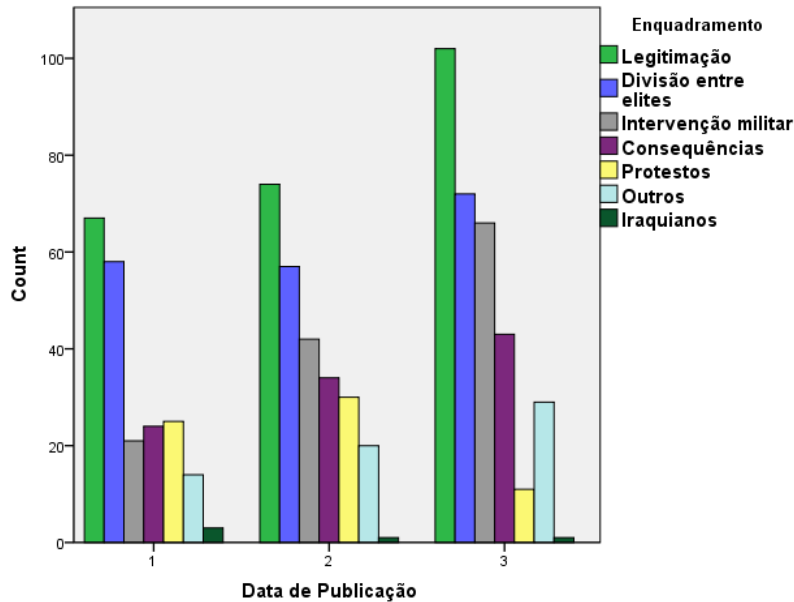


Gráfico 12 – Enquadramentos por data de publicação, entre 1) 1 a 15 de fevereiro; 2) 16 de fevereiro a 5 de março e 3) 6 a 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Interessa-nos, também, perceber as alterações que foram ocorrendo ao longo do período analisado, tendo em conta que o complexo processo diplomático não só se desenvolveu em múltiplas frentes, mas também ficou marcado por acontecimentos-chave, como as manifestações globais de 15 de fevereiro, a intervenção do Secretário da Defesa norte-americano na ONU e a Cimeira das Lajes, nos Açores.

Dividimos a análise em três períodos: 1) 1-15 de fevereiro; 2) 16 de fevereiro-5 de março e 3) 6-20 de março. O primeiro período termina no dia das manifestações mundiais antiguerra, que serão noticiadas no dia seguinte, para verificar se esses acontecimentos motivaram uma alteração na cobertura noticiosa; o segundo termina na data em que o Secretário da Defesa norte-americano, Colin Powell, apresenta perante o Conselho de Segurança da ONU as provas contra o regime iraquiano (nomeadamente as da alegada existência de armas de destruição em massa). De novo, o objetivo é perceber se há uma alteração no enquadramento da crise iraquiana em

resultado dessa intervenção. O terceiro período temporal termina com a invasão do Iraque.

Fase 1 – Legitimação

O enquadramento “Legitimação” (31,6 por cento) é o predominante, seguindo-se o enquadramento “Divisão entre Elites” (27,4 por cento). Os enquadramentos “Protestos Antiguerra” (11,8 por cento), “Consequências da Guerra” (11,3 por cento) e “Intervenção Militar” (9,9 por cento) apresentam valores próximos. Já o enquadramento “Iraquianos” (1,4 por cento) é bastante mais raro.

Verifica-se que a intensificação dos esforços diplomáticos por parte dos Estados Unidos e dos seus aliados com vista à obtenção de apoios para uma resolução favorável à guerra por parte do Conselho de Segurança da ONU, bem como as movimentações em sentido contrário dos opositores, são amplamente reproduzidas pelo jornal que também representa as dissensões entre as elites políticas como um dos principais aspetos a considerar na interpretação do processo. Em relação aos dados globais, os dois primeiros enquadramentos são mais frequentes, respeitando a mais de metade da cobertura noticiosa deste período (59 por cento), o que reforça a nossa análise quer da domesticação quer da ocidentalização da crise iraquiana.

Fase 2 – Protestos Antiguerra

O segundo período em análise abarca a cobertura das manifestações mundiais do dia 15 de fevereiro de 2003, o que se traduz na maior percentagem do enquadramento “Protestos” (15,9 por cento) identificada nos períodos em análise. A análise relativa à média da fase pré-guerra (9,7 por cento) indica que este enquadramento é 64 por cento mais frequente do que no cômputo global. Estes dados são consentâneos com a “orientação para acontecimentos” das rotinas produtivas dos jornalistas, que recorrem a “cabides noticiosos” (*news pegs*) no processo de seleção

dos acontecimentos noticiáveis. Por outro lado, confirma também a necessidade que as fontes de informação não oficiais têm de promoverem acontecimentos mediáticos, como as manifestações, para que as suas opiniões sejam objeto de atenção por parte dos jornalistas.

Em simultâneo, esta maior atenção à contestação antiguerra é acompanhada por um ligeiro decréscimo do enquadramento “Legitimação” (27,9 por cento) em relação ao período anterior e também uma diminuição do enquadramento “Divisão entre Elites” (que passa de 27,4 por cento no período anterior para 19,8 por cento). O debate acerca da legitimidade da intervenção militar permanece, nesta fase, bem presente na cobertura noticiosa da crise iraquiana, com a maior atenção dada aos protestos antiguerra a remeter para um segundo plano o enquadramento “Divisão entre Elites”.

Esta cobertura noticiosa reflete as dissensões que atravessam quer países pró-invasão, como os Estados Unidos ou o Reino Unido, onde as manifestações trouxeram para a rua milhões de pessoas, contestando a política dos seus governos, quer países anti invasão, como a Alemanha ou a França, que registaram idêntica contestação ou ainda países como Portugal, em que o debate acerca da legitimidade da guerra dividiu as próprias elites políticas. O que se verifica é que o enquadramento da crise iraquiana como um problema cuja resolução compete às (desavindas) elites políticas recua ligeiramente, para dar visibilidade e trazer a um lugar de maior destaque no debate público a relação entre governos e governados.

Não só a legitimidade da guerra é alvo de controvérsia, como a própria *legitimidade dos eleitos* em avançarem para uma guerra contra a vontade manifesta dos cidadãos se torna objeto de discussão. Esta questão assume uma maior relevância nos países pró-guerra, confrontados com um duplo problema de legitimidade, perante quer a comunidade internacional, quer os seus próprios cidadãos. “*Not in Our Name*” é o mote que atravessa oceanos e ecoa em milhões de vozes que emergem de um público à escala global, conceptualizado *avant la lettre* por John Dewey. De modo diverso, nos países antiguerra os protestos não só caucionam as posições dos governos em funções, mas também conferem uma maior legitimidade às suas políticas externas.

Quanto ao enquadramento “Consequências da Guerra” que, na fase anterior, representava 11,3 por cento dos textos, regista-se uma ligeira subida para os 12,4 por cento. A maior cobertura da crise iraquiana à luz dos “custos / benefícios” da solução militar decorre, consentaneamente com o dogma orientalista, a par da diminuição do enquadramento “Iraqianos”, que desce de 1,4 por cento da fase antecedente para 0,4 por cento.

O enquadramento “Intervenção Militar” (16,3 por cento) aumenta em relação ao período anterior (9,9 por cento); é expectável que, quanto mais se aproxima o início do conflito, mais este enquadramento vá assumindo uma posição dominante na cobertura noticiosa. Ao intensificar das questões relativas quer à legitimidade da guerra, quer à de governos eleitos se envolverem num conflito contra a vontade expressa de uma considerável parcela dos seus cidadãos, permanece subjacente o avanço inevitável da guerra, como revela o número crescente de textos acerca da preparação, do equipamento e das manobras das forças armadas, bem como acerca das consequências da invasão militar.

Fase 3 – Guerra Inevitável

A cobertura jornalística do depoimento do Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, inaugura o terceiro período em análise, que se prolonga até ao início do conflito. O enquadramento “Legitimação” (31,5 por cento) predomina, seguindo-se o da “Divisão entre Elites” (22,2 por cento). Estes dois enquadramentos (53,7 por cento) são maioritários e refletem o modo como a fase imediatamente anterior ao início da guerra se pautou pela consolidação das divisões entre os apoiantes e os opositores à solução militar, da qual a anunciada apresentação de provas contra o regime iraquiano por parte de Colin Powell é paradigmática.

Não só os Estados Unidos se mostraram incapazes de, na sequência deste testemunho, assegurar a aprovação de uma resolução que legitimasse a sua decisão de invadir o Iraque, como as posições que os demais países com assento neste órgão já

vinham assumido, a favor ou contra a guerra, se consolidaram na sequência da intervenção do Secretário da Defesa norte-americano. A legitimidade da guerra foi objeto de discussão, mas a solução militar foi assumida como inevitável; em debate esteve o arripio à legislação internacional, à autoridade da ONU e as relações diplomáticas entre os diversos países, sem que a supremacia militar norte-americana ou a sua impunidade ao avançar com uma guerra ilegal fossem efetivamente questionadas.

O enquadramento “Intervenção Militar” (20,4 por cento) cresce concomitantemente, numa espécie de “contagem decrescente” para o início da invasão. A nível quer nacional, quer internacional, refira-se que outro dos mais importantes acontecimentos no caminho para a guerra, a denominada “Cimeira das Lajes”, que reuniu os líderes norte-americano, inglês e espanhol, tendo como anfitrião o primeiro-ministro português, na Ilha Terceira, nos Açores, ocorreu poucos dias antes do início da intervenção militar. As “Consequências da Guerra” forneceram o enquadramento para 13,3 por cento dos textos, verificando-se uma abrupta diminuição do enquadramento “Protestos” (de 15,9 por cento para 3,4 por cento), mantendo-se o enquadramento “Iraquianos” (0,4 por cento) inalterado.

Assiste-se como que a um retomar da deliberação entre as elites, após uma espécie de interregno para que os cidadãos expressassem a sua oposição; após as manifestações, o debate prosseguiu nos termos definidos pelos limites das dissensões entre os líderes políticos. Consolidam-se os enquadramentos “Legitimação” e “Divisão entre Elites” como os principais conceitos interpretativos a organizarem a sucessão de eventos, atores e informações que se sucediam nos planos nacional, europeu e mundial. A domesticação e a ocidentalização da crise iraquiana – a outra face da moeda orientalista – são os padrões de organização discursiva dos jornalistas na cobertura do processo conducente a uma guerra percebida como inevitável.

A análise comparada dos três períodos permite-nos verificar como a cobertura noticiosa da crise iraquiana traduziu, por um lado, o intenso debate que se verificou em torno da legitimidade de uma guerra preventiva, bem como a ocidentalização de um conflito com repercussões globais, mas que, não obstante, teria as mais diretas repercussões no povo iraquiano. Verifica-se que à medida que se vai aproximando o

início da guerra, os principais enquadramentos que organizaram o discurso noticioso do jornal “Público”, os enquadramentos “Legitimação” e “Divisão entre Elites”, se vão consolidando como dominantes, representando cerca de 50 por cento dos textos publicados.

Tal como prevê o modelo da indexação, não se identifica um enquadramento hegemónico, mas antes um conjunto de enquadramentos concorrentes, com um foco no conflito, o que configura o *modus operandi* dos jornalistas na denominada “esfera da controvérsia legítima”. Não obstante, estes enquadramentos apresentam dimensões complementares, surgindo indexados às perspetivas das elites políticas ocidentais, expressando a sua divergência, mas naturalizando a sua abordagem etnocêntrica ao conflito.

As expressões da opinião da Sociedade Civil assumem alguma proeminência no período em que se verificam ações de protesto concertadas a nível transnacional, mas são enquadradas de modo episódico, em função desses acontecimentos mediáticos. Por outro lado, os argumentos dos ativistas antiguerra são ou tratados numa esfera discursiva que se apresenta isolada do núcleo central constituído pelas dissensões das elites políticas, ou como uma esfera subordinada a essas dissensões, não só pelo facto de terem de disputar o espaço mediático com um maior número de fontes de informação, mas também por serem preteridas em relação aos dirigentes políticos quando esses se associam a esses eventos, como se confirma quando analisadas as fontes de informação em cada uma destas três fases.

3.3.2. Fontes de Informação

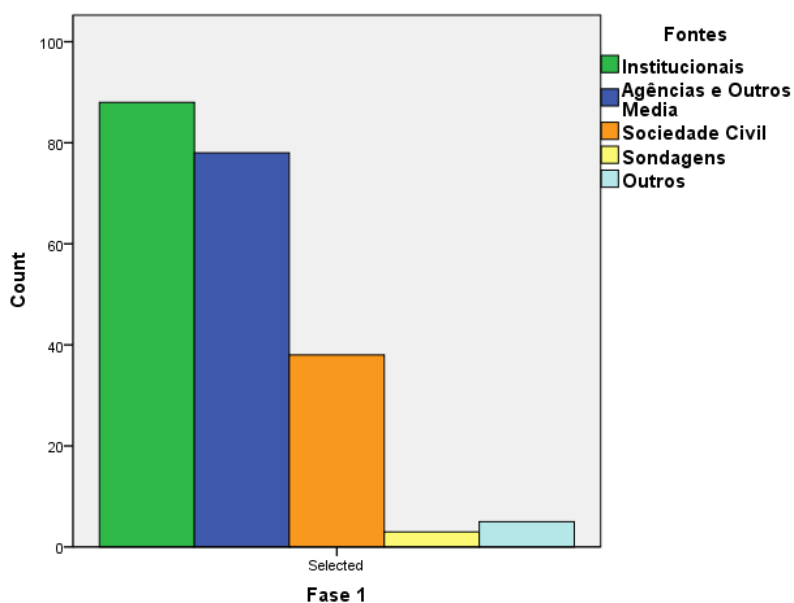


Gráfico 13 – Fontes de Informação, entre 1 e 15 de fevereiro de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

A análise das fontes de informação no primeiro período considerado revela dados consentâneos com os expostos até aqui. As “Fontes Institucionais” (41,5 por cento) são as mais frequentes, seguindo-se-lhes as “Agências de Informação / Outros *Media*” (36,8 por cento) e as da “Sociedade Civil” (17,9 por cento). As “Sondagens” (1,4 por cento) não têm grande expressão.

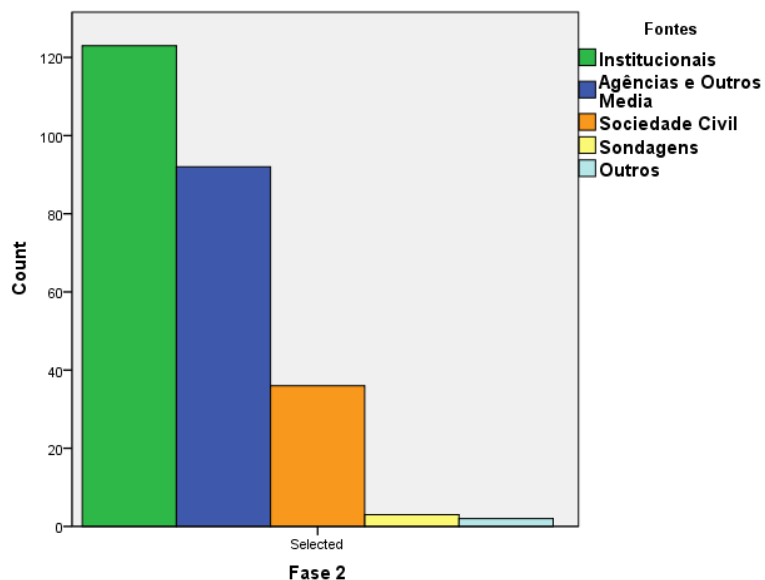


Gráfico 14 – Fontes de Informação, entre 16 de fevereiro e 5 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Na fase seguinte, os valores não revelam grandes alterações. As “Fontes Institucionais” (48 por cento) são as mais frequentes, seguindo-se-lhes as “Agências de Informação / Outros *Media*” (35,9 por cento) e as da “Sociedade Civil” (14,1 por cento). As “Sondagens” (1,2 por cento) mantêm-se em valores reduzidos.

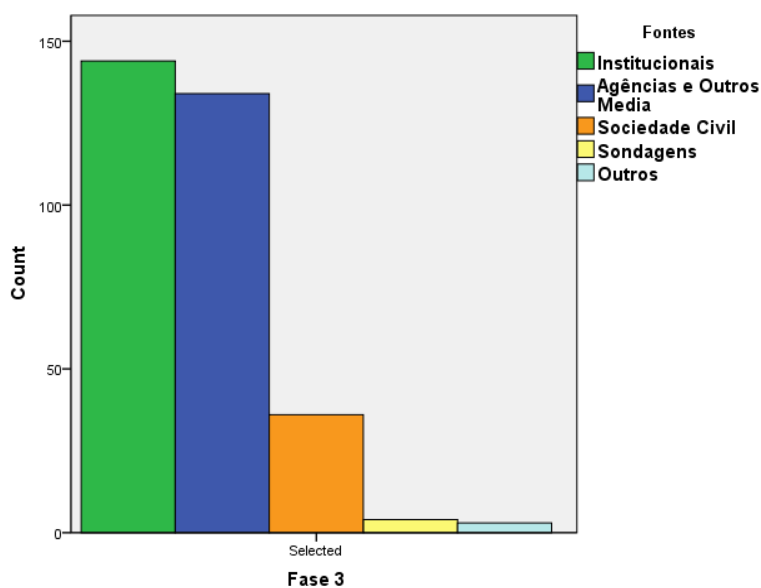


Gráfico 15 – Fontes de Informação, entre 6 e 20 de março de 2003, da cobertura da crise iraquiana no jornal Público.

Na fase que desemboca no início da guerra, as “Fontes Institucionais” (44,9 por cento) mantêm-se como predominantes, seguindo-se-lhes as “Agências de Informação / Outros *Media*” (41,7 por cento) e as da “Sociedade Civil” (11,2 por cento). As “Sondagens” (1,2 por cento) mantêm o valor da fase anterior.

Outro dado essencial para a verificação da nossa hipótese do jornal se constituir como Espaço Público Deliberativo prende-se com a abertura mediática a demais fontes de informação da Sociedade Civil, como os ativistas antiguerra, as organizações de pertença voluntária envolvidas na contestação à guerra, as instituições religiosas, tendo em conta quer as dimensões religiosas invocadas no debate público quer as posições assumidas pelos líderes de várias igrejas, visando influenciar o curso dos acontecimentos, nomeadamente através de apelos diretos aos principais dirigentes políticos pró-guerra. O que estes dados revelam é que à medida que a guerra se aproximava este conjunto de fontes de informação foi perdendo espaço mediático, o que indicia que os jornalistas foram dando cada vez menos espaço aos argumentos que contestavam a intervenção militar, a não ser que fossem oriundos das elites políticas. Nem na fase 2, na qual as manifestações globais levaram ao agendamento da importância da Opinião Pública como elemento legitimador das políticas governamentais, se verifica um aumento significativo das vozes que mais diretamente a compõem. No caso da cobertura das manifestações que decorreram a nível internacional, para além da rede de correspondentes do jornal, será ainda de considerar que as agências de informação terão sido uma importante fonte acerca dos protestos.

No que respeita às manifestações nacionais, é de referir que estas contaram com uma forte participação de membros da oposição parlamentar; em consequência, os jornalistas privilegiam as suas declarações em detrimento dos cidadãos comuns o que nos dá outro contributo para a nossa conclusão anterior relativa ao papel facilitador das manifestações (e outros eventos mediáticos) no que respeita ao acesso aos *media* por parte dos cidadãos. À luz destes dados, esse acesso é mitigado quando os cidadãos e ativistas têm de partilhar as atenções dos jornalistas com figuras proeminentes da política, como aconteceu em Portugal, que são favorecidas pelos

jornalistas pela sua “autoridade” – caso do envolvimento de Mário Soares, Ana Gomes, Carvalho da Silva ou Francisco Louçã, entre outros, nas ações antiguerra nacionais.

As 794 peças informativas acerca da crise iraquiana publicadas entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, a maior parte das quais (52 por cento) na secção “Destaque”, reservada a temas relevantes e que então ocupava as primeiras páginas de cada edição, revelam a importância atribuída pelo jornal “Público” ao assunto. Como vimos anteriormente, o jornal noticiou as dimensões internacionais e nacionais do conflito, assinalando-as para os seus leitores, também, através da inserção dos textos nas secções “Mundo” (31,5 por cento) e “Nacional” (12,3 por cento). A dimensão da cobertura que o jornal fez da crise iraquiana expressa-se quer pelo número de peças, quer pelo facto de estas aumentarem à medida que o processo diplomático se ia desenvolvendo e a guerra se aproximava: fase 1) 212 textos (22,6 por cento); fase 2: 258 (32,5 por cento) e fase 3: 324 (40,8 por cento).

3.4. Síntese Conclusiva

Identifica-se, neste espaço noticioso, que o agendamento da crise iraquiana segue o modelo de mobilização (*mobilization model*), cabendo a iniciativa de agendar o tema ao sistema político, mas que os seus agentes são obrigados a mobilizar a esfera pública, uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para legitimar a sua opção (Cobb, Ross, & Ross, 1976, pp. 127-128).

A análise do espaço informativo do jornal “Público” permite-nos concluir que a cobertura noticiosa da crise iraquiana foi enquadrada pelo conceito central de *legitimidade* da guerra, em torno do qual se desenvolveram as tomadas de posição de defensores e oponentes à solução militar. A dissensão entre elites, tal como preconizada no “modelo de indexação” (Bennett, 1990), traduziu-se quer no enquadramento do processo como uma questão fraturante entre as elites ocidentais, quer na abertura do espaço mediático às vozes da sociedade civil que expressavam perspectivas conflituais às dos proponentes da solução militar, mas consentâneas com

as críticas oriundas do seio das próprias elites governantes, caso dos países e dos políticos que se opuseram à guerra.

O *conflito* é o valor-notícia que caracteriza a cobertura informativa da crise iraquiana, centrada quer no *conflito acerca da legitimidade da solução militar* quer no *conflito no seio das elites políticas*, o que é consentâneo com um tratamento noticioso típico da “esfera da controvérsia legítima” (Hallin, 1984), pautada por enquadramentos em competição, indexados à divergência entre elites políticas. Verifica-se ainda uma *ocidentalização* do debate sobre a crise iraquiana, centrado em atores políticos ocidentais, do qual está praticamente ausente o povo iraquiano, representado por *fontes ocidentais*, a essência do discurso Orientalista e um elemento fundamental na relação de complexa hegemonia entre Ocidente e Oriente (Said, 2004, p. 6). Conclui-se também que a narrativa subjacente remete para *a inevitabilidade da guerra* decorrente do estatuto dos *Estados Unidos como única superpotência* na era pós-Guerra Fria.

A nossa hipótese de que, num momento de ampla controvérsia, o jornal “Público” se constitui como uma esfera pública é parcialmente confirmada, embora não ao longo de todo o período analisado. Esta conclusão radica, desde logo, na orientação predominante dos fluxos de informação que, maioritariamente, se orientam do sistema político para a esfera pública. Não só o agendamento da crise iraquiana obedece ao modelo de mobilização (*mobilization model*) (Cobb, Ross, & Ross, 1976), mas também o enquadramento segue o “modelo de indexação” (Bennett, 1990): quer o que se debate, quer *como* se debate são definidos pelas fontes oficiais de informação: governantes e demais elites políticas. O jornal mantém alguma abertura à sociedade civil, motivo pelo qual consideramos que a nossa hipótese se confirma parcialmente, mas fá-lo de modo pontual e episódico, abrindo as suas páginas a contributos que, em traços gerais, seguem as dissensões que se verificavam no seio das próprias elites.

O forte assomo do público registado durante a fase pré-guerra, nomeadamente através das manifestações que reuniram mais de 10 milhões de pessoas (Dryzek, 2006, p. 113) e que decorreram um pouco por todo o mundo, contribui para posicionar a deliberação pública à escala transnacional, não só em termos político-institucionais,

mas também no que respeita à sociedade civil. Classificamos este público como transnacional, na linha da proposta teórica de John Dewey, que define um público como uma comunidade de indivíduos unidos pela existência de consequências indiretas, extensas e duradouras que os afetam, e que estes buscam controlar (Dewey, 2004, p. 125). A sociedade civil, que se pensava adormecida, nesta situação “manifesta-se tumultuosamente e revela capacidade de se exprimir de uma forma vibrante” (Esteves, 2005, p. 22).

Este público disperso geograficamente, mas unido pela recusa em legitimar uma guerra com consequências globais, acede ao espaço mediático tão só em situações concretas, quando concretiza *media events* como protestos públicos ou manifestações, ainda assim sendo remetido para segundo plano quando a esses protestos se associam políticos e outras fontes institucionais.

“Nestas situações, serão novas vozes sociais que por estes meios conseguem conquistar os *media*, ou o que na realidade acontece é exatamente o contrário: os *media* mais uma vez conseguem neutralizar as vozes alternativas (pela conversão aos seus próprios padrões discursivos de espetacularidade e sensacionalismo)?” (Esteves, 2005, p. 28).

Como vimos, é na fase em que se registam os protestos transnacionais que a voz do público tem maior expressão nas páginas do jornal, mas a sua influência discursiva sobre a deliberação pública é limitada às notícias sobre as manifestações, cedendo protagonismo aos argumentos antiguerra das elites na generalidade da restante cobertura noticiosa ou sendo pontualmente invocada quando os jornalistas referem as sondagens de opinião que dão conta da oposição popular à guerra. A abertura à sociedade civil é pontual e limitada, sendo tratada como um espaço discursivo à parte no que respeita à deliberação pública sobre a melhor solução a dar à crise iraquiana.

A cobertura noticiosa das manifestações antiguerra está longe de se esgotar nas *razões* dos manifestantes: o cenário, a indumentária, a maior ou menor extravagância dos protestos são parte importante dos textos, remetendo-nos para os referidos padrões discursivos de espetacularidade e sensacionalismo dos *media*. Desta forma, embora os protestos sejam noticiados, são, em simultâneo, como que

domesticados (Gitlin, 1980, p. 270); ao serem retratados na sua exotividade são neutralizados em função do que serão as normas de comportamento vigentes: os assuntos sérios são tratados nos lugares próprios (instituições) por quem de direito (governantes eleitos). Ao não integrar os contributos da sociedade civil na agenda deliberativa em situação de paridade com os agendadores mais poderosos (fontes oficiais), consideramos que o “Público” nem se posiciona como mandatário de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar, nem aceita imparcialmente as preocupações e as sugestões do público. Concluímos que o jornal se constitui como esfera pública apenas na fase em que se registam os protestos, mas não durante o restante período que analisámos.

O processo que acabará por conduzir à invasão do Iraque é tratado do ponto de vista noticioso, sobretudo, como uma questão a ser resolvida pelos especialistas, os políticos. Como refere Daniel Hallin, a propósito do modelo norte-americano, o jornalismo toma o conhecimento técnico como modelo para reportar as notícias (Hallin, 1988, p. 123), uma consequência quer da organização social do capitalismo quer da profissionalização do jornalismo. As implicações políticas desta conceção do jornalismo resultam na representação dos assuntos públicos como questões essencialmente técnicas, a serem resolvidas pelos dirigentes políticos, ou como elementos da luta pelo poder, contribuindo para a despolitização do espaço público, ao posicionar os leitores como espetadores. “As notícias dizem-nos não só o que aconteceu hoje no mundo, mas também como nos situamos em relação a esse mundo” (Hallin, 1988, p. 123), transmitindo aos cidadãos uma mensagem acerca do seu próprio papel na política, a qual, na sua essência, é de exclusão.

Não é que o jornal não preserve a sua independência face a atores políticos, um dos requisitos para se constituir como esfera pública; o que acontece é que são as próprias rotinas produtivas dos jornalistas que privilegiam uma cobertura noticiosa que concede uma maior preponderância às fontes oficiais de informação, os “definidores primários” (*primary definers*) (Hall et. al.,1999), e é pautada por uma “orientação para acontecimentos” que beneficia os agendadores mais poderosos. Como vimos, tal não impede que os jornalistas integrem contributos contraditórios, mas estes mantêm-se dentro dos limites do debate definidos pelas elites. A

deliberação decorre dentro dos parâmetros que marcam a dissensão entre elites e é na reflexão e, em simultâneo, na construção destes limites que a função ideológica do jornal se evidencia: aqui radica o próprio poder dos *media*. Os meios de comunicação

“tornam-se parte integrante do processo dialético de «produção do consentimento» - moldam o consenso, enquanto o refletem – o que os orienta dentro do campo de forças dos interesses sociais dominantes representados no interior do Estado” (Hall, 2005, p. 83).

O público que sai à rua para recusar legitimidade à guerra não é considerado pelos jornalistas como um deliberante de pleno direito, à semelhança das elites políticas, mas antes como um elemento a ter em conta no complexo xadrez político-diplomático. Daí que as sondagens de opinião, por exemplo, sejam frequentemente invocadas para justificar a “margem de manobra” dos governos ao longo do processo, mas raramente como um indicador da própria legitimidade dos governos. A exceção ocorre apenas na fase em que se registam as manifestações globais, durante a qual esta dimensão é explicitamente tematizada, mas que não é consistentemente retomada à medida que a fase deliberativa se vai aproximando do fim, numa caminhada rápida para a guerra. O indivíduo produtor de Opinião Pública cede perante a opinião sondada e o público desvanece-se. Numa perspetiva deliberativa, os fluxos discursivos operam, sobretudo, no sentido do sistema político para a esfera pública, visando obter a aprovação da sociedade civil.

“O significado não-democrático deste tipo de fechamento do discurso público não está no exercício de uma censura deliberada desta ou daquela posição sobre a Guerra, ou numa exclusão à partida de determinados atores sociais do debate – mesmo que o resultado final acabe na maioria das vezes por se encaminhar precisamente para estas consequências” (Esteves, 2005, p. 19).

Apesar das limitações, há, ainda assim, que ter em conta que quer as notícias sobre as manifestações, quer a atenção que é dada às sondagens de opinião não são absolutamente destituídas de relevância já que acabam por ser tratadas pelo jornal como elementos a considerar pelos governantes, sendo assim passíveis de exercer uma eventual influência sobre o poder político, ainda que mais à luz do jogo político-

diplomático do que numa perspectiva de *accountability*. As reservas que manifestamos pelo tratamento diferenciado dado aos contributos da sociedade civil configuram, mais propriamente, uma situação de desigualdade não só no acesso ao espaço mediático, mas também no protagonismo que é conferido a esses contributos, mas não devem, por esses motivos, significar uma rejeição liminar da eventual influência do poder comunicativo do público. Em última instância, as expressões da opinião do público são mais um elemento do complexo processo de legitimação relativo à invasão militar no Iraque, seja no debate que antecedeu a guerra, seja na avaliação posterior, quer relativa aos efeitos da solução militar quer quanto à própria atuação dos líderes que a concretizaram ou que se lhe opuseram. Este potencial de influência não é neutralizável em absoluto, nem pelo poder político, nem pelo próprio poder mediático, nem mensurável no imediato.

Mais de uma década passada sobre a invasão do Iraque, é já possível ter em conta exemplos de como essa influência se fez sentir, como acabou por acontecer com a demissão do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, ou até com a própria eleição do atual presidente norte-americano, Barack Obama, que fez da sua oposição à guerra iraquiana um dos elementos centrais da sua primeira candidatura presidencial. Relativamente ao quinto requisito enunciado para que o “Público” se constitua como uma esfera pública relativamente à crise iraquiana – o de saber se o jornal contribui para a formação de “opiniões públicas qualificadas” -, concluímos que sim, por dois motivos: o primeiro tem a ver com a abertura (ainda que limitada) à sociedade civil na fase das manifestações antiguerra; o segundo, prende-se com a existência de um razoável leque de opiniões diversas no espaço noticioso do jornal, embora a sua diversidade se prenda mais com a dissensão entre elites do que com a paridade argumentativa da sociedade civil. O que consideramos limitado é o contributo do próprio jornal para o fortalecimento do público o que, como referimos, imputamos às próprias rotinas jornalísticas.

3.5. Espaço Opinião

O *corpus* do espaço opinião é constituído por 107 textos, publicados entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, da autoria de colunistas da sociedade civil, de políticos e de jornalistas. À semelhança da metodologia aplicada na análise do espaço informativo do jornal “Público”, optámos também por uma metodologia quantitativa, a análise de conteúdo, para identificar os enquadramentos dos textos opinativos, as posições assumidas pelos colunistas em relação à crise iraquiana e os principais argumentos aduzidos em defesa da sua posição. Cada texto foi codificado, no que respeita ao Enquadramento, do mesmo modo que os textos informativos: “Legitimação”, “Divisão entre Elites”, “Intervenção Militar”, “Consequências da Guerra”, “Protestos Antiguerra”, “Iraqianos” e “Outros”.

Procedemos também à identificação da posição assumida pelo autor do texto em relação à solução militar para a crise iraquiana (“Defesa da Guerra”, “Guerra Inevitável”, “Contra a Guerra” e “Consequências da Guerra”); bem como à inventariação dos principais argumentos invocados na defesa da sua posição: “Defesa Argumentos Pró-Guerra” (a defesa dos argumentos invocados pelos países atacantes, como a eventual existência de armas de destruição em massa no Iraque, a necessidade de afastar Saddam Hussein, a presumível ligação do regime iraquiano ao terrorismo), a “Crítica a Argumentos Antiguerra” (quando o autor argumenta através da desqualificação dos argumentos dos opositores à solução militar), “Contra Argumentos Pró-Guerra” (quando o autor argumenta através da desqualificação dos argumentos dos defensores da solução militar) e a “Defesa dos Argumentos Antiguerra” (a defesa da continuação dos esforços diplomáticos, das inspeções da ONU no Iraque, da ilegitimidade da guerra preventiva e do argumento de que a guerra potencialmente fomentaria o terrorismo).

Nos textos em que os autores abordaram acontecimentos e/ou controvérsias mais específicas, que assumiram particular relevância na fase deliberativa (a denominada “Carta dos Oito”) ou são fundamentais para o nosso estudo (divergência entre o Governo português e o Presidente da República (PR) em relação à guerra), foram também codificados os respetivos argumentos. Tendo em conta que o debate

da fase pré-guerra foi bastante polarizado, analisámos ainda se os colunistas se posicionavam apenas nas críticas aos argumentos, ou também em relação aos próprios países que assumiram posições conflituais neste processo. Os textos em que encontrámos este tipo de argumentação foram codificados da seguinte forma: “Apoio EUA/Aliados”, “Crítica EUA/Aliados” e “Defesa da ONU/Legitimidade”. No plano internacional, codificámos as seguintes categorias: “Defesa Carta dos Oito”, “Crítica Carta dos Oito” e “Futuro UE/NATO/ONU”, esta última abrangendo os textos nos quais os autores analisam as repercussões das dissensões no futuro destes organismos internacionais.

Quanto aos textos em que era comentada a situação política nacional, estabelecemos as seguintes categorias: “Pró-Governo”, “Contra Oposição Parlamentar”, “Contra Governo”, “Pró-Oposição Parlamentar”, “Desvalorização Conflito Governo/PR”, “Crítica a PR” e “Pró-PR”. Por fim, tendo em conta a posição assumida perante as manifestações da Opinião Pública (OP), seja o comentário a sondagens seja aos protestos antiguerra, codificámos a posição do colunista numa das seguintes categorias: “Governos não têm de seguir OP”, “Contra Protestos Antigüerra”, “OP deve influenciar Governos” e “Apoio a Protestos Antigüerra”.

A análise conjunta destes parâmetros permite-nos caracterizar o espaço opinião do jornal “Público” no que respeita ao pluralismo das opiniões expressas pelos colunistas. A aplicação, numa segunda fase, do Índice de Qualidade de Discurso (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003), fundamentado no mesmo modelo teórico que aplicámos à análise dos editoriais (a ética discursiva habermasiana), aclara a dimensão mais propriamente deliberativa deste espaço. O instrumento fornece uma tradução empírica de várias regras que regem a ética de discurso: 1) Participação, 2) Justificação, 3) Orientação para o Bem Comum, 4) Respeito (grupos, argumentos e contra-argumentos) e 5) Consenso.

A autenticidade, entendida na proposta habermasiana como a ausência de engano quando se expressam intenções, é considerada pelos autores que seguimos nesta fase como um elemento que introduziria erros sistemáticos na medição pelo que não é aqui operacionalizado. “Julgar se um ato de fala é autêntico implicaria fazer um julgamento sobre as preferências verdadeiras e as preferências declaradas do orador”

(Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 26). O requisito deliberativo da participação aberta implica que todos os indivíduos devem ter a possibilidade de participarem no discurso, se assim o desejarem, não só no que respeita aos temas em debate, mas também quanto às regras que regem a própria deliberação. A segunda regra, a justificação, representa a essência da teoria deliberativa da democracia: todas as asserções devem ser justificadas e criticamente julgadas, através da troca racional de argumentos entre os envolvidos. Em terceiro lugar, os participantes no debate devem considerar o bem comum, seja este expresso em termos utilitários – como a melhor solução para o maior número de pessoas –, seja em termos do princípio da diferença: a salvaguarda dos mais desfavorecidos.

Em quarto, os participantes na deliberação devem tratar-se uns aos outros com respeito: “O respeito é um pré-requisito para ouvir com seriedade o que, por seu turno, é essencial para a deliberação” (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 26). Este requisito assume várias dimensões numa discussão crítica. Uma dessas dimensões é o respeito pelos grupos, o que significa que os participantes, implícita ou explicitamente, reconhecem as necessidades e os direitos dos diferentes grupos sociais. Outra dimensão é o respeito pelas propostas em discussão, desde que estas possam ser intersubjetivamente consideradas como justificadas. A terceira dimensão é o respeito pelos contra-argumentos dos outros participantes, sendo assim entendidos os argumentos que contradizem a conclusão expressa em relação à proposta em debate. Estas duas dimensões respeitam ao tratamento dos outros participantes no debate e são especialmente importantes para a deliberação. “Em particular, o respeito em relação aos contra-argumentos é uma condição necessária para que sejam pesadas as alternativas, o que é visto como um elemento essencial da deliberação” (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 26). Por fim, o resultado ideal de uma deliberação, o consenso racionalmente motivado, é entendido como um objetivo em princípio, mas não configura uma absoluta necessidade, dado ser frequentemente impossível de alcançar.

“Importante, porém, é que os participantes de um discurso devem pelo menos tentar chegar a soluções de compromisso mutuamente aceitáveis,

uma vez que esta é a única maneira do universalismo poder ser alcançado” (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 26).

Estas são as bases teóricas que enformam o Índice da Qualidade do Discurso (IQD) e que são traduzidas em sete itens para codificação dos discursos. No modelo de Steenbergen *et al.* (2003), o primeiro refere-se à participação, sendo codificadas as opções 0) Interrupção do orador e 1) Participação normal é possível. Refira-se que, embora o IQD seja apresentado como um instrumento de análise de diversas tipologias discursivas, nomeadamente textos dos *media*, no estudo em análise, os autores aplicam o IQD à análise de discursos parlamentares britânicos, o que explica este item. Dado que aplicamos o instrumento a textos escritos, adaptámos o requisito de participação ao nosso objeto de estudo, os textos de opinião (não-editoriais) que abordam a crise iraquiana no jornal Público, tendo em conta a necessidade de aferir da abertura do espaço de opinião à sociedade civil. Codificámos, neste item, três categorias, em função da autoria do texto: jornalistas, membros da sociedade civil e políticos.

No que respeita à justificação, seguimos a proposta dos autores, operacionalizando-a através do nível de justificação, distinguindo quatro categorias: nenhuma (o autor defende algo, mas não apresenta razões), inferior (é dada uma razão, mas não é estabelecida ligação entre a razão e a proposta defendida, isto é, a inferência é incompleta), qualificada (a razão apresentada opera uma ligação à proposta defendida pelo autor, a inferência é completa) e sofisticada (são apresentadas, pelo menos, duas justificações completas para uma determinada proposta ou justificações completas para duas propostas). Refira-se que não é necessário que a inferência seja explícita, pode ser implícita desde que não suscite qualquer dúvida ao codificador “que o significado da ligação implícita é bem compreendido por todos os participantes no debate” (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 28); no nosso caso, aplicámos o mesmo critério quando considerámos que a ligação seria facilmente compreendida pelos leitores.

Outro item é o que se prende com o conteúdo da justificação, tendo em conta a orientação para o bem comum. Codificámos as quatro categorias propostas pelos autores do IQD: declarações explícitas em relação ao interesse de grupos particulares

(quando um ou mais grupos são referidos), declaração neutra (nenhum grupo é referido), declarações explícitas em relação ao bem comum, expressas em termos utilitários (maior bem para o maior número) e declarações explícitas em relação ao bem comum, expressas em termos do princípio da diferença (ajuda a grupos desfavorecidos) (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 28).

Os três indicadores de respeito (em relação aos outros, às suas propostas e quanto aos contra-argumentos) são operacionalizados com códigos diferentes. Os dois primeiros, respeito em relação aos outros e em relação às suas propostas, são codificados como: nenhum respeito (só são feitas apreciações negativas), respeito implícito (não há referências explícitas nem negativas, nem positivas) e respeito explícito (quando existe pelo menos uma referência positiva explícita, independentemente das referências negativas). Quanto ao respeito em relação aos contra-argumentos, distingue-se entre: contra-argumentos ignorados (nenhuma referência), contra-argumentos incluídos, mas degradados (os contra-argumentos são referenciados, mas apenas de modo negativo), contra-argumentos incluídos – neutral (são referidos, mas nem de modo positivo, nem negativo) e contra-argumentos incluídos e avaliados (o contra-argumento é explicitamente avaliado, mesmo que negativamente). Optámos pela aplicação destes indicadores ao nosso objeto de estudo já que os autores dos textos de opinião antecipam ou referem-se frequentemente a argumentos que contrariam as suas próprias posições.

Por fim, no que respeita à construção do consenso como ideal, aquilo que os autores designam como “política construtiva” (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 30) é codificada como: defesa da própria posição (não há qualquer tentativa de compromisso, reconciliação ou construção de consenso), proposta alternativa (autor faz uma proposta mediadora, mas que não se adequa à agenda do debate em causa) e proposta mediadora (autor faz uma proposta adequada à agenda da discussão) (Steenbergen, Bächtigerb, Spörndli, & Steiner, 2003, p. 30).

3.5.1. Discussão

Os 33 colunistas da sociedade civil representam uma clara maioria nos espaços opinativos, sendo responsáveis por 63 (58,9 por cento) dos 107 textos publicados. Neste grupo, encontram-se Álvaro Domingues, Álvaro Vasconcelos, António Barreto, António Caeiro, Bernardo Ivo Cruz, Carlos do Carmo Carapinha, Domingos Lopes, Eduardo Lourenço, Eduardo Maia Costa, Eduardo Prado Coelho, Esther Mucznik, Fernando dos Santos Neves, Frei Bento Domingues, Helena Freitas, J. A. Azeredo Lopes, J. M. Nobre-Correia, João Bénard da Costa, José Eduardo Agualuza, José Manuel Pureza, José Pedro Zúquete, Luís Fernandes, Luís Lobo-Fernandes, Luís Máximo dos Santos, Manuel Almeida Ribeiro, Mariano Aguirre, Mário Mesquita, Mário Pinto, Nuno Pinheiro Torres, Paulo Rangel, Pedro Magalhães, Pedro Paixão, Rui Oliveira Costa e Vital Moreira.

Segue-se o grupo dos 12 jornalistas, do corpo redatorial do jornal, autores de 24 (22,4 por cento) dos textos de opinião: Ana Sá Lopes, Augusto M. Seabra, Graça Franco, Helena Ferro de Gouveia, Helena Matos, Joaquim Fidalgo, Jorge Almeida Fernandes, José Vítor Malheiros, Leonete Botelho, Luís Costa, Rui Baptista e Teresa de Sousa.

O terceiro grupo de colunistas é constituído por 13 políticos, responsáveis por 20 (18,7 por cento) dos textos deste espaço: Augusto Santos Silva, Correia de Campos, Edgar Correia, Fernando Rosas, Guilherme D'Oliveira Martins, Jiri Pehe, José Pacheco Pereira, Kofi A. Annan, M. Sottomayor Cardia, Manuel Alegre, Manuel Queiró, Ralf Dahrendorf e Winston S. Churchill.

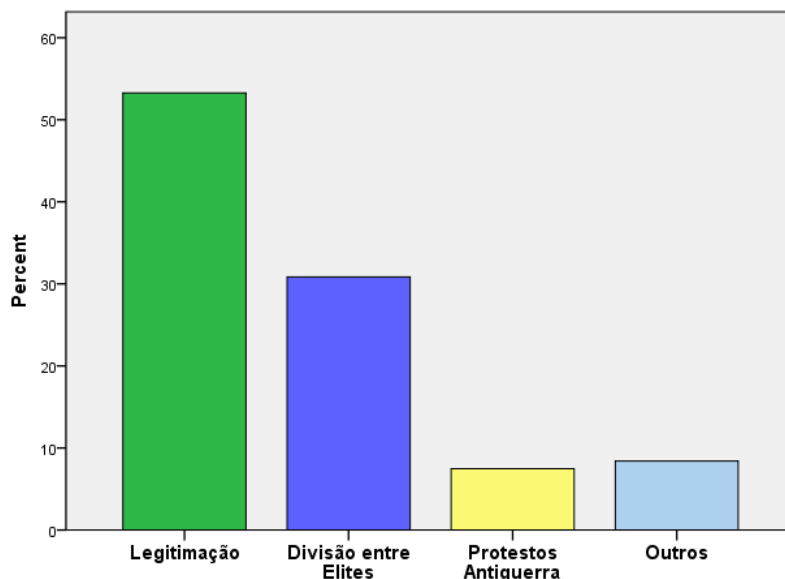


Gráfico 16 – Enquadramento da crise iraquiana no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

O espaço opinião acompanha, em termos de enquadramentos, os identificados no espaço noticioso o que é consentâneo com o facto de a generalidade dos textos comentarem acontecimentos, atores e posições que marcam a atualidade noticiosa na fase que antecede a invasão militar do Iraque. A questão da *legitimidade* da guerra revela-se, também neste espaço, como elemento nuclear em torno qual se desenvolve o debate público sobre esta matéria. O enquadramento “Legitimação” foi identificado em 53,3 por cento dos 107 textos opinativos publicados nesta fase, seguindo-se o enquadramento “Divisão entre Elites”, em 30,8 por cento. O enquadramento “Protestos Antiguerra” é o que surge com menor frequência (7,5 por cento).

No que respeita à pluralidade de pontos de vista, consideramos que o espaço opinião do jornal “Público” se caracteriza por albergar um leque diversificado de perspetivas relativamente à melhor solução para a crise iraquiana, embora se apresente claramente desequilibrado, predominando as opiniões contra a guerra.

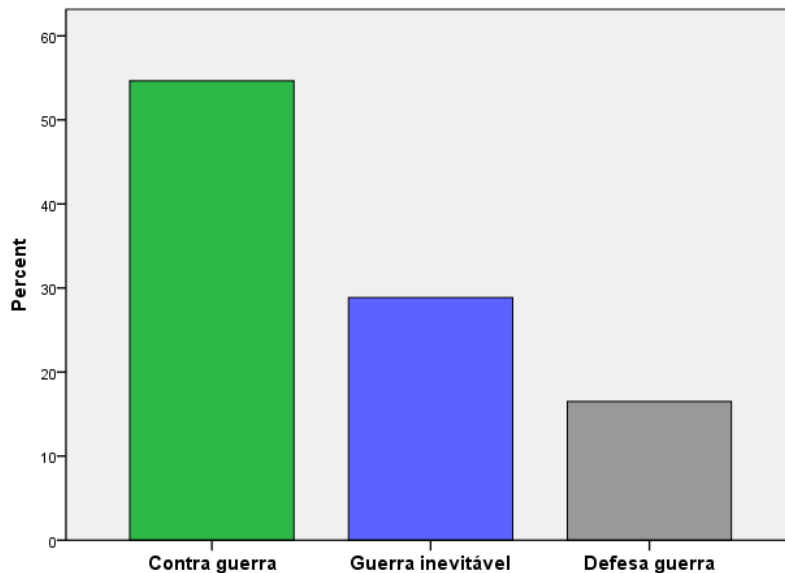


Gráfico 17 – Posição perante a eventual solução militar para a crise iraquiana no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

A maioria dos textos (54,6 por cento) exprime posições contra a intervenção militar como a melhor solução para a crise iraquiana, seguindo-se a assunção de que a guerra era inevitável (28,9 por cento) e apenas uma minoria (16,5 por cento) defendeu a solução militar. Tomadas em conjunto, as várias opiniões expressas nos textos pelos colunistas abrangem o espectro de posições que caracterizaram o debate público sobre a crise iraquiana, nomeadamente os argumentos que os diversos intervenientes – governantes, políticos da oposição, associações e movimentos da sociedade civil – foram avançando na fase pré-guerra, a favor ou contra a solução militar.

Mas, na maioria dos casos (41,2 por cento dos textos em que justificam a sua posição), os colunistas manifestam-se contra a intervenção militar no Iraque, considerando que a guerra é *ilegítima* e privilegiando a contestação dos argumentos invocados pelos países atacantes, como a necessidade de derrubar Saddam Hussein, a existência de armas de destruição em massa ou a eventual ligação do regime iraquiano ao terrorismo. Um segundo grupo (26,5 por cento) é constituído pelos textos nos quais os autores apresentam argumentos contra a solução militar e em defesa da continuação dos esforços diplomáticos como a melhor solução para a crise iraquiana.

Estes dados são complementados com a identificação da forma como os vários autores foram avaliando as posições assumidas pelos diversos atores ao longo da fase deliberativa.

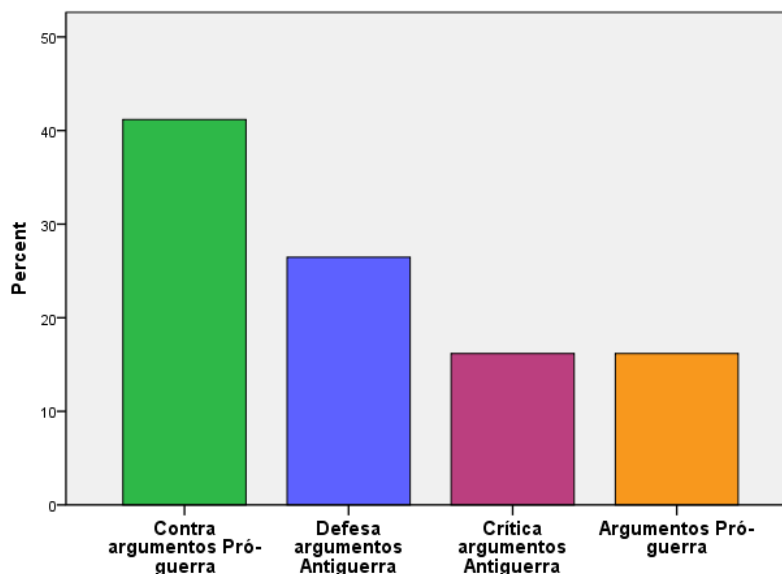


Gráfico 18 – Posição perante a eventual solução militar para a crise iraquiana no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Nos textos, os autores privilegiam uma argumentação pela negativa, isto é, identificámos mais frequentemente argumentações contra, seja contestando os argumentos pró-guerra, seja criticando as posições assumidas pelos países atacantes, do que argumentações pela positiva, como a defesa de argumentos antiguerra.

Na maioria dos textos (55,7 por cento) em que são apresentados argumentos a favor ou contra a guerra são criticadas as posições assumidas pelos países atacantes (Estados Unidos da América e seus aliados) e em 21,3 por cento é sustentada a defesa da ONU e da legalidade internacional. No campo oposto, dos apoiantes à guerra, as posições foram defendidas através do apoio (23 por cento dos textos) aos países pró-guerra.

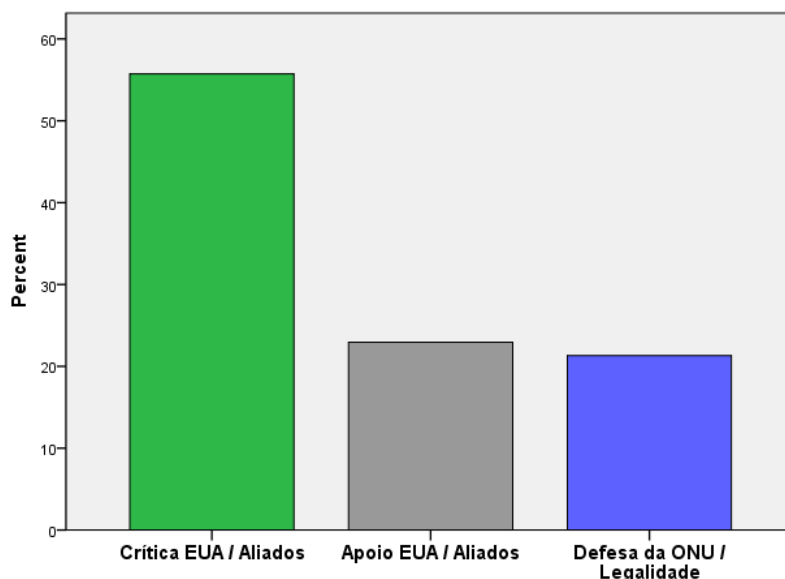


Gráfico 19 – Argumentação perante a crise iraquiana no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Esta argumentação pela negativa é explicada, em primeiro lugar, pela perceção da inevitabilidade da guerra, resultante do argumento da força representado pelo poderio militar dos países atacantes, nomeadamente os Estados Unidos da América. Em segundo lugar, este tipo de argumentação é indissociável do modo como o tema foi *agendado* no espaço noticioso.

Como verificámos aquando da análise do espaço informativo, a crise iraquiana entra na agenda por iniciativa do poder político, nomeadamente a administração norte-americana, que o enquadra como um elemento da “Guerra ao Terror” decretada após o 11 de setembro. Classificámos, na análise do espaço informativo, o agendamento como pertencente ao modelo de mobilização (*mobilization model*) (Cobb, Ross, & Ross, 1976, p. 128), uma vez que a iniciativa parte do sistema político, mas este tem necessidade de mobilizar a esfera pública, dado necessitar do apoio de partes relevantes do público para prosseguir com a intervenção (ou pelo menos, para tentar conseguir uma resolução da ONU que a legitime). Neste contexto, a oposição à guerra surge mais frequentemente em relação aos agendadores mais poderosos, contestando-os e, só então, apresentando alternativas.

Acresce ainda o facto de, devido à dissensão entre elites, a crise iraquiana ter sido objeto de uma cobertura noticiosa característica da “esfera da controvérsia legítima” (Hallin, 1984, p. 21), na qual os argumentos contrários são contrastados pelos jornalistas o que, em nosso entender, também favorece uma argumentação pela negativa, que se estende também ao espaço opinião. A “orientação para acontecimentos” que identificámos na cobertura noticiosa verifica-se também no espaço opinião, sendo outro fator que explica esta maior predominância de uma argumentação que contesta as razões avançadas por quem tomou a iniciativa da guerra.

Para além dos argumentos pró-guerra ou antiguerra, verifica-se ainda que, perante acontecimentos específicos, como a assinatura da polémica “Carta dos Oito”, se verificam sobretudo posições críticas. A maioria dos textos em que são abordados estes acontecimentos (53,1 por cento) critica a “Carta dos Oito”, enquanto 31,3 por cento dos textos expressa preocupações relativas às consequências das fações no seio da UE, NATO e ONU no que respeita ao futuro desses organismos.

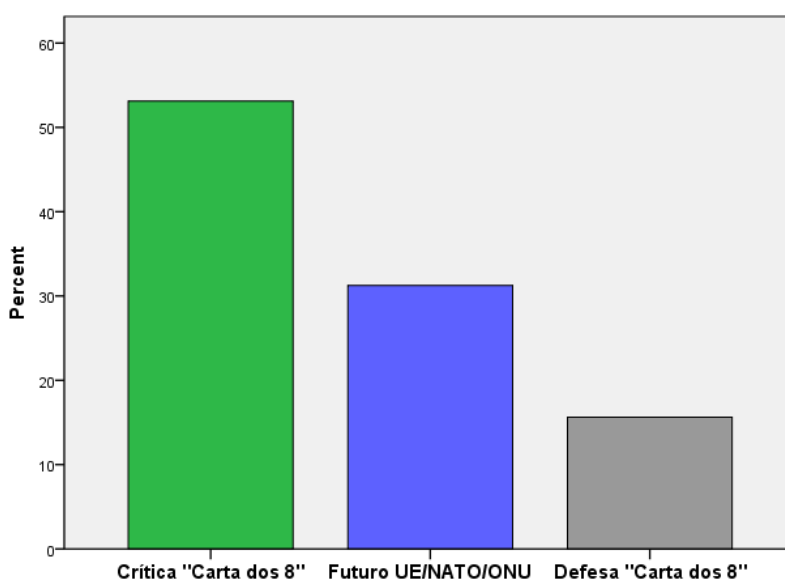


Gráfico 20 – Argumentação perante a crise iraquiana no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

O posicionamento antiguerra claramente maioritário entre os colunistas do jornal “Público” é repartido pelos três grupos de autores – jornalistas, políticos e

membros da sociedade civil – embora se verifique que é mais significativa entre os colunistas da sociedade civil, responsáveis por 67,9 por cento dos textos antiguerra (54,6 por cento do total). Concluímos também que os colunistas abordaram a crise iraquiana, sobretudo em termos globais, dedicando a maior parte dos textos a defender a sua posição perante a solução militar e/ou a avaliar os argumentos ou as tomadas de posição dos principais atores envolvidos, em termos internacionais.

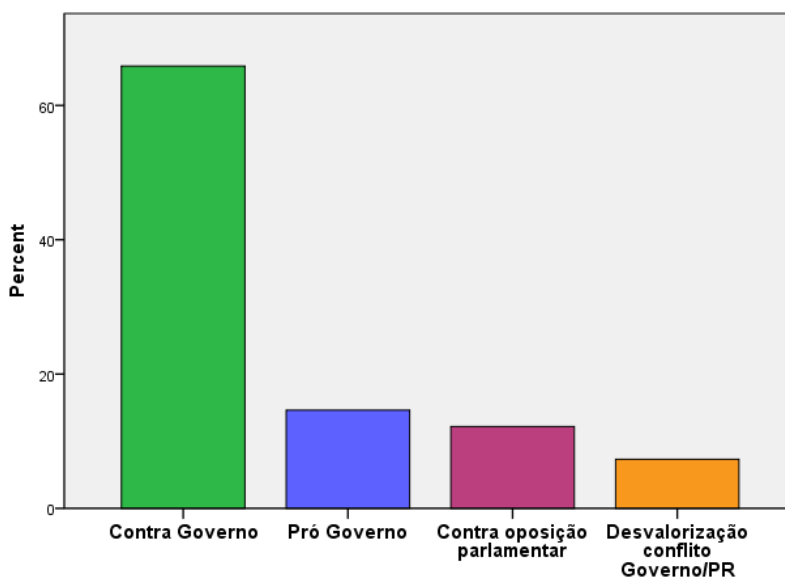


Gráfico 21 – Posições assumidas no plano da política nacional no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Os textos que abordam a política nacional não chegam aos 40 por cento (38,3 por cento), centrando-se sobretudo (65,9 por cento) na contestação do apoio do governo à intervenção militar. Apenas 7,3 por cento destes textos, todos da autoria de elementos da sociedade civil, abordaram diretamente o diferendo institucional entre o Governo e o Presidente da República, optando pela sua desvalorização. As manifestações de Opinião Pública (OP) mereceram 25,2 por cento de textos. Neste caso, é de referir que nenhum político está entre os 44,4 por cento de colunistas que defende que a OP deve influenciar a atuação dos governos. A opinião contrária, por seu turno, não é defendida por nenhum colunista da sociedade civil.

A atenção aos atores e aos acontecimentos internacionais registada no espaço opinião do jornal relativamente à crise iraquiana é consentânea quer com o

enquadramento predominante (“Legitimação”) quer com os dados que identificámos aquando da análise do espaço informativo, cujos temas mais frequentes se situam no plano internacional. Dado que, como referimos, os textos do espaço opinião comentam acontecimentos da atualidade noticiosa, consideramos que estes resultados são coerentes.

O mesmo já não se passa quer no que respeita à política nacional quer no que respeita à Opinião Pública. Enquanto o espaço noticioso reserva apenas 14,5 por cento dos textos à política nacional, os colunistas do jornal “Público” atribuem-lhe uma importância bastante superior (38,3 por cento dos textos), sobretudo através da contestação do apoio do governo português à guerra.

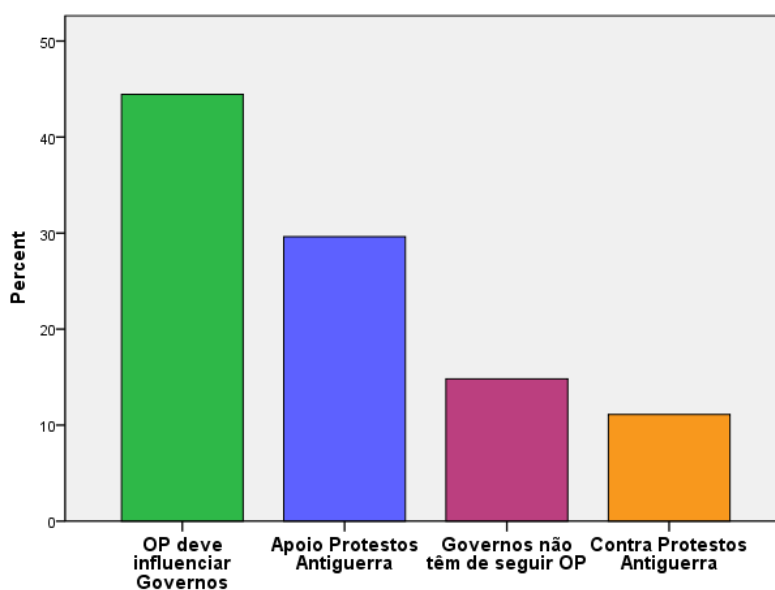


Gráfico 22 – Posições assumidas no que respeita à Opinião Pública no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Acrescem ainda os dados relativos à Opinião Pública, já que os 9,1 por cento dos textos informativos são claramente suplantados pelo facto de um quarto dos textos de opinião (25,2 por cento) se ter dedicado à temática, sobretudo expressando que os governos devem atender às posições antiguerra manifestadas em sondagens e protestos de rua. Estes dados relacionam-se com o facto de a maior parte dos colunistas assumir, como vimos, posições antiguerra. Tal consideração não invalida, no

entanto, que a maior atenção dada quer à questão da posição do governo português perante a guerra, quer à Opinião Pública, representa um contributo para a qualidade da deliberação pública. A maior visibilidade, bem como a maior profundidade que caracteriza um artigo de opinião, confere um maior destaque a estas dimensões da crise iraquiana, tornando-as mais acessíveis aos leitores, para que estes possam formar a sua opinião sobre a temática.

A análise cruzada das variáveis autoria e posição permite-nos identificar o modo como o grupo dos jornalistas se posicionou perante a crise iraquiana, elemento relevante para a nossa análise relativa às dissensões que atravessavam a própria redação nesta matéria. Os dados revelam que a maioria dos jornalistas, não pertencentes à Direção Editorial, se posicionou contra a guerra (47,6 por cento), seguindo-se uma significativa percentagem de jornalistas (42,9 por cento) que consideraram a guerra inevitável. Apenas 9,5 por cento dos jornalistas se posicionou na defesa da guerra. Estes dados sustentam a nossa conclusão (ver análise ao espaço editorial) de que não só se regista uma dissensão na redação do jornal sobre esta matéria, como também que a posição de defesa da guerra, reiteradamente sustentada pelo diretor, é claramente minoritária no universo redatorial.

Concluimos, em síntese, que o espaço opinião do jornal “Público” mostra uma maior ligação às esferas comunicativas do “mundo da vida”, por comparação com o espaço informativo, o que se adequa ao que seria de esperar num espaço desta natureza. Esta maior abertura à sociedade civil, patente desde logo pelo tipo de colunistas a que o jornal abre as suas páginas, exatamente, na sua maioria, oriundos dessa sociedade civil, contribui para um maior fortalecimento do público, já que os seus argumentos assumem uma maior preponderância no debate sobre a melhor solução a dar à crise iraquiana. Embora se verifique um fenómeno de transferência de agenda, nomeadamente ao nível dos enquadramentos, entre o espaço noticioso e o espaço opinião, as posições antiguerra predominam entre os colunistas, refletindo a tendência maioritária de oposição à invasão do Iraque registada pelas sondagens de opinião e expressa nas manifestações populares.

3.5.2. Deliberação

Esta abertura à sociedade civil é, em nosso entender, o elemento mais positivo a merecer destaque, numa perspectiva deliberativa, do conjunto geral do jornal “Público”, tendo em conta também os resultados da nossa análise quer ao espaço noticioso quer aos editoriais publicados na fase que antecede a guerra. No que respeita ao Índice de Qualidade do Discurso, os resultados revelam um cenário menos animador, já que confirmam a tendência, também verificada na maior parte dos editoriais, para a polarização das posições.

No que respeita à justificação da sua posição, na generalidade dos textos (99 por cento), os autores desenvolveram uma argumentação sofisticada, apresentando, pelo menos, duas justificações completas para uma determinada proposta ou justificações completas para duas propostas. Os restantes textos (um por cento) apresentam argumentações qualificadas, dado que apresentam inferências completas, operando uma ligação entre as razões apresentadas e a posição assumida pelo autor.

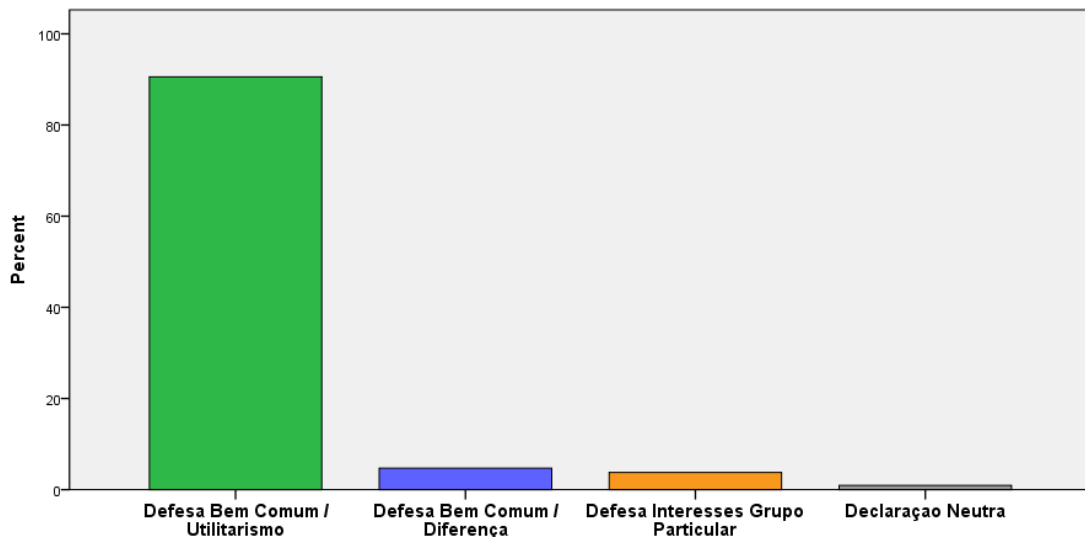


Gráfico 23 – Justificação da posição, em termos da orientação para o bem comum, no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Já no que se refere ao conteúdo da justificação, tendo em conta a orientação para o bem comum, verificamos que na esmagadora maioria dos textos (90,6 por

cento) há uma defesa do bem comum em termos utilitários, isto é, no que respeita ao maior bem para o maior número. A defesa do bem comum, em termos do princípio da diferença (invocando grupos desfavorecidos da sociedade) é feita em 4,7 por cento dos textos, seguindo-se, em 3,8 por cento, a defesa de interesses de grupos particulares. Apenas 0,9 por cento dos textos encaixam na categoria de declaração neutra.

Verifica-se que embora os autores apresentem justificações para as suas posições de contestação ou de defesa da solução militar, a generalidade das quais assente numa argumentação que invoca o bem comum numa perspetiva utilitarista (o maior bem para o maior número), um dos elementos centrais da ética de discurso habermasiana e da própria teoria deliberativa, essa argumentação falha, na sua generalidade, num outro indicador crucial: o respeito.

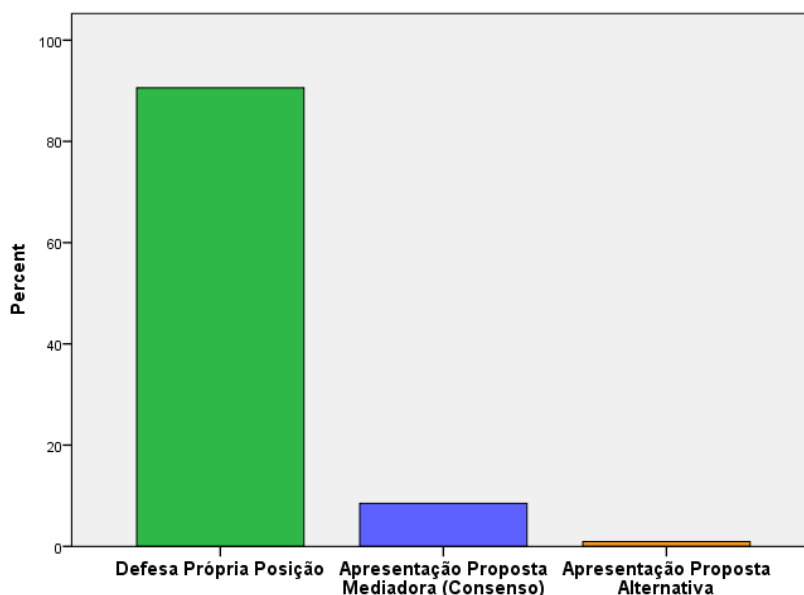


Gráfico 24 – Busca de consenso, no Espaço Opinião do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Analisando a sua argumentação à luz do ideal da comunicação virada para o entendimento, concluímos que, em 90,6 por cento dos textos, os colunistas centram-se na defesa da sua própria posição, verificando-se que, em menos de 10 por cento (8,5 por cento), é apresentada uma proposta alternativa que se enquadra na agenda da deliberação.

O indicador respeito, seja em relação a grupos, a propostas ou a contra-argumentos, revela resultados coerentes com este posicionamento que classificamos como sendo a antítese do que seria o comportamento a observar pelos deliberantes que observassem uma atuação comunicacional visando estabelecer um compromisso com os outros participantes na discussão. A ausência de respeito quer por grupos quer por propostas diferentes das suas oscila entre os 87,1 e os 91,1 por cento dos textos, registrando-se, em ambos os casos, apenas um por cento de textos em que é expressamente mostrado respeito. Um cenário semelhante é o que resultada da análise aos contra-argumentos já que em apenas 8,9 por cento dos casos é que esses são incluídos pelo autor no seu texto e efetivamente objeto de avaliação. Na maioria dos textos (84,2 por cento), os colunistas incluem os argumentos contrários aos das suas próprias posições apenas para os desqualificar, o que, tendo em conta os dados anteriores referidos, permite concluir que o espaço opinião não funciona como um espaço deliberativo que visa a construção de uma opinião em comum, mas antes como uma espécie de tribuna na qual cada colunista defende a sua própria posição, sem acautelar a necessidade de “escutar” seriamente os argumentos dos outros participantes, nem de procurar chegar a alguma espécie de entendimento.

No entanto, este espaço comunicacional cumpre uma função essencial em qualquer deliberação, que é a de garantir visibilidade (publicitação) aos diferentes pontos de vista, bem como aos respetivos argumentos na defesa desses pontos de vista.

3.6. Espaço dos Leitores

Para a análise do espaço das “Cartas ao Diretor”, seguimos a mesma metodologia aplicada aos colunistas do espaço opinião do jornal. O objetivo foi identificar os principais enquadramentos, as posições defendidas pelos leitores relativamente à iminência da guerra e os argumentos que invocaram na defesa das suas posições. Ao todo, foram publicadas 44 cartas de 38 leitores relativas à crise iraquiana, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

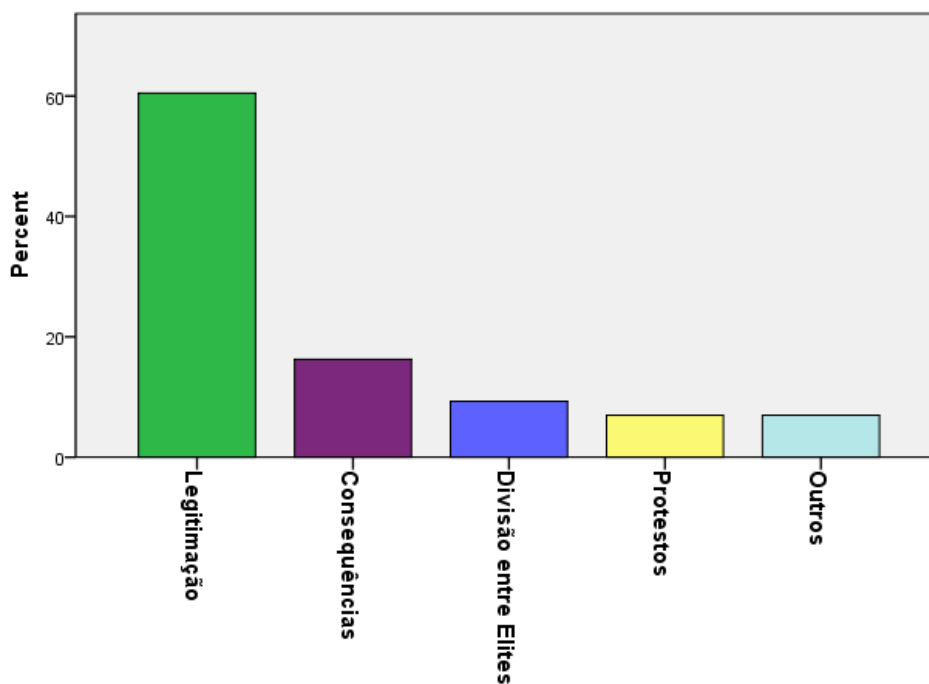


Gráfico 25 – Enquadramentos, no Espaço dos Leitores do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

A “Legitimação” é, também no Espaço dos Leitores, o enquadramento predominante (60,5 por cento dos textos), tal como se verifica nos restantes espaços (noticioso, opinião, editorial) que analisámos. A principal diferença prende-se com a maior atenção que os leitores dão às “Consequências da Guerra” (16,3 por cento) em detrimento da “Divisão entre Elites” (9,3 por cento das “Cartas ao Diretor”) que, neste espaço, desce para o terceiro lugar no que respeita aos enquadramentos mais frequentes. Os colunistas e os jornalistas, nomeadamente os da Direção Editorial, centram-se mais nesta questão, desde logo, devido aos critérios jornalísticos que aplicam, nomeadamente o conflito, o que leva a que a cobertura noticiosa atribua uma particular relevância à “Divisão entre Elites”. Dado que os colunistas comentam significativamente os acontecimentos da atualidade noticiosa, verifica-se uma transferência da importância do conflito entre elites para o espaço opinião. O facto de os colunistas integrarem também jornalistas é outro fator que contribui para a importância dada a este enquadramento.

Verifica-se, no caso dos leitores, que o fenómeno de agendamento (*agenda-setting*) ocorre porque o enquadramento “Divisão entre Elites” surge em posição significativa na agenda dos leitores, mas que há uma hierarquização diferente, o que se explicará por outros fatores do processo de agendamento, como a própria agenda intrapessoal ou a necessidade de orientação. Estes fatores estarão também na origem da maior importância que os leitores dão às “Consequências da Guerra” ou ao futuro de organismos como a UE ou a ONU (50 por cento dos textos que abordam este tema).

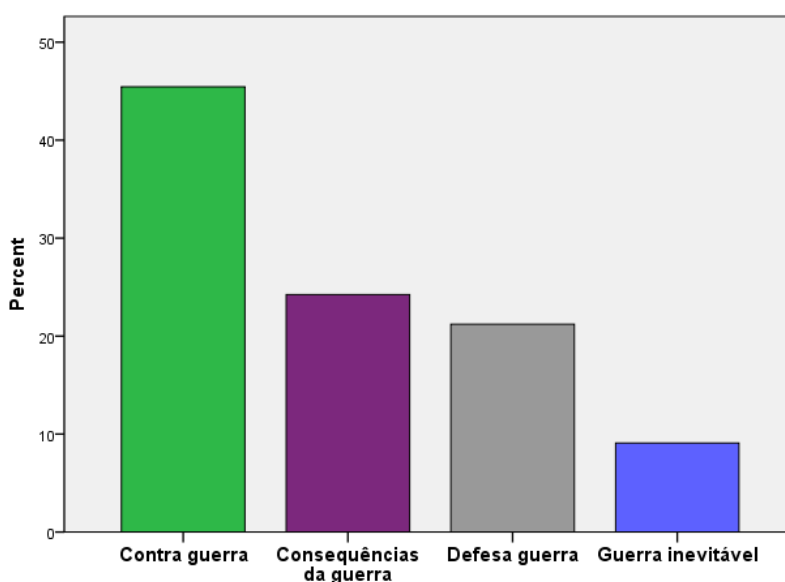


Gráfico 26 – Posições perante a solução militar, no Espaço dos Leitores do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Já à semelhança do que identificámos no espaço opinião, também as cartas dos leitores do “Público” expressam maioritariamente posições contra a guerra (45,5 dos textos em que é assumida uma posição), optando também os seus autores por uma argumentação pela negativa, isto é, contestando os argumentos avançados pelos países atacantes (57,6 por cento) e criticando as posições por estes assumidas (70,4 por cento).

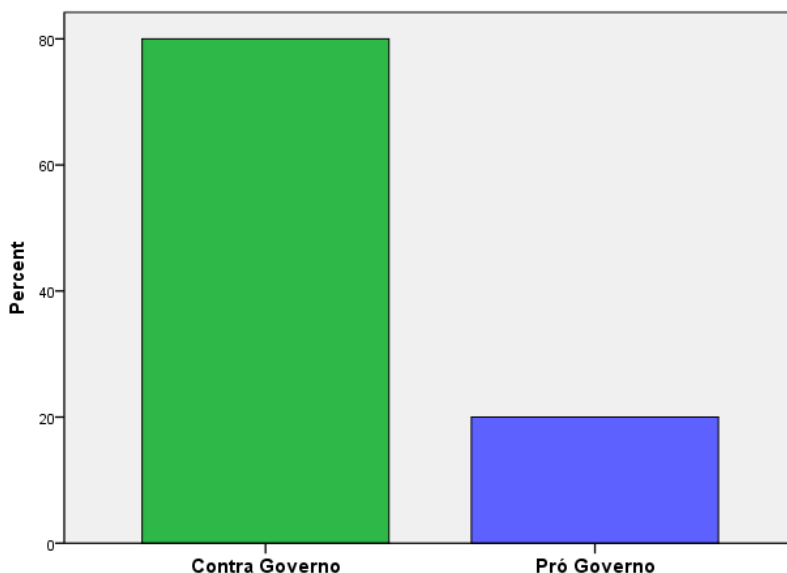


Gráfico 27 – Posições perante a política externa portuguesa relativa à crise iraquiana no Espaço dos Leitores do jornal Público, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003.

Os autores das “Cartas ao Diretor” sobre a crise iraquiana apresentam uma menor variabilidade interna no que respeita aos argumentos do que os colunistas, posicionando-se, em geral, em dois polos: contra ou a favor dos países atacantes ou, no plano nacional, contra (80 por cento dos textos sobre esta temática) ou a favor do governo; já no espaço opinião, os colunistas dividem-se por outras categorias, como a defesa da legitimidade internacional ou a desvalorização do conflito institucional entre governo e PR.

Dados os resultados das sondagens, esperaríamos que os leitores abordassem mais frequentemente nos seus textos questões relativas às manifestações antiguerra, mas este tópico merece, nomeadamente por comparação com a atenção que lhe é dedicada pelos colunistas, escassa atenção por parte dos leitores. Os poucos que o abordam (6,7 por cento dos textos), contudo, alinham-se no mesmo lado do espetro: defendem os protestos antiguerra (66,7 por cento) e sustentam que a Opinião Pública deve influenciar os governos (33,3 por cento). É ainda de referir que são mais os leitores que comentam a própria posição do jornal perante a crise iraquiana (15,6 por cento dos textos) que as manifestações da Opinião Pública, com a maioria (71,4 por cento) dos que o fazem a criticar o diretor pela defesa da guerra.

Capítulo IV - Argumentação, Retórica e Razão

O conceito de espaço público tem sido o elemento central em torno do qual se desenvolve esta investigação, até esta fase mais enfocada no espaço noticioso do jornal, o que nos levou a dedicar uma especial atenção ao modelo de agendamento e aos enquadramentos que estruturam a cobertura informativa da fase deliberativa da crise iraquiana; bem como também à análise do espaço dos leitores. Outros elementos da teoria deliberativa habermasiana, como a ética de discurso, subjazeram à análise dos textos de opinião, da autoria dos colunistas, permitindo-nos compreendê-los à luz do seu contributo para o debate público sobre a melhor solução para a crise iraquiana.

Neste capítulo, serão também estes os elementos teóricos, nomeadamente a ética de discurso, que guiam a nossa análise; esta assume, contudo, uma outra dimensão, de natureza qualitativa, mais adequada a textos opinativos, visando a compreensão das diferentes estratégias argumentativas que os membros da Direção Editorial, nomeadamente o diretor do jornal, utilizam na interpretação dos diversos acontecimentos relativos à crise iraquiana que marcam a atualidade. É de referir que a metodologia retórica-pragmática aplicada ao estudo dos editoriais constituir-se-ia, também, como um pertinente instrumento para a análise do espaço opinião, atrás apresentado. No entanto, dada a morosidade desta análise, e tendo em conta que o *corpus* do espaço opinião apresenta 107 textos, revelou-se, no tempo disponível para esta investigação, necessário optar por uma alternativa para esse espaço, reservando a análise retórica para o estudo do mais restrito, e particularmente relevante no contexto deste trabalho, *corpus* constituído por 28 editoriais.

Pretende-se, nesta fase, analisar a dimensão crítico-racional da argumentação aduzida, nomeadamente: Quais os esquemas argumentativos utilizados pelos membros da direção editorial do jornal para justificar a(s) sua(s) posição(ões) na deliberação pública que antecedeu a guerra? Quais as premissas dos discursos e os argumentos aduzidos em defesa da sua posição (*standpoint*)? Que auditórios invocam? Quais as estratégias de adequação aos auditórios que visam influenciar?

Um breve excuro pela teoria da argumentação esclarece os principais conceitos que aplicamos na análise do *corpus* constituído pelos editoriais sobre a crise iraquiana, aclarando o vínculo entre a argumentação e a deliberação no espaço público, à luz da ética de discurso habermasiana. Sendo os editoriais textos argumentativos, que expressam a opinião do autor sobre o assunto em análise, centramo-nos, em particular, nos conceitos de argumentação, retórica e razão, explorando a sua inter-relação, bem como no de auditório, dado que a argumentação visa persuadir outrem acerca da verdade ou da aceitabilidade de um determinado ponto de vista. No caso dos editoriais que analisámos, a argumentação desenvolvida pelos autores na defesa de uma determinada solução (*standpoint*) para a crise iraquiana destinar-se-á aos leitores, importando identificar qual a relação pragmática estabelecida com esse auditório e os fins ilocutórios (ou perlocutórios) a atingir: argumenta-se para contribuir para a formação de uma opinião comum ou pretende-se persuadir os leitores acerca de determinada posição definida à partida?

A história da argumentação (e do seu estudo) é indissociável da história intelectual da opinião (*doxa*) que, como referimos anteriormente (Capt. I), remonta à Antiguidade Clássica, nomeadamente aos escritos sobre a lógica, a retórica e a dialética; o seu estudo caracterizou-se por preocupações relativas às matérias em avaliação: como se deve organizar um discurso para que seja persuasivo ou o que é necessário para que uma conclusão seja aceite. “Historicamente, o estudo da argumentação tem sido motivado pelo interesse no melhoramento do discurso ou na modificação dos efeitos do discurso na sociedade” (van Eemeren, Grootendorst, Jackson, & Jacobs, 1997, p. 210). Para Jürgen Habermas, a argumentação deve ser vista numa tripla perspetiva: como um processo, como um procedimento e como um produto. Enquanto processo, visa convencer um público universal e obter o assentimento geral para uma asserção; como um procedimento, visa acabar com uma disputa sobre hipotéticas pretensões de validade com um acordo racionalmente motivado; como um produto, visa basear ou redimir uma pretensão de validade com argumentos (Habermas, 1984, p. 26). Estas três dimensões relacionam-se com as disciplinas do cânone aristotélico: “A Retórica preocupa-se com a argumentação como

um *processo*, a dialética com os *procedimentos* pragmáticos da argumentação e a lógica com os seus *produtos*” (Habermas, 1984, p. 26).

Numa perspetiva deliberativa, os argumentos na esfera pública pertencem necessariamente ao domínio do conhecimento provável – o tipo de conhecimento que, embora incerto, é mais confiável do que uma opinião não testada ou um palpite; exatamente a conceção aristotélica da opinião como julgamento informado que, no início desta dissertação, identificámos como a origem remota das modernas teorias deliberativas. “Se a argumentação pública não comporta mais do que uma resposta provável às questões sobre a conduta preferível, não pode oferecer nada menos do que uma alternativa a decisões baseadas na autoridade ou no mero acaso” (Goodnight, 1999, p. 251).

A relação da argumentação com a retórica é controversa, variando consoante as perspetivas teóricas: em algumas teorias, parecem sinónimas, noutras, coabitam numa relação variável e há ainda os casos em que a noção de retórica está totalmente ausente da teoria da argumentação para não veicular a ideia de que a argumentação é redutível a técnicas de expressão. Se, “em Aristóteles, a retórica é parte interessada ou, no mínimo, permanece intimamente ligada ao conteúdo da comunicação” (Breton & Gauthier, 2001, p. 15), verifica-se uma degeneração da retórica que leva à sua diminuição a uma mera técnica de eloquência persuasiva, centrada apenas na forma. O ataque de Platão aos sofistas marca a história acidentada da retórica, ilustrada pelo significado pejorativo com que na linguagem quotidiana qualificamos um discurso como “retórico” quando queremos denunciar a sua superficialidade ou a sua artificialidade, o que explicará a dificuldade em definir o termo com precisão; não obstante, dois temas são comuns às várias conceções: a sua associação ao campo político e a sua consideração como um discurso calculado para influenciar uma audiência em relação a um fim (Gill & Whedbee, 1997, p. 157).

Com Aristóteles, a retórica é associada à argumentação, sendo dotada com critérios de racionalidade e ganhando um estatuto epistemológico diferente: já não se refere meramente à arte de persuadir *tout court*, mas antes é apresentada como um instrumento para alcançar julgamentos informados, em situações em que a verdade não é matéria de ciência, como os julgamentos judiciais ou as deliberações políticas.

“O argumento retórico é um processo de descoberta das melhores razões disponíveis que informam e preparam os cidadãos para a esfera pública clássica” (Goodnight, 2003, p. 122). Na tradição aristotélica, os argumentos são divididos no âmbito de um processo de alcançar o conhecimento, distinguindo-se três categorias racionais: raciocínio apodítico (fruto do pensamento reflexivo), dialética (discussão de juízos) e argumento retórico (persuasão): “O génio do sistema aristotélico está na sua conexão do raciocínio teórico e do prático através do argumento dialético” (Goodnight, 1993, pp. 329-330), sendo assim que a dialética dá robustez ao argumento retórico. Da razão teórica, a dialética toma o rigor, a confiança e a vontade de testar e desenvolver o próprio pensamento. Da razão prática, a dialética assume a tarefa de encontrar princípios gerais adequados para analisar criticamente e filtrar os preconceitos, a ignorância e os saberes não-reflexivos da comunidade.

“A persuasão é eficaz não pelos truques, pelo engano ou pelo pensamento estratégico, mas em virtude de sua conexão com argumentos sólidos e bem-fundamentados que são assegurados por uma dialética crítica que dá forma ao discurso” (Goodnight, 1993, p. 230), dirigido a tomar uma decisão em cada caso particular.

A retórica aristotélica opera duas importantes distinções em relação a anteriores concepções: a primeira prende-se com a relação entre a retórica e a moral e, em consequência, a verdade; no seu entendimento, a retórica é um instrumento e pode ser usado tanto para o bem como para o mal, quer para o justo quer para o injusto: tudo depende da consciência de quem a pratica. A retórica não é moral, nem imoral: é amoral. Mais relevante é a sua concepção da retórica como uma técnica de argumentação do verosímil e já não da verdade: “A distinção é de monta. Essa dupla separação, tanto da moral como da verdade, irá libertar a retórica e permitir que se desenvolva enquanto técnica legítima dos debates no espaço público da cidade” (Breton & Gauthier, 2001, p. 32). A segunda importante distinção aristotélica prende-se com a sua rejeição das provas extra técnicas, a sua é uma “retórica do raciocínio”, recorrendo às provas técnicas: o discurso (*logos*), o carácter do orador (*ethos*) e as paixões do auditório (*pathos*) que permitem o alargamento do campo da retórica a todas as situações onde haja necessidade de argumentação. Toda a argumentação se

deve desenvolver em função dos ouvintes (auditório), distinguindo-se três tipos: o espetador de um discurso, o juiz de uma situação passada e o juiz de uma situação futura. A cada tipo de auditório corresponde um discurso argumentativo específico: epidíctico (elogioso), judicial e deliberativo (assembleia política). A retórica, até então restrita aos tribunais e à discussão filosófica, é dotada de um verdadeiro âmbito geral e de uma teoria sistemática: a técnica retórica é definida, não simplesmente como a arte de persuadir, mas, segundo Aristóteles, como “a faculdade de descobrir especulativamente o que, caso a caso, pode servir para persuadir” (Aristóteles *apud* Breton & Gauthier, 2001, p. 34).

Qual o campo da retórica? Todos os assuntos que são discutíveis, que são da área do verosímil. Aristóteles aproxima a retórica da dialética, considerando-as como domínios do saber complementares já que dizem respeito a questões comuns a todos os homens, mas que não dependem da ciência. Enquanto a dialética é uma metodologia de produção de conhecimentos gerais, nomeadamente os que podem ser úteis à tríade de situações oratórias acima referidas, a retórica não visa produzir conhecimentos: é uma metodologia para convencer. A retórica não é um meio para produzir ideias ou opiniões, mas para as defender e lhes fornecer argumentos. “Neste sentido, a retórica é uma teoria da preparação de uma opinião destinada a um auditório” (Breton & Gauthier, 2001, p. 45). Com Aristóteles, a retórica ganha o estatuto de uma

“técnica formalizada, sujeita a uma teoria, mas, ao mesmo tempo, sempre guiada pelas necessidades da sua aplicação prática numa sociedade que, por ser fundamentalmente democrática, atribui um grande lugar à «cultura de convencer»” (Breton & Gauthier, 2001, p. 41).

Ao longo dos séculos, a estreita ligação entre a argumentação e a retórica irá decrescer, paradoxalmente, na medida inversa à da importância da retórica no ensino formal que perdura até ao século XIX. Este declínio da argumentação tem uma dupla dimensão. Por um lado, internamente, no próprio seio da retórica, assiste-se a uma deslocação para a expressão literária. Por outro, externamente, a argumentação será substituída pela demonstração racional, nomeadamente a partir de Descartes (Breton

& Gauthier, 2001, pp. 45-46). Epistemologicamente, a ciência positivista torna-se o paradigma dominante.

4.1. Renascimento: a Razão Pluralista

É exatamente contra uma perspectiva positivista do conhecimento (ou da verdade), tal como a que identificámos, no Capt. III, no modelo do jornalismo cientificizado característico da “esfera da controvérsia” (Hallin, 1988, p. 123), que se desenvolvem as principais propostas teóricas que renovam o campo da retórica e da argumentação; disciplinas que, desde os primórdios iluministas e até meados do século passado, se encontravam remetidas para uma condição secundária, senão mesmo obscura. Não por acaso, é no período que se sucede à II Guerra Mundial (1958), que surgem as obras de Stephen Toulmin (*Os Usos do Argumento*) e de Chaïm Perelman (*Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*), ambas determinantes para a reabilitação da argumentação como técnica de resolução não-violenta de diferendos de opinião em situações em que a verdade não é passível de demonstração formal, como é o caso do nosso objeto de estudo. Pese embora as diferenças, ambos os autores se posicionam criticamente perante os limites da lógica formal, considerando que há um conjunto de matérias para as quais a pretensão de alcançar uma verdade apodítica mais não representa que uma imposição tecnocrática e um instrumento de repressão social. A perspectiva perelmaniana, ao rejeitar que haja uma única via de alcançar a verdade, é concebida por oposição ao monismo metodológico científico então em vigor, o qual tem uma clara implicação de dominação social, ao transmitir a “ideia de, por meio da objetividade científica, poder proferir juízos imparciais que se tornem a base de intervenções que hão de ser indiscutivelmente as melhores” (Lemgruber, 1999, p. 107). O ressurgimento da retórica está, portanto, estreitamente relacionado com circunstâncias políticas e sociais, já que as filosofias absolutistas, dedutivistas sempre prevaleceram em períodos caracterizados por estruturas autoritárias, antidemocráticas. “Por outro lado, em épocas de grandes transformações, onde prevalecem os impulsos de descentralização e democratização do poder político, florescem as filosofias regressivas, abertas, dialógicas” (Lemgruber, 1999, p. 107).

A “Nova Retórica” de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, ao reabilitar e reatualizar a retórica e a argumentação, na tradição da dialética grega aristotélica, representa “*uma rotura com uma conceção da razão e do raciocínio saídos de Descartes, que marcam com o seu selo a filosofia ocidental dos últimos três séculos*” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 1). A limitação imposta pela lógica formal à razão humana, entendida apenas como característica do que é cientificamente demonstrável, implica que tudo o que lhe é exterior seja remetido para o reino da irracionalidade, dos instintos, da sugestão, da violência: “*Esta é uma limitação indevida e perfeitamente injustificada do campo onde intervém a nossa faculdade de raciocinar e de provar*” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 3). Consequentemente, as questões que se colocam são: Como se pode raciocinar sobre valores? Como desenvolver uma “lógica” dos juízos de valor? A resposta foi encontrada na argumentação:

“*Verificámos que nos domínios em que se trata de estabelecer aquilo que é preferível, o que é aceitável e razoável, os raciocínios não são nem deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas argumentações de toda a espécie, visando ganhar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento*” (Perelman, 1999, p. 15).

Num mundo regido pela razão instrumental, a ciência positivista mostrou os seus limites quer pela restrição ao método racional indutivo como meio de alcançar a verdade, quer pela objetivação do meio físico e a reificação do indivíduo. A razão argumentativa destina-se “*não a transformar as coisas, pela objetivação da natureza, mas a influir sobre as pessoas pelas técnicas de persuasão*” (Lemgruber, 1999, p. 105). A recusa da força constringente da evidência, característica do pensamento lógico, significa negar a aceitabilidade do forçar da convicção, “*da violência simbólica que impõe à mente do outro a verdade das coisas segundo um critério universal*” (Cunha, s/d, p. 2); trata-se, antes, de uma dialética opinativa em que prevalece apenas a regra do melhor argumento. Para Chaïm Perelman, a razão argumentativa tem também um lugar próprio no conhecimento e uma função social: aplica-se ao reino do verosímil, do plausível, do provável, aos julgamentos de valor, à deliberação sobre assuntos em que

não há verdades evidentes. “A própria natureza da deliberação e da argumentação opõe-se à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 1).

A reabilitação da antiga arte da retórica assume, nesta proposta teórica, uma dimensão muito específica: trata-se de uma retórica essencialmente argumentativa aplicada à resolução de diferendos e dissensões, quando os assuntos se situam no campo do “plausível”, do “verosímil”, do “provável”. “A verosimilhança tem de distintivo em relação à verdade que essa semelhança ao vero se decide apenas na instância interlocutória que é um auditório” (Cunha, s/d, p. 2). A distinção entre evidência e verdade assume uma particular relevância no que respeita à eficácia argumentativa, já que se considera que o auditório adere em intensidade variável às teses que lhe são apresentadas (evidência), o que não deve ser equiparado à verdade (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 4).

“A noção de evidência, para que uma teoria da argumentação seja possível, deve ser assim entendida como uma força de persuasão que se insere numa escala proporcional. A evidência marcando um grau extremo de força persuasiva atribuível a um argumento” (Cunha, s/d, p. 2).

O elemento central da teoria da argumentação perelmaniana, e que identifica indubitavelmente a sua herança aristotélica, é o auditório: “*É em função do auditório que uma argumentação se desenvolve*” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 6). A argumentação é essencialmente comunicação, diálogo, discussão: o seu meio de comunicação é a linguagem natural. Argumentar é apresentar razões a favor ou contra uma determinada tese; a argumentação é sempre situada, desenvolve-se em função de um determinado auditório, constituído por aqueles que se pretende influenciar. “Dirige-se a indivíduos em relação aos quais se esforça por obter a adesão, a qual é suscetível de ter uma intensidade variável” (Perelman, 1987, p. 234). Para ser eficaz, exige que haja um contacto entre os participantes da argumentação. O que significa que têm de se verificar três condições: 1) É necessário que o orador queira exercer uma ação sobre o seu auditório através do seu discurso; 2) É também necessário que o conjunto daqueles que constituem esse auditório estejam não só dispostos a escutar

as razões que lhes são apresentadas ao assentimento, mas também a, consequentemente, experienciar as ações pretendidas pelo orador (formar uma opinião, comportar-se de determinada forma) e 3) Sempre que se verifiquem as condições anteriores, a eficácia da argumentação está ainda dependente do *reconhecimento* “(no sentido hegeliano da Fenomenologia do Espírito)” (Cunha, s/d, p. 4) por parte do orador do(s) seu(s) interlocutor(es).

“Querer persuadir um auditor significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que exprimam uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual” (Perelman, 1987, p. 235).

Por outro lado, este reconhecimento do interlocutor implica não só que o orador tenha conhecimentos psicológicos, sociológicos ou ideológicos do auditório para que a sua argumentação seja eficaz, mas também que “o auditório é em grande parte, uma construção do orador. Este demarca-lhe os limites e define-lhe a identidade” (Cunha, s/d, p. 4).

Encontramos similitudes com as propostas teóricas habermasianas, seja pela crítica à restrição da “razão” à razão instrumental, seja pela advocacia de uma outra “razão” - a que Perelman chama “argumentativa” e Habermas “comunicativa” -, mas que em ambos não representa uma exclusão, mas antes uma complementaridade da razão instrumental.

“A grande lição de Perelman é que a razão necessária - com pretensão de universalidade e atemporalidade - e a razão argumentativa - imersa na contingência, na temporalidade, na história - não são excludentes, mas contrapõem-se complementarmente” (Lemgruber, 1999, p. 107).

A razão assim entendida é uma razão pluralista, intersubjetiva, dialética, dialogicamente construída: é uma razão comunicacional.

O auditório perelmaniano, definido como “o conjunto daqueles que o orador procura influenciar pela sua argumentação” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 22), assemelha-se também à concepção iluminista do espaço público habermasiano,

constituído pelos membros de um público que faz um uso público da razão, trocando argumentos com vista a formar uma opinião. Dado que a argumentação tem como objetivo não alcançar uma verdade apodítica, mas antes verosímil, essa "semelhança ao verdadeiro só pode encontrar um critério de validade ou justeza naquilo que pensa o auditório, qual seja o seu estado de espírito, a força da sua convicção ou crença, eventualmente pela argumentação aduzida" (Cunha, s/d, p. 5). Esta conceção de auditório implica forçosamente a consideração da enorme variedade de auditórios, cada qual com as suas crenças e convicções, já que os seus membros estão imersos numa determinada realidade cultural: "Cada meio poderia ser caracterizado pelas suas opiniões dominantes, pelas suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 23). São estes enquadramentos dominantes em cada auditório que o orador deve conhecer para que possa argumentar eficazmente.

Chaïm Perelman acrescenta duas precisões ao conceito de auditório, a primeira das quais diretamente relacionada com a questão da variedade, ao estabelecer uma trilogia: o auditório íntimo, individual, e o auditório universal, sendo este último caracterizado pela sua racionalidade. No entanto, o auditório universal é o modelo de que os auditórios particulares "não são mais do que encarnações sempre precárias" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 34). O auditório universal não é, então, composto pela generalidade dos seres humanos, mas antes pelo conjunto de seres que podem ser convencidos pela natureza racional dos argumentos que lhe são dirigidos. Estabelece-se, aliás, um paralelismo com a própria definição de auditório: este não é composto por todos os que podem ouvir ou ler determinado discurso, mas sim apenas por aqueles que o orador pretende influenciar; reforça-se o conceito de auditório como construção do orador, nomeadamente deixando-lhe a opção de não argumentar para aqueles que sabe *a priori* não serem passíveis de serem influenciados pela sua argumentação. Saliente-se também a liberdade que é conferida a este auditório, à semelhança de um juiz que pondera os argumentos antes de dar ou negar o seu assentimento; a sua adesão é variável, a deliberação não está nunca encerrada, podendo ser reaberta de modo a propiciar a mudança de opinião (Lemgruber, 1999, p. 106).

A variedade de auditórios levanta, contudo, um problema no que respeita à eventual possibilidade de se “saber se pode existir uma técnica (*technê*) discursiva retórico-argumentativa válida em todas as circunstâncias e independente da variação dos auditórios” (Cunha, s/d, p. 5). A solução passa pela distinção da argumentação em função do auditório: *persuasiva* será a argumentação destinada a um auditório particular e *convincente* a argumentação dirigida ao auditório universal, isto é, que visa obter a adesão de todo o ser racional (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 31).

Os autores justificam o carácter racional da sua concepção de convencimento com base na distinção kantiana entre as duas formas de crença, a persuasão e a convicção, embora rejeitem o formalismo lógico do filósofo pela sua inadequação ao campo da retórica argumentativa.

“Uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do carácter constringente das razões fornecidas, da sua evidência, da sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais e históricas” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 35),

Persuadir, neste contexto, acentua a dimensão relacional, significa influenciar, agir sobre o espírito do Outro, é relativo às opiniões e tem um carácter precário e contingente. “Enquanto que a convicção é algo que se tem, se guarda ou se defende. É o resultado, eventualmente, de uma ação persuasiva ou, pelo contrário, aquilo que, na sua solidez, se opõe a essa ação” (Cunha, s/d, p. 5).

Esta perspetiva é ainda bastante marcada pela lógica o que leva Tito Cardoso e Cunha a privilegiar a proposta teórica de Stephen Toulmin, nomeadamente no que respeita quer à distinção entre campos de argumentação, quer à visão mais processual e menos taxinómica da argumentação (Cunha, s/d, p. 6). Parece mais pertinente, portanto, “situar a argumentação na confluência do técnico, do emotivo e do representacional, sem entrar no mérito teórico de possíveis delimitações relativas a persuadir e a convencer” (Dittrich, 2008, p. 25).

“A recusa da lógica é mais radical em Stephen Toulmin” (Cunha, s/d, p. 3), cuja “tentativa de balizagem da argumentação baseia-se, essencialmente, na contestação da formalização lógica” (Breton & Gauthier, 2001, p. 75); não banindo a argumentação

do campo da lógica, mas opondo-se, concretamente, à lógica matemática. A sua preocupação, à semelhança de Perelman, prende-se com a distância estabelecida entre a lógica formal e as atividades quotidianas de fazer prova ou de fornecer razões para opiniões ou para condutas. Enquanto Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca se centram nos esquemas argumentativos que constituem as técnicas discursivas ao alcance de quem argumenta, Stephen Toulmin define um argumento como toda a proposição (*claim*) que é formulada em asserções, apoiando-se numa ou noutra forma de razões (*grounds*).

“Um homem que assevera algo pretende que a sua declaração seja levada a sério e, se a sua declaração for entendida como uma asserção, assim o será (...) A proposição implícita na asserção é como uma reivindicação de um direito ou de um título (...) Os seus méritos dependem dos méritos do argumento que poderia ser produzido em sua defesa” (Toulmin, 2003, p. 11).

A racionalidade da argumentação depende da solidez dos argumentos induzidos em sua defesa e pode ser alegada em qualquer situação, isto é, independentemente da natureza do assunto em questão, desde que cumpridos os passos do modelo argumentativo proposto pelo autor. Esse modelo representa uma forma processual de argumentação, indicando os vários passos que podem ser distinguidos na defesa de uma proposição (*claim*). Nesta perspetiva, a robustez da argumentação é principalmente determinada pelo grau em que a garantia (*warrant*), que se liga aos dados (*data*) aduzidos na argumentação com que a proposição (*claim*) é defendida, é tornada aceitável pelo suporte (*backing*).

Um primeiro traço importante na abordagem de Stephen Toulmin é o seu carácter multiforme, ilustrada pelos exemplos de argumentos que fornece: uma previsão meteorológica, um diagnóstico médico, um comentário sobre a obra de um pintor (Toulmin, 2003, pp. 11-12). Independentemente da forma assumida pela proposição (uma previsão, um prognóstico, uma crítica), essa proposição está ligada às razões que a suportam, sejam estas implícitas ou explícitas, podendo ser sempre alvo de uma solicitação de esclarecimento das razões que a fundamentam ou a legitimam

(Breton & Gauthier, 2001, p. 77). O carácter multiforme da argumentação leva o autor à introdução do conceito de campo (*field*) de argumentação:

“Dois argumentos serão considerados como pertencentes ao mesmo campo quando os dados e as conclusões de cada um dos dois argumentos são, respetivamente, do mesmo tipo lógico: serão vistos como vindos de campos diferentes, quando o suporte ou as conclusões de cada um dos dois argumentos não forem do mesmo tipo lógico” (Toulmin, 2003, p. 14).

O seu modelo de argumentação é considerado independente dos campos concretos de argumentação (*field invariant*), o que significa que os passos que são tomados – e que são representados no modelo – são sempre os mesmos, independentemente do assunto a que se refere a argumentação. Já o tipo de suporte (*backing*) requerido, contudo, é dependente do campo ao qual a questão em causa pertence.

“Uma justificação ética, por exemplo, requer um tipo diferente de suporte (*backing*) que uma justificação legal. Toulmin conclui assim que os critérios de avaliação da robustez da argumentação são dependentes dos campos (*field dependent*) argumentativos” (van Eemeren, 2001, p. 12).

Uma relevante crítica a esta conceção da argumentação surge de investigadores contemporâneos, na sequência da “viragem antropológica” da argumentação, passando a assumir-se o conceito malinowskiano de que não é possível compreender o significado de uma determinada asserção se não se atender ao seu contexto situacional (Willard, 1991, p. 92). Na perspetiva de teóricos da argumentação interacionistas que optam por uma abordagem pragmática, em função do contexto comunicacional, como Charles Arthur Willard, os “diagramas são linguisticamente tendenciosos, pois abstraem os argumentos dos contextos sociais, sendo impossível definir claramente e delimitar os fenómenos que representam” (Willard, 1976, p. 308). Esta é a perspetiva que seguimos nesta dissertação, ao tomarmos elementos da teoria argumentativa de Jürgen Habermas quer como modelo contrafactual para a compreensão da deliberação no espaço público quer, mais especificamente, ao aplicarmos a ética de discurso, enformada pela sua pragmática universal (que se

distingue da perspectiva relativista de Toulmin), na análise dos textos opinativos dos colonistas (Capt. III), bem como da argumentação dos editoriais do jornal “Público”.

4.2. Argumentação e Dissenso

A diversidade dos estudos contemporâneos sobre retórica e sobre argumentação não representa um campo unificado de investigações (Breton & Gauthier, 2001, p. 93), nem conduziu a uma teoria universalmente aceite: “O atual estado da arte é caracterizado pela coexistência de uma variedade de abordagens, diferindo consideravelmente em termos de conceptualização, alcance e nível de refinamento teórico” (van Eemeren, 2001, p. 12).

Não procuraremos, por estar além do alcance desta dissertação, sintetizar essa miríade de perspectivas, mas antes balizar, concretamente, a perspectiva teórica que adotámos, em coerência quer com o conceito fundamental em torno do qual se desenvolve esta investigação – o espaço público –, quer com a opção metodológica resultante da especificidade do nosso objeto de estudo – a cobertura noticiosa da denominada crise iraquiana e, especificamente, aquele que é o seu *corpus* nuclear: os editoriais do jornal “Público”. O espaço editorial distingue-se não só pela natureza argumentativa dos discursos, característica que partilha com os textos opinativos dos colonistas, mas, sobretudo, pela natureza perlocutória dos mesmos, devido à autoridade institucional de que se encontram investidos os seus autores: o diretor do jornal e demais membros da Direção Editorial.

Nesta dissertação, consideramos a argumentação como a atividade discursiva que “usa a linguagem para defender ou refutar um ponto de vista, com o objetivo de assegurar a concordância de opiniões” (van Eemeren, Grootendorst, Jackson, & Jacobs, 1997, p. 208). Nesta conceção, a argumentação é uma atividade verbal, que decorre por meio da linguagem; é uma atividade social, já que se dirige a outras pessoas e é uma atividade racional, baseada em justificações fundamentadas racionalmente. Crucial é o facto de respeitar a um ponto de vista particular por envolver sempre uma tomada de posição (*standpoint*) em relação ao assunto em causa. “A argumentação

visa convencer o ouvinte ou o leitor da aceitabilidade do ponto de vista [standpoint]” (van Eemeren & Grootendorst, 2004, p. 2).

Como a argumentação é uma tentativa de convencer o auditório da aceitabilidade ou inaceitabilidade de uma opinião expressa, e convencer é um ato perlocutório, consideramos que argumentar “é um ato de fala constituído por uma constelação de declarações concebidas para justificar ou refutar uma opinião expressa” (van Eemeren & Grootendorst, 1983, p. 18). Um ato de fala numa situação de argumentação específica é complexo já que comporta uma ilocução (o aspeto comunicativo), no caso da argumentação, e uma perlocução (aspeto interativo), no caso do convencimento (van Eemeren & Grootendorst, 1983, pp. 49-50) que são realizados num determinado contexto. Nem todas as expressões verbais proferidas numa interação comunicativa exprimem pontos de vista (*standpoint*); para que tal aconteça, devem cumprir uma determinada função num contexto específico. Uma afirmação verbal ou escrita expressa um *standpoint* apenas se indicar a posição favorável ou contrária de quem a exprime em relação ao assunto em debate, bem como um conjunto de frases só são consideradas como um argumento se forem usadas em conjunto para justificar ou refutar uma proposição (van Eemeren & Grootendorst, 2004, p. 3).

Distinguimos entre argumentação e argumentatividade, considerando que a primeira é uma atividade comunicacional interativa que implica uma oposição e um conflito de opiniões, enquanto a segunda é uma característica da própria linguagem. A argumentatividade inerente ao discurso pode ser vista em três aspetos: como uma força projetiva (mecanismos de orientação enunciativa) inerente ao uso da língua, como uma força configurativa (mecanismos de influência discursiva) inerente ao discurso e como uma força conclusiva ou ilativa (esquemas de raciocínio) (Grácio, 2011, p. 122).

Uma interação comunicativa torna-se uma argumentação quando esse processo é dissensual, ou seja, “uma conversação envolvendo desacordo” (Willard, 1986, p. 145) entre as partes envolvidas em relação ao assunto em questão. A noção de argumento de Charles Arthur Willard combina os dois sentidos do termo: o de um raciocínio com uma finalidade persuasiva e o de uma disputa de opinião. A

argumentação é, em simultâneo, o confronto de pontos de vista opostos e as justificações que os apoiam. Neste sentido, verifica-se “um certo resvalar da retórica para a dialética ou antes uma certa integração da dialética na retórica” (Breton & Gauthier, 2001, p. 120). A argumentação é uma interação baseada numa situação caracterizada pela existência de uma oposição entre discursos (interação entre pelo menos dois argumentadores), a alternância de turnos de palavra polarizados num assunto em questão (tendo em conta as intervenções dos participantes) e uma possível progressão para além da argumentação inicial, em que é visível a interdependência discursiva (Grácio, 2011, pp. 122-123).

A situação argumentativa não pode ser vista como definida à partida, nem como permanecendo constante ao longo da interação; trata-se antes de um conjunto de acordos provisórios que podem ser alterados, rejeitados ou renegociados: “A consequência mais radical torna-se aparente se assumirmos que os falantes moldam as suas ações aos seus sistemas cognitivos – aos seus sistemas construídos em uso num dado momento” (Willard, 1991, p. 103). A relação entre a interação discursiva e o contexto revela-se mais complexa do que a ideia de que quem argumenta se adapta ao contexto ou de que o contexto determina a comunicação; existe antes uma interação dialética entre o contexto e a comunicação, que muda ambos, formando uma nova realidade. Para Willard, os contextos são, em aspetos importantes, epifenómenos de processos cognitivos e acordos públicos, isto é, são uma interface entre o individual e o coletivo porque são formados pelas nossas preferências, pelas nossas expectativas e pelas realizações interpessoais nas relações com os outros: “Têm tanta racionalidade narrativa como queremos ou somos capazes de dar-lhes; as suas questões são de tal ordem que se encaixam nas nossas respostas disponíveis” (Willard, 1991, p. 103). A relação com o contexto depende da competência comunicativa de quem argumenta.

Na nossa definição da argumentação, seguimos Frans H. van Eemeren e Robert Grootendorst, autores de uma das mais influentes teorias argumentativas contemporâneas, a “Pragmadialética”: pragmática porque concebe a argumentação num contexto comunicacional em que os autores tentam resolver as suas diferenças de opinião através de atos de fala e dialética porque o processo persuasivo se baseia

no intercâmbio racional de argumentos. A teoria é não só descritiva, mas também normativa: o modelo de “discussão crítica” permite aferir da validade racional dos argumentos. De natureza procedimental, a “discussão crítica” comporta quatro fases: confronto, abertura, argumentação e conclusão; ao longo da discussão, os argumentadores (que assumem a função de protagonista e antagonista) devem respeitar 10 regras que apresentam bastantes semelhanças com a ética de discurso habermasiana, como a de que “os protagonistas não devem impedir-se um ao outro de assumir e de contestar decisões”, a de que “um protagonista que assume uma posição é obrigado a defendê-la a pedido do opositor” ou, entre outras, a de que “um protagonista só deve defender uma posição fornecendo argumentação relacionada com ela” (van Eemeren & Grootendorst, 2004, p. 52 e ss.; Breton & Gauthier, 2001, pp. 122-126).

Uma crítica a este modelo é avançada por G. Thomas Goodnight que, na linha da tradição aristotélica, considera que esta abordagem não opera uma ligação adequada entre a dialética e a retórica. O termo “Nova Retórica”¹⁷ utilizado por Goodnight não deve ser interpretado como uma proposta teórica inteiramente nova, representando antes um contributo para, por um lado, suprir uma lacuna na “Nova Retórica” de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca e, por outro, como uma nova ligação à “Pragmadialética”. No primeiro caso, a retórica perelmaniana apresenta-se como insuficientemente baseada numa dialética sistemática. Apesar da defesa de que a retórica argumentativa é racionalmente validada pelo auditório a que se destina, a falha reside na improbabilidade desse auditório, nomeadamente o auditório universal, alguma vez se reunir efetivamente, o que significa que, na prática, não há uma dialética que regule ou teste criticamente as pretensões apresentadas por quem argumenta.

“Na ausência de uma base dialética que a informe, não há lugar para o desenvolvimento de uma prática retórica teoricamente informada. Assim, as técnicas, os esquemas e as preocupações retóricas sobrepõem-se e desenvolvem-se de modo algo idiossincrático” (Goodnight, 1993, p. 330).

17 Optaremos, para evitar confusões terminológicas, pela designação, também seguida pelo autor, de “retórica responsável”.

No segundo caso, G. Thomas Goodnight discorda da insuficiente relação entre a dialética e a retórica que entende caracterizar a proposta da “Pragmadialética” e propõe uma “Nova Retórica” (“retórica responsável”) que a estabeleça. Quer os argumentos retóricos quer os argumentos dialéticos utilizam o discurso de modo racional para se dirigir a um Outro, cujas dúvidas sejam manifestas em relação ao assunto em questão. Na dialética, o *locus* da razão está numa situação externa, num conjunto de procedimentos que regem as regras de alcançar um acordo; na retórica, por seu turno, esse encontra-se num padrão implícito e específico de um determinado público, que muda consoante a audiência e que restringe o domínio dos argumentos aceitáveis. “A Pragmadialética convida convicções criticamente testadas; a retórica comanda a persuasão” (Goodnight, 1993, p. 332); mas a sua separação, embora tão antiga quanto a polémica platónica com os sofistas, enfraquece ambas, como sustentou Aristóteles, para quem os argumentos práticos e os argumentos teóricos podem reforçar-se mutuamente.

Que “Nova Retórica” pode então ser adequada à “Pragmadialética”? É possível formular uma teoria da retórica argumentativa informada por uma dialética baseada em atos de fala e na ética da comunicação?

A resposta implica conceptualizar a argumentação retórica como um discurso situado num fórum público, produzido quando uma comunidade trata assuntos que são urgentes para todos e que conduz uma ação informada:

“Essa retórica assume a ética do discurso como a dialética que a informa, ao recolocar o argumentador como alguém que é obrigado quer a falar quer a ouvir efetivamente ao serviço da causa e também a manter-se aberto, mesmo a reforçar, a razão comunicativa” (Goodnight, 1993, p. 333).

Numa prática retórica deste tipo, o orador não é visto apenas como a fonte de uma única mensagem destinada a provocar a conformidade na audiência, mas como uma voz entre muitas num momento de controvérsia pública, como aquela que caracteriza a deliberação pública sobre a melhor solução para a crise iraquiana. Um argumento situado é o discurso que emerge como uma preocupação para as pessoas que se revezam como oradores e público; é produzido num contexto de expectativas

históricas que resultam da tradição que cada comunidade de interlocutores tem no debate dos seus assuntos. Esse debate ocorre num fórum público, caracterizado pela abertura, acessibilidade e paridade: todas as opiniões com mérito (racionais) têm a possibilidade (potencial) de serem expressas, de serem ouvidas e de serem debatidas.

“Para o processo argumentativo não falhar o seu objetivo, a forma comunicativa do discurso tem de ser de molde a que, se possível, todas as explicações e informações relevantes se expressem e sejam ponderadas de tal modo que a tomada de posição dos participantes possa ser motivada de modo intrínseco, ou seja, unicamente pela capacidade de revisão dos motivos em flutuação livre” (Habermas, 2010, p. 153).

A argumentação tem de obedecer a quatro pressuposições pragmáticas: a) publicidade e inclusão: ninguém que possa dar um contributo relevante relativamente a uma pretensão de validade controversa deve ser excluído; b) igual direito comunicativo: a todos é dada a mesma oportunidade de se pronunciarem sobre o assunto; c) exclusão do engano e ilusão: os participantes devem pretender aquilo que dizem e d) ausência de coação: a comunicação tem de ser livre de restrições que impeçam que o melhor argumento se faça ouvir e determine o resultado do debate.

“As pressuposições a), b) e d) impõem ao comportamento argumentativo regras de um universalismo igualitário que *na consideração de questões prático-morais*, têm por consequência que os interesses e as orientações valorativas de qualquer afetado sejam tidas em pé de igualdade” (Habermas, 2010, p. 153).

Embora cada fórum público dependa das tradições de debate de cada comunidade, toda a argumentação pública partilha uma característica comum: a obediência à norma habermasiana de um discurso crítico-racional para avaliar e testar alternativas para a ação (Habermas, 2000, pp. 25-26; Goodnight, 1993, p. 334). “Sobre qual é o argumento que convence, não decidem opiniões particulares, mas as tomadas de posição, reunidas no acordo racionalmente motivado, de todos os que participam na prática pública da troca de motivos” (Habermas, 2010, p. 152).

Os argumentos retóricos caracterizam-se pela “urgência comum” e por representarem “ação informada”. A “urgência comum” de um público, resultante da preocupação com assuntos ou acontecimentos que mudam a vida da comunidade, é definida através de argumentos que identificam (1) as limitações materiais e os recursos necessários e as ações limitativas, e (2) as possibilidades e as alternativas para decisões comuns: “O argumento retórico, muitas vezes refere-se à avaliação dos meios e fins para medir o sucesso futuro e avaliar as consequências das ações” (Goodnight, 1993, p. 334). Como vimos anteriormente, quando aplicamos o Índice de Qualidade do Discurso à análise dos textos opinativos dos colunistas do jornal, este tipo de argumentos é um indicador da qualidade do discurso argumentativo, permitindo avaliar se uma argumentação é justificada invocando interesses particulares ou interesses comuns, sejam estes definidos de acordo com o princípio utilitarista do “maior bem para o maior número” ou em termos do princípio da diferença, invocando grupos desfavorecidos da sociedade. Na análise dos editoriais, que apresentamos adiante, analisamos também qual o tipo de justificação que é apresentada na defesa do *standpoint* do autor perante a crise iraquiana. Por ação informada, entende-se o *reconhecimento* do Outro, no sentido hegeliano (e também perelmaniano) do termo - dirigir-se ao Outro é agir em relação a esse Outro. Por um lado, implica a necessidade de desenvolver uma discussão aberta com o Outro para basear as decisões em razões mutuamente entendidas e aceites; por outro, implica considerar a sensibilidade e a necessidade da audiência em causa.

“A retórica responsável é aquela cujas práticas argumentativas consideram, no caso particular, quer a necessidade de gerar resultados deliberativos eficazes, quer a necessidade de preservar as relações comunicativas que fazem com que tal ação seja significativa para todos os envolvidos” (Goodnight, 1993, p. 335).

Esta proposta situa a retórica na sua função tradicional persuasiva, mas reorienta-a através da sua ligação à dialética: para que a persuasão seja eficaz, a argumentação retórica tem de reger-se por uma dialética fundamentada na ética do discurso habermasiana. A principal alteração prende-se com a posição de quem argumenta: este passa a situar-se como um entre vários no seio de uma controvérsia e

tem de criar reflexivamente uma mensagem que seja eficaz para poder envolver a comunidade numa determinada ação e, simultaneamente, que reforce ou, pelo menos, cause danos mínimos às regras e às práticas comunicativas. “Uma retórica responsável, vinculada a uma ética do discurso, estaria assim aberta à discussão crítico-racional ao mesmo tempo que prosseguia os objetivos da ação efetiva” (Goodnight, 1993, p. 336).

Esta proposta de uma “retórica responsável”, vinculada à ética discursiva habermasiana, afigura-se-nos como perfeitamente adequada ao nosso estudo que se desenvolve em torno do conceito central do espaço público e tem como objetivo, nesta fase da dissertação, analisar a dimensão crítico-racional da argumentação dos membros da direção editorial do jornal “Público” perante a denominada crise iraquiana. A “retórica responsável” fornece-nos um enquadramento metodológico complementar ao da “Nova Retórica” de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que nos serviu de instrumento para inventariar os referidos esquemas argumentativos, ou seja, as “formas mais ou menos convencionais de ligar uma premissa a um ponto de vista [*standpoint*]” (van Eemeren, 2009, p. 111); inventariação que permitiu identificar as linhas argumentativas seguidas por cada um dos editorialistas, entendidas como os argumentos aduzidos em favor ou contra um determinado *standpoint*. Seguimos uma análise retórico-pragmática, tendo em conta as dimensões ilocutória e perlocutória dos atos de fala (Austin, 1962, p. 108), situando o discurso editorial na sua relação com as audiências (leitores, elites políticas), já que as opiniões expressas em editoriais “são habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um ato de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar, que define o âmbito pragmático ou a conclusão de um artigo de opinião” (van Dijk, 2005, p. 220).

Identificámos os esquemas de ligação, os argumentos quase-lógicos (incompatibilidade, definição, regra de justiça, reciprocidade, transitividade, relação de inclusão, divisão, adição, comparação, relação de frequência), argumentos baseados na estrutura do real (causalidade, pragmático, probabilidade, retrospectiva, coexistência entre a pessoa e os seus atos, coexistência entre a essência e as suas manifestações) e argumentos que fundam a estrutura do real (exemplo, ilustração, modelo, analogia, metáfora), indicados por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca

(2002, p. 217). Identificámos igualmente os esquemas de dissociação (rotura de ligação e dissociação de noções) que estruturaram o discurso editorial (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, pp. 468-469), permitindo-nos perceber as linhas argumentativas que configuraram um padrão de enquadramento (*framing*) do conflito, presente em vários editoriais. Na exposição dos resultados, optámos pela apresentação dessas linhas argumentativas no seu conjunto, em detrimento de mostrarmos a análise retórica individual de cada editorial, já que consideramos que o conjunto de editoriais de cada autor constitui um bloco textual coerente, que deve ser interpretado na sua globalidade; em cada um dos editoriais, os diretores do jornal analisam as várias dimensões da crise iraquiana e as razões (argumentos) com que justificam os seus *standpoints* são comuns aos vários textos, configurando um padrão de enquadramento da temática no âmbito da deliberação pública em curso na fase que antecedeu a guerra. É à luz deste quadro interpretativo (*frame*), que confere sentido às situações, “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo nele” (Goffman, 1986, pp. 10-11), e tendo como base a ética de discurso habermasiana, que problematizamos o significado destes discursos na gestão da comunicação do espaço público e, concretamente, dos processos de dissensão de opinião.

4.3. Retórica Editorial

Os editoriais são um género jornalístico específico, visando formar opinião e até mesmo persuadir o leitor acerca da posição do jornal em relação a determinados assuntos sociopolíticos controversos (Sahlane, 2012, p. 461). Os editoriais podem ser assim caracterizados como a “consciência do jornal” (Armañanzas & Noci, 1996, p. 80), oferecendo ao leitor quer uma interpretação de acontecimentos ou temas da atualidade noticiosa, quer uma antecipação do significado que acontecimentos de hoje poderão assumir num futuro próximo. “Os editoriais têm também a função de valorar os acontecimentos, de ajuizar sobre eles e de argumentar tendo em conta o porquê dos factos e vendo a causa e o efeito” (Armañanzas & Noci, 1996, p. 95). No caso do

jornal Público, os editoriais tinham, à data de publicação dos textos em análise, outra característica distintiva, a de serem assinados¹⁸, de acordo com o estipulado no respetivo Livro de Estilo que define que se trata de um “texto breve de opinião, claro e incisivo, assinado por um elemento da Direção Editorial e que exprime as posições do jornal perante os factos da atualidade” (Público, 1998, p. 174). Contudo, se a opinião expressa no editorial veicula a posição do jornal, é entendimento da direção que, ao não ser anónima, vincula sobretudo a posição do membro da direção que a assina (Ponte, 2002, p. 72); um entendimento, porém, que está longe de ser pacífico, não só entre jornalistas, como também entre leitores.

No espaço consagrado aos textos opinativos, o Livro de Estilo do jornal Público distingue entre os editoriais; o comentário, assinado por um diretor, um editor ou um jornalista; e a opinião, assinada por um convidado.

“Estes três géneros têm como denominador comum a brevidade dos textos, a interpretação clara e incisiva dos factos e, naturalmente, a opinião do autor sobre a matéria em causa. Essa opinião deverá ser sempre devidamente fundamentada, não se inspirando em razões exteriores ao objeto do comentário. Não há quaisquer restrições ao teor das opiniões expressas desde que elas se enquadrem nos preceitos de isenção ética e rigor de escrita que identificam o estilo do PÚBLICO” (Público, 1998, p. 93)

Na primeira versão do Livro de Estilo, estava ainda previsto que “os jornalistas, colunistas e colaboradores permanentes do PÚBLICO não poderão manter polémica entre si, salvo nos casos antecipadamente acordados com a Direção” (Público, 1998, p. 94), regra revogada posteriormente.

O Livro de Estilo define um conjunto de regras de conduta por forma a garantir a “imparcialidade, integridade e independência em relação aos vários poderes e às fontes de informação”, nomeadamente o “não envolvimento público em tomadas de posição de carácter político, comercial, religioso, militar, clubístico ou outras”, como

18 Os editoriais eram à época de publicação dos textos que analisamos (e desde a fundação do jornal) assinados. Desde o início de funções da atual diretora, os editoriais deixaram de ser assinados, embora tal característica se mantenha ainda no Livro de Estilo disponível para consulta no *site* do jornal.

comícios, abaixo-assinados ou campanhas publicitárias, entre outras normas. Salienta-se, contudo, que

“a imparcialidade não é sinónimo de neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade. O PÚBLICO e os seus jornalistas não se sentem obrigados a ser «imparciais» nos conflitos entre liberdade e escravidão, compaixão e crueldade, tolerância e intolerância, os direitos humanos e a pena de morte, democracia e ditadura, livre informação e censura, a paz e a guerra” (Público, 1998, p. 38).

Como se posicionou, então, o jornal “Público” perante a denominada crise iraquiana? Defendeu a continuação dos esforços diplomáticos? Optou pela defesa da invasão militar proposta pelos EUA e seus aliados? Como interpretou as manifestações públicas antiguerra? Foi avaliando os diversos acontecimentos, assumindo uma posição de equidistância em relação às alternativas apresentadas na fase deliberativa? No plano nacional, posicionou-se na defesa da posição governamental de apoio à solução militar? Ou secundou a posição do Presidente da República que recusou o envolvimento de militares portugueses numa missão não autorizada pela ONU? Como interpretou as sondagens que davam conta da oposição dos portugueses à guerra?

A opção por uma não-tomada de posição oficial foi expressa pela Direção Editorial¹⁹ em nota em que reafirma que o “Público” não é um “jornal de tendência”, tendo consciência que as dissensões relativamente à resolução da crise iraquiana atravessam o universo dos seus leitores, à semelhança do que se passa quer na sociedade portuguesa quer a nível internacional.

“O PÚBLICO, contudo, não tenciona quebrar nesta crise o seu princípio de não tomar posição enquanto jornal”²⁰

Estribando-se no Estatuto Editorial, os membros da direção recordam que este define que o

19 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

20 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

“PÚBLICO considera que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta”²¹

e que o jornal

“é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares”²².

Sublinhando que a não-tomada de posição pode não ser opção em situações em que considerem

“que podem estar em causa valores civilizacionais ou valores fundamentais da democracia e da liberdade”²³

os diretores sustentam que não é o que se passa na denominada crise iraquiana, na qual, em ambos os lados do debate,

“estão democratas e países democráticos, com argumentos com que se pode concordar ou deles discordar, que inegavelmente resultam de visões diferentes, opostas mesmas, do mundo em que vivemos, mas que possuem legitimidade e os seus próprios fundamentos”²⁴.

Não obstante, a não-tomada de posição institucional não impede que os jornalistas, nomeadamente os membros da Direção Editorial,

“não tenham posições individuais sobre a atual crise ou que fiquem impedidos de as exprimirem. Inclusivamente em editoriais assinados, como é regra dos editoriais do PÚBLICO desde o seu nascimento”²⁵

Como aprofundaremos mais à frente, esta nota da direção motivou uma resposta do diretor-fundador do jornal, Vicente Jorge Silva²⁶, que a classificou como

21 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

22 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

23 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

24 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

25 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

26 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

uma tentativa de branqueamento das posições reiteradas do então diretor, José Manuel Fernandes, na defesa da opção militar:

“O Público não toma posição sobre a guerra, apesar (um enorme, um enormíssimo apesar!) das posições reiteradas e militantes do seu diretor a favor dela”²⁷

O diretor-fundador invoca a sua coautoria no Livro de Estilo e no Estatuto Editorial, citados pela direção, para considerar que estes estão a ser desrespeitados, ou seja,

“que não se respeitam os deveres de lealdade e transparência perante os leitores”²⁸

devido ao

“protagonismo desmesurado, desproporcionado e ostensivo”²⁹

do diretor em relação ao resto da direção e da redação, que rompe com a tradição de equilíbrio do jornal:

“Tal protagonismo reveste-se de um carácter tribunício, ideológico e militante claramente contraditório com a referida sensibilidade «média» do jornal”, num “alinhamento estrito e incondicional, numa lógica de campanha obsessiva com as posições da Administração Bush”³⁰.

4.4. Defesa da Guerra: o “Mal Menor”

A nossa análise dos editoriais publicados na fase pré-guerra, entre 1 de fevereiro e 20 de março de 2003, revela que o jornal “Público”, concretamente através do seu diretor, José Manuel Fernandes, se posicionou na defesa da solução militar para

27 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

28 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

29 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

30 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

a crise iraquiana e da posição do governo português de apoio à guerra. O diretor é o mais prolífico do conjunto dos membros da direção editorial, assinando 18 dos 27 editoriais no período em estudo, sempre em defesa da invasão militar. José Manuel Fernandes enquadra a “guerra preventiva” como um “mal menor” que evitará guerras piores, através da defesa dos argumentos avançados pelos líderes dos principais países atacantes – Estados Unidos da América e Reino Unido – na legitimação do conflito.

Refira-se que, de entre os editoriais assinados pelo diretor, há um conjunto de quatro³¹ que assumem uma particular relevância. Primeiro, cada um desses textos não é o único editorial publicado nessa edição do jornal; trata-se, todos, de um segundo editorial, publicados em lugar de destaque nas páginas reservadas à cobertura da crise iraquiana, sendo apresentados não só com o nome, mas também com a fotografia do diretor. Segundo, são textos com uma extensão invulgar e uma argumentação detalhada na defesa da guerra. Terceiro, cada texto está redigido de tal modo que pode ser lido sozinho, dado que em cada um são abordadas dimensões específicas da crise iraquiana; no entanto, funcionam como um bloco textual único, apresentando as razões com que o diretor do “Público” sustenta a sua posição de defesa da solução militar. Os textos são, aliás, titulados com números sequenciais: “O Iraque porquê? - I, II, III, IV”, com subtítulos específicos para cada um dos editoriais.

Estes quatro editoriais representam um importante contributo para a definição da posição do diretor perante a crise iraquiana e, em consequência, da autoridade institucional do autor; são também um elemento importante para a nossa conclusão de que, não obstante todos os textos serem assinados, a opinião reiterada do diretor em defesa da guerra traduz, em última instância, um posicionamento do jornal perante a crise iraquiana, como, aliás, reforçará a opinião expressa por leitores a este propósito, como veremos mais à frente.

Em segundo lugar, verifica-se a existência de uma clara divergência entre a opinião expressa pelo diretor (defesa da guerra) e a posição assumida pelos subdiretores Eduardo Dâmaso, Manuel Carvalho e Daniel Deusdado que, no mesmo período temporal, assinam quatro editoriais referentes à crise iraquiana, sendo os dois

31 Publicados em dias consecutivos, entre 12 e 15 de fevereiro de 2003; respetivamente nas páginas 3, 19, 5 e 4.

primeiros claramente contra a guerra, posicionando-se na defesa dos esforços diplomáticos. Por seu turno, a posição antiguerra do diretor adjunto Daniel Deusdado torna-se mais explícita em editoriais que assina após o início da guerra. As posições antiguerra dos diretores adjuntos são claramente minoritárias no cômputo geral dos editoriais em análise, na fase que antecede a intervenção militar. Embora o subdiretor Nuno Pacheco, autor de nove editoriais, também se posicione, embora de modo mais subtil, na defesa da solução diplomática, a posição por si assumida é de maior equidistância em relação às várias partes envolvidas no conflito, criticando quer os defensores da guerra quer os que se lhe opõem. O *standpoint* do autor, expresso explícita e reiteradamente, é o de que a guerra é inevitável; Nuno Pacheco avalia criticamente, em função dos acontecimentos e das tomadas de posição dos vários intervenientes, os vários argumentos aduzidos pelas partes envolvidas na deliberação que antecede a invasão militar, concluindo sempre pela inevitabilidade da guerra. A inevitabilidade da solução militar é, aliás, o elemento unificador das opiniões dos vários editorialistas, o que, em nosso entender, decorre do estatuto dos Estados Unidos da América como única superpotência da era pós Guerra Fria.

4.5. Estratégias de Legitimação

A generalidade dos editoriais em análise enquadra a crise iraquiana como uma questão de *legitimidade* discutível, desenvolvendo-se toda a argumentação, seja a favor ou contra a solução militar, em torno da legitimação do *standpoint* de quem argumenta. O diretor do Público sustenta a sua opinião (*standpoint*) de que a guerra é legítima, defendendo as posições dos países pró-intervenção militar, seja a nível internacional - Estados Unidos da América e Reino Unido -, seja a nível nacional, ao secundar a posição do governo português. O diretor apresenta os mesmos argumentos das potências atacantes para justificar a guerra: invoca os valores de segurança e de liberdade para justificar o combate à eventual associação do regime iraquiano a redes terroristas e à capacidade de fabrico de armas de destruição em massa, salientando o risco comum e as expectativas de democratização e de progresso como resultados do pós-guerra. A defesa da guerra como um “mal menor” (*standpoint*) e, em

consequência, como legítima, é feita através de outras duas linhas argumentativas: a personificação do Iraque no seu líder, Saddam Hussein, apresentado como um tirano que é uma ameaça para o seu povo e para a comunidade internacional e a secundarização dos opositores à guerra; a nível internacional, desqualificando as posições dos países que se lhe opõem, como a Alemanha e a França e, a nível nacional, menorizando a oposição parlamentar portuguesa, nomeadamente o PS, e desvalorizando as manifestações da Sociedade Civil.

Para defender a sua posição de que a solução militar é preferível à continuação dos esforços diplomáticos, José Manuel Fernandes argumenta que o Iraque representa uma ameaça à segurança internacional, nomeadamente através do recurso 1) à metonímia entre o país e o seu líder; 2) à construção retórica da figura tirânica de Saddam Hussein, um ditador equiparado a Hitler e a Milosevic; 3) ao incumprimento por parte do Iraque das resoluções da ONU e 4) ao apagamento simbólico do povo iraquiano, que apresenta ocidentalizado nos seus sonhos e aspirações.

A solução militar é justificada através da construção identitária negativa do “Outro”, que representa a imagem do mal, Saddam Hussein, um ditador como Hitler e Milosevic:

“Saddam é, como Hitler foi, um ditador ateu. Como Hitler, utiliza aqui e além a religião para fins políticos, mas como Hitler também desejaria libertar um dia a juventude iraquiana da influência «perniciosa» de qualquer religião”³²

“(…) ou utilizando os meios necessários para que ele [Saddam Hussein] deixe de ser um «ditador abjeto» e, como Milosevic, possa ser julgado por crimes contra a Humanidade?”³³

O líder iraquiano encarna o “inimigo” que representa uma ameaça global para o seu povo e países vizinhos e para o mundo em geral:

“Saddam procura dividir a comunidade internacional”³⁴

“[Saddam] joga ao gato e ao rato com a comunidade internacional”³⁵

32 “Tiranicídio”, in “Público” de 23 de fevereiro de 2003.

33 “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, in “Público” de 6 de março de 2003.

34 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

“Pelo seu pé ou obrigado, Saddam Hussein chegou ao fim do seu caminho”³⁶

“[Saddam] Mantém um controlo absoluto e ditatorial sobre o Iraque”³⁷

“[Saddam dispõe de um] exército capaz de ameaçar os seus vizinhos”³⁸

“Isto faz de Saddam Hussein um ditador que não é apenas perigoso para o seu povo: é desestabilizador para a região e perigoso para todo o mundo”³⁹

O diretor justifica que o derrube de Saddam Hussein deve ser prioritário, em relação a outros ditadores, quer pela natureza brutal do seu regime, quer pelo facto das reservas petrolíferas do Iraque lhe permitirem dotar-se de armas ameaçadoras para a paz global:

“Saddam não é um ditador qualquer: o seu regime é um dos mais opressivos que o planeta conheceu depois da II Guerra Mundial. E Saddam é mais do que um ditador: possui meios e planos para desenvolver armas capazes de ameaçar a estabilidade da região e a segurança do mundo”⁴⁰

“uma das ditaduras de contornos mais ferozes que o mundo conheceu desde o colapso do nazismo e do estalinismo” “[algo que já foi] dito e redito, provado e comprovado”⁴¹

“Se desejamos um mundo livre de ditadores, um dos primeiros a combater, pela sua brutalidade, pela sua crueldade, pelos sofrimentos que impõe ao seu povo, será sempre Saddam Hussein”⁴²

“é que o facto de Saddam estar «sentado» - é o termo – sobre uma parte substancial das reservas mundiais de petróleo constitui um duplo problema: primeiro, permite-lhe ter acesso a meios financeiros capazes de

35 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

36 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

37 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

38 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

39 “Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

40 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

41 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

42 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

alimentar um programa militar ambicioso (...); depois, permite-lhe influenciar o mercado de um bem essencial – por enquanto e por mais algumas décadas – à economia de todas as nações, utilizando tal poder para fazer chantagem”⁴³

“Mesmo nos últimos anos, em que supostamente o regime de Bagdad só pôde utilizar o recurso petróleo para comprar alimentos (...) Saddam logrou não só retomar os seus projetos militares, como construir 50 novos palácios (...) e apertar ainda mais o controlo sobre a população”⁴⁴

“Saddam Hussein é um ditador odioso e o seu regime possui meios (os rendimentos do petróleo) para se rearmar e ameaçar a estabilidade da região e a segurança mundial”⁴⁵

Esta diabolização do líder do regime iraquiano opera uma pessoalização do conflito, que permite reduzir uma situação complexa a uma luta contra um vilão. O tirano/ditador corporiza os estereótipos associados ao Oriente (Said, 2004), em nome dos quais é justificada uma intervenção militar num país independente - não tem palavra, só compreende a “linguagem” da força, não cumpre as resoluções da ONU:

“Depois de mais de quatro meses e meio de forte pressão internacional e de cerco militar em que continuou a tentar «fintar» os inspetores e a comunidade internacional, ninguém mais confia na sua palavra: desarmar o Iraque é hoje sinónimo de afastar Saddam Hussein”⁴⁶

“Nada do que Bagdad diz é confiável, nada do que promete é de esperar que cumpra, já que Bagdad só fez, faz e fará aquilo que lhe foi, é, ou será imposto”⁴⁷

“[Há] pouco lugar para dúvidas: o chefe dos inspetores das Nações Unidas, Hans Blix, tinha razão quando diz que Bagdad não estava a

43 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

44 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

45 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

46 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

47 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

colaborar, violando assim a resolução 1441 do Conselho de Segurança [ONU]”⁴⁸

“tanto mais que se há alguém que, neste momento, desrespeita o Direito Internacional e as Resoluções do Conselho de Segurança esse alguém é o Iraque (...)”⁴⁹

Através do recurso à metonímia, Saddam Hussein surge como o país no seu todo; em simultâneo, são negadas ao “Outro” características morais indispensáveis ao prosseguimento dos esforços diplomáticos, nomeadamente pela sua apresentação estereotipada como um ser sem palavra e incapaz de uma atuação racional, só compreendendo a linguagem da violência.

A importância das representações mediáticas na constituição de identidades foi sublinhada por Walter Lippmann, imputando às “imagens mentais” (estereótipos) que nos são oferecidas pela imprensa um papel fundamental na formação da opinião pública. Perante um mundo demasiado grande e demasiado complexo, “não estamos equipados para lidar com tanta subtilidade, tanta variedade e tantas permutações e combinações” (Lippmann, 1997, p. 11), pelo que precisamos de reconstruí-lo para podermos agir sobre ele. Os estereótipos, correspondendo às imagens mentais que formamos acerca das experiências do mundo social que não vivemos diretamente – caso dos eventos que conhecemos através da imprensa – funcionam como “mapas” que nos ajudam a orientar no mundo, condicionando as nossas ações: “Assumimos que o que cada homem faz é baseado não num conhecimento direto e certo, mas em imagens feitas por si próprio ou que lhe são dadas” (Lippmann, 1997, p. 16). Os estereótipos não são, no entanto, apenas um “atalho” para a nossa compreensão do mundo, mas também uma forma de projetarmos sobre este o “nosso valor, a nossa posição e os nossos direitos” (Lippmann, 1997, p. 64), funcionando como uma espécie de armadura protetora, que nos assegura acerca do nosso lugar no mundo. Este discurso editorial apresenta-se como uma construção identitária estereotipada, através da representação sistematicamente negativa do “Outro”, centrada,

48 “Vimos, Ouvimos”, in “Público” de 6 de fevereiro de 2003.

49 “Vimos, Ouvimos”, in “Público” de 6 de fevereiro de 2003.

essencialmente nas diferenças que este apresenta em relação a “Nós” e que são apresentadas como uma ameaça à nossa forma de vida e à nossa segurança.

Subjacente está, ainda, uma ideologia anti Islão, que transparece pela associação do regime iraquiano aos atentados de “11 de setembro”, o que nos transporta para o centro do discurso de risco associado ao mundo islâmico e que serve de base à legitimação da guerra como uma luta contra “o mal” que ameaça o modo de vida “Ocidental”, a essência do enquadramento discursivo da “Guerra ao Terror”. No mundo pós-“11 de setembro”, a narrativa pública sobre o Islão entrou numa nova fase que descentrou o “Outro” do Médio Oriente para o transportar para o meio de nós, ao mesmo tempo que deu origem a um novo discurso de risco sobre a ameaça árabe (Ibrahim, 2007, pp. 37-57). A personificação em Saddam Hussein do risco da ameaça terrorista é feita de modo indireto, no editorial em que o autor comenta a decisão de iniciar a guerra tomada pelos líderes dos Estados Unidos e Reino Unido, ao associar a guerra no Iraque à luta antiterrorismo através de alusões quase sucessivas aos atentados de 11 de setembro de 2001 e a armas de destruição em massa. Em simultâneo, o Médio Oriente é apresentado como o berço do “fanatismo fundamentalista”, numa comparação implícita com a liberdade e a tolerância das sociedades ocidentais. O líder iraquiano representa a “essência do mal” que urge combater, epíteto que alude ao enquadramento da “Guerra ao Terror” com que os países invasores justificaram a invasão:

“Neste caso, Bush, Blair, Aznar e Barroso, com níveis de responsabilidade muito diferentes, partilham a convicção de [que], no mundo do pós-11 de Setembro, o maior risco é o colocado pela eventual associação entre redes terroristas e Estados-párias mas com capacidade de fabricarem armas de destruição maciça”⁵⁰

“O 11 de Setembro mostrou do que são capazes os fanáticos”⁵¹

“O risco, o grande risco que todos corremos, é essas redes conseguirem um tipo de armas cuja capacidade de matar é muito superior à de dois aviões atirados contra duas torres”⁵²

50 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

51 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

*“A única forma de evitarmos esse risco [terrorismo] é não só desarmar os Estados-párias, mas extirpar a raiz do mal: o fanatismo fundamentalista que tem como epicentro o Médio Oriente”*⁵³

*“Esse é o idealismo que alimenta a convicção que levou este conjunto de líderes democráticos a decidirem a guerra. Acreditam que o Mundo ficará melhor depois. Neste momento só podemos desejar que tenham sucesso, e um sucesso rápido”*⁵⁴

A ideologia anti Islão, que nos transporta para o centro do discurso da “Guerra ao Terror”, é particularmente visível nesta associação da generalidade do Médio Oriente ao fanatismo fundamentalista, isto é, islâmico. Esta ideologia é veiculada pela referência aos “Estados-Párias”, sem que, no entanto, o Iraque seja diretamente nomeado, no contexto de um editorial que visa justificar a decisão dos países atacantes de optarem pela solução militar. Nesta construção desse “Outro” – o Árabe, o Oriental, o Terrorista, o Tirano – processa-se a sua desumanização: “Sem uma noção muito bem congeminada de que aquela gente longínqua não era como «nós» e não apreciava os «nossos valores» - o centro exato do tradicional dogma orientalista (...), não teria havido guerra” (Said, 2004, p. XVI).

Esta negação da humanidade comum do “Outro” relaciona-se com o não-reconhecimento da sua especificidade cultural, que sobressai na representação que é dada dos iraquianos – povo oprimido que urge libertar e/ou “ocidentalizado” nos seus sonhos e expectativas:

*“A única forma de o fazer é cumprindo o sonho da maioria da «rua» árabe: viver em democracia, desfrutar do progresso que invejam ao Ocidente”*⁵⁵

Na representação que é dada do povo iraquiano verifica-se, desde logo, um certo apagamento simbólico, dado que muito raramente este é referido, o que permite remetê-lo para um lugar secundário no que respeita ao debate diplomacia-

52 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

53 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

54 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

55 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

guerra, quer no que respeita às consequências da intervenção militar na vida de milhões de pessoas quer no que se prende com uma menorização dos iraquianos. Esta é reforçada pela sua apresentação como “povo oprimido”, que urge libertar, negando-lhe capacidade de decidir sobre o seu próprio destino, o que é acompanhado pelo não-reconhecimento da sua identidade cultural como válida, ao imputar “à maioria de rua árabe” o sonho de viver ao “modo ocidental”. Este é outro elemento que permite caracterizar este discurso editorial como marcado por uma ideologia anti Islão, tendo em conta os pressupostos implícitos que sustenta de que uma forma diferente do que é a “vida boa” é inferior à organização político-económico-social ocidental.

Neste sentido, este discurso mediático representa uma falha no reconhecimento do ideal de autenticidade (Taylor, 1994, p. 59), ao remeter para um plano inferior, do ponto de vista moral, a especificidade cultural do modo de vida do “Outro”: “É precisamente esta singularidade (indivíduo ou grupo) que tem sido ignorada, disfarçada, assimilada a uma identidade dominante ou de maioria. E é esta assimilação que constitui o pecado cardeal contra o ideal de autenticidade” (Taylor, 1994, pp. 58-59).

Em conjunto, estas representações estereotipadas do “Outro” servem de base ao discurso de legitimação da guerra, através da sua apresentação como um “mal menor”, que permitirá derrubar um tirano que é uma ameaça para o seu povo e para o resto do mundo.

O autor reenquadra um dos principais argumentos dos opositores à guerra, o de que esta visa o controlo das reservas de petróleo iraquianas e não que se justifica porque o regime de Saddam Hussein represente uma ameaça global, vinculando a questão do petróleo aos argumentos de segurança e associando-a a um dos países que se destaca na contestação à guerra: a Alemanha. Em simultâneo, defende o argumento dos países apoiantes da invasão militar de que o Iraque possui armas de destruição em massa e desqualifica quem defende a necessidade de “mais provas” contra o regime iraquiano:

“Quanto ao facto do Iraque persistir nas suas tentativas de desenvolver armas de destruição maciça, julgo não existirem grandes dúvidas. Não terá conseguido o seu grande objetivo – dotar-se da arma nuclear -, mas

até os serviços da cética Alemanha já preparam medidas para a defesa contra algumas das armas biológicas (designadamente o perigoso vírus da varíola) que Bagdad possuirá”⁵⁶

“[Saddam] escondeu armas químicas e biológicas [aos inspetores da ONU]”⁵⁷

“Sobre todos estes factos, só os cegos que não querem ver é que persistem na necessidade de procurar mais «provas»”⁵⁸

“Intimamente todos sabem que essas provas existem – o que se recusam a fazer é admitir (...) que as armas que Saddam Hussein acumula se destinam a cumprir o seu sonho bélico de devolver aos árabes o esplendor perdido e, muito especialmente, recuperar Jerusalém”⁵⁹

José Manuel Fernandes argumenta que a estratégia de contenção através de sanções diplomáticas falhou e que o Iraque nunca colaborou com os inspetores da ONU:

“Temos pois que, de uma forma geral, a estratégia de contenção e apaziguamento não eliminou o perigo iraquiano e que, com o passar dos anos, a tendência será sempre para ir aliviando a pressão, dando mais espaço para Saddam fazer o mesmo que Kim Jong Il: construir uma arma nuclear”⁶⁰

“De facto, tanto Clinton como Madeleine Albright, e principalmente o vice-presidente Al Gore, assumiram o fracasso do sistema de sanções e fiscalizações”⁶¹

“As sanções, mesmo as que procuraram beneficiar o povo e escapar ao controlo do regime acabaram sempre por permitir a Saddam utilizar o programa de troca de petróleo por alimentos para fazer enriquecer os

56 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

57 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

58 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

59 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

60 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

61 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

*fiéis, pagar melhor às tropas mais dedicadas, continuar a comprar materiais destinados a programas bélicos (...)*⁶²

*“[Saddam] não colaborou ainda com as inspeções; que omitiu factos, ou mentiu sem rodeios nos documentos que entregou ao Conselho de Segurança”*⁶³

*“Quanto aos inspetores (...) durante os muitos anos que por lá andaram nunca conseguiram contar com a colaboração das autoridades, apesar de tal ser expressamente exigido pelas resoluções da ONU”*⁶⁴

*“Mais tempo para inspeções é mais tempo para jogar ao rato e ao gato, pois o essencial não aconteceu nem acontecerá: o Iraque de Saddam nunca colaborará francamente, abertamente, sem segundas intenções”*⁶⁵

São invocados valores de segurança e de liberdade que justificam a guerra:

“O dever do Conselho de Segurança é garantir a segurança internacional. Para isso, já teve de autorizar a utilização da força por mais de uma vez (na Coreia, no Golfo, no Afeganistão). Foi quando a guerra, mesmo sendo um mal, se revelou o mal menor, capaz de evitar males maiores, isto é, guerras piores. É de novo uma escolha deste tipo que está sobre a mesa”

66

*“(...) nesta campanha, o que está em causa é libertar o mundo de um tirano perigoso, mortal para o seu próprio povo, potencialmente mortal para os seus vizinhos e inimigos”*⁶⁷.

*“Algo [paz] que nunca estará garantido enquanto Saddam se mantiver no poder”*⁶⁸

62 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

63 “O Iraque porquê? – I. Regresso a Bagdad”, in “Público” de 12 de fevereiro de 2003.

64 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

65 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

66 “Armas para Tiranos?”, in “Público” de 1 de março de 2003.

67 “Tiranicídio”, in “Público” de 23 de fevereiro de 2003.

68 “No Coração do Atlântico”, in “Público” de 15 de março de 2003.

“são os valores do iluminismo e da liberdade, que são partilhados pela Europa e pelos Estados Unidos, que merecem ser defendidos numa aliança”⁶⁹”

O diretor defende a “guerra preventiva” como um “mal menor”:

“a mudança de regime é indispensável e que só uma invasão, com todos os seus riscos e custos, a pode conseguir”⁷⁰

“[guerra preventiva é] no fundo uma guerra destinada a evitar um mal maior, uma guerra mais destrutiva. Há poucos exemplos anteriores, mas podemos considerar o raide israelita que destruiu um reator nuclear iraquiano em 1982 como uma ação de «guerra preventiva»”⁷¹

“Daí que uma guerra capaz de evitar uma guerra pior faça sentido. É nisso que acreditam os que defendem que a alternativa militar deve manter-se e a pressão deve ser credível”⁷²

“Sem uma ameaça credível de guerra, continuaríamos como estávamos em 1998, paralisados e com o Iraque fechado aos inspetores da ONU”⁷³

Defende a opção militar como a única que permitirá trazer paz à região e ao mundo, ao permitir “redesenhar” o mapa do Médio Oriente, corrigindo erros passados, lutando contra o terrorismo e democratizando a região:

“uma mudança de regime em Bagdad não é suficiente para resolver o problema terrorista: que também é necessária uma mudança de regime na Arábia Saudita”⁷⁴

“(…) depois do mal feito na sequência da I Guerra Mundial, é crucial que a atual crise não só permita resolver o risco iraquiano, mas funcione como

69 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

70 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

71 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

72 “O Iraque porquê? – II. Sair do Jogo do Gato e do Rato”, in “Público” de 13 de fevereiro de 2003.

73 “O Iraque porquê? – III. A Unidade a Preservar”, in “Público” de 14 de fevereiro de 2003.

74 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

alavanca para devolver aos povos da região a paz e uma real soberania sobre os seus destinos”⁷⁵

“O seu desejo [EUA] é que um Iraque democrático possa contagiar a região e introduzir mudanças noutros regimes, criando uma nova «onda democrática» semelhante, por exemplo, à que varreu a América Latina nos anos 80, removendo quase todos os regimes militares”⁷⁶

“uma mistura de nacionalismo árabe e de fundamentalismo islâmico pode incendiar a resistência à presença americana, mesmo que muitos especialistas americanos tenham a convicção de que os exércitos aliados serão recebidos como libertadores em grande parte do país (recordem-se as várias revoltas contra Saddam dos últimos dez anos, e os banhos de sangue que se seguiram)”⁷⁷

“Se esta missão tiver sucesso, poderá nascer na região um segundo pólo democrático e islâmico, capaz de acompanhar a interessante evolução da Turquia (...)”⁷⁸

O autor conclui que a guerra ao Iraque será o primeiro passo no combate ao terrorismo, que implicará também a mudança de regime na Arábia Saudita e a resolução do conflito entre Israel e a Palestina; esta argumentação permite-lhe enquadrar a invasão iraquiana, não como um ataque isolado a um país soberano, mas como uma etapa do combate global à “Guerra ao Terror”:

“o 11 de Setembro e as evidências de que o islamo-fascismo se alimenta no radicalismo wahhabita e no dinheiro do petróleo mudaram as prioridades [em relação à Arábia Saudita]”⁷⁹

“após Bagdad, tudo indica que Washington se virará para Riad (...)”⁸⁰

“[resolução da questão palestina] terá sempre de passar pela criação de dois Estados independentes e soberanos, com fronteiras estáveis que

75 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

76 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

77 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

78 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

79 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

80 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

respeitem o essencial da «linha verde» de 1967 e que se respeitem um ao outro”⁸¹

“esse princípio já foi assumido pela Administração Bush (nenhuma administração americana anterior o tinha feito), mas falta impô-lo”⁸²

A defesa da legitimidade da guerra assenta numa estratégia de polarização, através da descrição positiva de “Nós” e da descrição negativa do “Outro”, que configura uma estrutura avaliativa denominada “quadrado ideológico” (van Dijk, 2005, p. 127). Esse “quadrado ideológico” é concretizado nomeadamente quando o autor invoca valores comuns, como a liberdade e a segurança, que funcionam como premissas para obter a adesão do auditório ao seu *standpoint* (a “guerra preventiva” como “mal menor”), ou com a construção retórica de um “nós” inclusivo com o auditório, baseado nesses valores partilhados. Consequentemente, as “nossas” ações são apresentadas a uma luz favorável, mesmo quando são questionáveis (opção pela guerra): o objetivo é exatamente persuadir o auditório da legitimidade da solução militar. Deste modo, o autor reduz a complexa situação que viria a dar origem à II Guerra do Golfo a um dilema moral, entre quem defende a liberdade (“Nós”) e um “Outro” que representa a ameaça a esse modo de vida “Ocidental”. Na sua defesa da guerra como um “mal menor”, José Manuel Fernandes apresenta sempre favoravelmente as posições assumidas pelos países atacantes, Estados Unidos da América e Reino Unido, seja no que respeita aos seus esforços para fazerem aprovar uma resolução da ONU que legitime a guerra, seja enaltecendo as qualidades dos seus líderes:

“A pouco e pouco a Administração Bush (...) tem vindo a construir uma coligação internacional e a fazê-lo no quadro das Nações Unidas”⁸³

“Não ficaríamos por isso surpreendidos que o ataque ao Iraque, ao contrário da operação do Kosovo, viesse a obter autorização do CS [Conselho de Segurança]”⁸⁴

81 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

82 “O Iraque porquê? – IV. Um Novo Médio Oriente”, in “Público” de 15 de fevereiro de 2003.

83 “Vimos, Ouvimos”, in “Público” de 6 de fevereiro de 2003.

84 “Vimos, Ouvimos”, in “Público” de 6 de fevereiro de 2003.

“O que o Reino Unido ontem propôs – colocar um limite temporal (...) tem a virtude de acabar com a atual espera interminável em que todos perdem”⁸⁵

“o Reino Unido e os Estados Unidos tudo têm feito para (...) que «Saddam compreenda a mensagem» e abandone o Iraque”⁸⁶

“É por isso que, apesar de os países que se reúnem nos Açores [Cimeira das Lajes] defenderem a opção militar, caso se mantenham as atuais dificuldades de desarmar o Iraque, o seu resultado pode ser uma plataforma para uma saída que evite a guerra e assegure a paz”⁸⁷

“Numa democracia, decidir uma guerra é, para um líder político, um momento de enorme solidão e risco. Só a forte convicção de que o Mundo, depois, ficará melhor e mais seguro pode sustentar tal decisão”⁸⁸

“Numa democracia, em países onde existe liberdade de imprensa, direito de manifestação, partidos da oposição, tribunais independentes, não se decide uma guerra de ânimo leve. Quanto mais não seja porque, mais tarde ou mais cedo, se terá de responder perante o parlamento e o povo. E ser derrubado”⁸⁹

“Temos o dever de admitir que líderes que fazem o contrário do que lhes dizem as sondagens, que correm enormes riscos políticos (...), agem olhando ao que julgam (bem ou mal) ser o interesse nacional e decidem em função das suas convicções”⁹⁰

“Neste caso, Bush, Blair, Aznar e Barroso, com níveis de responsabilidade muito diferentes, partilham a convicção de [que], no mundo do pós-11 de Setembro, o maior risco é o colocado pela eventual associação entre redes

85 “O Que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

86 “No Coração do Atlântico”, in “Público” de 15 de março de 2003.

87 “No Coração do Atlântico”, in “Público” de 15 de março de 2003.

88 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

89 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

90 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

terroristas e Estados-párias mas com capacidade de fabricarem armas de destruição maciça”⁹¹

“Esse é o idealismo que alimenta a convicção que levou este conjunto de líderes democráticos a decidirem a guerra. Acreditam que o Mundo ficará melhor depois. Neste momento só podemos desejar que tenham sucesso, e um sucesso rápido”⁹²

O “Outro”, por seu turno, é sistematicamente desqualificado, sendo exacerbadas as suas qualidades negativas, seja pelo recurso ao epíteto (Saddam é um ditador como Hitler), seja pela sua associação a valores ou comportamentos que estão nos antípodas dos “nossos” (ameaça terrorista, fanatismo islâmico, a “essência do mal”), numa narrativa onde ecoa o enquadramento discursivo da “Guerra ao Terror”. O que esta representação mediática traduz é a negação de um direito moral: o direito à autodeterminação de cada povo. Esta negação resulta do não-reconhecimento (Honneth, 1992, p. 194) da identidade e da autonomia do “Outro”, através da desqualificação da sua especificidade cultural como inferior, violenta e uma ameaça ao mundo ocidental, do que resulta a impossibilidade de estabelecer com essa “Outra” cultura qualquer forma de diálogo, numa rejeição do diálogo multicultural e na opção pelo recurso à violência como única forma de relacionamento entre Ocidente e Oriente. Como havia acontecido durante a I Guerra do Golfo:

“O eurocentrismo e a hegemonia da cultura ocidental são em última análise lemas para uma luta pelo reconhecimento a nível internacional. A Guerra do Golfo alertou-nos para esta realidade. À sombra de uma história colonial que está ainda muito viva na consciência dos povos, a intervenção dos aliados foi vista tanto pelas massas motivadas pela religião como pelos intelectuais secularizados como uma falta de respeito pela identidade e autonomia do mundo árabe-islâmico. A relação histórica entre Ocidente e Oriente, e especialmente a relação do primeiro mundo com este terceiro mundo, continua a carregar as marcas de uma negação do reconhecimento” (Habermas, 1995, p. 119).

91 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

92 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

O referido “quadrado ideológico” é também patente quando o diretor do “Público” aborda questões de política europeia, as quais, embora tenham subjacente a questão da legitimidade da guerra, posicionando-se José Manuel Fernandes na sua defesa, classificamos como pertencentes ao enquadramento “Divisão entre Elites”. Neste caso, os argumentos e as tomadas de posição dos países que se opõem à guerra são desqualificados e apresentados de modo negativo. O autor acusa os países antiguerra, como a França, de unilateralismo, o que representa um reenquadramento de idêntica crítica feita aos países atacantes pelos defensores da solução diplomática:

“A França, que antes da Europa ter tomado qualquer posição conjunta sobre a crise iraquiana, entendeu proclamar alto e bom som que estava do lado das posições alemãs”⁹³

“a França que antes de se iniciar a cimeira anunciou que não condicionaria o seu voto no Conselho de Segurança a uma posição conjunta da Europa”⁹⁴

“os franceses passam a vida a condenar o «unilateralismo norte-americano». Contudo, o seu Presidente parece entender que quando a França toma uma posição, toda a Europa se lhe deve vergar”⁹⁵

“mesmo assim, em França continua-se a pensar que se vive no tempo do «roi soleil» quando todas as cortes da Europa olhavam, com inveja, para Versalhes”⁹⁶

Com esta argumentação, o autor opera ainda outro reenquadramento, na sequência da denominada “Carta dos Oito”, subscrita por países, entre os quais Portugal, pertencentes ou em (então) vias de aderir à União Europeia (UE), de apoio à posição dos Estados Unidos e que motivou uma facção no seio da União Europeia, desencadeando críticas, nomeadamente, por parte dos países fundadores da UE, França e Alemanha, defensores da continuação dos esforços diplomáticos. José Manuel Fernandes reenquadra o argumento de divisionismo, aplicando-o à França;

93 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

94 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

95 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

96 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

refira-se que se trata de um país com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e que anunciara um veto a qualquer resolução que autorizasse uma guerra contra o Iraque:

“essa mesma França entendeu, pela voz de Jacques Chirac, condenar as posições de solidariedade com os Estados Unidos assumidas pelos países candidatos à adesão”⁹⁷

“chamou-lhes «mal-educados», acrescentou que tinham perdido «uma oportunidade de ficarem calados» e coroou as suas declarações demarcando esses países dos que já integram a UE, considerando que estes «têm mais direitos»⁹⁸

“Quando Chirac, que cultiva o unilateralismo no seio da Europa, se dirige com arrogância aos pequenos que discordam da «grande» França, é ele que perde uma oportunidade de estar calado”⁹⁹

“Estão a ver porque há quem tenha medo de um diretório dos «grandes», para mais entendendo os «grandes» como a França e a Alemanha, sendo até conveniente que o Reino Unido deixe a Europa, como este fim-de-semana sugeriu Freitas do Amaral, para não atrapalhar mais?”¹⁰⁰

“As divisões profundas entre os seus membros [União Europeia] sobre a melhor forma de controlar a ameaça iraquiana já enterraram, por muitos anos, o sonho de uma política externa comum e eficaz”¹⁰¹

O diretor do jornal imputa ainda às divisões no seio do Conselho de Segurança, concretamente não só ao anunciado veto da França como a outras posições assumidas por países antiguerra como a Alemanha, a Rússia e a China, a responsabilidade pelo “estilhaçar da autoridade” da ONU. O autor opera aqui um novo reenquadramento, já que as críticas primordiais à desvalorização da ONU não só ao longo do processo, mas, sobretudo, como resultado desse processo, em caso de se avançar para a guerra sem

97 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

98 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

99 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

100 “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

101 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

uma resolução que a autorizasse, haviam partido dos defensores da continuação dos esforços diplomáticos:

*“Por outras palavras, [a França] declarou que não aceitava as regras do jogo que ela própria tinha estabelecido, ou ajudado a estabelecer”*¹⁰²

*“A arquitetura deste processo diplomático foi engendrada pela França”*¹⁰³

*“aparentemente tinha-o [França] feito de boa-fé...”, “aparentemente”*¹⁰⁴

*“O que a França, Alemanha e a Rússia propõem – continuar a pressionar (...), falha num ponto crucial: dizer até quando se vai esperar”*¹⁰⁵

*“sendo que quem pressiona são os 250 mil soldados deslocados para a região pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido”*¹⁰⁶

*“Ou os membros do Conselho de Segurança conseguem chegar a acordo (...) ou os Estados Unidos e Reino Unido considerarão que a Resolução 1441 os autoriza a fazer cair sobre o Iraque as «sérias consequências» que esta explicitamente prevê”*¹⁰⁷

*“O que só será possível [acordo] se a França, mas também a Rússia e a China, mudarem de posição”*¹⁰⁸

*“Se, pelo contrário, o Conselho de Segurança chegar a uma plataforma mínima, então não haverá mais mensagens contraditórias a chegar a Bagdad e o ditador perceberá que o seu tempo chegou mesmo ao fim. E que já não poderá jogar mais com as divisões no seio do Conselho de Segurança”*¹⁰⁹

102 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

103 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

104 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

105 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

106 “O que Está em Causa”, in “Público” de 8 de março de 2003.

107 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

108 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

109 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

“Como era melhor que os membros do Conselho de Segurança (...) votassem a segunda resolução-ultimato”: “Isso salvaria a ONU, talvez salvasse a paz, só não salvaria Saddam Hussein”¹¹⁰

“É essa posição comum que desejam todos os que não querem ver estilhaçada a autoridade das Nações Unidas. Mas essa autoridade tanto pode ser estilhaçada por ausência de acordo, como pela paralisia do órgão encarregue de garantir a segurança no mundo”¹¹¹

“É duvidoso, no entanto, que isso suceda, uma vez que a França está intransigente e dispõe de direito de veto. Poderá, todavia, ajudar a obter a chamada «maioria moral» de nove votos que deixe a França em minoria e leve a Rússia e a China a absterem-se. Se tal fosse conseguido, talvez fossem criadas condições para que Saddam compreendesse que não tem saída e se rendesse”¹¹²

A estratégia de polarização é também visível quando José Manuel Fernandes comenta questões de política nacional, perante um panorama político de clara dissensão. O governo português de então, liderado por José Manuel Durão Barroso, optou pelo apoio à solução militar e pretendia contribuir para o esforço de guerra através do envio de militares portugueses para participarem no conflito. O Presidente da República, Jorge Sampaio, recusou, na sua qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, a participação de militares portugueses numa guerra sem o aval da ONU e a contribuição nacional acabaria por se traduzir no envio de militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), sob tutela direta do governo.

Refira-se ainda que a oposição parlamentar se posicionou em conjunto contra a guerra, bem como inúmeras personalidades e associações da Sociedade Civil. Registam-se, também, em duas diferentes formas de expressão da opinião pública - as sondagens de opinião e as manifestações públicas e outras iniciativas de contestação à invasão do Iraque – uma oposição à guerra. Por exemplo, uma sondagem divulgada no

110 “As Últimas 24 Horas”, in “Público” de 17 de março de 2003.

111 “Sob Pressão”, in “Público” de 12 de março de 2003.

112 “No Coração do Atlântico”, in “Público” de 15 de março de 2003.

início de fevereiro de 2003¹¹³, pouco após a assinatura por parte do governo português da denominada “Carta dos Oito”, dava conta de que a maioria dos portugueses (53 por cento) recusava uma ação militar contra o Iraque, em qualquer situação, enquanto cerca de um terço (29 por cento) admitia-a, apenas, se fosse antecedida de uma resolução da ONU que a autorizasse. Estes dados posicionam os portugueses num lugar de destaque na oposição à guerra, no contexto da União Europeia, sendo apenas ultrapassados pela Espanha (74 por cento), pela França (60 por cento) e pelo Luxemburgo (59 por cento).

Nos editoriais em que analisa estas questões, o diretor do “Público” pronunciou-se sempre em defesa da solução militar, desqualificando as posições antiguerra, nomeadamente da oposição parlamentar:

“É que se Saddam é um ditador «abjeto», o essencial é saber como vamos trazê-lo perante a justiça? (...) A palavra central aqui é o «como», e sobre o «como», Ana Gomes¹¹⁴ nada disse – porque nada tem a dizer, ou a propor”¹¹⁵

“A alguém com uma notável folha de serviços como diplomata, estas incoerências lembram mais os tempos em que ela não era ainda a estrela ascendente do PS, mas uma camarada de Durão Barroso no MRPP”¹¹⁶

“É este o tom estridente [Ana Gomes] que o PS, partido de Governo, julga o mais adequado? Duvido”¹¹⁷

“A enorme pressão criada pela crise iraquiana não autoriza a precipitação, nem a linguagem utilizada por alguns políticos portugueses no debate sobre a guerra e a paz”¹¹⁸

“Mas mesmo a imprensa tabloide [norte-americana] que critica a guerra, ou a apoia, tem evitado recorrer a termos que, em Portugal, se tornaram

113 “Portugueses não aceitam guerra em «caso algum»”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

114 À época, Ana Gomes era a porta-voz do PS para as questões internacionais.

115 “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, in “Público” de 6 de março de 2003.

116 “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, in “Público” de 6 de março de 2003.

117 “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, in “Público” de 6 de março de 2003.

118 “Sob Pressão”, in “Público” de 12 de março de 2003.

banais entre alguns políticos. Especialmente aqueles que estão contra o apoio de Durão Barroso às posições americanas, inglesas e espanholas”¹¹⁹

“Temos pois o dever de fugir à demagogia fácil — para não falar do insulto comicieiro. Temos o dever de admitir que líderes que fazem o contrário do que lhes dizem as sondagens, que correm enormes riscos políticos, que não podem ser acusados de terem interesses petrolíferos ou ambições de herdarem um dos palácios de Saddam, agem olhando ao que julgam (bem ou mal) ser o interesse nacional e decidem em função das suas convicções”¹²⁰

“E se o seu secretário-geral [PS] não chama a Durão Barroso «vassalo», «caniche» ou outros mimos abundantes na linguagem carroceira do Bloco de Esquerda e do PCP, a verdade é que, como partido do poder, pede-se-lhe a serenidade que lhe faltou anteontem. E uma vez que Portugal não vai declarar guerra a ninguém, não se devia precipitar a falar de inconstitucionalidades”¹²¹

Para desvalorizar as manifestações antiguerra, o autor estabelece como premissas os valores comuns com o auditório, como a liberdade de expressão e de manifestação que, ao caracterizarem as democracias liberais, servem como modelo *a contrario* para outras sociedades, como a iraquiana, para, posteriormente, defender a tese (*standpoint*) de que quer os defensores da guerra quer os que se lhe opõem partilham o mesmo objetivo (a paz), diferindo apenas nos meios de os alcançar. Com esta argumentação, José Manuel Fernandes visa desvalorizar a importância desta forma de expressão da Opinião Pública, ao mesmo tempo que defende a legitimidade da opção militar. Em dois editoriais, o diretor do “Público” comenta a posição antiguerra da Opinião Pública, tal como expressa em manifestações globais¹²² que ocorreram um pouco por todo o mundo, reunindo milhões de pessoas. Começa por as considerar como ilustrativas dos valores iluministas das democracias liberais, servindo como exemplo da “superioridade moral” do Ocidente:

119 “Sob Pressão”, in “Público” de 12 de março de 2003.

120 “Solidão e Convicção”, in “Público” de 19 de março de 2003.

121 “Sob Pressão”, in “Público” de 12 de março de 2003.

122 Manifestações globais de dia 15 de fevereiro de 2003.

*“Distinguem o mundo em que vivemos e os valores que partilhamos das regras por que se rege ainda boa parte da humanidade. Vimo-lo na forma livre e pacífica como milhões de pessoas puderam descer às ruas para dizer que estavam contra uma guerra no Iraque, contra os seus governos e contra os Estados Unidos”*¹²³

A Opinião Pública é aqui entendida mais como expressão de vontades individuais (opiniões), numa conceção liberal das liberdades de expressão e de manifestação (entendidas enquanto liberdades negativas), não lhe conferindo o poder político de influenciar as ações governativas:

*“É bom poder viver em países assim, mesmo quando discordamos das motivações dos manifestantes e nos dói como estes autorizam – como sucedeu nas manifestações de Lisboa – que uma das bandeiras desfraldadas ao vento fosse a do Iraque”*¹²⁴

*“É bom poder viver em países onde há liberdade de opinião e manifestação, tal como é bom viver em países onde os governos são capazes de governar de acordo com as suas convicções (e não apenas ao sabor das sondagens), mesmo quando sentem que correm o risco de vir a perder eleições”*¹²⁵

O núcleo central da mensagem política que a Opinião Pública expressa nas manifestações veiculou – o sim à paz, rejeitando a previsível opção pela guerra – é desvalorizado, através de uma argumentação que associa uma eventual (maior) eficácia política à opção militar:

*“É que ser pela paz, todos somos, ou pelo menos todos procuramos ser. O que nos divide é qual a melhor forma de garantir a paz hoje, mas também amanhã e depois de amanhã, sem estarmos submetidos à chantagem de figuras como Saddam Hussein ou Kim Jung-il”*¹²⁶

123 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

124 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

125 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

126 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

“O que já não é bom é assistirmos à forma como certas convicções são minorizadas e se acusa os adversários de serem, por exemplo, «caniches de Bush»”¹²⁷

“O que também não é bom é sentirmos que nem todo o debate é franco ou, parafraseando Dahrendrof, chega a ser «intelectualmente desonesto» quando procura forçar clivagens entre quem possui mais valores comuns do que pontuais diferenças de pontos de vista”¹²⁸

A Opinião Pública é apresentada como (somente) expressão de vontades individuais diferentes, reduzindo a expressão de uma vontade comum a uma ideia vaga partilhada (“pela paz somos todos”), sem relevante significado político. A dimensão da expressão da vontade popular é desvalorizada, através da distinção entre as opiniões aceitáveis e as não aceitáveis (simbolicamente sintetizadas na bandeira iraquiana desfraldada na manifestação de Lisboa):

“Como muitos dos que discordam da guerra já perceberam, há misturas no seu movimento que não devem ser aceites sob pena de violarem alguns dos valores de civilização que a maioria do povo partilha”¹²⁹

Por outras palavras: uma coisa é discordar da guerra porque se discorda, por princípio, quase por reação pavloviana, de tudo o que os Estados Unidos façam e, em nome disso, chegar ao ponto de defender Saddam (mesmo quando cinicamente se reconhece que é um ditador); e outra coisa, bem distinta, é discordar da guerra porque não se acredita que ela seja a melhor forma de contrariar Saddam”¹³⁰

“Muitos dos que encheram as ruas a 15 de Fevereiro pertencem à primeira categoria e é escusado pensar que algum dia perderão a nostalgia dos «amanhãs que cantam»”¹³¹

127 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

128 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

129 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

130 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

131 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

*“Muitos outros são ou genuínos pacifistas, ou gente que defende um caminho não violento para desarmar Saddam. É com estes que Bush, Blair e os dirigentes europeus que os apoiam se devem preocupar”*¹³²

É também negada a essa Opinião Pública a legitimidade de influenciar a ação governativa, que deve ser conduzida pelas suas convicções (especialistas) e não pelas sondagens (opinião popular). Defendendo que nem sempre “a rua” tem razão, o autor sustenta ser função dos governantes “convencê-la”:

*“O povo é quem mais ordena, mas o povo não é a «rua» nem as sondagens. Mesmo assim, quando tem contra si as opiniões públicas, os governos democráticos não podem ignorá-las: têm é de convencê-las”*¹³³

*“(…) Depois das manifestações de 15 de Fevereiro, escreveu-se mesmo que está a nascer uma outra superpotência, «a opinião pública mundial»”*¹³⁴

*“Em democracia, estes factos não podem ser ignorados. Não porque seja na «rua» que se decide o destino de uma democracia, mas porque nenhum governo consegue prosseguir coerentemente as suas políticas, se tiver a «rua» esmagadoramente contra si”*¹³⁵

*“Até porque a «rua», por muito cheia que esteja, nem sempre tem razão”*¹³⁶

*“Para além disso, se em democracia é «o povo quem mais ordena», não é enchendo praças que o faz: é utilizando os mecanismos de representatividade e o direito de expressão e manifestação”*¹³⁷

Este entendimento da Opinião Pública é indissociável de uma conceção restrita da própria democracia e do exercício da cidadania: não só a vontade expressa é desvalorizada (numa reminiscência do “público fantasma” de Walter Lippmann), como é encarada como algo a considerar apenas em momentos muito concretos, ou seja, as

132 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

133 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

134 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

135 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

136 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

137 “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

eleições. Traduz, em nosso entender, uma concepção muito particular (e restritiva) do conceito, que cumpre fins políticos claros: posiciona os cidadãos como observadores do sistema político, a quem compete (tão somente) o julgamento final das suas ações, negando à Opinião Pública não só a força pragmática associada a uma vontade construída em comum, mas também diminuindo o vínculo entre esta e o exercício do poder, restringindo a soberania popular ao ato do voto perante as opções que lhe são apresentadas pelo sistema político, numa (mais aparente que real) legitimação do poder.

Esta é uma leitura que se enquadra nas chamadas “teorias realistas” da democracia - nesta dissertação já abordadas quando analisámos as perspectivas teóricas de Walter Lippmann e de Niklas Luhmann sobre a Opinião Pública -, incumbindo a uma elite de especialistas (governantes) a tarefa de decidir sobre o destino das massas não habilitadas. A essas, compete-lhes a observação da atuação dos atores políticos, avaliando-os num momento específico: as eleições.

A mais relevante dissensão político-institucional, no plano nacional, é aquela que opõe o governo apoiante da solução militar ao Presidente da República (PR), que considera ilegítima qualquer guerra que não seja aprovada pela ONU. O diretor do “Público” defende a posição governamental, mesmo quando pontualmente a critica:

“Com esta formulação [a de que o Estado português não olha à natureza dos regimes para os quais a sua indústria exporta armamento, apenas segue as indicações de embargo das Nações Unidas, a propósito da venda de armas ao Iraque, entre 1984 e 1989], o primeiro-ministro prestou um péssimo serviço à causa que ele próprio defende, a do desarmamento do Iraque pelos meios que forem necessários”¹³⁸

Ao mesmo tempo, desvaloriza o conflito institucional, através da secundarização das divergências entre governo e PR, numa estratégia argumentativa semelhante à que utiliza para minorizar a importância das manifestações antiguerra:

“Jorge Sampaio, que se manteve sereno, está por certo consciente da diferença entre apoiar a decisão de atacar – já disse que não apoia – e,

138 “Armas para Tiranos?”, in “Público” de 1 de março de 2003.

uma vez declarada a guerra, recusar apoio aos aliados – algo que nunca sugeriu”¹³⁹

“O Presidente esteve à altura das suas responsabilidades, uniu em vez de dividir, sossegou em vez de inquietar. E não deixou de ser por isso o mesmo Sampaio com as suas conhecidas convicções”¹⁴⁰

“Sampaio foi ontem uma voz que deitou água na fervura de alguma crispação política e um bálsamo para as inquietações dos portugueses”¹⁴¹

“Sampaio reafirmou o que já se sabia, quer o que pensava sobre a atual crise, quer o que Durão Barroso tinha na véspera, no Parlamento, reafirmado ser a posição do Estado português”¹⁴²

“Falou como comandante supremo das Forças Armadas e, como tal, repetiu o que se sabia: que nenhum soldado português participará na guerra, tal como tinha garantido o primeiro-ministro”¹⁴³

“Confirma-se que, ao longo destes dias, o contacto entre primeiro-ministro e Presidente terá permitido que ambos acabassem por dizer o mesmo, embora utilizando palavras diferentes e sabendo-se que têm opções de fundo distintas”¹⁴⁴

A argumentação do diretor do “Público” reenquadra a divergência entre governo e PR, apresentando-a de tal modo que parece ser o Presidente da República a seguir as decisões governamentais, quase como se se limitasse a reproduzir as afirmações do primeiro-ministro, numa estratégia retórica de desvalorização do conflito institucional que levou a que *de facto*, por imposição presidencial, as forças armadas portuguesas não participassem na guerra, ao contrário do que pretendia o governo. Subjacente a esta desvalorização do diferendo institucional está a defesa da opção governamental de apoio à guerra e da legitimidade da invasão militar, ponto de

139 “Danos Mínimos”, in “Público” de 18 de fevereiro de 2003.

140 “Sampaio Sereno”, in “Público” de 20 de março de 2003.

141 “Sampaio Sereno”, in “Público” de 20 de março de 2003.

142 “Sampaio Sereno”, in “Público” de 20 de março de 2003.

143 “Sampaio Sereno”, in “Público” de 20 de março de 2003.

144 “Sampaio Sereno”, in “Público” de 20 de março de 2003.

vista (*standpoint*) que o autor defende em todos os editoriais e também em textos de opinião sobre a crise iraquiana.

Ancorado na atualidade noticiosa, nacional e internacional, José Manuel Fernandes defende a guerra como o “mal menor” com base nas três linhas argumentativas identificadas: 1) defesa das razões invocadas pelos países atacantes e pelo governo português; 2) construção retórica da *persona* tirânica Saddam Hussein como ameaça aos valores ocidentais de liberdade e segurança e 3) secundarização dos opositores à guerra, sejam países (França, Alemanha), partidos da oposição parlamentar (como o PS), o Presidente da República ou a Sociedade Civil (manifestações). A retórica argumentativa do autor parte de premissas como os valores comuns partilhados com o auditório (liberdade, segurança) para, ancorado na atualidade noticiosa, desenvolver as três linhas argumentativas que enquadram e reenquadram os acontecimentos que comenta, para influenciar a *diathesis* dos leitores em relação ao conflito, numa estratégia argumentativa que visa orientar o debate público no sentido da sua legitimação. A sua argumentação mistura os enquadramentos discursivos quer da “intervenção humanitária” – que levava José Manuel Fernandes a defender, anteriormente, a intervenção militar da NATO no Kosovo (Ponte, 2002) – quer da “ingerência democrática”, operando uma reconfiguração discursiva que procura transformar enquadramentos em competição (Dryzek, 2000, pp. 16-19) num novo enquadramento unificado, apresentado como se não houvesse contradições internas na *defesa simultânea* do direito do povo iraquiano à autodeterminação e na mudança do governo iraquiano através de uma invasão militar de um país independente por forças armadas estrangeiras.

No seu conjunto, estas linhas argumentativas representam, do ponto de vista ilocutório, uma constelação de atos de fala assertivos que visam o convencimento (perlocutório) do auditório. Estes atos de fala estão investidos de uma força perlocutória poderosa tendo em conta que, para além de operarem com a força ilocutória da linguagem, são ainda dotados do recursos de poder externos, como o estatuto do autor, enquanto diretor do jornal, o espaço e a visibilidade do discurso, a quantidade de textos (18 de 27 editoriais) e a sua extensão, caso dos quatro editoriais referidos anteriormente, encimados pela fotografia do autor. A generalidade destes

atos de fala dirige-se aos potenciais leitores comuns do jornal, com os quais o diretor busca a comunhão, nomeadamente através do recurso sistemático a um “Nós”, complementado pela apresentação negativa do “Outro”, estrutura discursiva que identificámos como um “quadrado ideológico” (van Dijk, 2005, p. 127) que visa legitimar o *standpoint* que defende perante os leitores. Identificam-se, ainda, outros destinatários do discurso editorial (o primeiro-ministro, os membros da oposição), nomeadamente através da crítica (ilocução) à atuação dos atores políticos cuja atuação pretende desvalorizar ou influenciar (perlocuções). O discurso editorial apresenta, neste aspeto, características clássicas como palco de exercício de autoridade institucional, através do qual o jornal se assume como ator político, expressando valores e normas, apresentando soluções e definindo padrões de enquadramento que enformam a atualidade que interpretam.

4.6. Contra a Guerra: Dissensões na Direção Editorial

O apoio do governo português à opção militar é objeto de discordância no seio da direção editorial, sendo criticado pelo diretor adjunto, Eduardo Dâmaso, no único editorial que escreve na fase pré-guerra em análise. O *standpoint* do autor é a antítese da posição assumida pelo diretor do jornal: está contra a guerra, desqualifica os argumentos dos países invasores e a posição do governo português, nomeadamente no que se refere à subscrição da denominada “Carta dos Oito”, defendendo a posição assumida pelos países antiguerra e atribuindo relevância à oposição da Opinião Pública. A posição de Eduardo Dâmaso é, aliás, muito semelhante, quer no que respeita ao *standpoint* quer em termos dos argumentos aduzidos, à do também diretor adjunto Manuel Carvalho.

As premissas invocadas (valores da democracia e da liberdade) pelos países invasores e seus apoiantes, e também pelo diretor do jornal, são refutadas na sua legitimidade por Eduardo Dâmaso, na crítica ao governo português:

“Durão Barroso explicou que Portugal preferirá uma nova resolução das Nações Unidas, mas que, se ela não se concretizar, estará ao lado dos

EUA num ataque unilateral. Barroso invocou mesmo os valores da democracia e da liberdade para justificar a guerra no Iraque”¹⁴⁵

“Vamos, pois, lutar – passe o manifesto exagero... - ao lado dos que cinicamente querem convencer o mundo de que estão a pensar prioritariamente na libertação do povo iraquiano ao travar esta guerra. Portanto, a seguir voaremos com os nossos bravos rapazes para a Coreia do Norte, Cuba, China e tudo o que é ditadura em África e na Ásia...”¹⁴⁶

Desqualifica o apoio do governo português aos países invasores, nomeadamente a subscrição da “Carta dos Oito”, acusando-o de contribuir para o enfraquecimento da União Europeia:

“um dia depois de ter associado [primeiro-ministro], um documento que representa um ignóbil golpe de Estado na União Europeia, acentua a ausência de uma estratégia autónoma da Europa nesta complexa crise e, pior, evidencia uma insustentável fraqueza política face aos desígnios de uma liderança americana que insiste em fazer uma guerra a qualquer preço”¹⁴⁷

“uma parte da Europa amiga rejubila, a outra agradece servilmente que a deixem acompanhar. Quem se atreve a discordar é ostracizado, empurrado para o estigma da «velha Europa» perante o júbilo da «nova Europa»”¹⁴⁸

“Pobre e pacóvia «nova Europa», essa que (...) desdenha a sábia prudência de quem (...) sabe o que é a guerra, o que é o Iraque, quem é Saddam, o que é o Médio Oriente”¹⁴⁹

Uma posição (*standpoint*) semelhante é defendida pelo diretor adjunto Manuel Carvalho, autor de dois editoriais no período em análise. O autor acusa os países europeus que subscreveram a “Carta dos Oito” de deslealdade:

145 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

146 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

147 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

148 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

149 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

“O «apelo dos oito», divulgado três dias depois da posição comum dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, tem uma palavra própria nos dicionários que não deixará tão cedo de ser invocada: deslealdade”¹⁵⁰

“por muito que os líderes europeus se esforcem por falar a uma só voz as suas relações internas estão comprometidas pela mácula da desconfiança”¹⁵¹

“O Velho Continente divide-se agora entre a «nova» e a «velha» Europa, e o que marca as fronteiras não é nem a ortografia nem a política, mas o grau de subserviência em relação a Washington”¹⁵²

“Quem seguir cegamente o «Diktat» da Administração Bush em relação ao Iraque faz parte do admirável mundo novo da ousadia e da firmeza (...) Quem duvidar dos seus argumentos, ou simplesmente defender o recurso às armas como a derradeira alternativa, integra o «eixo da cobardia» (...) e estará arredado do radioso mundo sem terroristas que se anuncia”¹⁵³

A oposição da Opinião Pública é valorizada quer pelo diretor adjunto Eduardo Dâmaso:

“por esta doutrina bem se percebem as razões pelas quais as opiniões públicas europeias estão divorciadas dos seus líderes e não aprovam esta guerra”¹⁵⁴

Quer também pelo diretor adjunto Manuel Carvalho:

“E ainda que os líderes europeus consigam, como se deseja, ultrapassar as desconfianças e ressentimentos abertos ou aprofundados pelo apelo dos oito, ao nível da opinião pública as feridas permanecerão abertas durante mais tempo”¹⁵⁵

Que classifica os manifestantes antiguerra como:

150 “A Desconfiança que Persiste”, in “Público” de 19 de fevereiro de 2003.

151 “A Desconfiança que Persiste”, in “Público” de 19 de fevereiro de 2003.

152 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

153 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

154 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

155 “A Desconfiança que Persiste”, in “Público” de 19 de fevereiro de 2003.

“uma poderosa «arma biológica»”¹⁵⁶

Os argumentos apresentados pelos EUA para justificar a guerra são criticados por Eduardo Dâmaso, com base na sua incoerência:

“Não importa se há provas de ameaça, se há ou não uma violação da legalidade internacional, não se discute se existem outros meios de manter a pressão política, económica e até militar sobre o Iraque antes de enveredar pela solução sempre trágica da guerra. É inevitável e pronto”

157

O diretor adjunto Eduardo Dâmaso reenquadra o conceito central da “Guerra ao Terror”, apresentando o terrorismo não como uma causa das ameaças à paz, mas como uma consequência das opções geoestratégicas políticas da época da “Guerra Fria” e recusa que a opção militar seja uma solução para o problema:

“O problema é que o terrorismo sempre foi a antecâmara das guerras que a doutrina de Clausewitz viria a «regularizar» e a tornar quase aceitáveis como instrumento de prolongar a política na sua busca nobre da paz e de isolar o próprio terrorismo enquanto instrumento da anarquia e do caos absoluto”¹⁵⁸

“O terrorismo, porém, acabou ganhando a guerra (...) e foi-se alimentando nas fraturas civilizacionais abertas por decisões políticas de pura conveniência estratégica, que é o que acontece nesta crise”¹⁵⁹

“Aí foram nascendo os novos monstros – Bin Laden, Saddam Hussein – criados pelas velhas necessidades da guerra fria. Foi morrendo também a velha arte da política”¹⁶⁰

“Não será Bush e a sua prosápia de velho «cowboy» que vai acabar com a Al-Qaeda porque ela se alimenta sobretudo do ódio, do caos e da sede de

156 “A Desconfiança que Persiste”, in “Público” de 19 de fevereiro de 2003.

157 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

158 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

159 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

160 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

*vingança que a guerra semeará pelo Médio Oriente. Por isso, este é um problema que permanecerá muito para lá do próprio George W. Bush”*¹⁶¹

A mesma linha argumentativa é seguida pelo diretor adjunto Manuel Carvalho, que contesta o conceito de “guerra preventiva”:

*“Na «velha» Europa, como na outra, ou até nos EUA, há felizmente quem continue a pensar que a guerra, preventiva ou não, só é alternativa quando há razões categóricas para a declarar”*¹⁶²

*“Como se em causa, nos nossos dias, o Iraque tivesse violado as zonas de exclusão aérea como Hitler fez na Renânia, (...) como se Saddam tivesse invadido a Jordânia, à semelhança do que a Alemanha fez aos Sudetas...”*¹⁶³

*“(...) enquanto no caso do Iraque não há provas acabadas da existência de armas de destruição maciça (...), enquanto, com maior ou menor abertura, Bagdad aceita as inspeções da ONU, a Coreia do Norte expulsa as equipas da agência internacional da energia atómica”*¹⁶⁴

As dissensões no seio da direção editorial não podiam ser mais flagrantes. Quando os editoriais são da autoria do diretor, José Manuel Fernandes, é feita a defesa da guerra, os argumentos dos países invasores e dos seus apoiantes, como o governo português, são subscritos e são desqualificados os opositores à guerra, sejam estes países ou a própria Opinião Pública. Quando os editoriais são da autoria dos diretores adjuntos, nomeadamente Eduardo Dâmaso e Manuel Carvalho, o *standpoint* defendido é o oposto e a argumentação surge como que invertida em relação à do diretor do jornal. Os valores de liberdade, democracia e segurança ora são as premissas do discurso do diretor, com o qual visa levar o auditório a aderir ao seu *standpoint* (defesa da guerra), numa argumentação caracterizada por uma razão instrumental, ora a utilização desses valores como premissas é desqualificada pelos diretores adjuntos, que os reenquadram, contestando os conceito de “guerra

161 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

162 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

163 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

164 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

preventiva” ou de “ingerência democrática” num país independente. Enquanto José Manuel Fernandes subscreve os argumentos dos países atacantes, como a eventual associação do Iraque ao terrorismo ou a existência de armas de destruição em massa, Eduardo Dâmaso e Manuel Carvalho refutam esses argumentos, considerando que não há provas a esse respeito contra o Iraque. No plano nacional ou europeu, as posições são também antagónicas - o diretor desqualifica os países antiguerra, os diretores adjuntos defendem as suas posições -, e no que respeita às sondagens e às manifestações da Opinião Pública a situação repete-se: o diretor desvaloriza, os diretores adjuntos atribuem-lhe relevância.

O grau de racionalidade dos argumentos é, no entanto, diferente no caso do diretor e no dos diretores adjuntos; de facto, não podemos equiparar, em termos de pretensão de racionalidade universal, a desqualificação dos argumentos dos opositores através de atos de fala que configuram ataques *ad hominem*, como resulta de parte das críticas de José Manuel Fernandes à posição assumida pelo presidente francês¹⁶⁵ com a desvalorização da posição norte-americana através da denúncia da incoerência da sua própria argumentação¹⁶⁶ e apresentando razões que justificam porque a guerra agravará, em vez de resolver, o problema do terrorismo¹⁶⁷, como faz o diretor adjunto Eduardo Dâmaso, ou ainda, como argumenta o diretor adjunto Manuel Carvalho, a refutação da legitimidade da “guerra preventiva” com o perigo representado por Saddam Hussein ao mostrar a diferença entre os seus atos e os de Hitler durante a 2ª Guerra Mundial¹⁶⁸. A principal diferença, contudo, que não é de somenos importância, é que a posição dos diretores adjuntos, ao contrário da do diretor, se estriba normativamente: a sua defesa de que a guerra é *ilegítima* está de acordo com as normas do direito internacional.

A leitura alternada destes editoriais assemelha-se a uma discussão argumentativa entre protagonista e antagonistas em torno de um *standpoint* contestado (a guerra como um “mal menor”); no entanto, a clara predominância do diretor, seja em termos quantitativos pelo número de editoriais publicados nesta fase,

165 CF “O Pecado de Chirac”, in “Público” de 20 de fevereiro de 2003.

166 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

167 “A Doutrina Portuguesa para a Guerra”, in “Público” de 1 de fevereiro de 2003.

168 “A «Velha» Europa e a Outra”, in “Público” de 4 de fevereiro de 2003.

seja em termos qualitativos, decorrentes da sua autoridade institucional, tornam-na um debate claramente desigual. A posição do diretor sobrepõe-se.

As dissensões são ainda mais claras se tomarmos em consideração as posições assumidas, na mesma fase, pelo subdiretor Nuno Pacheco, cuja intervenção, nomeadamente em termos quantitativos – assina nove editoriais enquanto o diretor assina 18 –, permite considerar o debate mais equilibrado. Equilíbrio e equidistância são, aliás, as palavras-chave para interpretar o posicionamento do subdiretor neste processo. O *standpoint* assumido por Nuno Pacheco é o da defesa da solução diplomática, mas assumindo que a guerra é inevitável; nem subscreve na generalidade os argumentos dos países atacantes nem os dos que se lhe opõem: a sua análise é feita acontecimento a acontecimento, argumento a argumento, com um distanciamento crítico que nos parece ser o que mais respeita um dos principais requisitos da “retórica responsável” (Goodnight, 1993): o da manutenção das estruturas comunicativas ou, pelo menos, o de lhes causar danos mínimos. Tal não significa, no entanto, que o subdiretor Nuno Pacheco tenha assumido uma posição anódina ao longo do processo deliberativo; pelo contrário, as suas opiniões (*standpoint*) foram sempre explícitas e fundamentadas, numa perspetiva crítico-racional. Com referimos, a posição reiterada do subdiretor é a de que a guerra é inevitável, embora defenda que a melhor solução seria prosseguir os esforços diplomáticos:

“No mesmo dia em que Colin Powell se dirige ao Conselho de Segurança da ONU, as agendas configuram já a iminência de uma guerra”¹⁶⁹

“Tudo isto configura o que se imagina: no momento exato, com a máquina de guerra em marcha, perante uma opção de alternativa única (Bush ou Saddam), o mundo aperrará as armas. Resta saber, traçados os mais aterradores cenários, o que virá depois”¹⁷⁰

“Com uma guerra em marcha, o ar de desprezo com que são encaradas algumas declarações dos nossos «mais velhos» (...) ou dos «mais velhos» dos outros (...) mostra que há uma necessidade de tal modo ansiosa de

169 “As Provas de Powell”, in “Público” de 5 de fevereiro de 2003.

170 “As Provas de Powell”, in “Público” de 5 de fevereiro de 2003.

rever a história e esquecer o passado que até os seus apoiantes parecem incômodos”¹⁷¹

“Schroeder e Chirac sabem de antemão que nada travará as tropas norte-americanas, para quem o início da guerra é só uma questão de dias e de ordens”¹⁷²

“Já começaram, aliás, as típicas poses dos soldados para as câmaras dos fotógrafos e televisões, numa coreografia guerreira destinada a iludir-nos os olhos com a beleza das fardas, a imponência das armas, o sol em contraluz. E a areia do deserto a servir de tapete morno a um prólogo mediático hipnotizante, antes do troar medonho das bombas”¹⁷³

“Tudo isto pode valer um compasso de espera, mas já pouco ou nada conta para travar os planos de guerra, em inexorável contagem decrescente”¹⁷⁴

“Digamos, pois, que são fracas as esperanças no horizonte da paz”¹⁷⁵

“Neste cenário de beco sem saída, outros sinais inquietantes vêm manchar as esperanças dos ainda crédulos numa solução pacífica (...)”¹⁷⁶

“Os destinos do mundo escoam-se, assim, numa perigosa clepsidra povoada de insanidade, desejo de sangue e falsas esperanças. A vogar nela, há quem conte com a «realpolitik», para nos condenar à salvação”¹⁷⁷

“Entre novas manobras diplomáticas e antigos cenários de guerra, a crise no golfo Pérsico marca passo, à espera do previsível desfecho”¹⁷⁸

171 “Uma Morte, Muitas Vidas”, in “Público” de 7 de fevereiro de 2003.

172 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

173 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

174 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

175 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

176 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

177 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

178 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

“Amanhã, no Conselho de Segurança da ONU, jogam-se as últimas cartas na crise iraquiana. As espingardas, essas, já não precisam de ser contadas”¹⁷⁹

Todos os membros da Direção Editorial consideram a guerra inevitável, independentemente de a considerarem, ou não, como a melhor solução para a crise iraquiana; no entanto, apenas o subdiretor Nuno Pacheco reitera este ponto de vista (*standpoint*) em todos os editoriais que assina, desenvolvendo-se toda a sua argumentação em torno deste *standpoint*, seja quando avalia as provas contra o regime iraquiano, quando desqualifica as posições dos países atacantes ou quando desvaloriza os que se lhes opõem. O subdiretor defende que a guerra é inevitável com base nas seguintes linhas argumentativas: 1) o processo diplomático em curso já tem o desfecho definido à partida, fruto quer da decisão dos países atacantes avançarem para a guerra independentemente dos resultados das inspeções da ONU ao Iraque ou das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, quer da ineficácia política das posições assumidas pelos países antiguerra que, em última instância, acabarão por apoiar o esforço militar e 2) a não-colaboração do Iraque com as inspeções e o seu incumprimento das resoluções da ONU.

O subdiretor Nuno Pacheco critica os líderes dos países atacantes, nomeadamente ao apontar a incoerência das suas acusações a Saddam Hussein e ao contestar os invocados resultados da “guerra preventiva”:

“Num momento em que, neste outro continente em que vivemos, «velho» começa a ser sinónimo de antiquado ou pusilânime, num momento em que uma geração de líderes de sangue quente e cérebro frio (antes fosse o contrário) decidem os destinos do mundo com a arrogância de quem se julga à partida detentor da vitória (...)”¹⁸⁰

“Com uma guerra em marcha, o ar de desprezo com que são encaradas algumas declarações dos nossos «mais velhos» (...) ou dos «mais velhos» dos outros (...) mostra que há uma necessidade de tal modo ansiosa de

179 “As Últimas Cartas”, in “Público” de 10 de março de 2003.

180 “Uma Morte, Muitas Vidas”, in “Público” de 7 de fevereiro de 2003.

rever a história e esquecer o passado que até os seus apoiantes parecem incômodos”¹⁸¹

“os «milhões de criaturas» que há que «desfanatizar» e aqueles que «de forma messiânica» defendem o «uso de canhões e bombardeiros eficientes»”¹⁸²

“Ainda anteontem Colin Powell referiu perante o CS da ONU, ao juntar provas para incriminar o Iraque, que «Saddam tem ligações com o terrorismo há décadas». Ou que «Saddam não mudou»”¹⁸³

“Mas isso não pode ser verdade. Porque se Saddam não mudou e tem ligações ao terrorismo desde há décadas, os EUA deviam ser os primeiros a pedir desculpas ao mundo”¹⁸⁴

“Nenhuma resolução da ONU ou missão de boa vontade darão tais resultados, seja em que tempo for. Por isso, como Bush filho já deixou claro, só a guerra lhe interessa. O resto é perda de tempo. A ordem, clara, é: não perder mais tempo. Mesmo que se percam vidas”¹⁸⁵

“[Para os Estados Unidos e os seus aliados britânicos] Qualquer paliativo será tanto ou mais indesejável quanto os resultados prometidos nunca serão os almeçados: desarmar o Iraque, destronar Saddam e redesenhar o mapa político no Médio Oriente”¹⁸⁶

“Talvez o mundo seja demasiado teimoso para atender às razões invocadas pela Casa Branca, com insistente veemência ou talvez essas razões não sejam tão facilmente explicáveis como pretendem os seus defensores”¹⁸⁷

“Certo é que George W. Bush vai chegar à guerra como chegou à Casa Branca: pelo cansaço dos adversários. Vencidos, mas não convencidos de

181 “Uma Morte, Muitas Vidas”, in “Público” de 7 de fevereiro de 2003.

182 “As Últimas Cartas”, in “Público” de 10 de março de 2003.

183 “Uma Morte, Muitas Vidas”, in “Público” de 7 de fevereiro de 2003.

184 “Uma Morte, Muitas Vidas”, in “Público” de 7 de fevereiro de 2003.

185 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

186 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

187 “As Últimas Cartas”, in “Público” de 10 de março de 2003.

que a tão defendida guerra preventiva seja, em si, a melhor solução para o problema iraquiano”¹⁸⁸

Nuno Pacheco também avalia criticamente as posições que são assumidas pelos países antiguerra, como a França e a Alemanha, acusando-os de “oportunismo”, considerando que as suas propostas não alterarão o curso da guerra e que têm como principal objetivo “salvar a face”:

“a Alemanha e a França lançaram novos dados para a mesa do conflito no golfo Pérsico. Um plano secreto, convenientemente revelado na data oportuna (...), prevê o envio de «capacetes azuis» da ONU para, junto com os inspetores, (que triplicariam em número), assegurar o desarmamento integral do regime de Saddam Hussein”¹⁸⁹

“O nome do plano, «Operação Mirage», sublinha não só a ironia como a quase impossibilidade da proposta: ver Saddam aceitar uma «invasão» do Iraque, ainda que pacífica, por soldados das Nações Unidas que passariam a subalternizar a sua guarda pretoriana é na verdade uma miragem”¹⁹⁰

“Mas permite ao eixo franco-alemão salvar o nome e a face, quando chegar a hora de subscrever a intervenção militar que Bush e Blair planearam e já dão como certa”¹⁹¹

“É, por isso, uma miragem providencial e politicamente oportuna – em última instância, talvez mesmo oportunista”¹⁹²

“O plano franco-alemão deve falhar nos seus propósitos nominais: Saddam não se deixará humilhar a tal ponto. Mas pode, ao menos, acertar nos seus propósitos secretos: salvar alemães e franceses de um indesejável isolamento na hora da decisão final (...)”¹⁹³

188 “As Últimas Cartas”, in “Público” de 10 de março de 2003.

189 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

190 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

191 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

192 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

193 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

*“Só que a Alemanha e a França sabem que, a curto prazo, a sua situação é inaceitável: no momento da escolha, perante a dicotomia «liberdade-tiranía», não lhes será possível manter neutralidade”*¹⁹⁴

*“este plano pretende restabelecer não só a hipótese de manter a paz no curto prazo por caminhos teoricamente viáveis (embora de duvidoso êxito prático), como deixa nas mãos de Saddam a opção final pela guerra, caso ele recuse esta outra «última oportunidade», vinda de uma Europa que tem preferido refrear os ímpetos bélicos de Bush”*¹⁹⁵

*“E que mesmo o propalado plano franco-alemão que a França ontem enjeitou, numa atitude surpreendente, e que agora conta com a promitente adesão da Rússia, pouco mais acrescentará do que uma vaga sensação de enfado aos que já não têm «mais tempo» (termo muito em voga) para dar”*¹⁹⁶

A crítica dirige-se não só às suas propostas no plano diplomático, mas também às posições que assumem no âmbito das relações transatlânticas, nomeadamente em organismos conjuntos com os EUA, como a NATO:

*“Os que, logo após o 11 de Setembro, vaticinavam que a NATO poderia ser a primeira vítima da emergente guerra contra o terrorismo (...) têm agora razões para júbilo. E não só eles: também a Casa Branca (...). E, sobretudo, Saddam Hussein, que terá visto com gáudio a ruidosa brecha europeia na Aliança”*¹⁹⁷

*“Ontem, com o veto da Bélgica, França e Alemanha ao pedido norteamericano para reforçar militarmente a Turquia antes de uma guerra no Iraque, viu-se que o «fardo» vai continuar a pesar de modo desigual”*¹⁹⁸

*“Coisa que os EUA até nem desdenham, mas que significará um rude golpe, mais um, no papel da Europa, não só nesta crise como em todas as que se seguirão”*¹⁹⁹

194 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

195 “Uma Miragem Providencial”, in “Público” de 9 de fevereiro de 2003.

196 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

197 “Saddam Agradece”, in “Público” de 11 de fevereiro de 2003.

198 “Saddam Agradece”, in “Público” de 11 de fevereiro de 2003.

“Os países que optaram pelo veto julgam assim refrear a guerra ou adiá-la. Mas enganam-se. Porque a defesa imediata da Turquia (que nenhum deles negará num futuro próximo, se e quando o confronto estiver iminente) poderia servir como mais uma forma de pressão, entre tantas, sobre o regime de Bagdad”²⁰⁰

“Assim, caso a NATO não chegue a acordo neste caso (...) os EUA avançarão, não só com a prometida ajuda à Turquia, mas também com a operação militar já delineada. E a Europa, desunida, assistirá impotente ao deflagrar da guerra. Não podia haver pior cenário: o antibelicismo a escancarar as portas àquilo que mais abomina”²⁰¹

O subdiretor imputa também a Saddam Hussein, em última instância, a responsabilidade pela guerra, pela sua não-cooperação com as inspeções da ONU, considerando que essa falta de colaboração é corroborada pelos próprios inspetores:

“Bagdad tinha prometido fazer «todo o possível» para que a visita deste fim de semana de Hans Blix e Mohamed El Baradei [inspetores da ONU] ao Iraque fosse um êxito. Mas não se esforçou por isso”²⁰²

“Os chefes dos inspetores da ONU misturaram otimismo e prudência nas suas declarações de ontem, no final da visita, e o que fica pendente de resolução deixa no ar os piores receios”²⁰³

“El Baradei (...) disse que esta visita foi «o início de uma plena cooperação» que, a manter-se, poderá levar a uma «solução pacífica» do conflito. Não disse, porque não podia, qual a sua crença pessoal nesse caminho”²⁰⁴

A oposição à guerra é expressa por Nuno Pacheco de modo indireto ao longo destes editoriais, subjazendo à argumentação crítica das posições assumidas pelas várias partes envolvidas no conflito. A exceção ocorre no texto em que o subdiretor

199 “Saddam Agradece”, in “Público” de 11 de fevereiro de 2003.

200 “Saddam Agradece”, in “Público” de 11 de fevereiro de 2003.

201 “Saddam Agradece”, in “Público” de 11 de fevereiro de 2003.

202 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

203 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

204 “Perigosa Clepsidra”, in “Público” de 10 de fevereiro de 2003.

analisa as manifestações antiguerra, assumindo explicitamente a defesa da continuação dos esforços diplomáticos, com vista à recondução do processo a uma solução *legítima* no quadro do direito internacional (ONU).

*“As manifestações de ontem foram um sinal inequívoco de que a guerra deve ser mesmo um último recurso – como determina a ONU – e apenas admissível quando estiverem esgotadas as vias negociais”*²⁰⁵

*“De perfil indefinível, a imensa mole humana que desfilou pelas ruas de inúmeras cidades terá tudo menos uma opinião de idênticos fundamentos. Mas exprimiu, sem margens para dúvidas, a sua oposição à guerra”, “«Não» à guerra, apenas. Como forma de exorcizar a eventualidade de um terror desconhecido”*²⁰⁶

*“(…) e somadas às sondagens que já registavam largas maiorias antibelicistas em numerosos países, estas manifestações foram um sinal inequívoco de que a guerra deve ser mesmo um último recurso – como determina aliás a própria ONU – e apenas admissível quando já estiverem esgotadas as vias negociais. E este sinal deve ser encarado pelos políticos com seriedade e máxima ponderação”*²⁰⁷

A posição assumida pelo autor neste editorial contrasta com a que o diretor José Manuel Fernandes assumiria, posteriormente, sobre o mesmo assunto, como analisámos anteriormente. O diretor secundariza a relevância política da Opinião Pública, nomeadamente distinguindo entre as opiniões legítimas e as ilegítimas, sustenta que cabe aos governos convencer quem se posiciona contra a guerra de que esta é a melhor solução e, no geral, restringe a função política da Opinião Pública ao ato eleitoral. Já o subdiretor Nuno Pacheco posiciona-se nos antípodas: defende que todas as opiniões são legítimas, atribui-lhes uma força performativa resultante de as considerar como uma expressão comum da vontade popular (“modo de voto global”), a ser respeitado por quem governa. Estabelece uma relação causal entre o seu significado político e aquela que deve ser a atuação do poder executivo:

205 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

206 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

207 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

“(...) a paz agora exigida nas ruas só poderá ser vista e aceite como um imperativo de consciência, não como um ato de capitulação face a quem quer que seja. E muito menos quem viola o direito internacional”²⁰⁸

“O sentido desta paz só pode levar a que Saddam se veja obrigado, cada vez mais, a cumprir sem reservas as resoluções da ONU. E que os mais ansiosos por uma ação militar a reconduzam aos limites acordados pelas Nações Unidas, no quadro do direito internacional”²⁰⁹

Interpreta o “possante clamor das ruas” enquanto expressão da vontade popular e, como tal, a ser encarada como um ato de soberania:

“Mesmo que outro fim não tenham, estas manifestações foram uma forma de voto global. Assim todos as entendam”²¹⁰

Nesta representação mediática que é dada a uma forma muito concreta de expressão da Opinião Pública, encontramos uma conceção desta como veículo da vontade comum do público de cidadãos, que acordaram entre si, não obstante eventuais posicionamentos (opiniões) individuais diversos, uma determinada forma de resolver um problema comum: Que fazer perante a crise iraquiana? Avançar para a guerra ou prosseguir os esforços diplomáticos? O facto da opção defendida ser contrária à dos governos é interpretado como um ato de soberania popular, a ser atendido pelos governos, o que confere à Opinião Pública assim entendida uma validade normativa e uma força política tal como sustentada pelas conceções normativas da democracia que, nesta dissertação, são representadas, pelos trabalhos de John Dewey e, sobretudo, Jürgen Habermas. A tese habermasiana de que “a opinião não governa”, mas deve influenciar o poder político em situações de controvérsia generalizada (Habermas, 1997) é, em nosso entender, a que melhor nos permite interpretar o posicionamento do subdiretor do “Público”, tendo em conta não só o que defende no editorial que dedica às manifestações antiguerra, mas também a opinião expressa acerca do próprio debate social em curso sobre a crise iraquiana:

208 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

209 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

210 “O Sentido da Paz”, in “Público” de 16 de fevereiro de 2003.

“Nas democracias, de que devemos orgulhar-nos, o princípio do contraditório, da luta acesa de ideias ou projetos, é essencial. Não é um jogo. O jogo, esse, é explícito; e exprime-se no sufrágio universal com que se elege governos cuja prática política será julgada no sufrágio seguinte”

211

*Neste pequeno interlúdio, esgrimem-se agora opiniões que, na sua diversidade argumentativa, procuram aclarar melhor – com fundamentos históricos, dados objetivos e percepções subjetivas – as eventuais consequências do caminho a seguir seja ele qual for, para desarmar o regime iraquiano”*²¹²

O argumento do diretor do jornal, que distingue entre as opiniões aceitáveis e as não-aceitáveis, é refutado por Nuno Pacheco que defende que o confronto argumentativo de posições contraditórias é essencial em democracia:

*“No entanto, no meio deste debate, há um argumento que tem vindo a repetir-se e que corre o risco de sufocá-lo: é o de determinadas opiniões ou comportamentos, independentemente do seu grau de razoabilidade, fazerem o jogo de terceiros”*²¹³

*“Blair «faz o jogo» de Bush, os países de Leste candidatatos a aderir à União Europeia «fazem o jogo» da América (e daí que na lamentável observação de Chirac, devessem «estar calados»), os manifestantes de dia 15 «fazem o jogo» de Saddam”*²¹⁴

*“Esta ideia, em lugar de permitir um saudável confronto de opiniões, acaba por ser perniciosa e castradora. Ninguém dará um passo, ou exprimirá uma opinião sem correr o risco de entrar no jogo dos que «fazem o jogo»”*²¹⁵

“Em democracia, repita-se, o jogo é claro. As opiniões também devem sê-lo, mesmo as mais duras. Porque os mecanismos democráticos assim o

211 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

212 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

213 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

214 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

215 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

exigem e permitem. Sem medo de fazer o jogo de quem quer que seja. Isto é igualmente válido para os governos que, apoiados ou contestados nas ruas, só no voto têm o seu julgamento definitivo. Assim sendo, que cada qual assuma as suas responsabilidades. Sem temer o jogo do «jogo»»²¹⁶

As opiniões expressas neste editorial pelo subdiretor Nuno Pacheco são ilustrativas da forma como o próprio subdiretor pautou a sua argumentação sobre a crise iraquiana, recusando um alinhamento maniqueísta por qualquer dos lados em conflito, avaliando criticamente as diversas posições assumidas pelos intervenientes e submetendo as propostas dos diversos atores envolvidos a um julgamento que, em particular em relação à retórica argumentativa do diretor, foi o que mais se aproximou do ideal crítico-racional de avaliar as propostas pelos seus méritos (e deméritos) intrínsecos, isto é, pela sua *racionalidade*. Nuno Pacheco não se furtou a tomar posição, defendendo que a melhor solução para a crise iraquiana seria de natureza diplomática, no quadro da ONU, no âmbito da legitimidade conferida pelo direito internacional, mas a sua argumentação foi menos polarizada, não optando por uma retórica divisionista. Mesmo quando, pontualmente, estabelece uma distinção entre os “nossos” valores de liberdade, em relação aos valores do “outro” de tirania, não parte dessas premissas para concluir da legitimidade ou ilegitimidade da solução militar, tão-só da sua inevitabilidade, decorrente do poderio militar dos países invasores que, aliás, desqualifica sistematicamente. Para o autor, o “argumento da força” está longe de ser válido, embora seja eficaz e mesmo decisivo. No cômputo geral, a distinção é de monta e é um dos elementos que contribui para a nossa conclusão de que a retórica argumentativa do subdiretor é a que menos danos causa às regras e às práticas comunicativas da esfera pública, elemento crucial no quadro de uma “retórica responsável”, informada pela ética discursiva habermasiana.

Não obstante a sua posição institucional enquanto subdiretor do jornal, o editorialista posiciona-se como um argumentador entre outros de uma comunidade confrontada com uma situação de “urgência comum”, que urge solucionar, avaliando racionalmente os meios e as alternativas disponíveis para o efeito. É neste contexto

216 “O Que Está em Jogo”, in “Público” de 21 de fevereiro de 2003.

que interpretamos a sua reiterada convicção de que a guerra é inevitável e que, em muitos dos textos analisados, é expressa em jeito de lamentação; contudo, o autor vai analisando os diversos acontecimentos que se vão sucedendo, quer julgando-os à luz do seu efetivo contributo para a resolução do diferendo quer desenvolvendo uma mensagem que contribui reflexivamente para a deliberação pública em curso, permitindo aos leitores formarem a sua própria opinião. Todas as opiniões são avaliadas criticamente pelo subdiretor, sejam as posições expressas pelos países envolvidos no conflito, sejam as oriundas da Sociedade Civil; o que configura um fortalecimento da deliberação pública, decorrente do maior grau de abertura do debate, que contribui para assegurar, nomeadamente pelo cumprimento dos requisitos de abertura e paridade, a estrutura de uma esfera pública cuja comunicação se pauta pelo debate crítico-racional.

“A retórica responsável é aquela cujas práticas argumentativas consideram, no caso particular, quer a necessidade de gerar resultados deliberativos eficazes, quer a necessidade de preservar as relações comunicativas que fazem com que tal ação seja significativa para todos os envolvidos” (Goodnight, 1993, p. 335).

Outro contributo central para esta conclusão é o que nos é fornecido pela análise cruzada dos editoriais nos quais os dois mais importantes elementos da hierarquia da redação do jornal “Público”, o diretor José Manuel Fernandes e o subdiretor Nuno Pacheco, avaliam as manifestações antiguerra, tendo em conta que esta dissertação se centra, exatamente, no conceito normativo de Opinião Pública, sendo o nosso objetivo principal perceber qual o contributo do jornal em análise para o processo deliberativo de formação de opinião relativo à crise iraquiana. Importa referir que o editorial do subdiretor é publicado no dia que se segue às manifestações globais que levam às ruas milhões de pessoas por todo o mundo, enquanto o do diretor é publicado escassos dois dias depois. A análise cruzada destes editoriais demonstra posicionamentos antagónicos perante as manifestações antiguerra, como já referimos; mas é de reter que o editorial do diretor, dada a sua publicação posterior, nos parece indiciar a importância que José Manuel Fernandes confere a esta matéria. Essa relevância é patente quer, paradoxalmente, na sua estratégia argumentativa de

desvalorização da importância política das manifestações pela paz, quer pelo facto do diretor optar por escrever um novo editorial sobre uma questão tratada escassos dias antes pelo subdiretor e que, no seu todo, oferece aos seus leitores uma interpretação a todos os níveis contraditória em relação à de Nuno Pacheco. Consideramos que esta opção do diretor representa como que um “corrigir de rota” da posição do jornal nesta matéria. O assunto não é retomado por nenhum membro da Direção Editorial.

4.7. O “Público” e a Crise Iraquiana

As dissensões no seio da Direção Editorial são visíveis para os leitores do jornal; agudizando-se ou, pelo menos, tornando-se mais explícitas com a nota da Direção Editorial²¹⁷ à qual aludimos anteriormente, na qual é reafirmada a opção pela não-tomada de posição perante a crise iraquiana. Numa segunda linha argumentativa, é feita a defesa das tomadas de posição do diretor do jornal, para as considerar como imputáveis apenas ao autor, não vinculativas do jornal enquanto instituição, tese sustentada através de uma argumentação por dissociação entre informação (vinculada ao jornal) e opinião (expressando a subjetividade do autor que a assina). Este mesmo entendimento já havia sido expresso anteriormente, nomeadamente quando o diretor José Manuel Fernandes apoiou a intervenção militar no Kosovo (Ponte, 2002, p. 72). Para a Direção Editorial, a opção pelos editoriais assinados

“não é resultado de qualquer «esquizofrenia», como alguns críticos sustentam, mas da consciência de que em Portugal não existe espaço para os chamados «jornais de tendência»”²¹⁸

e que

“a existência de opiniões fortes, expressas em editoriais assinados por membros da Direção Editorial, ou pelo seu diretor, não deve contudo, contaminar o distanciamento do jornal na cobertura informativa”²¹⁹

217 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

218 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

219 “O PÚBLICO e a Crise Iraquiana”, in “Público” de 14 de março de 2003.

A argumentação é refutada pelo diretor-fundador do jornal, Vicente Jorge Silva, que considera que em vez de responder cabalmente às acusações de “esquizofrenia”, a nota da direção apenas as torna mais evidentes:

“Não se ultrapassam os problemas do foro psíquico — ou, neste caso, de coerência e consistência editorial — fazendo de conta que eles não existem, mas enfrentando com coragem e lucidez os fantasmas que nos assombram”²²⁰

O *standpoint* de Vicente Jorge Silva é o de que

“a opinião do diretor de um jornal, por mais pessoal que seja ou por maiores e legítimos direitos de subjetividade que pretenda reivindicar, não é «separável» da percepção comum que se tem sob o peso dessa opinião como reflexo da sensibilidade «média» de uma linha e de um comportamento editoriais”²²¹

O diretor-fundador justifica a asserção com os seguintes argumentos:

“Não há «subjetividades» equiparáveis e concertáveis quando só uma predomina de forma esmagadora e se impõe a todas as demais”²²²

“a opinião pessoal do diretor do Público assume um protagonismo desmesurado, desproporcionado e ostensivo” em relação ao resto da direção e da redação”²²³

“rompendo com uma tradição de equilíbrio que marca os fundamentos da história do Público”²²⁴

220 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

221 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

222 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

223 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

224 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

*“tal protagonismo reveste-se de um carácter tribunício, ideológico e militante claramente contraditório com a referida sensibilidade «média» do jornal”*²²⁵

*“[representa um] alinhamento estrito e incondicional, numa lógica de campanha obsessiva com as posições da Administração Bush”*²²⁶

Vicente Jorge Silva enquadra os seus argumentos:

*“Não se trata de discutir essas opiniões, mas o lugar e o contexto em que elas são emitidas e a autoridade do estatuto de que se reclamam, enquanto opiniões expressas e reivindicadas pelo diretor de um jornal como o Público (...) [com] a relação de lealdade que estabeleceu com os leitores ao longo de uma história, que não pode ser reescrita ao sabor dos caprichos de alguém que (...) não deveria arrogar-se qualquer direito sobranceiro de tutela ideológica sobre o mesmo”*²²⁷

O diretor-fundador precisa o seu entendimento sobre qual deve ser a atuação do diretor do jornal:

*“O diretor não é um extraterrestre que desembarca inopinadamente numa redação e pode dar largas incontidas aos seus extravagantes direitos de subjetividade (...)”*²²⁸

*“[o diretor] procura um ponto de equilíbrio entre as suas opiniões e a tal sensibilidade «média» que caracteriza e empresta coerência ao corpo (e à alma) do jornal que dirige”*²²⁹

*“esse é um elemento de identidade (de identificação) de que não podem prescindir nem os leitores nem os jornalistas”*²³⁰

225 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

226 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

227 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

228 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

229 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in ““Público”” de 18 de março de 2003.

A invocação dos leitores é fundamental na análise do diferendo entre a direção do jornal e o seu diretor-fundador acerca do significado do editorial: representa a posição institucional do jornal ou, por ser assinado, representa, sobretudo, a opinião do seu autor? Este assunto está longe de se reduzir a uma polémica entre jornalistas, como se verifica pelo facto de, três anos depois, o “Provedor do Leitor” dedicar três colunas a esta questão. A intervenção terá sido motivada quer pela decisão do diretor do “Público”, no terceiro aniversário da invasão do Iraque, se ter pronunciado de novo favoravelmente sobre a decisão de avançar para a guerra, quer pelo facto de, em 2003, o jornal não dispor de “Provedor do Leitor”.

Em 2006, o “Provedor do Leitor”, Rui Araújo, analisa²³¹ uma carta do leitor João Cerqueira que acusou o diretor de ter apoiado a invasão iraquiana “baseado em informações falsas (mentiras)”:

“Dessa forma manipulou a verdade, distorceu os factos e enganou os leitores. Senti-me na altura (decerto como muitos leitores) ultrajado e indignado por «o meu jornal» apoiar um crime contra a Humanidade recorrendo à mentira. Três anos depois, o diretor do PÚBLICO, ao invés de assumir o erro e fazer um mea culpa, prefere a fuga em frente, continuando a defender o indefensável e a escrever coisas inacreditáveis como «o mundo e o Iraque está melhor»...”²³²

Já o leitor António Fernandes questiona o modelo dos editoriais assinados no “Público”, considerando, tal como Vicente Jorge Silva (que se junta ao debate de novo) que a questão que se coloca não se prende com a opinião do diretor *per si*, mas com o lugar institucional a partir do qual fala aos seus leitores: o editorial. Se o editorial, por ser assinado, vincula sobretudo o seu autor, o que o distingue então de outros textos opinativos? Para António Fernandes, um editorial deve exprimir “a «opinião do jornal», seja qual for o processo pelo qual esta seja determinada”²³³:

230 “O PÚBLICO e a crise iraquiana – resposta a uma nota da direção”, in “Público” de 18 de março de 2003.

231 “Guerras”, in “Público” de 14 de maio de 2006.

232 “Guerras”, in “Público” de 14 de maio de 2006.

233 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte I”, in “Público” de 29 de outubro de 2006.

“O que é que, por exemplo, nessa perspetiva, legitima o especial ênfase conferido à campanha ideológica do Diretor do jornal – o qual, obviamente, publica aí os seus artigos quando quer?”²³⁴

“na medida em que este [o diretor] é escolhido pelo dono do jornal e aceite pela redação para desempenhar esse cargo unipessoal, teria suficiente legitimidade para exprimir, no lugar próprio, uma opinião distinta e própria, que, sem dificuldade nem escândalo, se consideraria corresponder à tendência do jornal enquanto «instituição»”²³⁵

“Certamente por falta de lucidez (...), não tenho ideia de nenhum jornal em cujo «editorial» se possa, num dia, ler uma coisa, e, no dia seguinte, o seu contrário”²³⁶

“O que eu pretendo é simples: clareza. Se há uma coisa chamada «editorial», que ela corresponda a uma «opinião autorizada» porque imputável à instituição-jornal – e que as opiniões individuais sejam publicadas onde aparecem as outras do mesmo cariz. Se a diferenciação do «editorial» não for possível ou politicamente sustentável – então é melhor que deixe de existir”²³⁷

Inquirido pelo “Provedor”, o diretor remete para a referida nota da direção para sustentar que o jornal não tomou posição perante o conflito iraquiano, acrescentando:

“O diretor do PÚBLICO apoiou a intervenção, explicou porquê e regressou ao tema no terceiro aniversário da intervenção. É um facto que tenho e tive opinião (vivo num país livre, trabalho num jornal livre e plural), não é um facto que tenha manipulado ou distorcido factos para enganar os leitores: fiz e faço leituras diferentes dos factos que as deste leitor”²³⁸

234 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte I”, in “Público” de 29 de outubro de 2006.

235 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

236 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

237 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

238 “Guerras”, in “Público” de 14 de maio de 2006.

O diretor acrescenta que os editoriais do “Público” apenas comprometem os seus autores e que a busca de “uma espécie de «opinião média» da redação” não só “não é possível” como “não é praticável”²³⁹

O ex-diretor Vicente Jorge Silva refuta essa afirmação:

“(...) tínhamos o hábito salutar de discutir uns com os outros, democrática e colegialmente, os textos que escrevíamos, no sentido de respeitar a pluralidade dos pontos de vista, mas sem prejuízo da coerência e consistência do rumo editorial do jornal, um capital que muito prezávamos”²⁴⁰

O diretor José Manuel Fernandes sustenta ter havido uma alteração na política editorial, lembrando que os editoriais sempre foram assinados:

“porque, mesmo podendo ser lidos e discutidos, não eram a mediana das opiniões da redação ou mesmo da direção”²⁴¹

E que a alteração do Livro de Estilo, ao passar a permitir que os colunistas polemizassem entre si, aumentou o pluralismo de opiniões:

“[houve] uma alteração na política editorial, não nas regras editoriais, mas no que respeita ao pluralismo das opiniões, que passou a ser maior”²⁴²

O “Provedor do Leitor” não se pronuncia sobre a posição assumida pelo diretor perante a crise iraquiana, por estar para além do seu estatuto, mas defende que a opção por editoriais não assinados que veiculam a posição institucional do jornal é a melhor solução:

“É uma opinião [do diretor] e o provedor não comenta opiniões. O facto de não me pronunciar, não significa que aprovo a posição adotada pelo diretor, revela apenas que não tenho competência para o fazer. É o que determina o estatuto”²⁴³

239 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte I”, in “Público” de 29 de outubro de 2006.

240 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

241 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

242 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

243 “Guerras”, in “Público” de 14 de maio de 2006.

“a principal função de um editorial é reforçar a coesão (na medida em que propõe uma «perspetiva central única, uma definição homogénea da realidade de acordo com os critérios socioculturais, ideológicos e económicos (ou mesmo mercantis) preestabelecidos – e a ideologia dominante através de um discurso de autojustificação pseudo-argumentativa»)”²⁴⁴

“[o modelo do] PÚBLICO é inovador, plural e ao mesmo tempo assaz controverso (na medida em que os editoriais são interpretados, por vezes, como uma «forma superior» de opinião nem sempre autorizada e acabam por «gerar interpretações equívocas»)”²⁴⁵

“[subscreve] a opção da imprensa anglo-saxónica (os editoriais exprimem a orientação geral do jornal, da rádio ou do canal de televisão – enquanto instituições – sobre um acontecimento e não são assinados)”²⁴⁶

A análise destes contributos reforça a nossa conclusão de que, através das posições reiteradas do diretor do jornal em defesa da guerra, o jornal “Público” acabou, conseqüentemente, por se posicionar favoravelmente perante a opção militar como a melhor solução para a crise iraquiana; as próprias dúvidas levantadas pelos leitores acima referidos, nomeadamente relativamente à natureza do editorial, contribuem para adensar as dificuldades em separar aquela que é a opinião do diretor daquela que é a opinião do jornal enquanto instituição.

Entendemos que o jornal é um espaço ideológico complexo e que, perante as dissensões que atravessaram, marcam (e pressupomos que continuarão a dividir) não só a sociedade portuguesa, mas também a opinião pública mundial perante a guerra no Iraque, o seu corpo redatorial, nomeadamente os jornalistas que integram a direção, são também afetados por essas divergências de opinião. Um jornal, e os seus profissionais, não é um sistema estanque, à parte da restante sociedade; antes pelo contrário, a sua prática profissional diária está (tem de estar) vinculada à vida social, não podendo dissociar-se do “mundo da vida”, seguindo uma formulação

244 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

245 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

246 “Visão do Mundo e Discurso Ideológico – Parte II”, in “Público” de 5 de novembro de 2006.

habermasiana, sob pena de perder a relação com o que legitima a sua atuação no espaço público: a opinião pública. Neste contexto, as dissonâncias na redação do jornal são salutares e tornam-no como que um “microcosmos” da sociedade na qual se insere, para a qual exerce a sua função de informar e na qual assenta a sua legitimidade na orientação dos fluxos discursivos no espaço público.

O diretor do jornal é livre de interpretar os factos, em função da sua hierarquia de valores, e de expressar a sua opinião perante as questões que marcam a atualidade informativa; essa é, aliás, uma das suas principais funções. Quanto mais diversificadas forem as opiniões veiculadas pelo jornal, maior será o seu contributo para o esclarecimento do público, uma vez que amplia o leque de temáticas em debate, assim fortalecendo a deliberação pública. O que está em causa não é a liberdade de expressão do diretor *per se*, mas a pretensão de que os editoriais por si assinados não devem ser entendidos como representativos da posição do jornal perante a crise iraquiana.

Neste caso concreto, há dois elementos que merecem ser ponderados: 1) O facto de os editoriais serem assinados não desvincula o seu autor da sua posição institucional e, em concreto, da sua autoridade enquanto diretor do jornal e 2) O pluralismo de opiniões expressa-se, sobretudo, através das colunas de opinião (e não através da polémica entre membros da direção editorial). A não-observância destes elementos levou a uma efetiva quebra do contrato de lealdade com os leitores, como invocou o diretor-fundador e os leitores que se queixaram ao respetivo “Provedor”. Cremos que essa mesma perceção terá motivado a nota da Direção Editorial do “Público” que, apesar de reafirmar *de direito* a não-tomada de posição do jornal, apenas tornou mais claro o seu comprometimento *de facto*. Comprometimento esse resultante não só da preponderância da opinião do diretor, mas também pelo tipo de retórica argumentativa seguida.

Como vimos, o diretor do “Público” optou pela defesa reiterada das posições pró-guerra e pela desqualificação sistemática de quem sustentava a continuação dos esforços diplomáticos. Consideramos que a sua argumentação visou a legitimação da guerra, em termos internacionais, e a defesa da posição do governo português, a nível nacional; ambas assentes nos valores liberais de liberdade, de democracia e de

segurança invocados por José Manuel Fernandes. Como referimos anteriormente, esta argumentação convoca, do ponto de vista pragmático, diretamente os leitores, nomeadamente através da construção retórica de um “Nós” inclusivo com o qual o diretor visa convencer os leitores da legitimidade da guerra. A argumentação baseada nos valores comuns caracteriza a dimensão ilocutória dos atos de fala, mas se tivermos em conta recursos externos à própria linguagem – como a força perlocutória associada ao peso institucional do diretor, o peso quantitativo dos seus textos em relação aos de outros membros da direção editorial, a própria extensão e visibilidade de editoriais que, em quatro situações, ocupam mais de metade das páginas em que são publicados – uma outra conclusão emerge. Refira-se que o diretor, ao longo de todo o processo, nunca optou por outro modo de expressão da sua opinião que não fosse através de textos identificados como “editoriais”, embora, de acordo com o Livro de Estilo, pudesse ter optado por outras tipologias textuais, como o comentário; tendo mesmo, nas quatro situações referidas, feito publicar um “segundo” editorial, da sua autoria e identificado não só com o seu nome, mas também com a sua fotografia, extenso e detalhado, em defesa da guerra.

Todos estes elementos permitem concluir que, em última instância, a argumentação do diretor visa posicionar o jornal na legitimação da guerra e que é a partir deste objetivo perlocutório, e não o inverso, que decorre o seu propósito explícito de obter o convencimento dos leitores. José Manuel Fernandes restringe a pretensão de universalidade racional da sua argumentação, prescindindo de uma ação comunicativa orientada para o entendimento em detrimento da ação estratégica de persuasão com o objetivo de legitimar a guerra e, mais especificamente, no plano nacional, de obter o assentimento à opção do governo português de apoio à guerra. Esta ação estratégica resulta da força perlocutória do seu estatuto e do acesso de que dispõe, enquanto diretor, em termos de visibilidade e de quantidade, ao espaço do jornal. Neste contexto, a nota da Direção Editorial representa mais propriamente uma manifestação do mal-estar que a atuação do diretor terá provocado no seio do próprio jornal tanto como uma tentativa de atenuar as consequências desse posicionamento do jornal perante leitores que, pelo menos de acordo com os que se pronunciaram nos próprios espaços do jornal – seja através das “Cartas ao Diretor” seja, numa fase

posterior, junto do “Provedor do Leitor” -, se posicionariam tendencialmente contra a guerra ou, pelo menos, se mostravam também divididos quanto à iminente intervenção militar.

No seu conjunto, a retórica argumentativa do diretor do “Público” opera um fechamento da discussão pública, orientando-a para a legitimação da decisão do poder executivo (governos), através de uma argumentação destinada à persuasão do público de leitores, posicionado como espectador do debate, mas ao qual se pede o assentimento, privilegiando a eficácia da ação política à legitimidade de uma opinião construída em comum. Como referimos anteriormente, não basta seguir práticas argumentativas que gerem resultados deliberativos eficazes, é também necessário “preservar as relações comunicativas que fazem com que tal ação seja significativa para todos os envolvidos” (Goodnight, 1993, p. 335), o que não é, manifestamente, o caso de José Manuel Fernandes, que recorre a uma retórica exclusiva, através do não-*reconhecimento* do Outro (parte dos afetados pela decisão).

Analisamos a retórica argumentativa do diretor do jornal à luz daquela que deve ser a ação orientada para o entendimento, de acordo com a “situação ideal de fala” habermasiana que, metodologicamente, aplicamos como modelo contrafactual e que implica a observância de quatro pretensões de validade - compreensibilidade, verdade, sinceridade e correção – por parte de quem argumenta, visando um entendimento, e que, em conjunto, convergem na *racionalidade*. “Qualquer pessoa que aja segundo uma atitude comunicativa deve, ao efetuar qualquer tipo de ato de fala, apresentar pretensões de validade universal e supor que estas possam ser defendidas” (Habermas, 1996, p. 12). Entende-se a validade das proposições não como uma propriedade interna de determinada asserção, mas como algo racionalmente fundamentado (argumentativamente justificado) e intersubjetivo (potencialmente aceite por todos os outros), tendo de ser passível de “revalidação discursiva”, isto é, cada argumento tem de resistir a eventuais argumentos em contrário e ser capaz de contar com a aprovação de todos os potenciais participantes de um discurso. À luz deste modelo teórico, a argumentação do diretor do jornal falha esta pretensão de validade tendo em conta, nomeadamente, a exclusão *a priori* de opiniões expressas por manifestantes antiguerra que o autor desqualifica como inaceitáveis, não as

avaliando com base em argumentos, mas antes rejeitando-as liminarmente com base no presumível posicionamento ideológico²⁴⁷ dos seus defensores. Esta opção invalida a “revalidação discursiva” dos seus argumentos, que não podem ter a pretensão de poder vir a ser aprovados por todos os participantes na deliberação. O autor recusa o *reconhecimento* do “Outro” (no sentido hegeliano), negando-se a sequer considerar os seus argumentos, não em função da avaliação da sua racionalidade, mas pela recusa da sua validade ideológica, o que impede que a sua argumentação não só possa ser classificada como racional (porque esse é um critério intersubjetivo), mas também que contribua para alcançar um *consenso racional* sobre a melhor solução para a crise iraquiana. O mesmo se aplica ao argumento de que a guerra contribuirá para a autodeterminação do povo iraquiano, dado também não cumprir o requisito de pretensão a uma racionalidade universal sustentar que um povo que não é ouvido, e ao qual é imposta uma mudança de regime pela força das armas, esteja a decidir o que quer que seja quanto ao seu destino. A retórica argumentativa do diretor do “Público” viola o princípio D da ética de discurso habermasiana, que estipula que “só podem pretender ser válidas as normas que podem contar com o assentimento de todos os afetados como participantes num discurso prático” (Habermas, 2000, pp. 25-26). Ao pretender afastar da deliberação pública parte das opiniões expressas, sem as refutar racionalmente, ou ao defender uma mudança de governo de um país estrangeiro, sem que o seu povo tenha sido ouvido e através de uma ocupação militar do seu país por parte de potências estrangeiras, o autor contribui para que o resultado final da deliberação seja amputado do contributo desses que são potenciais afetados pelo resultado da deliberação: a melhor solução a dar para a crise iraquiana, seja em termos internacionais seja a nível nacional.

Por outro lado, o discurso argumentativo deve adequar-se às normas vigentes, para que o auditório possa aceitá-lo e para que os envolvidos no debate possam concordar mutuamente no que toca a uma base normativa reconhecida. “A ação de comunicação só poderá permanecer intacta enquanto todos os participantes supuserem que as pretensões de validade que reciprocamente efetuam são apresentadas justificadamente” (Habermas, 1996, p. 12), o que, em nosso entender,

247 CF “As Opiniões Públicas”, in “Público” de 27 de fevereiro de 2003.

não ocorre quando o diretor invoca argumentos que ferem a norma da legalidade, como acontece com a defesa de uma “guerra preventiva”. O argumento principal do autor, de defesa da “guerra como o mal menor” que evitará “guerras piores”, não é, assim, passível de revalidação discursiva, devido à violação das normas do direito internacional, que não autoriza a invasão de um país soberano a não ser em casos muito particulares, como aconteceu aquando da primeira Guerra do Golfo, que se concretizou após o Iraque ter invadido o Kuwait e que foi, conseqüentemente, aprovada pela ONU.

Ao desvalorizar e restringir os contributos, nomeadamente, da Sociedade Civil, não se mostrando disponível para “ouvir efetivamente ao serviço da causa e também a manter-se aberto, mesmo a reforçar, a razão comunicativa” (Goodnight, 1993, p. 333), José Manuel Fernandes comporta-se como um “ator aproveitador” (Habermas, 1997) do espaço público, que se apoia no seu acesso privilegiado ao espaço público decorrente da sua posição institucional enquanto diretor do jornal, para posicionar o próprio jornal e, em consequência, também influenciar os próprios leitores, no apoio à ação governativa (apoio à guerra e legitimação da posição do governo português), numa utilização da linguagem que configura não uma ação comunicativa que visa um acordo razoável, mas antes uma ação estratégica. Neste segundo caso, a linguagem funciona em termos essencialmente perlocutórios, sendo a comunicação subordinada a imperativos da ação caracterizada pela racionalidade orientada para fins: quem age estrategicamente visa exercer influência, não chegar a acordo, com o outro; “deste ponto de vista, os objetivos ilocutórios já só têm relevância como condições para êxitos perlocutórios” (Habermas, 2010, p. 117).

Não só a retórica argumentativa do diretor do “Público” não contribui para o fortalecimento do público, numa situação de controvérsia generalizada, como também não contribui para a formação de uma opinião pública qualificada que pudesse legitimamente exercer influência sobre o poder político. Ao remeter os cidadãos para a posição de observadores do sistema político, está o jornal a contribuir para uma cidadania empobrecida, diminuindo o controlo dos múltiplos públicos que constituem a sociedade civil sobre a ação do poder executivo. A “personalização, a dramatização

de eventos, a simplificação de assuntos complexos e a polarização de conflitos promove a privatização cívica e um ambiente anti política” (Habermas, 2006, p. 422).

Em segundo lugar, concordamos com as críticas feitas à questão da assinatura dos editoriais. Embora, em princípio, esta característica pudesse permitir uma maior liberdade na expressão das suas opiniões aos membros da direção do jornal, o que se verifica, como ocorreu neste caso concreto, é que essa maior amplitude opinativa não pode ser considerada ilimitada, sob pena de se verificarem situações em que editoriais relativos ao mesmo assunto, e publicados com escassos dias de diferença, se contradigam entre si. Quando isto acontece, o que distingue então o editorial de um outro texto de opinião? A resposta é: aparentemente, nada. Ambos exprimem a opinião do autor. Para que existe então um género jornalístico específico, com as características do editorial, se não for para exprimir a posição institucional do jornal? A resposta, de novo, é: aparentemente, para nada. Esta é a perceção de alguns leitores, já aqui reproduzida, a posição do diretor-fundador (coautor do Estatuto Editorial e do Livro de Estilo) e a do ex-Provedor do Leitor. O editorial deve veicular a posição do jornal perante os acontecimentos da atualidade; se o problema, neste caso concreto, reside na sua assinatura, a solução será então passar a publicar textos não-assinados, já que qualquer jornalista, incluindo os membros da direção, dispõem sempre da alternativa de escreverem comentários, como prevê o Livro de Estilo, através dos quais podem veicular as suas opiniões acerca dos temas em debate público e como o próprio diretor fez, em quatro textos de opinião. Dada a especificidade do género editorial, parece-nos manifestamente insustentável a defesa de que pelo facto do diretor do jornal ter assinado a, recorde-se, maioria dos editoriais (18 dos 27) sobre a crise iraquiana, alguns dos quais com fotografia e com uma extensão invulgar, a opinião que expressou não deva ser considerada, tendo em conta a sua autoridade institucional, como uma expressão da posição do “Público” perante a iminência da guerra.

Aliás, refira-se que, por decisão da atual Direção, os editoriais do “Público” deixaram, posteriormente, de ser individualmente assinados, surgindo apenas a menção Direção Editorial.

Conclusão

Retomando a hipótese formulada nesta investigação, a de que o jornal “Público” se constituiria como uma esfera pública que contribuísse para a formação de opiniões públicas qualificadas relativas à melhor solução para a crise iraquiana, concluímos que esta se comprova parcialmente.

A análise dos diversos espaços discursivos do jornal (noticioso, opinativo) revela-nos que este se apresenta como um espaço ideológico complexo, com uma atuação ambivalente, ora orientada por uma ligação predominante ao sistema político, ora pontualmente mais aberta ao mundo da vida através da sociedade civil. Esta ambivalência atravessa os diversos espaços do jornal, mas assume características diferentes, consoante se trata do espaço noticioso ou do espaço de opinião, seja o que está a cargo dos colunistas seja aquele no qual são publicados os editoriais da direção.

Globalmente, o contributo do “Público” para a deliberação pública sobre a melhor solução para a crise iraquiana caracteriza-se por um tratamento discursivo das dissensões que, em última instância, privilegia os atores políticos, seja a nível nacional, seja a nível internacional. Esta é a orientação predominante quer do espaço noticioso quer do espaço dedicado aos editoriais.

No que respeita à cobertura noticiosa dos diferentes acontecimentos e tomadas de posição que ocorrem no mês e meio que antecede a invasão do Iraque, identificámos que o agendamento do tema ocorre de acordo com o modelo de mobilização (*mobilization model*), cabendo a iniciativa de agendar o tema ao sistema político, mas que os seus agentes são obrigados a mobilizar a esfera pública, uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para legitimar a sua opção (Cobb, Ross, & Ross, 1976, pp. 127-128).

A *legitimidade* de uma “guerra preventiva”, avançada pelas lideranças políticas dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, mas contestada por países como a França ou a Alemanha, foi o conceito central em torno do qual se desenvolveu a cobertura noticiosa da fase deliberativa que antecedeu o início do conflito militar. Concluímos que, do ponto de vista informativo, a cobertura do jornal se revela

equilibrada, dando idêntico destaque aos proponentes da solução militar e aos defensores da continuidade dos esforços diplomáticos, no quadro da ONU, com vista ao desarmamento do Iraque. A dissensão entre elites estrutura, a um outro nível, o discurso informativo, representando mesmo o segundo enquadramento mais frequente da cobertura da crise iraquiana. Quando as posições dos vários atores não são apresentadas como uma questão de legitimidade discutível, são enquadradas como uma matéria que divide as elites ocidentais, seja a nível internacional (como nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU), europeu (caso das cisões no seio da União Europeia) ou nacional (posição pró-guerra do governo *versus* contestação da oposição ou do Presidente da República).

Concluimos que esta cobertura noticiosa segue o “modelo de indexação” (Bennett, 1990) que relaciona a maior ou menor abertura da agenda informativa a vozes dissonantes com o grau de dissensão que se verifica no seio das próprias elites. Em situações em que essa dissensão é significativa, como aconteceu durante a fase deliberativa que antecedeu a invasão do Iraque, os jornalistas mostram-se mais permeáveis a acolher perspectivas conflituais, mantendo a divergência dentro dos limites das críticas que emergem das próprias elites políticas. Este modo de reportar questões controversas como a da invasão do Iraque tem a sua origem nas rotinas produtivas dos jornalistas, seja nos critérios de noticiabilidade (valores-notícia), nas fontes de informação ou na sua orientação para a cobertura de acontecimentos, em vez de temáticas.

O *conflito* é o valor-notícia que caracteriza a cobertura informativa da crise iraquiana, centrada quer no *conflito acerca da legitimidade da solução militar* quer no *conflito no seio das elites políticas*, o que é consentâneo com um tratamento noticioso típico da “esfera da controvérsia legítima” (Hallin, 1984), pautada por enquadramentos em competição, indexados à divergência entre elites políticas. Nesta esfera, os jornalistas trabalham de acordo com os valores da neutralidade e da objetividade, favorecendo coberturas noticiosas mais pluralistas. O conflito é um valor nuclear do paradigma jornalístico ocidental, caracterizado pela pretensão à objetividade dos seus relatos. Neste contexto, a apresentação de perspectivas conflituais, normalmente polarizadas em posições a favor ou contra uma determinada

linha de ação, representa um dos rituais estratégicos da objetividade jornalística (Tuchman, 1999), permitindo aos profissionais da informação posicionarem-se de modo distanciado em relação aos acontecimentos que reportam. Jay Rosen considera que este “ritual de equilíbrio” sublinha a tendência para a polarização dos discursos e que tem o indesejável efeito de permitir aos jornalistas fugir à responsabilidade acerca da veracidade dos seus relatos. Chama-lhe a “astúcia da objetividade”: A objetividade “produz um tipo de crítica que é facilmente contornável pelos próprios jornalistas, o que é uma forma de viver sem crítica” (Rosen, 2000, p. 143), ao escudarem-se nas versões polarizadas que apresentam aos leitores como se estas abarcassem a generalidade das perspetivas que se situam entre esses extremos e com as quais presumivelmente parte dos leitores se identificariam.

Esta abordagem aos acontecimentos tem implicações também no que respeita à deliberação pública, já que acaba por tomar como ponto de partida aquela que deveria ser a situação de chegada: os *media* operam um fechamento dos discursos e da agenda do debate, restringindo à *partida* o leque de opiniões a partir das quais se debate um determinado tema. Outra consequência do enquadramento da crise iraquiana como um conflito entre as elites ocidentais prende-se com o modo como este tratamento noticioso contribui para ofuscar que as diferentes posições se estribam em valores ético-morais diferentes, os quais acabam não só por não ser aprofundados, como são até secundarizados em relação a outras dimensões da luta político-partidária. Discute-se a indefinição quanto a uma política externa europeia comum ou debatem-se as consequências das cisões para as relações transatlânticas, entre outras, numa proliferação de tomadas de posição que só marginalmente se prendem com o debate sobre a guerra e sobre a paz. “É tanto o que se comenta que, no final, sabe-se apenas que não se sabe nada; não se sabem quais são as causas, só se sabe, ao menos, que há distintas opiniões sobre o assunto” (Luhmann, 2007, p. 101).

O outro elemento das rotinas jornalísticas a condicionar o enquadramento da crise iraquiana é o tipo de fontes de informação, os “definidores primários” (*primary definers*) (Hall *et. al.*, 1999) que, como verificámos, são predominantemente as denominadas fontes oficiais de informação que representam quase metade das fontes citadas. Estas fontes apresentam-se, aliás, como que duplamente representadas já que

o segundo tipo mais frequente, sejam as agências de informação, sejam outros *media*, recorrem também maioritariamente às fontes institucionais. Este acesso estratificado aos *media* por parte das fontes mais poderosas relaciona-se, por um lado, quer com a sua representatividade (governantes) quer com a sua capacidade de facilitar o trabalho dos jornalistas, reduzindo os custos de recolha da informação. Concluímos que a agenda noticiosa foi definida de acordo com uma “orientação para acontecimentos” que, na maioria dos casos, privilegiou os atores institucionais, mas que, quando serviu de base à ação estratégica dos movimentos sociais, permitiu que estes acessem ao espaço mediático. O contexto de produção da informação, nomeadamente o facto de a rede noticiosa do jornal “Público” incluir correspondentes nas principais capitais e cidades norte-americanas e europeias, confere-lhe uma maior facilidade na cobertura de acontecimentos e de tomadas de posição das elites políticas ocidentais. A correlação entre os enquadramentos e o tipo de fontes confirmou que na generalidade dos enquadramentos identificados predominam estes “definidores primários”. Significa que não só o que se discute, mas também *como* se discute, é maioritariamente condicionado pelos “definidores primários”, capazes de moldar os termos da deliberação pública sobre a crise iraquiana já que mesmo quando se verifica que o discurso noticioso integra outros contributos, como os oriundos da sociedade civil, estes têm de se posicionar em relação a esses enquadramentos dominantes.

Verifica-se assim uma *ocidentalização* do debate sobre a crise iraquiana, centrado em atores políticos ocidentais, como se a questão de avançar para uma guerra contra o Iraque não se tratasse de algo que, desde logo, respeita quer ao poder político iraquiano, cuja posição raras vezes é veiculada a partir de declarações dos próprios responsáveis do governo do Iraque, quer ao próprio povo iraquiano, o qual está praticamente ausente da cobertura noticiosa. O correspondente enquadramento (iraquianos) só surge em um número ínfimo das peças informativas, restringindo-se a um punhado de reportagens da autoria de enviados especiais do jornal. O “Outro” do conflito é objeto de uma espécie de “espiral de silêncio”, sendo representado neste debate por *fontes ocidentais*, que falam em seu nome, seja para responsabilizar (ou não) o governo iraquiano pela guerra que se avizinha, seja para invocar a defesa do presumível interesse do povo iraquiano em ser libertado de um domínio tirânico (ou

das bombas dos atacantes), o que resulta não só numa menorização, mas numa *exclusão* de parte diretamente afetada pela ação que resultará da deliberação em curso. Ao tratarem a crise iraquiana como uma questão eminentemente ocidental, os jornalistas não só veicularam o *orientalismo* como um macro enquadramento naturalizado, como contribuíram para a sua perpetuação na forma como o jornalismo ocidental *representa* o Médio Oriente: “O valor, a eficácia, a força, a aparente veracidade de uma afirmação escrita sobre o Oriente dependem pois pouco, e não podem depender instrumentalmente, do Oriente enquanto tal” (Said, 2004, p. 24).

À medida que o início da guerra se aproxima, os dois principais enquadramentos que organizam o discurso noticioso do jornal “Público” vão-se consolidando como dominantes, representando cerca de metade dos textos publicados. Aumenta também o número de artigos relativos às movimentações militares preparativas da invasão, bem como os referentes às consequências da guerra. Embora o debate sobre a legitimidade da solução militar se mantenha aceso, a cobertura noticiosa vai paulatinamente assumindo *a inevitabilidade da guerra* decorrente do estatuto dos *Estados Unidos como única superpotência* na era pós-Guerra Fria, macro enquadramento que subjaz à fase deliberativa da crise iraquiana.

Concluimos que, em termos globais, a cobertura informativa do jornal “Público” é pautada por uma orientação dos fluxos discursivos originários do sistema político para a esfera pública, privilegiando o princípio da eficácia ao da legitimidade. O jornal orienta-se para um fechamento dos discursos, numa perspetiva deliberativa, seguindo um modelo de agendamento que posiciona os leitores como espetadores da luta político-partidária que decorre no palco mediático.

O processo que acabará por conduzir à invasão do Iraque é tratado do ponto de vista noticioso, sobretudo, como uma questão a ser resolvida pelos especialistas, os políticos. O jornalismo toma o conhecimento técnico como modelo para reportar as notícias (Hallin, 1988, p. 123), uma consequência quer da organização social do capitalismo quer da profissionalização do jornalismo. As implicações políticas desta conceção do jornalismo resultam na representação dos assuntos públicos como questões essencialmente técnicas, a serem resolvidas pelos dirigentes políticos, ou como elementos da luta pelo poder, contribuindo para a despolitização do espaço

público, ao posicionar os leitores como espetadores. “As notícias dizem-nos não só o que aconteceu hoje no mundo, mas também como nos situamos em relação a esse mundo” (Hallin, 1988, p. 123), transmitindo aos cidadãos uma mensagem acerca do seu próprio papel na política, a qual, na sua essência, é de exclusão. Não é que o jornal não preserve a sua independência face a atores políticos, o que acontece é que são as próprias rotinas produtivas dos jornalistas que privilegiam uma cobertura noticiosa que concede uma maior preponderância aos agendadores mais poderosos, os quais buscam legitimar a sua atuação junto da esfera pública.

Esta é atuação predominante, mas não é a única identificada no espaço noticioso do jornal “Público”. Sobretudo na fase em que decorrem grandes manifestações contra a guerra, um pouco por todo o mundo, a agenda noticiosa abre-se à sociedade civil, incorporando os discursos contestatários dos manifestantes. O agendamento ocorre, então, de acordo com o modelo de iniciativa externa (*outside initiative model*) (Cobb, Ross, & Ross, 1976, p. 132), cabendo aos grupos da sociedade civil a iniciativa de alargar o debate público sobre a crise iraquiana, ao confrontar publicamente os governos com a sua oposição à guerra. Verifica-se também que esta abertura à sociedade civil, que orienta os fluxos discursivos no sentido inverso ao identificado anteriormente, isto é, agora tendo como destinatário o sistema político, é também explicada pelas rotinas produtivas dos jornalistas, nomeadamente no que respeita à sua orientação para acontecimentos. O acesso de atores e de associações da sociedade civil aos *media* ocorre, de modo significativo, precisamente quando estes atores encenam *media events* capazes de atrair a atenção da imprensa e é como que confinado à cobertura desses acontecimentos. Na fase em que se noticiam os protestos antiguerra, o enquadramento da crise iraquiana como uma questão que divide as elites políticas recua ligeiramente para dar visibilidade à relação entre governos e governados. Não só a legitimidade da guerra é alvo de controvérsia, como a própria *legitimidade dos eleitos* em avançarem para a guerra contra a vontade manifesta dos cidadãos se torna objeto de debate.

Essa é a única fase em que as fontes oriundas da sociedade civil têm capacidade de influenciar a agenda da cobertura da crise iraquiana, mas essa influência surge, em dois aspetos, significativamente limitada no que respeita ao seu

contributo global para a deliberação pública em curso. O primeiro aspeto prende-se com o facto de as fontes da sociedade civil terem de partilhar o espaço noticioso com as fontes oficiais de informação o que não acontece no caso destas últimas. Nos enquadramentos dominantes, as fontes de informação oficiais são predominantes. No enquadramento relativo aos protestos antiguerra, o espaço discursivo é dividido entre fontes oficiais e fontes da sociedade civil. Em consequência, a capacidade da sociedade civil influenciar a deliberação é claramente menor, seja por só aceder aos *media* em situações muito específicas, seja por ter de partilhar esse espaço com outras fontes. O segundo aspeto prende-se não só com o facto do contributo da sociedade civil se restringir às notícias relativas às manifestações antiguerra, mas também com as características da cobertura noticiosa desse tipo de eventos, que observa padrões de espetacularidade. Não são só as *razões* dos manifestantes que são relatadas, mas também o cenário, a indumentária e até o grau de exotividade dos seus protestos.

“Nestas situações, serão novas vozes sociais que por estes meios conseguem conquistar os *media*, ou o que na realidade acontece é exatamente o contrário: os *media* mais uma vez conseguem neutralizar as vozes alternativas (pela conversão aos seus próprios padrões discursivos de espetacularidade e sensacionalismo)?” (Esteves, 2005, p. 28).

Desta forma, embora os protestos sejam noticiados, são, em simultâneo, como que domesticados (Gitlin, 1980, p. 270); ao serem retratados na sua exotividade são neutralizados em função do que serão as normas de comportamento vigentes: os assuntos sérios são tratados nos lugares próprios (instituições) por quem de direito (governantes eleitos).

“O significado não-democrático deste tipo de fechamento do discurso público não está no exercício de uma censura deliberada desta ou daquela posição sobre a Guerra, ou numa exclusão à partida de determinados atores sociais do debate – mesmo que o resultado final acabe na maioria das vezes por se encaminhar precisamente para estas consequências” (Esteves, 2005, p. 19).

Verifica-se ainda que o público que sai à rua para recusar legitimidade à guerra não é considerado pelos jornalistas como um deliberante de pleno direito, no mesmo

plano das elites políticas, mas antes como um elemento a ter em conta no complexo xadrez político-diplomático. Daí que as sondagens de opinião, por exemplo, sejam frequentemente invocadas para justificar a “margem de manobra” dos governos ao longo do processo, mas raramente como um indicador da própria legitimidade dos governos. A exceção ocorre apenas na fase em que se registam as manifestações globais, durante a qual esta dimensão é explicitamente tematizada, mas que não é consistentemente retomada à medida que a fase deliberativa se vai aproximando do fim, numa caminhada rápida para a guerra. O indivíduo produtor de Opinião Pública cede perante a opinião sondada e o público desvanece-se. Ao não integrar os contributos da sociedade civil na agenda deliberativa em situação de paridade com os agendadores mais poderosos (fontes oficiais), o “Público” nem se posiciona como mandatário de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar, nem aceita imparcialmente as preocupações e as sugestões do público. Concluímos que o jornal se constitui como esfera pública apenas na fase em que se registam os protestos, mas não durante o restante período que analisámos.

Apesar das limitações, há, ainda assim, que ter em conta que quer as notícias sobre as manifestações, quer a atenção que é dada às sondagens de opinião não são absolutamente destituídas de relevância já que acabam por ser tratadas pelo jornal como elementos a considerar pelos governantes, sendo assim passíveis de exercer uma eventual influência sobre o poder político, ainda que mais à luz do jogo político-diplomático do que numa perspectiva de *accountability*. As reservas que manifestamos pelo tratamento diferenciado dado aos contributos da sociedade civil configuram, mais propriamente, uma situação de desigualdade não só no acesso ao espaço mediático, mas também no protagonismo que é conferido a esses contributos, mas não devem, por esses motivos, significar uma rejeição liminar da eventual influência do poder comunicativo do público. A cobertura noticiosa dos protestos revela a capacidade de ligação (ainda que limitada) do jornal à sociedade civil, configurando-o como uma esfera pública capaz de aceitar as preocupações e sugestões do público e de levar o sistema político a legitimar-se à luz desse contributo. As manifestações antiguerra são disso exemplo, com a respetiva cobertura noticiosa a enquadrar os protestos em relação à posição pró ou antiguerra dos respetivos governos, numa perspectiva de

legitimação da política dos governos. Neste contexto, o jornal constitui-se como uma esfera pública que, embora com limitações, procede à articulação da produção de decisões (governo) e da sua legitimação (opinião pública).

A capacidade de influência do poder comunicativo do público não terá sido suficiente para, na fase deliberativa, levar os governos pró-guerra a alterar as suas posições, mas terá contribuído quer para que os líderes políticos antiguerra prosseguissem com uma outra autoridade a sua oposição à solução militar quer para a avaliação posterior da atuação dos governos atacantes. Uma década passada sobre a invasão do Iraque é possível considerar que esta avaliação do público acabaria por contribuir para a demissão de um fragilizado primeiro-ministro britânico ou para a eleição de um presidente norte-americano que se opôs desde sempre a esta guerra. Por outro lado, os protestos terão também contribuído para mostrar aos povos árabes que a população ocidental não estava contra eles, pese embora alguns governos estarem. Exemplo disso é o facto de o próprio Osama bin Laden se ter referido, em 2004, às sondagens que davam conta da oposição das populações ocidentais à guerra, oferecendo uma trégua aos países ocidentais se estes abandonassem o Iraque (Dryzek, 2006, p. 116). O clamor do público fez-se ouvir um pouco por toda a parte.

O poder comunicativo deste público transnacional, que chegou a reunir mais de 10 milhões de pessoas (Dryzek, 2006, p. 113) um pouco por todo o mundo, teve como interlocutores mais diretos as próprias instâncias decisórias nacionais, os governos, mas não terá deixado de ser considerado por organizações supranacionais, como a própria ONU, na qual se travaram batalhas decisivas, nomeadamente no Conselho de Segurança, relativas à tentativa, nunca conseguida, de legitimar a guerra. A batalha da diplomacia foi perdida quando a guerra teve início: o argumento da força sobrepôs-se, no imediato, à força das razões. A mais longo prazo mantêm-se em aberto as “lutas pelo reconhecimento” de direitos, de que este processo foi apenas uma etapa. “Embora os manifestantes possam ter falhado em termos instrumentais, podem ter sido mais efetivos em termos reflexivos, isto é, na forma como ajudaram a reformular a constelação global de discursos” (Dryzek, 2006, p. 116).

Globalmente, os jornalistas integram contributos contraditórios, mas estes mantêm-se dentro dos limites do debate definidos pelas elites. A deliberação decorre

dentro dos parâmetros que marcam a dissensão entre elites e é na reflexão e, em simultâneo, na construção destes limites que a função ideológica do jornal se evidencia: aqui radica o próprio poder dos *media*. Os meios de comunicação

“tornam-se parte integrante do processo dialético de «produção do consentimento» - moldam o consenso, enquanto o refletem – o que os orienta dentro do campo de forças dos interesses sociais dominantes representados no interior do Estado” (Hall, 2005, p. 83).

Concluimos que o “Público” contribui para a formação de “opiniões públicas qualificadas”, e assim se constitui como uma esfera pública, por dois motivos: o primeiro tem a ver com a abertura (ainda que limitada) à sociedade civil na fase das manifestações antiguerra; o segundo prende-se com a existência de um razoável leque de opiniões diversas no espaço noticioso do jornal, embora a sua diversidade se prenda mais com a dissensão entre elites do que com a paridade argumentativa da sociedade civil. O que consideramos limitado é o contributo do próprio jornal para o fortalecimento do público, o que, como referimos, imputamos às próprias rotinas jornalísticas.

É no espaço reservado aos colunistas que emerge uma esfera pública mais vibrante, fortemente vinculada ao mundo da vida, dado que a maioria dos autores é oriunda da sociedade civil. Este espaço segue em termos de enquadramentos as linhas gerais identificadas na cobertura informativa, o que se explica pelo facto dos colunistas opinarem sobre acontecimentos, atores e tomadas de posição que marcam a atualidade noticiosa. A questão da *legitimidade* da guerra revela-se, também aqui, como elemento nuclear em torno do qual se desenvolve o debate público sobre a crise iraquiana. O espaço opinativo revela-se desequilibrado, predominando as opiniões antiguerra, através de uma argumentação que classifica a guerra como ilegítima, contestando as razões invocadas pelos países atacantes e defendendo a continuação dos esforços diplomáticos. Essa orientação antiguerra relaciona-se, sobretudo, com a origem dos autores: a sociedade civil; pese embora ser também elevada entre os jornalistas, não pertencentes à Direção Editorial, que assinam textos de opinião.

A importância quer do modelo de agendamento quer dos enquadramentos que predominam na cobertura noticiosa para a deliberação pública é patente neste espaço

de opinião. Verificámos que a argumentação dos autores revela que estes abordam a crise iraquiana a partir dos enquadramentos predominantes, posicionando-se, sobretudo, na contestação às razões invocadas pelos países atacantes. Embora contestem os seus argumentos, os colunistas mantêm-se nos termos do debate definido pelos agendadores mais poderosos. O mesmo acontece, não só para quem se posiciona contra a guerra, mas também para a minoria de autores que defende a solução militar. A dissensão entre elites estabelece os parâmetros do debate sobre a crise iraquiana.

Apesar da maior abertura à sociedade civil, que configura este espaço como a esfera pública mais vibrante do jornal, concluímos que, numa perspetiva deliberativa, a argumentação aí desenvolvida dá um contributo limitado para a formação de opiniões públicas qualificadas. Primeiro, identifica-se uma polarização das posições que não contribui para alargar o debate público. Segundo, a quase totalidade dos autores estriba-se na defesa da sua própria posição, não demonstrando qualquer *respeito*, seja em relação a grupos, a propostas ou a argumentos adversários. À luz da ética discursiva habermasiana, falham neste elemento crucial no que respeita a uma comunicação orientada para o entendimento, quer pela sua recusa em terem em conta efetivamente as razões dos outros participantes na deliberação, quer por não apresentarem propostas alternativas. Quando incluem argumentos contrários nos seus textos, limitam-se a desqualificá-los.

Esta é também a orientação predominante identificada nos textos da Direção Editorial, em particular nos da autoria do diretor do “Público”. A opinião do diretor predomina, quantitativa e qualitativamente, em relação aos restantes membros da Direção Editorial; posiciona o jornal na defesa da solução militar para a crise iraquiana e, no plano nacional, na defesa do governo português no apoio à guerra. Concluímos que o jornal se apresenta como um espaço ideológico complexo, atravessado pelas dissensões que caracterizam o debate em termos globais. A defesa da “guerra preventiva” como um “mal menor” por parte do diretor ocorre em contracorrente com as posições assumidas pelos outros membros da Direção Editorial (subdiretor e diretores-adjuntos), com a oposição à guerra da maioria dos colunistas e também com a tendência antiguerra de leitores, identificada no espaço das “Cartas ao Diretor”. Não

obstante o diretor defender uma posição “minoritária” se considerarmos os diversos espaços discursivos do jornal como um todo, a força perlocutória que lhe está associada acaba por vincular o próprio jornal, enquanto instituição, à sua reiterada defesa da guerra. Essa força perlocutória decorre da sua autoridade institucional, enquanto diretor; da natureza do próprio espaço – o editorial – a partir do qual emite as suas opiniões; da predominância da sua opinião sobre as demais (assina 18 dos 27 editoriais sobre a crise iraquiana) e da extensão e do detalhe da própria argumentação. Refira-se que o diretor publica mesmo, em quatro edições, um segundo editorial sobre a crise iraquiana, com a invulgar extensão de mais de metade de uma página, encimado pela sua fotografia, nos quais detalha os seus argumentos a favor da guerra. Esses editoriais são estrategicamente colocados nas páginas dedicadas à cobertura noticiosa do conflito, enquanto o editorial “regular”, sobre outras questões da atualidade, é publicado no local habitual. O diretor publica ainda um novo editorial sobre um acontecimento que havia sido analisado dois dias antes pelo subdiretor, as manifestações antiguerra, emitindo uma opinião que, em geral, contradita o expresso no primeiro texto; tal ato representa como que um “corrigir da rota” da posição do jornal sobre a matéria. O assunto não volta a ser retomado. Em conjunto, esta atuação configura a vinculação do próprio jornal à defesa da guerra reiterada, editorial após editorial, pelo diretor.

O diretor sustenta a sua posição de que a “guerra preventiva” é legítima e representa um “mal menor”, que evitará guerras piores, através da defesa dos argumentos avançados pelos líderes dos países atacantes, a nível internacional (Estados Unidos da América e Reino Unido), e de seus apoiantes, como o governo português, a nível nacional: o perigo representado pelo Iraque para a comunidade internacional, nomeadamente pela sua capacidade de fabrico de armas de destruição em massa. A sua argumentação invoca perante os leitores valores comuns de “democracia”, “liberdade” e “segurança”, para salientar o “risco comum” partilhado pelo Ocidente perante “a ameaça terrorista” e o “fundamentalismo islâmico” que têm no Médio Oriente o seu epicentro, posicionando o derrube do regime iraquiano no centro da “Guerra ao Terror” proclamada após os ataques de “11 de setembro” de 2001.

Recorre a uma retórica estereotipada, assente na construção de um “quadrado ideológico” (van Dijk, 2005, p. 127), que apresenta sempre os atos do “Outro” como negativos, e os “Nossos” como positivos. O “Outro” é personificado no presidente iraquiano, Saddam Hussein, através do recurso à metonímia entre o país e o seu líder: o autor recorre à construção retórica da *persona* de Saddam Hussein como um líder tirânico, um ditador equiparado a Hitler, apresentado como um ser irracional, que não tem palavra e que só obedece à linguagem da força. Daí decorre a impossibilidade de se prosseguirem as relações diplomáticas, sendo a guerra a única solução que permitirá destituir Saddam Hussein, libertando o povo oprimido do Iraque do seu jugo tirânico e salvaguardando a segurança da comunidade internacional. O tirano corporiza os estereótipos associados ao Oriente. Nesta construção desse “Outro” – o Árabe, o Oriental, o Terrorista, o Tirano – processa-se a sua desumanização: “Sem uma noção muito bem congemina de que aquela gente longínqua não era como «nós» e não apreciava os «nossos valores» - o centro exato do tradicional dogma orientalista (...), não teria havido guerra” (Said, 2004, p. XVI). Subjacente a este discurso estereotipado, que reduz uma situação complexa a uma luta contra um vilão, está uma ideologia anti Islão, que transporta o leitor para o centro do discurso de risco associado ao mundo islâmico e que serve de fundamento para a legitimação da guerra como uma luta contra o “mal” que ameaça o modo de vida “Occidental”, a essência do enquadramento discursivo da “Guerra ao Terror”. Após o “11 de setembro”, a narrativa pública sobre o Islão descentrou o “Outro” do Médio Oriente para o transportar para o meio de “Nós”, ao mesmo tempo que originou um novo discurso de risco sobre a ameaça árabe (Ibrahim, 2007, pp. 37-57).

O povo iraquiano, por seu turno, raramente é invocado, sofrendo como que um apagamento simbólico; nas raras vezes em que é referido não é apresentado como um povo capaz de determinar o seu destino, mas antes “ocidentalizado” nos seus sonhos e aspirações. É um povo oprimido que urge libertar, para que possa viver o seu sonho de desfrutar de uma vida democrática e do progresso que inveja ao Ocidente. Implícito está o pressuposto de que a organização político-económica ocidental representa o ideal de “vida boa” a que o restante mundo não pode deixar de aspirar, obnubilando a especificidade cultural do “Outro”. Esta representação do povo iraquiano traduz uma

falha no reconhecimento do ideal de autenticidade (Taylor, 1994, p. 59), pela negação da sua identidade específica e pela tentativa de assimilação à identidade ocidental. Daí que a imposição (à força das balas) de uma democracia liberal seja uma das presumíveis consequências positivas da guerra que o autor esgrime como argumento para a invasão militar de um país soberano.

Outra das características de um discurso ideológico é que não só o “Outro” é sistematicamente representado de modo negativo, mas também que “Nós” somos sempre apresentados a uma luz favorável, sejam os líderes das potências atacantes, sejam os seus apoiantes, como o governo português. O diretor constrói um “Nós” retórico com os leitores, tomando como premissas da sua argumentação os valores comuns de “liberdade”, “democracia” e “segurança” para defender o seu *standpoint* de que a guerra é legítima e um “mal menor”. Enquanto os atos de violência praticados pelo “Outro” são sempre desqualificados, a “Nossa” guerra é apresentada como uma solução menos negativa, até mesmo desejável, porque, seguindo uma racionalidade instrumental, trará segurança não só ao povo iraquiano, mas também à comunidade internacional. Os atos de guerra (passados ou futuros) do “Outro” representam um risco para todos; os “Nossos” (presentes) são um caminho para a paz, para a segurança e para a democracia; são atos de libertação, não de opressão.

A sua argumentação mistura os enquadramentos discursivos quer da “intervenção humanitária” – que levara o autor anteriormente a defender a intervenção militar da NATO no Kosovo (Ponte, 2002) -, quer da “ingerência democrática”, operando uma reconfiguração discursiva que procura transformar enquadramentos em competição (Dryzek, 2000, pp. 16-19) num novo enquadramento unificado. Trata-se, contudo, de uma argumentação que falha o ideal de autenticidade da ética discursiva habermasiana, já que se verifica uma contradição interna na *defesa simultânea* do direito do povo iraquiano à autodeterminação (libertação de um tirano) e da mudança do governo iraquiano através de uma invasão militar de um país independente por forças armadas estrangeiras. Esta argumentação, que visa persuadir acerca da legitimidade da guerra, opera uma dicotomia entre a defesa da vida “Ocidental” – enaltecendo sistematicamente todas as tomadas de posição e movimentações dos líderes dos países atacantes e seus apoiantes – e a ameaça à

“Nossa” liberdade e segurança que é representada pelo “Outro”. O discurso argumentativo do diretor do “Público” é estereotipado, etnocêntrico, colonialista, xenófobo e religiosamente intolerante. É um exemplo de como “a relação histórica entre Ocidente e Oriente (...) continua a carregar as marcas de uma negação do reconhecimento” (Habermas, 1995, p. 119) da identidade e da autonomia dos povos árabes em geral, e do povo iraquiano, neste caso concreto.

A desqualificação dos opositores à guerra, sejam países (França, Alemanha), partidos da oposição parlamentar (como o PS) ou manifestações de Opinião Pública (como os protestos antiguerra), e a desvalorização das posições do Presidente da República, que se opõe à participação das forças armadas portuguesas num conflito não autorizado pela ONU, são outras estratégias argumentativas do diretor do “Público” para defender a legitimidade da “guerra preventiva”. Ancorado na atualidade noticiosa, nacional e internacional, o autor apresenta sempre a uma luz favorável as posições que defende – argumentos pró-guerra, os líderes dos países atacantes e a política externa do governo português -, enquanto recorre a uma desqualificação sistemática de quem defende a continuação dos esforços diplomáticos. O “quadrado ideológico” configurado pela apresentação positiva de “Nós” e a apresentação negativa do “Outro” repete-se, editorial após editorial, numa argumentação polarizada que não analisa a racionalidade inerente a cada tomada de posição, nem procura pontos comuns ou alternativas que promovam a formação de uma opinião comum sobre a melhor solução para a crise iraquiana.

O diretor defende a guerra a todo o custo e rejeita liminarmente toda e qualquer oposição; a ilustrá-lo está o modo como defende a exclusão de parte das opiniões expressas por manifestantes antiguerra, em função da presumível ideologia dos seus autores, que trata também como um “Outro” com o qual é impossível o diálogo; os restantes, haverá que convencer que estão errados. A guerra como um “mal menor” é a verdade apodítica acerca da qual há que persuadir os leitores, numa estratégia de legitimação da decisão tomada pelos governos norte-americano e britânico e apoiada pelo governo português. O discurso editorial do diretor apresenta características clássicas como palco de exercício da autoridade institucional,

posicionando o jornal na defesa da guerra como a melhor solução para a crise iraquiana.

O diretor do “Público” comporta-se como um “ator aproveitador” (Habermas, 1997, p. 96) do espaço público, que se apoia no acesso privilegiado que o seu estatuto como diretor da publicação lhe confere, para posicionar o próprio jornal e, em consequência, procurar influenciar os seus leitores no apoio à ação governativa (apoio à guerra e legitimação da posição do governo português), através de uma utilização da linguagem que configura uma ação estratégica, não uma ação comunicativa que visasse a construção de uma opinião comum sobre a melhor solução para a crise iraquiana. A retórica argumentativa do diretor é indissociável do funcionamento perlocutório da linguagem, o qual subordina os objetivos ilocutórios: trata-se de uma comunicação estratégica, que visa influenciar, persuadir. A intencionalidade de alcançar um entendimento através da linguagem está completamente ausente da argumentação do diretor; por isso, os argumentos e as opiniões contrárias são desqualificadas ou ignoradas, sejam externas ao jornal (opositores à guerra), sejam mesmo as vozes dissonantes (outros membros da Direção Editorial, jornalistas) que se fazem ouvir na própria publicação. Contra as de fora, o diretor pouco mais pode fazer do que optar por as ignorar ou por as desvalorizar; mas em relação a opiniões que emergem da redação que dirige, não hesita em corrigi-las, fazendo publicar um texto seu sobre um tema já anteriormente abordado, ou suplantando-as, em número, em extensão e em visibilidade. Do ponto de vista deliberativo, os editoriais do jornal, sobretudo os assinados pelo diretor, não configuram uma esfera pública capaz de gerar opiniões qualificadas. A deliberação é orientada no sentido da legitimação da decisão tomada pelo poder político e os contributos da sociedade civil são marginalizados. As razões do público não só não devem ser atendidas, como nem sequer devem ser consideradas: o público tem de ser convencido a mudar de opinião. O “Público” não atua como mandatário do público, mas como seu orientador.

Concluimos que o jornal “Público”, em termos globais, não exprime a “opinião do público” (Tönnies, 2000) nem contribui para a formação de “opiniões públicas qualificadas” (Habermas, 1997), antes visando influenciar a opinião pública no sentido de legitimação da guerra. Em resultado da sua estreita ligação ao sistema político, o

jornal encena perante os leitores as lutas de opinião entre os vários atores políticos: “Os jornais não são os órgãos da opinião do público, mas antes dos partidos políticos que sistematicamente os influenciam” (Hardt & Splichal *apud* Tönnies, 2000, pp. 77-78). A argumentação do diretor do “Público” na defesa da guerra não tem nada de inovador, inserindo-se numa longa tradição da imprensa em fomentar o apoio popular para guerras em que os seus governos se encontrem envolvidos ou que, como no caso do governo português, apoiem. O objetivo, como há mais de um século escrevia Ferdinand Tönnies, é apresentar o inimigo como um monstro e mostrar as nossas ações, princípios e ideias a uma luz positiva: “Nós combatemos pela liberdade, pela civilização, pela humanidade e pelos direitos das pequenas nações” (Tönnies, 2000, p.131). O papel ideológico da imprensa em tempos de guerra anunciada decorre da sua capacidade de influenciar o conhecimento dos leitores relativamente a assuntos que estão longe da sua experiência direta, seja através do agendamento e enquadramento das notícias, seja através da argumentação visando a formação de opinião dos editoriais.

“Existe aqui a tarefa – como sempre em tempo de guerra – de afectar as opiniões directamente através da própria opinião, com o uso do discurso e da escrita. O jornal – e, especificamente, o editorial do jornal – junta-se aos livros, panfletos e filmes como um método que se torna mais eficaz através da repetição. As notícias são seguidas pela discussão” (Tönnies, 2000, p.132).

Esta conceção do jornal como um instigador da conversação pública é partilhada por outros autores, como Gabriel Tarde, que considera o jornal como uma “carta pública” que origina, através da partilha de interesses comuns, a formação do público. Trata-se de um processo de influência dialético, no qual o jornal agrega em seu torno um público que partilha dos posicionamentos ideológicos da publicação, e, em simultâneo, é também influenciado pelos seus leitores.

“O público reage então por vezes influenciando o jornalista, mas este age continuamente sobre o seu público. Após tactear um pouco no escuro, o leitor escolhe o seu jornal; o jornal, por seu turno, faz a triagem dos seus

leitores: há uma selecção mútua, de onde se gera uma adaptação mútua”
(Tarde, 1991, p. 23).

Esta dimensão de adaptação mútua assume uma particular relevância no que respeita ao jornal “Público”. Como vimos anteriormente, as dissensões sobre a melhor solução para a crise iraquiana marcam não só o debate público, mas também a própria redacção do jornal a qual, na sua maioria, defende a continuação dos esforços diplomáticos. Essa é também a orientação predominante identificada entre os colunistas e, em particular, entre os leitores, quer os que escrevem “Cartas ao Diretor” quer os que recorrem ao “Provedor do Leitor”, sendo de sublinhar que estes últimos se queixam da defesa reiterada da guerra por parte do diretor. Para estes leitores, o que está em causa é a identidade do “seu” jornal, que consideram desvirtuada pela posição assumida pelo diretor, o qual, por seu turno, permanece inamovível na sua posição. O único compromisso entre a opinião minoritária do diretor na defesa da guerra e as restantes vozes, da redacção, de colunistas e até de leitores, que identificámos emerge da publicação da Nota da Direção que dava conta da não-tomada de posição oficial do jornal em relação à crise iraquiana. Concluimos, no entanto, que tal publicação não representa uma verdadeira adaptação a vozes dissonantes, já que a campanha ideológica do diretor na defesa da guerra prosseguiu e continuou a ser contestada, nomeadamente pelos leitores que retomam o tema, em 2006, junto do “Provedor dos Leitor”, manifestando o seu incómodo. O “Público”, sobretudo o seu diretor, opta por ignorar o seu público, reduzindo-o a uma audiência que há que ser convencida.

Como refere Gabriel Tarde, “da mesma maneira que um fornecedor tem dois tipos de clientela - uma fixa e outra flutuante -, existem também duas espécies de públicos para os jornais e as revistas: um público estável, consolidado, e outro público flutuante, instável” (Tarde, 1991, p. 25). É o primeiro tipo de público, estável, consolidado, que se dirige ao “seu” jornal, que escreve, que polemiza; o seu envolvimento com a publicação é mais forte. Este é o público que se identifica com a linha ideológica da publicação e, neste caso, é do seio deste público que emergem as vozes mais contestatárias. Neste contexto, o jornal no seu todo, à excepção do seu diretor, e os leitores adaptam-se mutuamente, o que configura uma situação paradoxal: um jornal que tem um público é dirigido por um diretor que opta por

ignorar as razões desse público, bem como as que surgem do seio da sua própria redação. O entendimento do diretor acerca da sua própria função é *suis generis*: o jornal é uma tribuna para veicular as suas opiniões, independentemente do que pensam quer a própria redação quer os leitores que constituem o público da publicação. Se, nos seus primórdios, a imprensa foi o substrato do público, refletindo e alimentando a conversação pública, verifica-se contemporaneamente, e neste caso em concreto, uma inversão. “É, sobretudo, um jornalismo que se justifica a si próprio em nome do público, mas no qual o público não tem nenhum papel, excepto como uma audiência” (Carey, 1995, p. 392).

A função social do jornalismo, consubstanciada normativamente em princípios como o da liberdade de publicação, é indissociável da conceção de democracia vigente: cada meio de comunicação

“é definido pelas aspirações democráticas da política: uma conversação entre iguais, o órgão de uma ideologia política, um cão-de-guarda (*watchdog*) do Estado, um instrumento de diálogo sobre assuntos públicos, um dispositivo para transmitir informação, uma ferramenta de grupos de interesse” (Carey, 1995, p. 378).

O jornal “Público” não promove a conversação pública, define-lhe os limites; não vigia o poder político, ensaia estratégias de legitimação perante os governados; age como um dispositivo para transmitir informação acerca do que decidem as elites, funcionando como uma ferramenta ao serviço de interesses particulares e como um veículo ideológico que opera maioritariamente em sentido único. A imprensa justifica a sua própria atuação em nome do público: existe para o informar, para ser sua procuradora, para proteger o seu interesse. Trata-se, no entanto, mais de uma abstração do que de uma relação real: “«O direito do público a saber» é o *slogan* gasto e intangível do jornalismo moderno” (Carey, 1995, p. 381). A liberdade de imprensa tornou-se um fim em si mesmo, cada vez mais divorciada de um público que, como vimos, não se deixa, contudo, silenciar.

Em consequência, os *media* em geral, e concluímos que também o jornal “Público”, em particular, estão estreitamente relacionados com a crise da comunicação pública, cujos contornos se definem, genericamente, por uma diminuição

do exercício da cidadania, pelo decréscimo da função *watchdog* do jornalismo, pela pessoalização e dramatização do debate político, pela redução dos argumentos políticos a *slogans* e pela dificuldade com que as opiniões menos convencionais se deparam para entrar no debate e na agenda políticas (Blumler & Gurevitch, 1995, p. 1). As três dimensões de poder dos *media* - estrutural, psicológica e normativa -, esclarecem a referida relação e também a ambivalência da atuação dos meios de comunicação. A primeira (estrutural) relaciona-se com a sua capacidade quanto a uma circulação cada vez mais generalizada das mensagens, fruto da evolução tecnológica, permitindo uma extensão espaço-temporal quase ilimitada das formas simbólicas. Como vimos nesta dissertação, esta capacidade dos *media* alargarem a fronteira da comunicação pública, projetando-a de modo mais universal, apresenta-se como a face de Janus. Por um lado, permite-lhes disponibilizar aos políticos uma audiência que é inalcançável, em termos de tamanho e de composição, por outros meios. Por outro, durante a fase em que decorreram as manifestações mundiais antiguerra, este alargamento das redes de comunicação traduziu-se na mobilização de um público transnacional que expressou a sua oposição à guerra. É na actuação divergente dos *media* – ora orientada pela satisfação de interesses dos sistemas funcionais (o económico e o político, este sobretudo no nosso estudo) ora dirigida para a intercompreensão linguística – que se situa a sua ambivalência.

A segunda (psicológica) decorre do estatuto de credibilidade e de confiança que as organizações mediáticas alcançaram, embora em diversos graus, junto das suas audiências. A normatividade decorre do papel democrático que lhes está associado nas democracias de matriz liberal, quer como espaço de publicitação e de expressão, quer enquanto órgãos de salvaguarda dos cidadãos contra possíveis abusos do poder político (Blumler & Gurevitch, 1995, pp. 12-13). Ambas são indissociáveis: as relações de credibilidade que os *media* estabelecem com as suas audiências são indissociáveis das expectativas que os cidadãos neles depositam, no que respeita à satisfação das necessidades informativas e comunicacionais das democracias de matriz liberal.

Entendendo a função social do jornalismo, em particular a de um órgão de referência, como se apresenta o “Público”, como a de promover a conversação pública sobre temas relevantes com vista à formação de uma opinião comum, concluímos que

esta função é alcançada apenas parcialmente, nas situações em que o jornal se constitui como uma esfera pública. Globalmente, contudo, o jornal não cumpre esta função no que respeita à crise iraquiana, dado que a sua atuação, seja ao nível informativo, seja no que respeita aos editoriais do seu diretor, se pauta, predominantemente, pelo alheamento em relação à sociedade civil e pela estreita ligação ao sistema político.

Um jornalismo que alimente a conversação pública é a base na qual assenta a deliberação pública, o que implica reconceptualizar o jornalismo não apenas como um mero fornecedor de factos avulso, mas como um promotor do diálogo sobre assuntos de interesse comum para o público (Pauly, 1996, p. xx). Para que possa cumprir essa função, não basta que o jornalismo transmita informação e opiniões, torna-se também necessário que desenvolva a capacidade de ouvir, isto é, de se mostrar responsivo aos contributos dos cidadãos. Esta reconceptualização do jornalismo não significa, em nosso entender, nenhuma rotura conceptual com os ideais normativos da profissão, antes representa uma recondução das suas práticas a esses mesmos ideais, através de uma maior vinculação ao público que emerge da sociedade civil. É na qualidade de mandatário do público que o jornalismo detém legitimidade de atuação no espaço público, ainda que, tradicionalmente, a liberdade de imprensa seja perspetivada enquanto liberdade negativa que visa permitir aos jornalistas cumprirem a sua função de vigilantes do poder (*watchdog*), de acordo com a perspetiva panóptica do princípio da publicidade de Jeremy Bentham. “Consequentemente, a liberdade de imprensa é justificada pela sua função de representação do povo ou do público ou enquanto o seu agente na materialização dos seus direitos individuais, tal como o direito a saber” (Splichal, 2002, p.2). Daí decorre o enfoque tradicional do jornalismo centrado na transmissão de relatos acerca de acontecimentos, atuações e tomadas de posição da elite do poder, como verificámos também nesta investigação. No entanto, “a informação só por si não constitui *discurso*, nem necessariamente um acréscimo da primeira implica um nível superior do segundo” (Esteves, 2003, p. 193).

Tornar esse poder mais responsável perante os cidadãos, e nesse sentido aprofundar, e não alterar, essa função de vigilância do poder, passa pela capacidade de estabelecer relações comunicacionais no sentido inverso, confrontando os

governantes com os problemas, as necessidades e as reivindicações dos cidadãos. É nessa perspectiva que o jornalismo pode efetivamente contribuir para uma conversação pública e para processos de deliberação que não excluem parte considerável dos afetados pelas decisões. “Apenas quando podemos falar e agir como cidadãos e temos alguma possibilidade de que os outros irão ver, escutar e lembrar o que dizemos, crescerá e persistirá o interesse na vida pública” (Carey, 1995, p. 383). Esse contributo é indissociável do jornalismo assumir que a sua função social não se reduz a informar, mas também passa por contribuir para dar forma ao público. Essa assunção deve ser operacionalizada quer no que respeita a rotinas produtivas mais inclusivas e mais abertas aos contributos dos cidadãos quer também pelo seu alargamento aos próprio *media* enquanto instituição. “As pessoas que leem ou ouvem as notícias devem sentir que a organização noticiosa é responsiva – que ouve e que é flexível e aberta à mudança como resultado da comunicação com o público” (Anderson, Dardenne, & Killenberg, 1996, p. 19).

Retomando a teoria deliberativa habermasiana, o *telos* do jornalismo passa pela criação de condições para a deliberação pública, através da publicitação, da crítica e do debate das opiniões dos públicos, e da sua projecção na esfera pública, com o objectivo de a transformar em influxo publicístico-político (Habermas, 1997: 92) que influencie a acção governativa. O princípio da publicidade recupera assim a dimensão kantiana de ilustração, já que a função social da imprensa é reconduzida à sua tarefa seminal de contribuir para a formação do público. Neste contexto, o princípio da publicidade “é funcional apenas enquanto estimular a participação dos indivíduos no discurso público racional” (Splichal, 2002, p.31). Ao jornalismo competirá advogar pela formação de novos públicos que, por seu turno, possam mudar as instituições existentes e alterar as suas regras de funcionamento: “A interacção entre os vários públicos na esfera pública política reduz a balcanização das sociedades pluralistas produzida pela combinação de desigualdades e de conflitos” (Bohman, 1998: 145).

Bibliografia

- Albig, W. (2007). *Public Opinion*. New York, London: McGraw-Hill Book Company.
- Allport, F. H. (1937). Toward a Science of Public Opinion. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 1 N° 1, 7-23.
- Althaus, S. L., Edy, J. A., Entman, R. M., & Phalen, P. (1996). Revising the Indexing Hypothesis: Officials, Media, and the Lybia Crisis. *Political Communication*, 13, 407-421.
- Anderson, R., Dardenne, R., & Killenberg, G. (1996). *The Conversation of Journalism: Communication, Community and News*. Westport: Praeger Publishers.
- Arendt, H. (1998). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Armañanzas, E., & Noci, J. D. (1996). *Periodismo e Argumentación. Géneros de Opinión*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Austin, J. L. (1962). *How to Do Things with Words*. London: Oxford University Press.
- Baker, K. M. (1987). Politics and Public Opinion Under the Old Regime: Some Reflections. In J. Censer , & J. Popkin (Edits.), *Press and Politics in Pre-Revolutionary France* (pp. 205-246). Berkeley: University of California Press.
- Baker, K. M. (1992). Defining the Public Sphere in Eighteenth-Century France: Variations on a Theme by Habermas. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 181-211). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Barber, B. R. (1989). Liberal Democracy and the Costs of Consent. In N. L. Rosenblum, *Liberalism and The Moral Life* (pp. 54-68). Cambridge, Mass.,London: Harvard University Press.
- Beaud, P. (1993). Common Knowledge on Historical Vicissitudes of the Notion of Public Opinion. *Réseaux*, Vol. 1 N°1, 119-137.

- Benhabib, S. (1996). Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political* (pp. 67-94). Princeton: Princeton University Press.
- Bennett, L. (1990). Toward a Theory of Press-State Relations in the United States. *Journal of Communication* 40, 2, Spring, 103-125.
- Bentham, J. (1823). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Obtido em 22 de fevereiro de 2007, de Online Library of Liberty: http://files.libertyfund.org/files/278/0175_Bk.pdf
- Bentham, J. (1843a). Principals of Penal Law. In *The Works of Jeremy Bentham, Vol.I*. Obtido em 14 de agosto de 2010, de Online Library of Freedom: http://files.libertyfund.org/files/2009/Bentham_0872-01_EBk_v7.0.pdf
- Bentham, J. (1843b). An Essay on Political Tactics. In *The Works of Jeremy Bentham, Vol. II*. Obtido em 16 de agosto de 2010, de Online Library of Freedom: http://files.libertyfund.org/files/1921/Bentham_0872-02_EBk_v7.0.pdf
- Binkley, R. C. (1928). The Concept of Public Opinion in the Social Sciences. *Social Forces*, 6, 389-396.
- Blumer, H. (1948). Public Opinion and Public Opinion Polling. *American Sociological Review*, Vol. 13 Nº 5, 542-549.
- Blumer, H. (2000). The Concept of Mass Society. In H. Blumer, S. M. Lyman, & A. J. Vidich, *Selected Works of Herbert Blumer: a Public Philosophy for Mass Society* (pp. 337- 352). Urbana, Chicago: University of Illinois Press.
- Blumler, J., & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. New York: Routledge.
- Bohman, J. (1998). *Public Deliberation. Pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Bohman, J., & Rehg, W. (1997). Introduction. In J. Bohman, & W. Rehg (Edits.), *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics* (pp. ix-xxx). Cambridge, Mass., London: The MIT Press.

- Bourdieu, P. (2003). A Opinião Pública não existe. In *Questões de Sociologia* (pp. 233-245). Lisboa: Fim de Século.
- Breton, P., & Gauthier, G. (2001). *História das Teorias da Argumentação*. Lisboa: Bizâncio.
- Burke, E. (2009). Letter to the Sheriffs of the City of Bristol on the Affairs of America. In P. J. Stanlis (Ed.), *Selected Writings and Speeches*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Carey, J. W. (1995). The Press, Public Opinion and Public Discourse. In T. L. Glasser, & C. T. Salmon (Edits.), *Public Opinion and the Communication of Consent* (pp. 373-402). New York: The Guilford Press.
- Carragee, K. M., & Roefs, W. (2004). The Neglect of Power in Recent Framing Research. *Journal of Communication, June*, 214-233.
- Chambers, S. (2003). Deliberative Democratic Theory. *Annual Review of Political Science, 6*, 307-326.
- Childs, H. L. (1939). By Public Opinion I Mean. *The Public Opinion Quarterly, 3, Nº2*, 327-336.
- Christiano, T. (1997). The Significance of Public Deliberation. In J. Bohman, & W. Rehg (Edits.), *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics* (pp. 243-278). Cambridge, Mass., London: The MIT Press.
- Cobb, R., Ross, J.-K., & Ross, M. H. (1976). Agenda Building as a Comparative Political Process. *The American Political Science Review, 70, 1*, 126-138.
- Cohen, J. (1986a). Structure, Choice, and Legitimacy: Locke's Theory of the State. *Philosophy and Public Affairs, Vol. 15, Nº. 4*, 301-324.
- Cohen, J. (1986b). An Epistemic Conception of Democracy. *Ethics, 97, 1*, 26-38.
- Cohen, J. (1997). Deliberation and Democratic Legitimacy. In J. Bohman, & W. Rehg (Edits.), *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics* (pp. 67-92). Cambridge, Mass., London: The MIT Press.

- Cohen, J. L., & Arato, A. (1994). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass.; London: The MIT Press.
- Converse, P. (1987). Changing Conceptions of Public Opinion in the Political Process. *The Public Opinion Quarterly, Vol. 51 Part 2: Supplement: 50th Anniversary Issue*, S12-S24.
- Cooley, C. H. (2003). *Social Organization: A Study of the Larger Mind*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Cooley, C. H. (2008). *Social Process*. Charleston: BiblioLife.
- Cunha, T. C. (s/d). *A Nova Retórica de Perelman*. Obtido em 17 de dezembro de 2013, de BOCC: <http://bocc.ubi.pt/pag/cunha-tito-Nova-Retorica-Perelman.html>
- de Vreese, C. H. (2005). News Framing: Theory and Typology. *Information Design Journal + Document Design Vol. 13 Nº 1*, 51-62.
- Dewey, J. (2004). *La Opinión Pública y Sus Problemas*. Madrid: Morata.
- Dimitrova, D. V. (2006). The War in Iraq: A View from Australia. In A. G. Nikolaev, & E. A. Hakanen (Edits.), *Leading to the 2003 Iraq War: The Global Media Debate* (pp. 115-133). New York: Palgrave Macmillan.
- Dimitrova, D. V., & Strömbäck, J. (2005). Mission Accomplished? Framing of the Iraq War in the Elite Newspapers in Sweden and the United States. *Gazette, Vol. 67, Nº 5*, 399-417.
- Dittrich, I. J. (2008). Por uma Retórica do Discurso: Argumentação Técnica, Emotiva e Representacional. *Alfa, 52 (1)*, 21-37.
- Donsbach, W., & Traugott, M. W. (2008). Introduction. In W. Donsbach, & M. W. Traugott (Edits.), *The SAGE Handbook of Public Opinion Research* (pp. 1-6). London: Sage Publications.
- Dryzek, J. S. (2000). *Deliberative Democracy and Beyond. Liberals, Critics, Contestations*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Dryzek, J. S. (2006). Transnational Democracy in an Insecure World. *International Political Science Review, Vol. 27, Nº. 2*, 101-119.

- Eley, G. (1992). Nations, Publics and Political Culture: Placing Habermas in the Nineteenth Century. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 289-389). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Elster, J. (Ed.). (1998). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Elstub, S. (2010). The Third Generation of Deliberative Democracy. *Political Studies Review*, 8, 3, 291-307.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58.
- Entman, R. M. (2003). Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11. *Political Communication*, 20, 415-432.
- Esteves, J. P. (1998). *A Ética da Comunicação e os Media Modernos: Legitimidade e Poder nas Sociedades Complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Esteves, J. P. (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Esteves, J. P. (2005). *O Espaço Público e os Media. Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- Esteves, J. P. (2006). Apresentação. In J. P. Esteves (Ed.), *Niklas Luhmann. A Improbabilidade da Comunicação* (pp. 5-38). Lisboa: Vega.
- Estlund, D. (1997). Beyond Fairness and Deliberation: The Epistemic Dimension of Democratic Authority. In J. Bohman, & W. Rehg (Eds.), *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics* (pp. 173-204). Cambridge, Mass., London: The MIT Press.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 109-142). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the Public Sphere. On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. *Theory, Culture & Society Vol. 24(4)*, 7-30.

- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e Método. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica Vol. I*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gallup, G. (1938). Testing Public Opinion. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 2 Nº 1, *Special Supplement: Public Opinion in a Democracy*, 8-14.
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, Vol. 95, Nº 1, 1-37.
- Gamson, W. A., & Wolfsfeld, G. (1993). Movements and Media as Interacting Systems. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* Vol. 528 Nº 1, 114-125.
- Gamson, W. A., Croteau, D., Hoynes, W., & Sasson, T. (1992). Media Images and the Social Construction of Reality. *Annual Review of Sociology*, Vol. 18, 373-393.
- Giddens, A. (2000). *Runaway World*. New York: Routledge.
- Gill, A. M., & Whedbee, K. (1997). Rhetoric. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as Structure and Process* (pp. 157-184). London: Sage.
- Gitlin, T. (1979). Prime Time Ideology: The Hegemonic Process in Television Entertainment. *Social Problems*, Vol. 26, Nº 3, 251-266.
- Gitlin, T. (1980). *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Gollin, G. L., & Gollin, A. E. (1973). Tönnies on Public Opinion. In W. J. Cahnman (Ed.), *Ferdinand Tönnies: A New Evaluation* (pp. 181-206). Leiden: Brill.
- Goodnight, G. T. (1993). "New Rhetoric" for a "New Dialectic": Prolegomena to a Responsible Public Argument. *Argumentation* Nº 7, 329-342.
- Goodnight, G. T. (1999). The Personal, Technical and Public Spheres of Argument. A Speculative Inquiry into the Art of Public Deliberation. In J. L. Lucaites, C. M.

- Condit, & S. Caudill (Edits.), *Contemporary Rhetorical Theory: A Reader* (pp. 251-264). New York: The Guilford Press.
- Goodnight, G. T. (2003). Predicaments of Communication, Argument, and Power: Towards a Critical Theory of Controversy. *Informal Logic Vol. 23, Nº 2*, 119-137.
- Grácio, R. A. (2011). Do Discurso Argumentado à Interação Argumentativa. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação Nº 1*, 117-128.
- Grafstein, R. (1981). The Failure of Weber's Conception of Legitimacy: Its Causes and Implications. *The Journal of Politics*, 43, 456-472.
- Groshek, J. (2008). Coverage of the pre-Iraq War Debate as a Case Study of Frame Indexing. *Media, War & Conflict Vol. 1 Nº 3*, 315-338.
- Gurevitch, M., Levy, M. R., & Roeh, I. (1993). The Global Newsroom: Convergences and Diversities in the Globalization of Television News. In P. Dahlgren, & C. Sparks (Edits.), *Communication and Citizenship: Journalism and the Public Sphere in the New Media Age* (pp. 195-215). London, New York: Routledge.
- Gutmann, A., & Thompson, D. (2004). *Why Deliberative Democracy*. Princeton, Oxford: Princeton University Press.
- Habermas, J. (1974). *Theory and Practice*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action. Reason and the Rationalization of Society. Vol. I*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1992). *Teoría de la Acción Comunicativa. Crítica de la Razón Funcionalista. Vol. II*. Madrid: Taurus.
- Habermas, J. (1995). Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State. In C. Taylor (Ed.), *Multiculturalism - Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press.
- Habermas, J. (1996). *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade. Vol. II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Habermas, J. (1999). *Direito e Moral*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Habermas, J. (2000). *Aclaraciones a la Ética del Discurso*. Obtido em 18 de fevereiro de 2008, de Psikolibro: <http://psikolibro.blogspot.com/2007/11/jurgen-habermas-etica-del-discurso.html>
- Habermas, J. (2001). A Constelação Pós-Nacional e o Futuro da Democracia. In *A Constelação Pós-Nacional. Ensaio Político* (pp. 75-142). São Paulo: Littera Mundi.
- Habermas, J. (2002). *Historia y Crítica de la Opinión Pública. La Transformación Estructural de la Vida Pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Habermas, J. (2003). Toward a Cosmopolitan Europe. *Journal of Democracy*, 14, 4, 86-100.
- Habermas, J. (2006). Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory* 16, 411–426.
- Habermas, J. (2010). *Teoria da Racionalidade e Teoria da Linguagem. Obras Escolhidas. Vol. II*. Lisboa: Edições 70.
- Hall, S. (2005). The Rediscovery of “Ideology”: Return of the Repressed in Media Studies. In M. Gurevitch, T. Bennett, J. Curran, & J. Woollacott (Eds.), *Culture, Society and the Media* (pp. 52-86). London and New York: Taylor & Francis e-Library.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Brain, R. (1999). “A Produção Social das Notícias: O «Mugging» nos Media”. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* (pp. 224-248). Lisboa: Vega.
- Hallin, D. C. (1984). The Media, the War in Vietnam, and Political Support: A Critique of the Thesis of an Oppositional Media. *The Journal of Politics*, Vol. 46, Nº 1, pp. 2-24.
- Hallin, D. C. (1988). The American News Media: A Critical Perspective. In J. Forester, *Critical Theory and Public Life* (pp. 121-146). Cambridge, Ma.: The MIT Press.

- Hardt, H. (2001). *Social Theories of the Press: Constituents of Communication Research, 1840s to 1920s*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Held, D. (2006). *Models of Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- Hendriks, C. M. (2006). Integrated Deliberation: Reconciling Civil Society's Dual Role in Deliberative Democracy. *Political Studies*, 54, 3, 486-508.
- Herbst, S. (1995). On the Disappearance of Groups: 19th- and Early 20th-Century Conceptions of Public Opinion. In T. L. Glasser, & C. T. Salmon (Edits.), *Public Opinion and the Communication of Consent* (pp. 89-104). New York: The Guilford Press.
- Hertog, J. K., & McLeod, D. M. (2001). A Multiperspectival Approach to Framing Analysis: A Field Guide. In S. D. Reese, O. H. Gandy, Jr., & A. E. Grant (Edits.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (pp. 141-162). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Honneth, A. (1992). Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition. *Political Theory*, 20, 2, 187-201.
- Ibrahim, Y. (2007). 9/11 as a New Temporal Phase for Islam. The Narrative and Temporal Framing of Islam in Crisis. *Cont Islam*, 1, 37-51.
- Iyengar, S., & Simon, A. (1993). News Coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion: A Study of Agenda-Setting, Priming, and Framing. *Communication Research Vol. 20, Nº3*, 365-383.
- Kant, I. (1995a). A Paz Perpétua. Um Projeto Filosófico. In *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp. 119-171). Lisboa: Edições 70.
- Kant, I. (1995b). Resposta à Pergunta: Que é o Iluminismo? In *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp. 11-19). Lisboa: Edições 70.
- Kant, I. (1995c). Sobre a Expressão Corrente: Isto Pode Ser Correto na Teoria, mas Nada Vale na Prática. In *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp. 57-102). Lisboa: Edições 70.
- LeBon, G. (2002). *The Crowd. A Study of the Popular Mind*. New York: Dover Publications.

- Lemgruber, M. S. (1999). Razão, Pluralismo e Argumentação: A Contribuição de Chaïm Perelman. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, VI (1), 101-11.
- Lippmann, W. (1997). *Public Opinion*. New York: Free Press Paperbacks.
- Lippmann, W. (2007). *The Phantom Public*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Locke, J. (2004). *An Essay Concerning Humane Understanding, Vol. I*. Obtido em 22 de fevereiro de 2007, de Project Gutenberg:
<http://www.gutenberg.org/ebooks/10615>
- Locke, J. (2010). *The Two Treatises of Civil Government*. Obtido em 22 de fevereiro de 2010, de Online Library of Liberty:
http://files.libertyfund.org/files/222/Locke_0057_EBk_v5.1.pdf
- Luhmann, N. (2006). Complexidade Societal e Opinião Pública. In J. P. Esteves (Ed.), *Niklas Luhmann. A Improbabilidade da Comunicação* (pp. 65-94). Lisboa: Vega.
- Luhmann, N. (2007). *La Realidad de los Medios de Masas*. Barcelona: Anthropos.
- Luhmann, N. (2009). A Opinião Pública. In J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e Sociedade* (pp. 163-191). Lisboa: Livros Horizonte.
- Manin, B. (1987). On Legitimacy and Political Deliberation. *Political Theory*, 15, 3, 338-368.
- Marx, K. (1842). *On Freedom of the Press. Chp.6*. Obtido em 15 de agosto de 2010, de <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/free-press/ch06.htm>
- McCombs, M., & Ghanem, S. I. (2001). The Convergence of Agenda Setting and Framing. In S. D. Reese, O. H. Gandy, Jr, & A. E. Grant (Edits.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (pp. 67-82). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Mill, J. S. (1838). Bentham. In *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume X - Essays on Ethics, Religion, and Society*. Obtido em 6 de setembro de 2010, de Online Library of Freedom: http://files.libertyfund.org/files/241/Mill_0223-10_EBk_v7.0.pdf

- Mill, J. S. (2003). *On Liberty*. (D. Bromwich, & G. Kateb, Edits.) New Haven, London: Yale University Press.
- Mills, C. W. (1981). *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ozouf, M. (1988). «Public Opinion» at the End of the Old Regime. *The Journal of Modern History, Vol. 60, Supplement: Rethinking French Politics in 1788*, S1-S21.
- Pan, Z., & Kosicki, G. M. (2001). Framing as a Strategic Action in Public Deliberation. In S. D. Reese, O. H. Gandy, & A. E. Grant (Edits.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (pp. 35-66). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Park, R. E. (1921a). *Introduction to the Science of Sociology*. (R. E. Park, & E. W. Burgess, Edits.) Chicago: The University of Chicago Press.
- Park, R. E. (1921b). Sociology and the Social Sciences: The Social Organism and the Collective Mind. *The American Journal of Sociology, Vol. 27 Nº 1*, 1-21.
- Pauly, J. J. (1996). Foreword: Making the News Relevant to Democracy. In R. Anderson, R. Dardenne, & G. Killenberg, *The Conversation of Journalism: Communication, Community and News* (pp. vii-xvii). Westport: Praeger Publishers.
- Perelman, C. (1987). Argumentação. In F. Gil (Ed.), *Enciclopedia Einaudi Vol. XI* (pp. 234-265). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Perelman, C. (1999). *O Império Retórico. Retórica e Argumentação*. Porto: Asa.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2002). *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Edições Martins Fontes.
- Peters, J. D. (1995). Historical Tensions in the Concept of Public Opinion. In T. L. Glasser, & C. T. Salmon (Edits.), *Public Opinion and the Communication of Consent* (pp. 3-32). New York: The Gilford Press.
- Ponte, C. (2002). Kosovo: A Voz Editorial em El Pais e Público. In *Media, Jornalismo e Democracia. Comunicações Apresentadas ao Seminário Internacional*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Price, V. (1992). *Public Opinion*. London: Sage.
- Público. (1998). *Livro de Estilo*.
- Reese, S. D. (2010). Finding Frames in a Web of Culture: The case of the War on Terror. In P. D'Angelo, & J. A. Kuypers (Edits.), *Doing News Framing Analysis: Empirical, Theoretical, and Normative Perspectives* (pp. 17-42). New York: Routledge.
- Rein, M., & Schön, D. (2002). Reframing Policy Discourse. In F. Fischer, & J. Forester (Edits.), *The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning* (pp. 145-166). Taylor & Francis e-Library.
- Rosen, J. (2000). Para Além da Objectividade. *Revista de Comunicação e Linguagens. Jornalismo 2000 Nº 27*, 139-150.
- Rousseau, J.-J. (1750). *Discourse on the Arts and Sciences*. Obtido em 26 de julho de 2010, de <http://records.viu.ca/~johnstoi/rousseau/firstdiscourse.htm>
- Rousseau, J.-J. (1824). Rousseau juge de Jean-Jacques. Dialogues. In *Oeuvres Completes de J. J. Rousseau. Tome XVII*. Paris: Chez P. Dupont Libraire-Editeur.
- Rousseau, J.-J. (1889). *Lettre à d'Alembert Sur les Spectacles*. Obtido em 26 de julho de 2010, de The Internet Archive: <http://www.archive.org/details/lettredalembert00rousgoog>
- Rousseau, J.-J. (1989). *O Contrato Social*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Ryan, C. (1991). *Prime Time Activism: Media Strategies for Grassroots Organizing*. Boston, Ma.: South End Press.
- Ryan, M. P. (1992). Gender and Public Access: Women's Politics in Nineteenth-Century America. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 259-288). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Sahlane, A. (2012). Argumentation and Fallacy in the Justification of the 2003 War on Iraq. *Argumentation Nº 26*, 459-488.
- Said, E. (2004). *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Sanders, L. M. (1997). Against Deliberation. *Political Theory*, 25, 3, 347-376.

- Santos, J. M. (2005). O Tempo dos Media e a Generalização do Estético. *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume II*, 65-74.
- Shapiro, I. (2003). *The State of Democratic Theory*. Princeton, Oxford: Princeton University Press.
- Speier, H. (1950). Historical Development of Public Opinion. *The American Journal of Sociology*, Vol. 55 Nº 4, 376-388.
- Splichal, S. (1999). *Public Opinion. Developments and Controversies in the Twentieth Century*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- Splichal, S. (2002). *Principles of Publicity and Press Freedom*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Steenbergen, M. R., Bächtigerb, A., Spörndli, M., & Steiner, J. (2003). Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. *Comparative European Politics*, 1, 21-48.
- Talisse, R. B. (2005). *Democracy After Liberalism. Pragmatism and Deliberative Politics*. New York, London: Routledge.
- Tankard, Jr., J. W. (2001). The Empirical Approach to the Study of Media Framing. In S. D. Reese, O. H. Gandy, Jr., & A. E. Grant (Edits.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (pp. 95-105). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Tarde, G. (1991). *A Opinião e a Multidão*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Taylor, C. (1994). A Política de Reconhecimento. In C. Taylor (Ed.), *Multiculturalismo. Examinando a Política de Reconhecimento* (pp. 45-94). Lisboa: Instituto Piaget.
- Tocqueville, A. (1997). *Democracy in America, Volumes One and Two*. The Pennsylvania State University E-Book.
- Tönnies, F. (2000). In H. Hardt, & S. Splichal (Edits.), *Ferdinand Tönnies on Public Opinion*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Toulmin, S. E. (2003). *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Tuchman, G. (1999). "A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas". In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* (pp. 74-91). Lisboa: Vega.
- van Dijk, T. (1988). *News as Discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Campo das Letras.
- van Eemeren, F. H. (2001). The State of the Art in Argumentation Theory. In F. H. van Eemeren (Ed.), *Crucial Concepts in Argumentation Theory* (pp. 11-26). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- van Eemeren, F. H. (2009). The Study of Argumentation. In A. A. Lunsford, K. H. Wilson, & R. A. Eberl (Eds.), *The SAGE Handbook of Rhetorical Studies* (pp. 109-124). California: Sage.
- van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (1983). *Speech Acts in Argumentative Discussions: A Theoretical Model for the Analysis of Discussions Directed Towards Solving Conflicts of Opinion*. Dordrecht: Foris Publications.
- van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (2004). *A Systematic Theory of Argumentation: The Pragma-dialectical Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- van Eemeren, F. H., Grootendorst, R., Jackson, S., & Jacobs, S. (1997). Argumentation. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as Structure and Process* (pp. 208-229). London: Sage.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology*. Berkley; Los Angeles, London: University of California Press.
- Weber, M. (1997). Burocracia e Liderança Política. In *Max Weber. Textos Selecionados. Coleção Os Economistas*. (pp. 39-64). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Weber, M. (2004). *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.
- Weber, M. (2005). A Ciência como Vocação. In *Três Tipos de Poder e Outros Escritos* (A. Mourão, Trad.). Lisboa: Tribuna da História.
- Willard, C. A. (1976). On the Utility of Descriptive Diagrams for the Analysis and Criticism of Arguments. *Communication Monographs*, 43 (4), 308-319.

- Willard, C. A. (1986). Valuing Dissensus. In F. H. Van Eemeren, R. Grootendorst, A. Blair, & C. A. Willard (Eds.), *Argumentation. Across the Lines of Disciplines* (pp. 145-158). Dordrecht: De Gruyter.
- Willard, C. A. (1991). Adaptation to Context. *Argumentation* 5, 91-107.
- Wilson, F. G. (1954). Public Opinion: Theory for Tomorrow. *The Journal of Politics*, Vol. 16 N^o 4, 601-622.
- Young, I. M. (1996). Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political* (pp. 120-136). Princeton: Princeton University Press.
- Young, I. M. (2001). Activist Challenges to Deliberative Democracy. *Political Theory*, 29, 5, 670-690.
- Zaller, J. R. (2002). *Coming to Grips with V.O. Key's Concept of Latent Opinion*. Obtido de Division of Social Science. College of Letters and Science. UCLA:
<http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/zaller/Latent%20opinion%20%20final.pdf>